

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LÍGIA DA NÓBREGA FERNANDES

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA REALIDADE
BRASILEIRA**

FRANCA

2018

LÍGIA DA NÓBREGA FERNANDES

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA REALIDADE
BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: formação e prática profissional.

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

FRANCA

2018

Fernandes, Lígia da Nóbrega.

As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira / Lígia da Nóbrega Fernandes. – Franca: [s.n.], 2018.

304 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientadora: Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira.

1. Ensino superior. 2. Serviço social - Estudo e ensino.
3. Assistentes sociais. I. Título.

CDD – 378.007

LÍGIA DA NÓBREGA FERNANDES

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA REALIDADE
BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: formação e prática profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dra. Cirlene A Hilário da S. Oliveira (UNESP- Franca/SP)

1ª Examinadora: _____
Prof. Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins (UNESP-Franca/SP)

2ª Examinador: _____
Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso (UNESP-Franca/SP)

3ª Examinador: _____
Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida (UERJ)

4ª Examinador (a): _____
Prof. Dra. Yolanda Aparecida Demétrio Guerra (UFRJ)

Franca, 9 de março de 2018.

AGRADECIMENTOS

Diz a “lenda” que, os momentos que acompanham a tessitura de uma tese são sempre tristes, solitários, cercados de preocupações...

Isso pode ser para a grande maioria das pessoas, porém, tenho a satisfação de dizer que não foi para mim, pois desde que optei, mesmo após aprovação em outros Programas de Pós-graduação em Serviço Social, estudar na UNESP – Franca, percebi que minha vida pessoal, acadêmica e intelectual estava dando uma guinada, pois me reconheci em processo de crescimento e ampliação de horizontes, a partir da oportunidade que uma universidade pública pode oferecer.

Nessa universidade, tive a oportunidade de conviver, conhecer, reencontrar e sentir pessoas maravilhosas que em graus diferenciados contribuíram para que eu me tornasse mais ousada, humana, independente e, finalmente, doutora em Serviço Social.

Vamos aos agradecimentos e vivas a essas pessoas, as quais são merecedoras da minha gratidão.

Agradeço à Carla de Paula Garcia, primeira pessoa em Franca a me dar todo carinho e atenção. Com sua delicadeza, responsabilidade, doação humana e organização, pôde me ajudar a encontrar e mobiliar a melhor instalação próximo à UNESP, para que eu pudesse permanecer durante os quatro intensos anos de estudos aqui, sendo nessa minha trajetória uma das pessoas mais importantes. À Carla, meus mais sinceros afetos.

Agradeço ao prof. Dr. Ivo Tonet pelo carinho, amizade e aprendizado nas aulas ministradas no PPGSS da UNESP e por ter sido “autor” da ideia da realização de uma pesquisa de caráter nacional sobre as condições de trabalho de trabalho dos/das assistentes sociais. Sem seu incentivo, não teria ousado. Mas, um grande mestre faz isso, incentiva e motiva

Toda minha estima e agradecimentos ao prof. Dr. Rui Brites, do ISEG/Universidade de Lisboa, que, pela sua disponibilidade e ajuda, a partir da disciplina ministrada no PPGSS da UNESP –Franca, tornou, junto comigo, possível selecionar os sujeitos desta pesquisa em um banco de dados composto por 771.910 servidores civis federais. Sem a sua ajuda jamais teria conseguido tal empreitada. Portanto, tenho muitíssimo a agradecer todo o compromisso a mim dispensado.

Ao prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida, por ter sido fonte da minha inspiração humana e intelectual. Suas críticas, sugestões bibliográficas, leituras atentas, amizade e força para que esta tese se tornasse melhor, foram fundamentais nessa caminhada. Nunca esquecerei da sua disponibilidade, mesmo nos momentos em que eu e você vivenciávamos dificuldades, das mais extremas! Um muito obrigada ao Ney, certamente nunca seria suficiente para expressar toda minha gratidão e afeto.

À profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, pela paciência e por ter o tempo todo acreditado na minha capacidade, ousadia e disponibilidade para empreender um estudo da dimensão desta tese. A sua calma me manteve tranquila, sobretudo nos momentos finais.

À profa. Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins, pela disponibilidade, e oportunidade de me tornar membro, durante quatro anos, do Grupo de Estudos e Pesquisas do Serviço Social na área de Educação – GEPESSE. Sua calma e sabedoria contribuíram muitíssimo para meu crescimento na área do Serviço Social na Educação.

À querida Denis Gonçalves da Silva Zanetti, membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP-Franca, que não mediu esforços para encaminhar meu Projeto de Tese ao Comitê de Ética, mesmo diante de um tempo estreito. A você, meu carinhoso muito obrigada e reconhecimento.

À bibliotecária da UNESP – Franca, Laura Odette Dorta Jardim, que durante os meus quatros anos de doutorado esteve presente neste trabalho dando devoluta às minhas indagações no que tange às normatizações da ABNT. Até o momento, não havia conhecido uma bibliotecária com tamanha dedicação ao trabalho, mesmo sendo única frente às demandas sempre agigantadas da UNESP. A você “Laurete”, meu muito obrigada também.

Ao Mauro Lúcio, secretário do PPGSS da UNESP – Franca, pela disponibilidade e presença na minha vida doutoral, por esclarecer as dúvidas burocráticas inerentes ao Programa de Pós-graduação sempre que tive necessidade.

À Bruna de Melo Vitorino, pelos momentos de convivência e aprendizado durante o breve tempo que compartilhamos alegrias, amizade e avanços acadêmicos quando dividimos o mesmo espaço de convivência.

À Alinne Bianca Lima de Souza, agradeço o encontro, a amizade e os sorrisos cotidianos durante o período em que estivemos juntas compartilhando as agruras da vida acadêmica. Sua companhia nos diferentes espaços da UNESP e fora dele me preencheu de confiança.

À Larisse de Oliveira Rodrigues, pela confiança e disponibilidade na fase inicial desse processo.

À Graziella Donizetti dos Reis, pela amizade, disponibilidade e aprendizado proporcionado durante os quatro anos em Franca.

À Jonorete de Carvalho Benedito (Jô) e Tatiana Ferreira dos Santos (Tati), pelas risadas e encontros sabáticos, que, junto com a Graziella, tornaram meus sábados mais leves e “brinhantes”.

Aos amigos unespianos e ex-unespianos do PPGSS: Maicow Lucas Santos Walhers, Thiago Rodrigo da Silva, Cacildo Texeira de Carvalho Neto, Vanessa de Oliveira, Julieno Lopes Vergara, Rosely de Melo Grillo, Aldovano Dantas Barbosa, Eliane Marques de M. Amicucci, pelos sorrisos fáceis que me arrancavam na UNESP e durante os quatro anos das “nossas trolagens” virtualizadas no grupo de doutorado do WhatsApp “*Ker-kchup? Viva a revolução*”. Vocês foram fundamentais para tornar meus dias mais alegres.

Aos meus sobrinhos Emanuel Lucas, Dominique Vitória e Abner Noan, pela singeleza e leveza da juventude, que sempre me renovaram durante minhas idas e vinda ao Rio Grande do Norte, meu berço de amor.

Às minhas irmãs Janaina, Janicleide e Janiere, por participarem e cuidarem – junto com a nossa mãe – da saúde do nosso pai na minha ausência, e por sempre estarem disponíveis a me ajudar em qualquer momento. Essa disponibilidade transferiu-me enorme segurança.

Aos meus pais – João e Lindalva – que o tempo todo me motivaram, torceram e a vida inteira contribuíram para que esse momento chegasse. Sem a dedicação e o amor incondicional deles jamais teria alcançado meu objetivo. Nesse sentido, agradeço especialmente ao meu pai, que mesmo muitíssimo debilitado, me deu o conforto de se manter vivo para que eu pudesse concluir essa empreitada acadêmica. Certamente, com a sua ausência, tudo teria se tornado extremamente difícil.

Não poderia deixar de agradecer a torcida da minha tia Lúcia Nóbrega de Assunção e da minha avó Alvanir Nóbrega Assunção, que no auge dos seus 92

anos, continua a despertar em todos: vida, alegria e sorrisos. A simplicidade da minha avó e suas ligações telefônicas sempre me deram muito ânimo, sendo dessa forma muito importante nesse processo.

Ao meu grande e maior camarada “Chaguinho”, agradeço toda a força, companheirismo, críticas, sugestões bibliográficas, atentas revisões teóricas empreendidas para que a tessitura desta tese se tornasse possível;

A Anderson Silva, pelos quatro anos de assessoria na área da informática, fundamental para me tirar de “apuros” em momentos difíceis.

À dona Cida, senhorinha francana que com seu carinho soube me acolher em momentos importantes dessa trajetória.

Às 15 (quinze) assistentes sociais de diversas partes do Brasil que se dispuseram a responder e emitir sugestões em relação ao nosso instrumental de pesquisa na fase do nosso pré-teste.

Agradeço especialmente, também, a participação dos 146 (cento e quarenta e seis) profissionais e, desse universo, particularmente, 15 (quinze) assistentes sociais que se dispuseram a me conceder entrevistas semiestruturadas nos 5 (cinco) estados contemplados para a realização da pesquisa. A participação de todos esses profissionais foi fundamental para aprofundar, dar maior sentido e concretude ao estudo.

À profa. Dra. Raquel dos Santos Sant’Ana, que de forma comprometida com a qualidade deste estudo, pôde me oferecer uma indicação bibliográfica que se tornou fundamental para o desenvolvimento do meu instrumental de pesquisa. A você e à Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza Lourenço do curso de Serviço Social da UNESP – Franca, agradeço imensamente a confiança e oportunidade de me tornar articuladora das pautas e discussões da ABPESS Sul II (Microrregião Franca/Ribeirão-Preto), nos anos de 2016 a 2018. Essa participação, como também nosso encontro na organização do ENPESS/2016, me ensinaram verdadeiramente o sentido da militância ético-política e a necessidade de formação teórico-metodológica e técnico-operativa permanente em Serviço Social.

À Talita Prada, pela experiência e assessoria com formulários *on-line* e disponibilidade na concessão de publicações sobre os IFET’s.

Ao colegiado do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UERR, especialmente às Professora Henriqueta Alencar, Laurinete Silva e Janane Voltolini,

que não mediram esforços para assumir as atividades do curso durante meus quatro anos de afastamento institucional.

A minha ex-coordenadora Sônia Castro que, em nenhum momento obsteu minhas saídas para que eu pudesse realizar as seleções públicas de doutorado, nem tão pouco, meu afastamento institucional do IFRR, agradecimento estendido também a toda equipe da Coordenação de Assistência Estudantil da qual faço parte, especialmente a doce companheira Cleusa da Silva Vianna, pelo seu carinho e proteção cotidiana.

À minha amigona maravilhosa Lana Cristina Barbosa de Melo, exemplo de carinho e fidelidade fraternal, a ela, agradeço toda torcida sincera e positiva a meu favor.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo fomento à bolsa doutoral que auxiliou e foi indispensável para a realização de uma pesquisa de envergadura nacional.

Não poderia deixar de agradecer também, a presença da Profa. Dra. Yolanda Aparecida Demétrio Guerra pela participação na arguição dessa tese, pela leitura atenta e comprometida e, por ter aceitado prontamente o convite para compor a banca examinadora.

Da mesma forma, não poderia esquecer do Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso pela participação na banca, compromisso e responsabilidade frente ao PPGSS da UNESP/Franca.

Por fim, e não menos importante, a todos/as trabalhadores/ras que no passado lutaram arduamente para que o direito à qualificação/formação continuada via afastamento institucional fossem concretizados. A eles/elas, especialmente, meu mais sublime reconhecimento, porque sei que foi um direito conquistado a partir de várias renúncias e enfrentamentos que a militância pela conquista de direitos exige, luta que tornou possível meu afastamento simultâneo de duas instituições públicas nas quais sou orgulhosamente trabalhadora.

A todos/as assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, especialmente àqueles/aquelas que não mediram esforços para que esta tese se tornasse realizável.

FERNANDES, Lúgia da Nóbrega. **As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira.** 2018. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

O objetivo da presente tese foi apresentar as expressões das condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's na realidade brasileira, tendo como recorte cinco estados/regiões do país. O estudo apoiou-se no pressuposto de que, a atual crise de reprodução do capital, a contrarreforma gerencial do Estado e as transformações no “mundo” do trabalho engendram novas formas de pensar, organizar e gerir o labor e que, a associação desses determinantes universais impõem incidências particulares para as condições de trabalho dos/das assistentes sociais, cuja labuta se realiza na mediação de políticas de assistência estudantil no interior da educação profissional e tecnológica *ifetiana*. A pesquisa envolveu um universo de 146 assistentes sociais, do total de 179, cujas filiações institucionais estavam vinculadas a 99 unidades dos Institutos, localizadas geograficamente nos estados do Pará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás e que ingressaram nos IFET's até janeiro do ano de 2015. O resultado apontou que a crise estrutural e conjuntural do capital da cena contemporânea tenta se recompor via lucros fictícios que, em si não geram mais-valor, buscando outros meios de realização como por exemplo o aumento na precarização das condições de trabalho. Para tanto, avança de forma exponencial sobre o trabalho vivo, contando com o apoio incondicional dos Estados-Nações que, para atender os anseios da reprodução capitalista, elabora políticas de ajustes para o campo da seguridade social, para a esfera educacional, trabalhista etc., cujas repercussões “invadem” o “mundo” do trabalho através dos fenômenos da flexibilização, precarização, intensificação do trabalho, alongamento das jornadas etc. Esses elementos universais das condições do trabalho do século XXI indexam-se, com suas particularidades, sobre o trabalho dos/das assistentes sociais, que, enquanto trabalhadores/as assalariados/as, passam a conviver no âmbito da esfera pública estatal dos IFET's, com dimensões e condições de trabalho similares ao mundo produtivo, uma vez que, como revelou o campo empírico, os profissionais - dentre outras situações - passam a conviver com jornadas de trabalhos cada vez mais controladas, extensas, intensificadas, tensas, com acúmulo de tarefas, o que certamente torna o trabalho profissional nos IFET's mais vulneráveis à condição de trabalho precarizado.

Palavras-chave: crise do capital. Estado. educação profissional e tecnológica. condições de trabalho.

FERNANDES, Lígia da Nóbrega. **The work conditions of the social assistants in the Federal Institutes of Education, Science and Technology in the reality of Brazil.** 2018. 304 f. Thesis (PhD in Social Service) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018

ABSTRACT

The aim of this paper is to stand out the expressions of work conditions of social assistants in the Federal Institutes of Education, Science and Technology - IFET's, based on a sample of five Brazilian states/regions. The study adopts the assumption implying that the present crisis of capital reproduction, the State management counter-reform and the changes in the working 'world' are giving rise to new ways of thinking, organizing and managing labor, and that the association of these universal determinants male set out particular incidences to the work conditions of the male and female social assistants, whose toil permits a mediation of student assistance policies inside IFET's professional and technological education. The research basis involved a range of 146 social assistants, from a universe of 176 professionals, linked to 99 institutional units geographically spread in the states of Pará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, and that entered IFET's so far as January 2015. The research development indicated that the structural and conjunctural crises of capital of the contemporary scene tries to recompose itself through fictitious profits which by themselves do not produce more value, looking for other means of fulfillment, as, for example, increasing the job insecurity. In this regard, it advances preferentially on the living labor with the unconditional aid of States-Nations which, for attending the intents of capitalist reproduction, develop adjustment policies for the sector of social security, the educational sphere, the working area and so on, whose reflects 'invade' work through phenomena like flexibilization, precariousness and intensification of work, lengthening of working hours etc. These universal elements common to the work conditions in the 21st century are indexed, with their particularities, on the work of the social assistants, which as employed persons began to act in the sphere of the inner public state of IFET, with dimensions and conditions of work analogous to those of the productive work, considering, among other possibilities, as the empirical field revealed, the professionals are gradually submitted to more and more controlled and extensive, intensified, tense day's work with accumulated tasks, what certainly makes the professional work in the various IFET's units more vulnerable to the condition of a precarious job.

Keywords: crises of the capital. State. professional and technological education. work conditions.

FERNANDES, Lúgia da Nóbrega. **Las condiciones de trabajo de asistentes sociales en los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología en la realidad brasileña.** 2018. 304 f. Tesis (Doctorado de Servicio Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis es presentar las expresiones de las condiciones de trabajo de los asistentes sociales en los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología – IFET’s, teniendo como recorte cinco estados/regiones del país. El estudio se apoyó en el presupuesto de que la actual crisis de reproducción del capital, la contra-reforma gerencial del Estado y las transformaciones en el “mundo” del trabajo engendraran nuevas formas de pensar, organizar y administrar el trabajo, y que la asociación de esos determinantes sociales impone incidencias particulares para las condiciones de trabajo de los (las) asistentes sociales, el cual labor se realiza en la mediación de políticas de asistencia estudiantil en el interior de la educación profesional e tecnológica del IFET’s. La investigación envolvió un universo de 146 asistentes sociales, de un total de 179, cuyas filiaciones institucionales estaban vinculadas a 99 unidades de los institutos y localizadas geográficamente en los estados de Pará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, y que han ingresado en los IFET hasta enero del año 2015. El resultado apuntó que la crisis estructural e conjuntural del capital en la escena contemporánea procura recomponerse a través de lucros ficticios que, en si mismos, no generan más-valía, buscando otros medios de realización como, por ejemplo, el aumento de la precarización de las condiciones de trabajo. Para tanto, la crisis avanza de forma exponencial sobre el trabajo vivo, contando con el apoyo incondicional de los Estados-Naciones que, para atender a los anhelos de la reproducción capitalista, elabora políticas de ajustes para el campo de la seguridad social, para la esfera educacional, laboral etc., cuyas repercusiones “invaden” el “mundo” del trabajo a través de fenómenos de flexibilización, precarización, intensificación del trabajo, alongamiento de las jornadas laborales etc. Esos elementos universales de las condiciones de trabajo del siglo XXI se indexan, con sus particularidades, sobre el trabajo de los (las) asistentes sociales, que, como trabajadores asalariados, pasan a convivir en el ámbito de la esfera pública estatal de los IFET’s, con dimensiones y condiciones de trabajo semejantes a las del mundo productivo, una vez que, como ha revelado el campo empírico – entre otras situaciones – pasan a convivir con jornadas de trabajo cada vez más controladas, extensas, intensificadas, tensas, con acúmulo de tareas y que de cierto torna el trabajo profesional em los IFET’s más vulnerables a la condición de trabajo precarizado.

Palabras clave: crisis del capital. Estado. educación profesional y tecnológica. condiciones de trabajo.

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1:	Quantitativo de assistentes sociais distribuídos nos diferentes IFET's no Brasil até janeiro de 2015	37
Quadro nº 2:	Quantitativo de IFET's e assistentes sociais por Região do Brasil	39
Quadro nº 3:	Síntese geral das respostas ao formulário de pesquisa por estado/região	46
Quadro nº 4:	Orçamento Geral da União executado em 2016 e previsto para o ano de 2017	105
Quadro nº 5:	Modalidades e níveis de ensino ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.....	146
Quadro nº 6:	Requisições realizadas pelo IFET para apoiar trabalho ou atender demandas de outra unidade pela ausência de assistente social ...	161
Quadro nº 7:	Perfil etário, de empregabilidade e formação dos/das assistentes sociais pesquisados das 5 (cinco) regiões/estados do Brasil	169
Quadro nº 8:	Percentuais de Incentivo à Qualificação estabelecidos no PCCTAE .	172
Quadro nº 9:	Disposição de equipamentos e/ou espaço para realização de abordagem individual ou coletiva	181
Quadro nº 10:	Condições éticas e técnicas do trabalho profissional nos IFET's ..	184
Quadro nº 11:	Avaliação dos profissionais em relação às condições de trabalho desde o ingresso nos IFET's até o momento de realização da pesquisa.....	202
Quadro nº 12:	Compreensão dos profissionais em relação às condições favoráveis de trabalho nos IFET's.....	223
Quadro nº 13:	Avaliações desfavoráveis em relação às condições de trabalho nos IFET's	227

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1:	Quantitativo de assistentes sociais identificados para participação na pesquisa por regiões do Brasil até janeiro de 2015	38
Gráfico nº 2:	Empregabilidade no Brasil nos anos de 2007 e 2008 frente à crise financeira internacional	112
Gráfico nº 3:	Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa no Brasil, de 1980-2016	129
Gráfico nº 4:	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Em unidades	140
Gráfico nº 5:	Quantidade de municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	141
Gráfico nº 6:	Número de matrículas na educação profissional no Brasil por rede de ensino entre os anos de 2008 a 2016	144
Gráfico nº 7:	Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's do IFPA em diferentes <i>campi</i>	152
Gráfico nº 8:	Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's do Rio G. do Sul, Farroupilha e IF Sul-rio-grandense em diferentes <i>campi</i>	154
Gráfico nº 9:	Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's de Goiás e Goiânia em diferentes <i>campi</i>	155
Gráfico nº 10:	Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's de Minas Gerais (IFMG, IF Norte de Minas, IF do Sudeste de Minas, IF do Sul de Minas e IF do Triângulo Mineiro) em diferentes <i>campi</i> ..	157
Gráfico nº 11:	Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's do RN em diferentes <i>campi</i>	158
Gráfico nº 12:	Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's para os estados do Pará, R. G. do Sul, Goiás, MG e RN em diferentes <i>campi</i>	159
Gráfico nº 13:	Avaliação sobre as condições éticas e técnicas de trabalho nos IFET's	183
Gráfico nº 14:	Registro da carga horária de trabalho no IFET	189

Gráfico nº 15: Frequência com que os/as assistentes sociais costumam trabalhar fora do horário de expediente para cumprir demandas institucionais do seu exercício profissional.....	190
Gráfico nº 16: Quem determina o ritmo de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's	193
Gráfico nº 17: Como os profissionais se sentem ao voltar para casa após a jornada de trabalho formal no IFET	211
Gráfico nº 18: Obrigatoriedade de mudança de rotina em casa devido à necessidade de concluir trabalho pendente do IFET	213
Gráfico nº 19: Tempo de trabalho semanal em média dos/das assistentes sociais não computado enquanto carga horária formal de trabalho.....	214
Gráfico nº 20: Correspondência entre o quantitativo de assistentes sociais em cada IFET em relação à potencial demanda a ser atendida.....	216
Gráfico nº 21: Número em média de atividades desenvolvidas em um único dia de trabalho no IFET	218
Gráfico nº 22: Com que frequência os/as assistentes sociais interrompem a realização de uma atividade para dar conta de outra mais urgente.....	219
Gráfico nº 23: Frequência com que os/as assistentes sociais são solicitados/as a realizar atividades administrativas não privativas da profissão nos IFET's que são atribuições de técnicos administrativos de nível médio	220
Gráfico nº 24: Frequência com que os/as assistentes sociais dos IFET's costumam resolver e/ou encaminhar assuntos de trabalho usando a TIC como e-mail, WhatsApp, Messenger, Skype etc., após deixar seu ambiente de trabalho	242
Gráfico nº 25: Tipos de desgaste ocupacional dos/das assistentes sociais decorrente do trabalho nos IFET's	247
Gráfico nº 26: Problemas decorrentes do trabalho no IFET	248
Gráfico nº 27: Frequência com que os/as assistentes sociais dos IFET's pensam no trabalho em fins de semana e/ou feriados	251

LISTA DE INFOGRÁFICO

Infográfico nº 1: Variáveis autoimplicadas das condições de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's	231
--	-----

LISTA DE FIGURA

Figura nº 1: Mapa geral de cobertura da pesquisa por região do Brasil	47
--	----

LISTA DE SIGLAS

AS	Assistente Social
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Código de Ética Profissional
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRESS	Conselho Federal de Serviço Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FG	Função Gratificada
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
IFET's	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IF Baiano	Instituto Federal Baiano
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFG	Instituto Federal de Goiás
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IFRR	Instituto Federal de Roraima
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IFS	Instituto Federal de Sergipe
IFAC	Instituto Federal do Acre
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFCE	Instituto Federal do Ceará

IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IF-Sertão Pernambucano	Instituto Federal do Sertão Pernambucano
IFSUDESTEMG	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
IFSULDEMINAS	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
IF-Farroupilha	Instituto Federal Farroupilha
IFF	Instituto Federal Fluminense
IF Goiano	Instituto Federal Goiano
IFSul	Instituto Federal Sul-rio-grandense
LER	Lesões por Esforços Repetitivos
MEC	Ministério da Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 EXCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	26
CAPÍTULO 2 ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO E DEPENDENTE BRASILEIRO	51
2.1 A dimensão ontológica do trabalho e o trabalho abstrato em Marx.....	51
2.2 Trabalho produtivo e improdutivo: elementos constitutivos da produção e reprodução capitalista e o lugar do Serviço Social nesse contexto	62
2.3 Crise estrutural do capital e seus efeitos sobre o trabalho.....	74
2.4 Influxos paradigmáticos do taylorismo-fordismo-toyotismo sobre o “mundo” do trabalho	84
2.5 Efeitos conjunturais da crise sobre as condições de trabalho no capitalismo periférico e dependente brasileiro.....	99
CAPÍTULO 3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL E SEUS COMPONENTES ÍDEO-POLÍTICOS: INTERFACE COM OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	115
3.1 Trabalho complexo e simples: espectros inarredáveis da dualidade educativa brasileira	115
3.2 O lugar ocupado pela educação profissional e tecnológica no Brasil	121
3.3 A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil.....	134
CAPÍTULO 4 AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL PARA ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: TRAÇOS DA FORÇA DE TRABALHO PROFISSIONAL.....	148

4.1 Inserção e ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil	148
4.2 A força de trabalho profissional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	165

CAPÍTULO 5 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE AO PROCESSO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	174
--	------------

5.1 As bases materiais do trabalho profissional	174
5.2 Controle, ritmo e organização do trabalho dos/das assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	187
5.3 Manifestações da intensificação do trabalho dos/das assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	199
5.4 Entendimento dos/das assistentes sociais sobre suas condições de trabalho e a realização de mais-trabalho “ocultado” pelo processo de virtualização	221

CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	272
-------------------------	------------

APÊNDICES

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ..	289
APÊNDICE B: FORMULÁRIO DE PESQUISA	291
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	300
APÊNDICE D: INFORME AOS REITORES DOS IFET´S SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	301

ANEXO

ANEXO A: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/UNESP	303
---	-----



Fonte: Ilustração de Emerson Fialho, a partir de sugestões de Lígia da Nóbrega Fernandes (2018).

INTRODUÇÃO

A presente tese é o resultado do estudo das condições de trabalho de assistentes sociais na realidade brasileira cujo lócus de atuação são os Institutos Federais de Educação, Profissional e Tecnológica – IFET’s. Tem como objetivo geral explicitar as condições de trabalho de assistentes sociais no âmbito dos IFET’s e sua relação com a atual crise de reprodução do capital, com o Estado e as transformações no mundo do trabalho.

A discussão desenvolvida tenta localizar os principais determinantes estruturais e conjunturais que inftetem sobre as condições de trabalho dos profissionais enquanto trabalhadores(as) assalariados(as) e partícipes inseparáveis das novas racionalidades empreendidas pela dinâmica e ciclo de acumulação e reprodução do capital.

O estudo parte do princípio de que os componentes objetivos da dinâmica e do ciclo de reprodução podem reverberar e tensionar as condições de trabalho dos/das assistentes sociais de diversas formas: através da tentativa de intensificação e alongamento das jornadas, das flexibilizações virtualizadas do trabalho mediadas pela Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, da ampliação do número de atividades a serem desenvolvidas, da usurpação do tempo de não trabalho pelo tempo de trabalho etc.

São elementos que exprimem uma racionalidade que objetiva em seu fim último a utilização máxima e otimizada do trabalho vivo, posto que paulatinamente se indexa às condições de trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET’s, parâmetros símiles do trabalho produtivo, cujo mote é a contratação mínima de profissionais para cada espaço sócio-ocupacional, porém concentrando mais trabalho em menor número possível de trabalhadores/as.

Esse vem sendo um componente das condições de trabalho dos/das assistentes sociais que, paulatinamente, vem ganhando “vida” e “fôlego” nos espaços de trabalho, o que de certa forma questiona a ideia de que a maior expansão histórica brasileira de contratação de assistentes sociais – como ocorreu a partir de 2008 – para atuar na educação profissional e tecnológica, foi suficiente para dar conta das demandas sociais dos IFET’s.

Na verdade, o que se percebe é uma expansão da “precarização relativa”¹ do mercado de trabalho profissional, tendo em vista que em muitos IFET’s pode ser verificado o descompasso entre o quantitativo de profissionais e as demandas numerosas e cada vez mais complexificadas das desigualdades sociais, que, nucleadas na contradição capitalista, avançam sobre os estudantes da educação profissional e tecnológica enquanto principais demandatários da mediação das políticas educacionais que se materializam, principalmente, na forma de programas de apoio à permanência estudantil.

A questão que moveu o estudo partiu da seguinte indagação: Quais as condições de trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET’s em 5 (cinco) estados/regiões do Brasil?

O ponto de partida enquanto hipótese inicial foi este: a atual crise capitalista, aliada à contrarreforma do Estado e seus formatos gerencialistas/administrativos da esfera pública, vêm articulando estratégias econômicas, políticas e organizacionais, que em seu fim passam a refletir diretamente nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET’s.

Nesse sentido, para perscrutar as reais condições de trabalho implicadas na totalidade complexa, dinâmica e contraditória da realidade social dos IFET’s, elegeu-se como **objetivo geral**: explicitar quais as condições de trabalho de assistentes sociais no âmbito dos IFET’s em 5 (cinco) estados/regiões do Brasil.

Para iluminar a central finalidade do estudo, elencou-se como **objetivos específicos**:

- Apreender os determinantes econômicos, políticos e ideológicos da atual crise de reprodução do capital que incidem particularmente nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais no âmbito dos IFET’s;
- Desvelar os formatos gerencialistas/administrativos assumidos pela esfera pública brasileira a partir dos anos 1990;
- Explicitar a influência das agências multilaterais sobre as políticas educacionais e especificamente sobre a educação profissional e tecnológica

¹ Utiliza-se o atenuante “precarização relativa” para amenizar a força conceitual que essa expressão tem diante de diferentes situações mais precarizadas que hoje se encontra no mercado de trabalho profissional, como são as condições, por exemplo, de assistentes sociais contratados/as através de pregões eletrônicos. Esse atenuante, no entanto, não elimina a ideia de que em determinados IFET’s pode estar havendo a precarização muito aguçada do trabalho, eixo não explorado em sua totalidade na presente tese, por fugir ao escopo dos objetivos de pesquisa delineados.

enquanto política sobre a qual se debruça o exercício profissional dos/das assistentes sociais nos IFET's;

- Identificar e entender o exercício profissional cotidiano dos/das assistentes sociais a partir do entendimento que os/as próprios(as) assistentes sociais têm de suas condições de trabalho.

O presente estudo se alicerça na compreensão de que a reconfiguração do capital na sua fase monopolista vinculada ao capital financeiro, ao ideário neoliberal, à reestruturação produtiva, a contrarreforma do Estado, a reforma gerencial e administrativa estatal, colocam imposições ao “mundo” do trabalho que podem reverberar nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET's em vários aspectos:

- ❖ nas condições estruturais físicas, éticas e técnicas do trabalho profissional;
- ❖ no envolvimento dos profissionais em atividades não privativas da profissão, devido a não disposição de recursos humanos suficientes para apoiar/viabilizar seu trabalho;
- ❖ na limitação de recursos financeiros, direcionando o trabalho para o campo restrito dos estudos socioeconômicos;
- ❖ no aumento da técnico-burocratização do processo de trabalho, sobretudo no que diz respeito ao preenchimento de questionários/formulários e planilhas padronizadas voltadas para estudos socioeconômicos, que limita os momentos de reflexão crítica e ações propositivas das situações concretas e complexas;
- ❖ na possível intensificação do trabalho, que, de forma por vezes ocultada, se impõe na esfera pública dos serviços;
- ❖ na provisão mínima de assistentes sociais frente ao volume de tarefas e as demandas a serem atendidas;
- ❖ na extensão do trabalho para além do lócus formalizado dos IFET's através, principalmente, das diferentes mídias eletrônicas móveis;
- ❖ em desgastes/tensões e sofrimentos emocionais decorrentes tanto do peso das responsabilidades ligadas ao trabalho, como da insuficiência de meios materiais e recursos financeiros suficientes para a prestação dos serviços;
- ❖ na “invasão” do trabalho preenchendo o espaço do “tempo-livre” e reservado à vida familiar;

Esses pressupostos levaram ao entendimento de que a categoria condição de trabalho é abrangente e que por isso sua compreensão não pode se limitar apenas a elementos físico-estruturantes do lócus/espacialidade onde se realiza o trabalho profissional e seus meios, posição que originou indagações que se colocam enquanto componentes fundamentais da materialidade do objeto e bases norteadoras que fundamentaram a realização deste estudo, quais sejam:

- Como o cenário de crise de reprodução do capital incide sobre o mundo do trabalho e particularmente sobre as condições de trabalho de assistentes sociais nos IFET's?
- Quais as condições estruturais, físicas, éticas, técnicas, de recursos humanos e materiais se colocam no IFET's para a realização do trabalho dos/das assistentes sociais?
- Existe indicativo de intensificação do trabalho dos/das assistentes sociais no âmbito dos IFET's?
- Os/as assistentes sociais dos IFET's frequentemente estão estendendo suas jornadas de trabalho para além do espaço institucional de trabalho e, se isso acontece, de que forma se dá e quais as consequências objetivas e subjetivas para os profissionais?
- Há indicativos de tensões, *stress*, adoecimentos, preocupações que são decorrentes do trabalho no IFET's?
- De que forma os/as assistentes sociais dos IFET's compreendem suas condições de trabalho?

Essas indagações se colocaram como eixos moventes da pesquisa que envolveu um universo de 146 (cento e quarenta e seis) assistentes sociais, de um total de 179 (cento e setenta e nove) pertencentes a 5 (cinco) estados (Pará/PA, Rio Grande do Norte/RN, Rio Grande do Sul/RS, Minas Gerais/MG e Goiás/GO), e, respectivamente, a 5 (cinco) regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), com filiação institucional vinculada a 12 (doze) IFET's, subdivididos em 99 (noventa e nove) municípios, cujas unidades se distribuem da seguinte forma: 9 (nove) unidades no PA, 16 (dezesesseis) no RN, 31 (trinta e uma) no RS, 30 (trinta em MG) e 13 (treze) em GO.

Assim, na perspectiva de dar coerência textual e dialética ao presente estudo, as respostas e discussões dessas formulações estão intrinsecamente articuladas e diluídas na tessitura de 5 (cinco) capítulos dessa tese.

O primeiro capítulo apresenta os caminhos traçados e “trilhados” na condução da pesquisa, as opções teórico-conceituais que embasam o quadro empírico-analítico, o marco temporal do estudo, bem como quadro categorial para apreensão do objeto.

O segundo capítulo situa o entrelace da dimensão ontológica do trabalho enquanto componente de desenvolvimento dialético do ser social enfatizando a importância que o trabalho, especialmente assalariado, nas suas formas produtivas e improdutivas, vai assumindo para a produção e reprodução capitalista. São explanados nesse capítulo, também, os componentes da crise estrutural e conjuntural da atual forma de acumulação, os influxos paradigmáticos do taylorismo, fordismo e toyotismo para o “mundo” do trabalho e os efeitos de todo esse processo para quaisquer condições de trabalho, sobretudo para a realidade brasileira enquanto expressão do capitalismo tardio, periférico e dependente. O objetivo desse capítulo é, portanto, apresentar o aparato teórico e conceitual que delinea o campo empírico das condições de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET’s.

O terceiro capítulo delinea a política de educação profissional e tecnológica brasileira e os caminhos ideo-políticos assumidos para a formação de uma força de trabalho simples e “funcional” à exploração e reprodução do capital.

Para empreender essa discussão, é apresentada a dualidade educativa estabelecida entre o trabalho simples e complexo na política educacional e, sem reservas, pela educação profissional e tecnológica brasileira que, articulada pelos organismos internacionais, estende a partir dos IFET’s e suas expansões, o aparato ideo-político necessário para a formação da força de trabalho segundo as necessidades de reprodução capitalista. O objetivo desse capítulo é “pavimentar” o panorama contraditório que envolve as políticas educacionais e as mediações profissionais e contradições que se infiltram de forma objetiva/subjetiva nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais.

O quarto capítulo apresenta o panorama estatístico particularizado da admissão regionalizada dos/das assistentes sociais nos IFET’s desde a década de 1980 ao ano de 2015. O objetivo desse capítulo é, além de publicizar uma visão da admissão dos profissionais por estado/região selecionado para a pesquisa, trazer à tona a necessidade de ampliar o quadro de assistentes sociais nas unidades dos IFET’s.

O último capítulo, apresenta expressões das condições de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's articulado ao processo de expansão da educação profissional e tecnológica, aos elementos constitutivos que impigem nas condições do trabalho profissional, como o são, as bases materiais que dão suporte à realização do trabalho (estrutura física, material, humana, informacional etc.) e as bases organizativas do trabalho (ritmos, controle, organização, flexibilização, intensificação etc.). Por último e não menos importante, este capítulo explicita o entendimento que os/as próprios/as assistentes sociais têm de suas condições de trabalho, expondo, também, a forma contemporânea de realização de mais-trabalho através da "captura" e usurpação do tempo de não trabalho pelo tempo de trabalho que hoje é possibilitado pelas mediações da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Por fim, são apresentadas as considerações finais da tese.

CAPÍTULO 1 EXCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Mergulhar nesta pesquisa, que ambicionou *emergir* as particularidades da realidade concreta das condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's, foi ao mesmo tempo desafiador e instigante. Foi desafiador porque envolveu um número relativo de assistentes sociais – 146 (cento e quarenta e seis) – de 5 (cinco) regiões/estados brasileiros, que a partir de suas singularidades de trabalho, territorialidade e formação profissional, contribuíram com o estudo expressando as concepções e experiências do exercício profissional, materializado cotidianamente nos diferentes lócus de atuação. Foi instigante porque, em si, trouxe possibilidades de elucidar condições de trabalho até então invisibilizadas pela aparência sensível.

Diante disso, a escolha do método de análise e de pesquisa que orientaram o processo investigativo, foi fundamental e exigiu certos cuidados que não significaram imposição frente ao objeto de estudo, mas relação de coerência com seu movimento e determinações, dado ser a realidade social sempre multiforme, o que postula “[...] *saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas* [...]” que a reflexão dialética, calcado no pensamento marxiano, contempla (FERNANDES apud PAULO NETTO, 2011, 53, grifo do autor).

Por que partir e escolher essa reflexão?

A reflexão dialética não é apenas uma representação da realidade transposta para o pensamento de acordo com o entendimento que o indivíduo tem desta. Se assim o fosse, o caráter especulativo converter-se-ia num invólucro subjetivo do real, tornando seu entendimento encapsulado em um conjunto de noções da aparência sensível. “A dialética trata da ‘coisa em si’. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour* [desvio]” (KOSIK, 1976, p. 9).

Como produtor da realidade humano-social e, portanto, imbricado nesta, o indivíduo social no processo investigativo precisa tentar *dissolver* a fetichização ideologizada que *ronda* os fenômenos sociais manifestos na percepção imediata.

Sabendo que fenômeno e essência são diferentes e, concordando com Kosík (1976, p. 13), que a “[...] percepção imediata não [...] capta a ‘coisa em si’ mas o fenômeno da coisa”, é preciso ter cuidado na decomposição/recomposição da realidade do objeto para não confundir aparência e essência.

A análise dialética, amparada no método de investigação marxiano, cumpre essa função, pois considera a realidade enquanto expressão onto-materialista e inseparável da práxis humana. Nessa medida, a análise dialética é uma forma de aproximação do real que indaga, examina e tensiona os determinantes que dão origem às expressões da realidade, suas leis, regularidades e supostas naturalizações, buscando *desobscurecer* a superficialidade histórico-social posta no cotidiano.

O salto fundamental do exame dialético está em tentar ir além da contemplação, já que seu fim último é capturar o *obscuro*, o aparente, na perspectiva de interpenetrar a essência do objeto e superar o momento da cognição meramente sensível.

Não se nega nem se descarta com isso a existência da *concreticidade* sensível como ponto de partida para a compreensão do real, mas é preciso reconhecer, conforme Kosík (1976, p. 11), a existência da pseudoconcreticidade como um *manto turvo* introdutório para explicar a realidade:

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive mesmo graças a seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é.

O pensamento alcança – no *deparar-se com o real* – apenas um real caótico e fragmentado. Somente o esforço reflexivo empreendido pelo pensamento poderá possibilitar a ascensão do abstrato ao concreto, momento formado por idas e vindas ao real e de permanentes revisitações e reelaborações conceituais e categoriais. Kosík (1976, p. 30), sustenta isso ao afirmar:

O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto.

Entende-se com isso que a *imagem* apenas representativa da realidade em aproximações iniciais não é a realidade em si, mas um ponto de partida que não consegue elucidar os fatos e suas contradições.

Assim, a partir dessa posição, para que conseguíssemos capturar criticamente as facetas da economia política, do sistema social e ideológico, que permeiam as condições de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's, foi necessário considerar inicialmente – mesmo que de forma provisória – a imagem abstrata desse real caótico, tendo-se, no entanto, o cuidado de não retê-lo como *representatividade-espelhada*, dado que a abstração sensível foi apenas o ponto de largada da nossa aproximação com o objeto de investigação.

Essas imagens abstratas e caóticas do real, que aqui especificamente dizem respeito às condições de trabalho dos/das assistentes sociais – foram inicialmente resgatadas a partir de três momentos fundamentais, que se aglutinam:

- da nossa experiência enquanto assistente social de um IFET desde 2008;
- das aproximações e diálogos que se travam desde 2010 no grupo *on-line* de assistentes sociais dos IFET's do Brasil – em que são trocadas cotidianamente, via mensagens eletrônicas, as experiências e dúvidas sobre o saber-fazer dos profissionais;
- dos Encontros de formação continuada da categoria que se constituem, para além de espaços de socialização teórico-práticos, momentos em que a concreticidade das condições de trabalho são expostas pelos profissionais que de fato as vivenciam.

Sabe-se, no entanto, que render-se somente à obviedade imediata do objeto de pesquisa dilui a possibilidade de captar a estrutura interna da realidade formada por uma totalidade concreta, estruturada, em permanente mutação e desenvolvimento.

Assim, mesmo com as aproximações iniciais sobre as condições de trabalho dos profissionais, possibilitadas pelos momentos acima elucidados, não entendemos esses fragmentos como a totalidade, mas como “pedaços” dessa realidade não suficientes para captar as reais condições de trabalho que atravessam o exercício profissional nos diferentes IFET's do Brasil.

Essa preocupação foi necessária, para tentar uma maior aproximação e coerência teórica com o pensamento dialético, explanado por Kosik (1976, p. 11, grifo do autor):

[...] o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual *cada início* é abstrato e relativo. Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o

conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções.

A diferenciação entre o *todo* caótico e totalidade, é enfocada por Tonet (2013, p. 96), ao distinguir sua diferenciação conceitual. Enquanto a primeira minimiza a realidade a um conjunto de todas as partes e aspectos; a segunda, como expressão do pensamento marxiano, compreende que a realidade social é um conjunto articulado de partes com maior e menor complexidade e em permanente processualidade dialética de totalização, aspecto diametralmente distinto do conceito de todo.

A totalidade concreta tem uma base essencialmente ontológica que não pode estar desvinculada da práxis humano-social, ou seja, das relações sociais em que estão alicerçados o processo de reprodução e a sociabilidade dos indivíduos situados em contextos sócio-históricos de trabalhos determinados.

Assim, para dar suporte a essa dimensão, priorizou-se a matriz marxiana de análise, por sua capacidade de possibilitar aproximação de determinantes econômicos, sociais, políticos e ideológicos que perpassam o atual contexto de crise do capital e suas incidências nas condições de trabalho das/dos assistentes sociais nos IFET's.

Como explicar tal escolha?

Essa escolha se sustenta na posição classista e na direção social e ético-política assumida por nós, que se alicerça no compromisso, conforme o Código de Ética Profissional-CEP de 1993, “[...] por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24).

Não se desvincula também do entendimento de que o trabalho (alienado) e controlado, é o atual condutor da sociabilidade humana, da base de sustentação capitalista e da propriedade privada, estando em seus interlocutores – nos homens e mulheres que trabalham – contidas as únicas possibilidades para pensar e tensionar as condições de trabalho que lhes são impostas, não no sentido de assumir posições utópicas ou fatalistas, mas de defesa de um trabalho que não se limite apenas ao suprimento de necessidades materiais imediatas; mas, ao contrário, que pode ter a perspectiva, via ação-político organizativa coletiva, de conjugar forças na tentativa de romper radicalmente com as atuais formas de trabalho enquanto “fardo” que hoje se impõe.

Assim sendo, é que entendemos que estudar a crise do capital, as transformações no mundo do trabalho e as incidências nas condições de trabalho de assistentes sociais nos IFET's, implica a necessidade de seguir o lastro marxiano e atentar para seu método de investigação, que tem como premissa apreender os determinantes capitalistas que cerceiam e escamoteiam as expressões que conformam o objeto de investigação.

Marx esboça isso na medida em que explicita a gênese, a consolidação e o desenvolvimento da sociabilidade burguesa e de seu modo de produção e reprodução (PAULO NETTO, 2011, p. 18-19). Mas, para estudá-la, respalda-se num método de investigação que envolveu a capacidade intelectual para apreender a realidade e analisá-la, fazendo para tanto uso de distintas técnicas de pesquisas, hoje denominadas de análise bibliográfica, documental, observação sistemática etc.

Assim, mesmo Marx não expando nitidamente as técnicas de pesquisa utilizadas para perquirir a realidade das relações sociais burguesas, em várias passagens d'O *Capital*, isso *salta aos olhos*, quando, por exemplo, passa a estudar anotações médicas e os chamados *Public Health Reports* (Relatórios de Saúde Pública), para explicitar a situação de mortalidade e adoecimento causado pelo excesso de trabalho de adolescentes, crianças e adultos; quando faz minucioso levantamento das Leis Fabris inglesas de 1861; quando estuda o Censo de 1861 da Inglaterra e do país de Gales e realiza consultas ao Registro de óbitos de Londres (Register General), em 1864, para conhecer os casos de morte por inanição, entre tantos outros (MARX, 2013, p. 536-543).

Paulo Netto (2011, p. 36), ao se referir à preocupação marxiana com a aproximação da realidade concreta da sociabilidade burguesa e os estudos decorrentes dessa preocupação, expõe:

[...] ele se dedica obsessivamente ao estudo da sociedade burguesa: analisa documentação histórica, percorre praticamente toda bibliografia já produzida da economia política, acompanha os desenvolvimentos da economia mundial, leva em conta os avanços científicos que rebatem na indústria e nas comunicações e considera as manifestações das classes fundamentais (burguesia e proletariado) em face da atualidade.

Por isso, teoria não pode ser simplesmente a descrição detalhada do objeto de pesquisa, mas é uma modalidade do conhecimento que deve expressar fielmente o movimento do objeto si, sua lógica constitutiva e, partindo disso, tentar ir além da aparência imediata.

Nessa lógica, a teoria possibilita ao pesquisador “[...] apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão entre elas”, em um processo que exige aproximações sucessivas (MARX, 1968, p. 16 apud PAULO NETTO, 2011, p. 25).

Não se pode, frente a isso, esquecer que esse acervo teórico não são conjecturas, mas sínteses do real e da vida concreta dos sujeitos que a vivenciam, entendida como relações sociais que se estabelecem no seu modo de produzir e reproduzir. Sobre a importância da teoria, Paulo Netto (2011, p. 40), explana:

Uma teoria social da sociedade burguesa, portanto, *tem* que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social. Este ponto de partida não expressa um juízo ou uma preferência pessoais do pesquisador: ele é uma exigência que decorre do próprio objeto de pesquisa – sua estrutura e dinâmica só serão reproduzidas com veracidades no plano ideal a partir desse fundamento; o pesquisador só será fiel ao objeto se atender a tal imperativo [...].

Para que isso aconteça, a teoria deve reproduzir no nível da consciência o movimento e a dinâmica do objeto estudado, ou seja, a teoria deve expressar o movimento real do objeto e sua estrutura, sendo *mister*, neste caso, o pesquisador tentar abster-se do objeto, mesmo estando inserido neste enquanto sujeito social, o que não pressupõe a pretensa neutralidade. Straus (1975, p. 215 apud MINAYO 1994, p. 14) lembra que essa externalidade não se realiza de forma decisiva em uma “[...] ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto” em que “[...] o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”.

Um dos objetivos da pesquisa marxiana é trazer à luz os fundamentos e condicionantes do domínio burguês e do capital sobre o trabalho, colocando sua análise a “*serviço dos trabalhadores e da revolução socialista*” para esta ressoar nas propostas político-organizativas dos trabalhadores. Tal investigação tem seu fundamento num método assentado na crítica da economia política da realidade, na perspectiva de captar as determinações do todo concreto, via reflexão teórica que não se propõe ser um simples paradigma de explicação do real, mas uma forma de expressar conceitualmente, no nível da razão e do pensamento, o entendimento do ser social inserido numa realidade sócio-histórica determinada. Assim,

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa

escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação (PAULO NETTO, 2011, p. 52).

Avulta-se, a partir disso, que a pesquisa “[...] não é para manusear ‘instrumentais’[...]” e “[...] técnicas que objetivam enjaular a realidade nos conceitos científicos; ao contrário, é para ter visão de homem e do mundo” (LARA, 2013, p. 227), na tentativa sempre aproximativa de ultrapassar sua estrutura fenomênica e dissecar sua estrutura interna e os condicionantes externos que lhe causam influência.

Nesse sentido, o método marxista não pode se constituir num *fetichismo* metodológico, num arcabouço de instrumentais, técnicas e regras que comandam o desenvolvimento da pesquisa, mas, um caminho seguido pela razão em um processo reflexivo de ir e vir para tentar saturar o objeto de estudo em seu movimento e determinações, cujas expressões são objetivas e têm ampla autonomia e independência face ao pesquisador.

É importante inteirar que nesse processo, o pensamento alcança inicialmente somente a aparência do objeto, os dados *brutos*. Assim, o pesquisador limita-se a apreender apenas sua superficialidade enquanto ponto de partida, necessitando posteriormente alcançá-lo em sua totalidade, conforme enuncia Kosik (1976, p. 35-36), a fim de não correr o risco de apreender a aparência do fenômeno e tomá-lo por essência.

Corazza (1996, p. 35) sumaria, a partir de Marx, a mesma ideia, afirmando que “[...] conhecer a realidade concreta é um processo que envolve três movimentos: abstrair as partes do todo, analisar suas leis e relações internas e, fundamentalmente reproduzir conceitualmente o todo concreto”. Ou seja, apreender a realidade em sua totalidade “[...] não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado”.

E qual o percurso do concreto pensado?

A investigação cuidadosa da pesquisa é um momento fundamental em que se buscam as gêneses que deram origem a um fenômeno, não o considerando isoladamente. Esse é um processo de ultrapassagem do concreto imediato – que se dá no nível da aparência – e que pela via da razão reconstrói e reproduz o real em sua essência, na sua totalidade.

É assertivo afirmar com isso que o método de pesquisa não parte da preocupação reducionista do como conhecer a realidade, mas do que é, e como ela se expressa, pois se assim não fosse, o empirismo e a dedução poderiam ser suficientes e adequados para captar e compreender os fatos de forma superficial, desconsiderando o todo complexo.

Seguindo a lógica da concepção marxiana, Corazza (1996, p. 38), afirma:

[...] o conhecimento abstrato é insuficiente para revelar a verdadeira natureza do objeto [...], dado que é apenas conhecimento das partes, dos fenômenos isolado, conhecimento da aparência da realidade e não da essência e de seu todo; abstração é apenas um meio, não o fim do conhecimento. O conhecimento concreto da realidade só é possível se as partes, abstraídas do todo pelo pensamento, forem rearticuladas ao todo concreto.

É por isso que identificar e eleger categorias de análise se torna fundamental quando se adota o método de conhecimento marxista, uma vez que estas enquanto expressão do real captam pelo pensamento um conjunto de contradições e suas inter-relações. Marx (apud PAULO NETTO, 2011, p. 46, grifo do autor), ressalta que categorias:

[...] exprimem [...] formas de modo de ser, determinações de existência, [...] ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias *ontológicas*); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias *reflexivas*).

Com base nessa fundamentação, e entendendo que o método marxiano se propõe a apreender o objeto na perspectiva de totalidade em um percurso que envolve aproximações continuadas, é que traçamos o nosso percurso teórico-metodológico que a partir do pensamento marxiano e da tradição marxista buscou analisar a crise do capital, as transformações no mundo do trabalho e suas incidências nas condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 5 (cinco) estados, das diferentes regiões do Brasil, com ênfase naqueles estados da federação que apresentaram – até janeiro de 2015 – quantitativamente, maior número de profissionais em seus quadros funcionais.

Para dar sustentação ao quadro empírico, apanhamos da própria realidade três categorias teóricas centrais de análise para respaldar o presente estudo: trabalho, Estado e políticas educacionais, visto que nelas estavam contidas as

determinações que em seu fim último incidiam nas condições efetivas do trabalho de assistente social nos IFET's.

Ressalta-se, porém, que os elementos da pesquisa não foram entendidos simplesmente como sinônimo de características, propriedades ou eixos explicativos do real, pois o que se tentou perseguir não se resumiu ao detalhamento empírico de fatos, mas à síntese de múltiplos elementos que se imbricaram e confluíram para trazer à tona as particularidades das condições de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's.

Considerando o tempo de existência da educação profissional e tecnológica no Brasil e “[...] que a realidade é sempre dinâmica, única e complexa, em contínuo movimento interativo, no sentido de sua dialeticidade imanente” (MAZZEO, 2015, p. 22), estabeleceu-se o marco temporal delimitador para a participação dos/das assistentes sociais na pesquisa, o que exigiu incursão no mapeamento do quantitativo de assistentes sociais existentes nos IFET's².

Por se tratar de um levantamento extensivo, e transmutado, decorrente de novas inserções/saídas de assistentes sociais nas unidades dos IFET's via concurso público, redistribuição, remoção, vagas, aposentadorias etc., tornou-se cada vez mais necessário estabelecer o tempo limite para verificação do quantitativo de assistentes sociais pertencentes às unidades dos Institutos no Brasil.

Assim, mesmo sabendo que a gênese do Serviço Social brasileiro emerge somente no ano de 1936, elegeu-se mapear, antecedendo a pesquisa, a admissão dos assistentes sociais na educação profissional e tecnológica – desde a inauguração das primeiras unidades no Brasil, em 1909 – até o mês de janeiro do ano de 2015.

Feito isso, elegemos o período de 2008 a 2015 enquanto marco temporal do estudo, tendo em vista que foi nesse espaço de tempo onde se deu o maior número de contratações de assistentes sociais nos estados/regiões delimitados/as para a pesquisa, sendo, também um dos momentos em que a crise de acumulação do capital se apresenta de forma mais incisiva, trazendo consequências diretas para as condições de trabalho de forma generalizada.

² A evolução nas nomenclaturas das Escolas que compõem a Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica no Brasil são adaptadas, desde suas inaugurações, de acordo com as conjunturas, objetivos institucionais, modalidades, níveis de ensino e público-alvo a quem se destinam em cada época. Assim, as unidades inauguradas no país, em 1909, levam inicialmente o nome de Escola de Aprendizes e Artífices. Em 1937, essa nomenclatura cede lugar para Liceus Profissionais. Já em 1942, tornam-se Escolas Industriais e Técnicas. Em 1978, passam a ser denominados Centros Federais de Educação e Tecnologia e, só finalmente em 29 de dezembro de 2008, recebem a nomenclatura de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (MEC, 2010, p. 11).

Esse levantamento foi viabilizado pela consulta ao banco de dados disponível no site do Portal da Transparência, criado em 2004 e vinculado ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União³, na perspectiva de emitir lisura no que diz respeito à aplicação dos recursos públicos federais.

Delimitar o marco temporal da pesquisa tornou-se fundamental para evitar incorrer em erro amostral, pois, frente aos fatores variados já apontados (redistribuições, novas convocações para posse nos concursos, vacâncias em cargos etc.), a estatística quantitativa do número de assistentes sociais pertencentes às diferentes unidades dos IFET's encontra-se em permanente mudança, o que significa dizer que, se forem buscadas as mesmas informações nos meses posteriores ao marco temporal adotado, certamente, o quantitativo de assistentes sociais pertencentes ao quadro profissional dos IFET's por região, já sofreu variação, o que tornou fundamental desconsiderar as informações para além do mês/ano escolhido.

Os passos elucidativos em relação ao marco temporal da pesquisa foram de suma importância para o início do estudo, pois através dele se ampliou a possibilidade de identificar o universo empírico a ser pesquisado e os potenciais sujeitos da pesquisa.

Após essa sistematização inicial, foram solicitadas, em 13 de maio de 2015, via *e-mail*, ao Portal da Transparência, informações relativas ao quantitativo de assistentes sociais por IFET e a identificação dos profissionais por *Campi*. No mesmo dia, esse órgão respondeu através de *e-mail* que a competência dessa informação cabia à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), fornecendo-nos, via ligação telefônica – realizada por eles –, o *e-mail* da SETEC para possibilitar o contato com o próprio órgão.

³ No dia 12 de maio de 2016, ao assumir interinamente a Presidência da República Federativa do Brasil, o até então Vice-Presidente Michel Temer, – após votação para o afastamento da Câmara Federal para investigação e julgamento sobre crime de responsabilidade administrativa de Dilma Vana Rousseff (com 367 votos a favor e 137 contrários) –, extingue através da Medida Provisória 726 (BRASIL, 2016), a Controladoria Geral da União (CGU), transformando esse órgão em Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC). Tal Medida Provisória, se por um lado parece escalonar a importância da antiga CGU, por outro, também acende a possibilidade de, ao torná-lo Ministério, gerar dificuldades de fiscalizações em relação ao uso e aplicação dos recursos públicos, tendo em vista que fica em suspenso a seguinte questão: como um Ministério pode ter a capacidade de fiscalizar e controlar aplicação de recursos de instâncias de mesma paridade? Um aspecto que também chama atenção na publicação dessa Medida Provisória é o fato de ela definitivamente extinguir todos os Ministérios da administração de Rousseff, no primeiro dia de exercício do presidente interino, antes mesmo de expirar os 180 dias para o julgamento definitivo do *impeachment* pelo Senado Federal. Na exposição de motivos da Medida Provisória, se enfatiza a necessidade de racionalização e eficiência da esfera pública.

Frente a não devoluta da SETEC e a ausência de dados agregados em seu site, acessou-se o banco de dados do Portal da Transparência, sobretudo a planilha de servidores públicos que no mês de janeiro de 2015⁴ incluía todos os servidores públicos civis⁵ do Executivo Federal em exercício no Brasil para este ano/mês.

Assim, através da combinação dos *softwares* SPSS⁶ e MXQDA⁷, tornou-se possível em meio à planilha composta por 771.910 (setecentos e setenta e um mil novecentos e dez) servidores federais ativos do Executivo Civil Federal, localizar 3.015 (três mil e quinze) assistentes sociais civis pertencentes à Rede Federal no Brasil até o mês de janeiro de 2015.

Na presença de uma realidade abrangente e ainda caótica, pelo fato de não se ter informações precisas acerca da identificação dos profissionais dos IFET's, buscou-se filtrar – em meio aos 3.015 (três mil e quinze) profissionais identificados – a lotação funcional dos/das assistentes sociais pertencentes aos IFET's do Brasil.

A síntese dessas informações iniciais, que representa apenas uma parte da manifestação fenomênica do nosso objeto de estudo e, portanto, da realidade em seu constante processo de composição e decomposição racional do concreto pensado, está representada no Quadro nº 1, abaixo, que espelha o conjunto de 647 (seiscentos e quarenta e sete) assistentes sociais, lotados nos 38⁸ (trinta e oito) IFET's dos 5 (cinco) estados e regiões do Brasil, até janeiro de 2015.

⁴ Usamos o banco de dados do Portal da Transparência do mês de janeiro de 2015 pela necessidade de se estabelecer e delimitar o tempo para realização da consulta e da pesquisa, uma vez que precisávamos obter informação do quantitativo de assistentes sociais em cada IFET's.

⁵ Os servidores civis ativos do Executivo Federal são formados por servidores da administração pública direta, autarquias e fundações públicas, sendo regidos pelo Direito Administrativo e tutela do Direito Público. Eles são regulados pela Constituição Federal e têm Estatuto próprio que rege seus direitos e obrigações. Forma também o conjunto de servidores civis ativos, as empresas públicas, que são reguladas pelo Direito do Trabalho e disciplinadas através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as sociedades de economia mista e servidores públicos dos ex-territórios.

⁶ O *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), é um software para organização e análise de dados estatísticos usado em pesquisas.

⁷ MXQDA – é um software utilizado para análise de dados de pesquisa qualitativa ou mista que permite sistematizar as informações, podendo ser usado, sobretudo, com dados não estruturados como entrevistas, questionários abertos ou mistos, análise de conteúdo etc.

⁸ Quando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é instituída no Brasil, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008a), existia no Brasil entre Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) e Escolas Técnicas Federais, 38 unidades. Essas unidades, com a nova lei, são denominadas de IFET's. Assim, as Escolas Agrotécnicas Federais, os Colégios Técnicos, Industrial e Agrícolas que vão se incorporando à Rede, passam a ter nova nomenclatura, já que o § 2º da Lei nº 11.892 versa que a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal é de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, elevada à condição de Campus da nova instituição, sendo por isso que o quantitativo de unidades ultrapassa, em 2008, o quantitativo de 38 unidades, como é apresentado no Gráfico nº 4, deste trabalho.

Quadro nº 1: Quantitativo de assistentes sociais distribuídos nos diferentes IFET's no Brasil até janeiro de 2015

IFET's	Nº de A. Sociais nos IFET's
1. INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF)	16
2. INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO (IFMA)	25
3. INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG)	23
4. INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO DE PERNAMBUCANO (IF-Sertão Pernambucano)	08
5. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR)	19
6. INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IFRJ)	14
7. INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO (IFPE)	08
8. INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA (IFRO)	09
9. INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC)	14
10. INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)	32
11. INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA)	24
12. INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC)	26
13. INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE)	40
14. INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES)	23
15. INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN)	43
16. INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP)	04
17. INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO (IFMT)	25
18. INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ (IFPA)	19
19. INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO (IFPE)	18
20. INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB)	14
21. INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS (IFSULDEMINAS)	10
22. INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC)	04
23. INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS (IFTO)	15
24. INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFarroupilha)	11
25. INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)	15
26. INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS (IFAM)	12
27. INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL)	18
28. INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG)	13
29. INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS (IFSUDESTEMG)	13
30. INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul)	15
31. INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP)	35
32. INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI)	23
33. INSTITUTO FEDERAL GOIANO (IFGOIANO)	05
34. INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS)	15
35. INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA (IFRR)	06
36. INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS (IFNMG)	09
37. INSTITUTO FEDERAL BAIANO (IFBAIANO)	10
38. INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (IFTM)	03
Total	636

Fonte: Portal da Transparência. REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (2015) – MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (2015). Sistematização de Lígia da Nóbrega Fernandes.

A partir das informações acima, tornou-se possível agregar o quantitativo de assistentes sociais por região e identificar ordinalmente a distribuição de

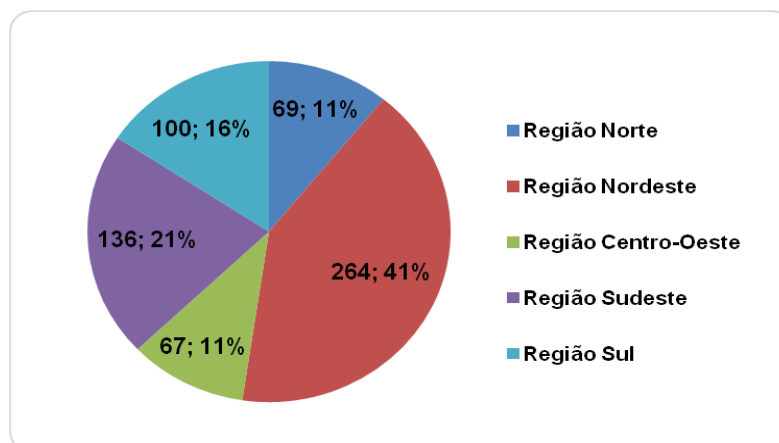
profissionais nos IFET's até janeiro de 2015⁹, caminho metodológico que nos permitiu concluir que o nordeste brasileiro é a região que apresenta o maior quantitativo de profissionais, pois comporta em seus quadros funcionais 275 (duzentos e setenta e cinco) assistentes sociais, correspondendo a 43% da totalidade brasileira, considerando sempre o período delimitado da pesquisa.

A segunda região que agrega mais profissionais é a região sul do Brasil, com 136 (cento e trinta e seis) assistentes sociais, o que corresponde a 21% do total de assistentes sociais dos IFET's.

Em terceiro lugar, está a região sudeste, com 100 (cem) profissionais, ou 16%; seguida das regiões norte – com 69 (sessenta e nove) profissionais em exercício, ou 11% do total de profissionais.

Por último, se encontra a região centro-oeste, havendo 67 (sessenta e sete) profissionais em seus quadros, ou 11% do número de profissionais da totalidade pesquisada no espaço temporal adotado. A forma sintética dessa representatividade é apresentada no Gráfico n° 1, a seguir:

Gráfico n° 1: Quantitativo de assistentes sociais identificado para participação na pesquisa por regiões do Brasil até janeiro de 2015.



Fonte: Portal da Transparência. REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (2015) – MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (2015). Sistematização de Lígia da Nóbrega Fernandes.

⁹ Importa destacar que o ingresso de assistentes sociais nos quadros da educação profissional e tecnológica no Brasil, segundo informações coletadas no banco de dados consultado no Portal da Transparência, acontece apenas na década de 1980, como será explicitado nas tabelas que identificam os anos em que acontecem as inserções dos profissionais na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

A sistematização das informações acima possibilitou visualizar que até janeiro de 2015 havia 647 (seiscentos e quarenta e sete) assistentes sociais no quadro funcional dos IFET's, distribuídos, até o mês de janeiro de 2015, em 515 (quinhentas e quinze) unidades¹⁰.

Frente a isso, tornou-se necessário localizar quais os estados no Brasil teriam o maior quantitativo de assistentes sociais; necessidade motivada para a escolha dos estados da Federação para a realização da pesquisa empírica e de campo, uma vez que a preocupação centrou-se na perspectiva de tentar abranger uma representação significativa frente à totalidade da realidade nacional brasileira.

Nessa fase, gerou-se o Quadro nº 2, apresentado a seguir, que reflete o quantitativo de assistentes sociais por região no Brasil em cada unidade dos IFET's.

Quadro nº 2: Quantitativo de IFET's e assistentes sociais por Região do Brasil

Região Norte			Região Nordeste			Região Centro-Oeste			Região Sudeste			Região Sul		
Estado	Nº de IF's	Nº de A.S	Estado	Nº de IF's	Nº de A.S	Estado	Nº de IF's	Nº de A.S	Estado	Nº de IF's	Nº de A.S	Estado	Nº de IF's	Nº de A.S
Acre	06	04	Maranhão	26	25	M. Grosso	16	16	M. Gerais	49	48	Paraná	25	19
Rondônia	07	09	Piauí	19	23	M. Grosso do Sul	07	09	São Paulo	34	35	S. Catarina	36	40
Amazonas	12	12	Ceará	25	40	Goiás	24	28	Espírito Santo	19	23	R. G do Sul	40	41
Roraima	05	06	R. G. do Norte	20	43	Brasília	10	14	Rio de Janeiro	22	30	#####	#####	#####
Pará	15	19	Paraíba	12	32	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
Amapá	03	04	Pernambuco	19	34	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
Tocantins	11	15	Alagoas	15	18	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
#####	#####	#####	Sergipe	08	15	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
#####	#####	#####	Bahia	30	34	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
#####	59	69	#####	174	264	#####	57	67	#####	124	136	#####	101	100
Número de total de IFET's em todas as Regiões: 515														
Número total de assistentes sociais incluindo todas as Regiões: 636														
Universo da pesquisa: 179														

Fonte: Sistematização própria, realizada através dos dados REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (2015) – MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (2015). Sistematização de Lígia da Nóbrega Fernandes.

Essa elaboração viabilizou escolher de forma mais clara os estados a serem pesquisados e a amostragem total contemplada no estudo, o qual compreendeu um universo de 179 (cento e setenta e nove) assistentes sociais, distribuídos entre os diferentes IFET's das regiões selecionadas.

¹⁰ A identificação das unidades dos IFET's foi realizada em 10 de maio de 2015 (REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2015). Vale destacar que, para identificar as 515 unidades, foi necessário consultar os IFET's dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal, informação que foi se alterando à medida que foram sendo realizadas novas inaugurações nos Estados brasileiros.

Na perspectiva de não tornar a elaboração dos instrumentais de pesquisa apenas sobre nossas “*lentes*”, foi realizado, entre os dias 17 a 28 de outubro de 2016, com 15 assistentes sociais dos diferentes IFET’s do Brasil, o pré-teste do formulário estruturado, que após avaliação e crivo do Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP puderam ser enviados aos sujeitos da pesquisa.

Não realizamos o pré-teste com os próprios sujeitos da pesquisa, pois julgamos desnecessário mobilizar repetidamente os profissionais, aspecto que poderia causar desmotivação quando do envio do formulário definitivo. Nesse sentido, o pré-teste foi realizado com os assistentes sociais dos IFET’s não selecionados para a pesquisa, mas com experiências de condições de trabalho semelhantes às situações concretas dos sujeitos a serem pesquisados.

Na tentativa de se obter um olhar crítico e diversificado regionalmente em relação ao instrumental de pesquisa estruturado, convidamos 15 (quinze) profissionais dos diferentes IFET’s para responder e opinar sobre o formulário a ser utilizado posteriormente na pesquisa. Das 5 (cinco) regiões, encaminhamos os formulários de pré-teste para assistentes sociais de 4 (quatro) estados, à exceção do centro-oeste, tendo em vista que não obtivemos contato com os profissionais a tempo, dentro do nosso cronograma de pesquisa.

Constituíram-se como respondentes do pré-teste: 2 (dois) profissionais da região norte – do IFAM e do IFRO; 5 (cinco) assistentes sociais da região nordeste, compreendendo 1 (um) assistente social do IFMA, 2 (dois) do IFBA e 2 (dois) do IFPE; 5 (cinco) assistentes sociais da região sul de diferentes *campi* do IFSC; 3 (três) profissionais da região sudeste, entre os quais 2 (dois) do IFSP – de *campi* diferentes – e 1 (um) do IFF.

O convite aos profissionais foi facilitado – dentre outras formas – pela nossa inserção no grupo do *Whatsaap* de assistentes sociais dos IFET’s Brasil. Os formulários foram enviados via *Google Drive*, a partir dos *e-mails* pessoais e/ou institucionais fornecidos pelos próprios profissionais que aderiram ao convite. O pré-teste foi importante porque ampliou a nossa visão em relação às possíveis dificuldades e/ou embaraços que poderiam surgir no decorrer da pesquisa.

A importância de um pré-teste para um formulário estruturado reside em tentar garantir maior segurança em relação ao entendimento dos enunciados e clareza das questões. Além disso, constitui-se em um momento fundamental para solicitar apreciação, críticas e sugestões dos respondentes que, pelo fato de

vivenciarem as situações concretas que recobrem o objeto de pesquisa, podem emitir outro olhar em relação ao que está sendo indagado.

Sobre a necessidade de realização do pré-teste e sua importância quando da sua utilização nas abordagens estruturadas, Alves e Santos (2014, p. 35), intentam:

Há de se considerar nas abordagens estruturadas o fato de que é imprescindível a aplicação de um pré-teste. Por se tratar de procedimento que envolve muitos questionários predefinidos quanto aos enunciados e opções de respostas, é importante que seja aplicado a *priori* um número pequeno de questionários, como teste, para garantir maior segurança se esses enunciados estão compreensíveis, se estão com duplo sentido e, sobretudo, se as opções definidas são realmente adequadas. Somente com a realização do pré-teste é possível perceber alguns problemas que podem comprometer os resultados.

A escolha pelo formato estruturado abarcando a primeira fase da pesquisa se tornou necessária diante do universo inicial de 179 profissionais a ser pesquisado. A possibilidade de maior abertura do instrumental poderia gerar informações cuja análise tornar-se-ia irrealizável dentro do prazo exigido para conclusão da tese de doutoramento.

Outrossim, mesmo se respeitando as particularidades regionais onde o exercício profissional se realiza, a abordagem estruturada permite abarcar maior generalização das situações comuns que dizem respeito às condições de trabalho.

Para viabilizar o estudo, optou-se então pela entrevista semiestruturada, pela plasticidade que ela evoca. Sua vantagem situou-se na possibilidade de imprimir flexibilidade e aprofundamento aos diálogos e possibilitar esclarecimento das situações relatadas (ALVES; SANTOS, 2014, p. 37), tornando-se aqui elemento fundamental para sanar os *ruídos* de entendimento que no geral se formam quando se faz apenas o uso do formulário estruturado.

Sob esse prisma, nosso estudo foi dividido em duas fases essenciais. Na primeira, buscamos a recolha de informações sobre as condições de trabalho dos profissionais, usando como instrumento de coleta de informações formulários *on-line* (Apêndice B), através do Google Formulário, cujo armazenamento dos dados foi arquivado no disco virtual do *Google Drive*. Nessa ocasião, enviamos para todos os participantes, além do Formulário, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), apontando os objetivos da pesquisa, riscos e garantia de sigilo, conforme preconizam o Comitê de Ética em Pesquisa (Apêndice D) e a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS 510/2016) (CNS, 2016).

Para agregar as informações e entendendo que a categoria condições de trabalho não diz respeito apenas às disposições físico-estruturais de realização do trabalho, dividimos nosso formulário de pesquisa em 6 (seis) seções temáticas principais, que visou, dentre outras coisas, reunir indicativos sobre o perfil profissional da força de trabalho, das condições do trabalho profissional, da gestão do trabalho do tempo de dedicação ao trabalho, das formas organizativas do processo de trabalho e da carga e desgaste do trabalho. Diante disso, foram enviados, através de *e-mails* pessoais e/ou institucionais, os formulários de pesquisa para todos os assistentes sociais dos IFET's dos 5 (cinco) estados das regiões brasileira selecionados para a pesquisa.

Na perspectiva de aprofundar as informações, enquanto técnica complementar da fase estruturada e, nesse sentido, poder dar conta das possíveis dúvidas que circundaram a fase estruturada, priorizamos utilizar também a entrevista semiestruturada. Nessa segunda fase, realizamos 15 (quinze) entrevistas presenciais (Apêndice C), auxiliadas por áudio-gravação, o que representa 10% do total de assistentes sociais do universo de pesquisa.

Nessa etapa, tivemos de nos deslocar para os 5 (cinco) estados brasileiros escolhidos, onde entrevistamos, respectivamente: 2 (dois) assistentes sociais no estado do Pará, 3 (três) no Rio Grande do Sul, 3 (três) em Minas Gerais¹¹, 4 (quatro) no Rio Grande do Norte e 3 (três) em Goiás.

Efetivamente, responderam ao formulário semiestruturado, 146 (cento e quarenta e seis) profissionais, o que corresponde a 81,6% da totalidade geral dos 179 (cento e setenta e nove) assistentes sociais. Não foi possível nessa etapa, a participação de 12 (doze), ou 6,7% dos profissionais, tendo em vista que no momento da realização da mesma, 8 (oito) encontravam-se em exercício em outros órgãos do Executivo Federal, 2 (dois) estavam nessa condição em relação aos IFET's selecionados para a pesquisa, 1 (um) não exercia as atribuições e competências privativas da profissão e 1 (um) havia realizado concurso para outro órgão, não fazendo mais parte do IFET.

A não participação na pesquisa atingiu 11,7%, o que corresponde a 21 (vinte e um) profissionais que, embora não participando, apresentaram alegações como

¹¹ Tivemos que agendar uma das entrevistas no estado do Rio de Janeiro, pela impossibilidade de o profissional, embora pertencente a um dos IFET's do estado de Minas Gerais, não se encontrar no referido estado no momento da realização da pesquisa.

processos de adoecimentos pessoais e/ou familiares ou disponibilidade de tempo para responder o formulário enviado. Houve também situações em que os profissionais – mesmo recebendo reiterados convites, via *e-mail* e através de outras mídias –, não apresentaram nenhum tipo de devolutiva.

Para tentar ampliar nosso olhar sobre as condições de trabalho dos profissionais, utilizamos como critério entrevistar assistentes sociais com lotações funcionais nos IFET's das capitais, regiões metropolitanas e unidades mais afastadas dos grandes centros. Seguindo essa lógica, entrevistamos 5 (cinco) assistentes sociais vinculados aos IFET's das capitais, 3 (três) pertencentes às unidades das regiões metropolitanas – com Institutos localizados entre 21 a 36 km da capital – e 7 profissionais cuja unidades se localizavam entre 96 a 281 km das áreas centrais, *lócus* onde geralmente se localizam as Reitorias enquanto instâncias organizativo-administrativas dos Institutos.

A partir do critério adotado, pudemos captar a realidade das condições de trabalho tanto dos 8 (oito) profissionais que labutam próximo aos grandes centros e regiões metropolitanas como daqueles – 7 (sete) profissionais – cujo *lócus* de trabalhos estão mais afastados dos grandes centros e Reitorias.

Todas as entrevistas foram realizadas de forma presencial, através de agendamentos prévios. Os/as entrevistados foram escolhidos/as conforme disponibilidade e contatos estabelecidos através de vários “canais”: da fase inicial da pesquisa, que possibilitou maior contato com os respondentes, dado à devoluta dos formulários; do conhecimento que já tínhamos com alguns assistentes sociais de outros espaços e momentos de formação continuada em Serviço Social e; de convites intermediados pelos próprios participantes da pesquisa que apontaram a probabilidade de entrevistarmos seus colegas, mesmo estes não pertencendo à unidade de trabalho dos mesmos.

Assim, como unidade amostral, foi escolhido entre os 146 (cento e quarenta e seis participantes) 10% da totalidade para a entrevista semiestruturada, dado que houve uma média de 2 a 4 participações de assistentes sociais na entrevista por estado selecionado.

Na **região norte** do país, o estado contemplado enquanto universo de composição da pesquisa foi o estado do Pará. Tal escolha se realizou porque até o mês de janeiro de 2015, esse estado compunha 27,53% do total de 69 assistentes sociais de toda a região norte, 19 (dezenove) deles pertencentes ao IFPA. Do

quantitativo geral de profissionais, 17 (dezesete)¹² pertencentes aos 9 (nove) municípios¹³ do estado, deram devoluta ao nosso instrumental de pesquisa estruturado, sendo possível também realizar entrevista semiestruturada com 2 (dois) assistentes sociais da referida instituição.

Na **região nordeste** foi selecionado o estado do Rio Grande do Norte/RN, pelo fato de o IFRN conseguir agregar 15,63% da totalidade de profissionais da região nordeste, até janeiro de 2015, ou seja, 44 (quarenta e quatro) profissionais dos 275 (duzentos e setenta e cinco) que compunham os diferentes quadros dos IFET's da região.

Da totalidade de 43 profissionais do IFRN, 38 (trinta e oito) responderam à pesquisa, abarcando uma amostragem de 16 (dezesesseis) municípios no estado. Os demais, não responderam devido não pertencerem na data da pesquisa ao quadro profissional do IFRN – 2 (dois), – pelo não exercício das atribuições privativas e competências profissionais – 1 (um) assistente social. Somente 2 (dois) profissionais, embora tenham recebido o instrumental de pesquisa, deixaram de responder, muito embora um deles, mesmo não respondendo, sob alegação de falta de tempo, se dispôs a participar da entrevista semiestruturada.

Na **região centro-oeste** do país, foi selecionado o estado de Goiás. O estado comportava até o período selecionado para a pesquisa um universo de 28 (vinte e oito) assistentes sociais distribuídos entre o IF Goiás/IFG – 23 (vinte e três assistentes sociais) e o IF Goiano – 5 (cinco) –, equivalendo para o estudo 41,79% de toda região, tendo em vista a região comportar um total de 67 (sessenta e sete) profissionais em todos os IFET's.

Dos 23 (vinte e três) assistentes sociais do IFG, 17 (dezesete) profissionais responderam à pesquisa estruturada, 5 (cinco) não deram devoluta e 1 (um) foi para outra unidade do IF. Já em relação ao IF Goiano, 04 (quatro) responderam ao nosso instrumental de pesquisa e 1 (um) profissional deixou de responder. Da totalidade da

¹² O contato com os profissionais do IFPA foi facilitado pela nossa palestra “A construção histórica e as marcas identitárias e políticas do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Rede Federal”, na abertura do “II Encontro das Equipes de Assistência Estudantil do IFPA”, realizado entre os dias 16 a 17 de maio de 2017, no Campus de Belém, a convite da Pró-Reitoria de Ensino e da equipe da assistência estudantil. A palestra – transmitida simultaneamente para os demais *campi* – fez parte da programática do Encontro, cujo tema central foi “Refletindo sobre a construção histórica e política da assistência estudantil do IFPA: conquista e novos desafios”. Nessa oportunidade, tivemos a possibilidade de estreitar os laços com os assistentes sociais e a oportunidade de convidá-los a participar da nossa proposta de pesquisa.

¹³ Embora tendo identificado cada município dos estados pesquisados, por motivo de resguardo de identidade profissional, optou-se por não identificá-los nesta publicação.

região centro-oeste (28 assistentes sociais), 21 (vinte e um) participaram da pesquisa, abrangendo, assim, 13 municípios do estado. Em relação à entrevista semiestruturada, houve a participação de 3 (três) profissionais.

Na **região sudeste** do país foi contemplado o estado de Minas Gerais, com 48 assistentes sociais, o que equivale a 35,29% dos profissionais de toda região, compondo – até janeiro de 2015 – um total de 136 (cento e trinta e três) assistentes sociais. O estado de MG, além de extenso em espaço territorial, apresentava, no momento de seleção do universo de pesquisa, o maior quantitativo de profissionais distribuídos por diferentes IFET's, assim como o maior quantitativo de reitorias 5 (cinco) no total, quando comparado aos demais estados pesquisados.

Nesse estado, a divisão dos profissionais por IFET's e a participação destes na pesquisa, podem ser organizadas de forma bem regionalizada, a saber: 13 (treze) assistentes sociais no **IFMG**, dos quais 11 (onze) responderam à pesquisa, e 2 (dois) não, por motivo de redistribuição; 9 (nove) profissionais no **IF do norte de MG**, dos quais 8 (oito) participaram e 1 (um) não respondeu; 13 (treze) assistentes sociais no **IF do sudeste de MG**, dos quais 11 (onze) responderam, 3 (três) foram para outros órgãos federais e 2 (dois) não participaram; 10 (dez) assistentes sociais no **IF do Sul de MG**, onde 8 (oito) responderam, 1 (um) não participou e 1 (um) foi para outra instituição federal; e, por fim, 3 (três) profissionais no **IF do Triângulo mineiro**, dos quais todos participaram da pesquisa.

De todo o estado de MG, houve – do total de 48 (quarenta e oito) profissionais – a participação efetiva de 38 (trinta e oito) assistentes sociais pertencentes a 30 municípios diferentes dos IFET's. Tivemos, nesse estado, a presença de 3 (três) profissionais na entrevista semiestruturada.

No que tange à **região sul**, a escolha contemplou o Rio Grande do Sul-RS, pelos mesmos motivos dos demais estados selecionados – ser o estado da região a congregar o maior quantitativo de profissionais. O RS, até a data limite da pesquisa, apresentava 41 (quarenta e um) profissionais de um quadro total de 100 (cem) assistentes sociais dessa região. Essa totalidade (de 41 (quarenta e um) assistentes sociais) equivalia, no tempo delimitado da pesquisa, a 41,0% do quadro total de profissionais de toda a região.

A lotação funcional dos profissionais pertencentes ao estado do RS tem estruturação símile ao estado de MG, ou seja, o RS, tal qual MG, comporta IFET's com nomenclaturas e Reitorias diferentes para gerir os Institutos espalhados pelos

diferentes municípios do estado. Nesse sentido, no quadro estrutural do RS, se teve 15 (quinze) assistentes sociais no **IF do Rio Grande do Sul-IFRS** (dos quais 13 (treze) responderam à pesquisa e 02 foram redistribuídos; 11 (onze) assistentes sociais no **IF Farroupilha** (dos quais 7 (sete) responderam a pesquisa, 3 (três) não responderam e 1 (um) prestou concurso para outra área); 15 (quinze) profissionais no **IF Sul-rio-grandense**, dos quais 11 (onze) responderam à pesquisa e 4 (quatro) não chegaram a dar devoluta do formulário eletrônico.

Isso significa dizer que, do total de 41 profissionais, houve a participação de 31 (trinta e um) assistentes sociais pertencentes a 31 municípios diferentes. Do total de profissionais dos IFET's do RS, foram convidados 3 (três) assistentes sociais a participar da entrevista semiestruturada.

No Quadro nº 3, a seguir, apresentamos a síntese quantitativa da participação dos profissionais via formulário de pesquisa por estado/região:

Quadro nº 3: Síntese geral das respostas ao formulário de pesquisa por estado/região

Regiões/ Quantidade de estados	Nº de Ass. Sociais por Região	Nº de Reitorias dos IFET's em cada estado pesquisado	Filiação Institucional dos A. Sociais	Total de A.S por IFET	Nº de participantes na pesquisa estruturada	Não participação na pesquisa estruturada	Outra situação*	Nº de municípios abrangidos pela pesquisa
Norte 7 estados	69	1	IFPA	19	16	3	-	9
Nordeste 9 estados	264	1	IFRN	43	39	2	3	16
Centro- Oeste 3 estados + DF	67	1	IFG	23	17	5	1	11
		1	IF Goiano	5	4	-	1	2
Sudeste 4 estados	136	1	IF Norte de MG	9	9	1	-	7
		1	IF Sudeste MG	13	8	2	3	6
		1	IFMG	13	11	-	2	10
		1	IF Sul de MG	10	8	1	1	4
		1	IFTM	3	3	-	-	3
Sul 3 estados	100	1	IFRS	15	13	-	2	13
		1	IF Farroupilha	11	7	3	1	7
		1	IF Sul-rio- grandense	15	11	4	-	8
26 estados + DF	636	12	12	179	146	21	14	96

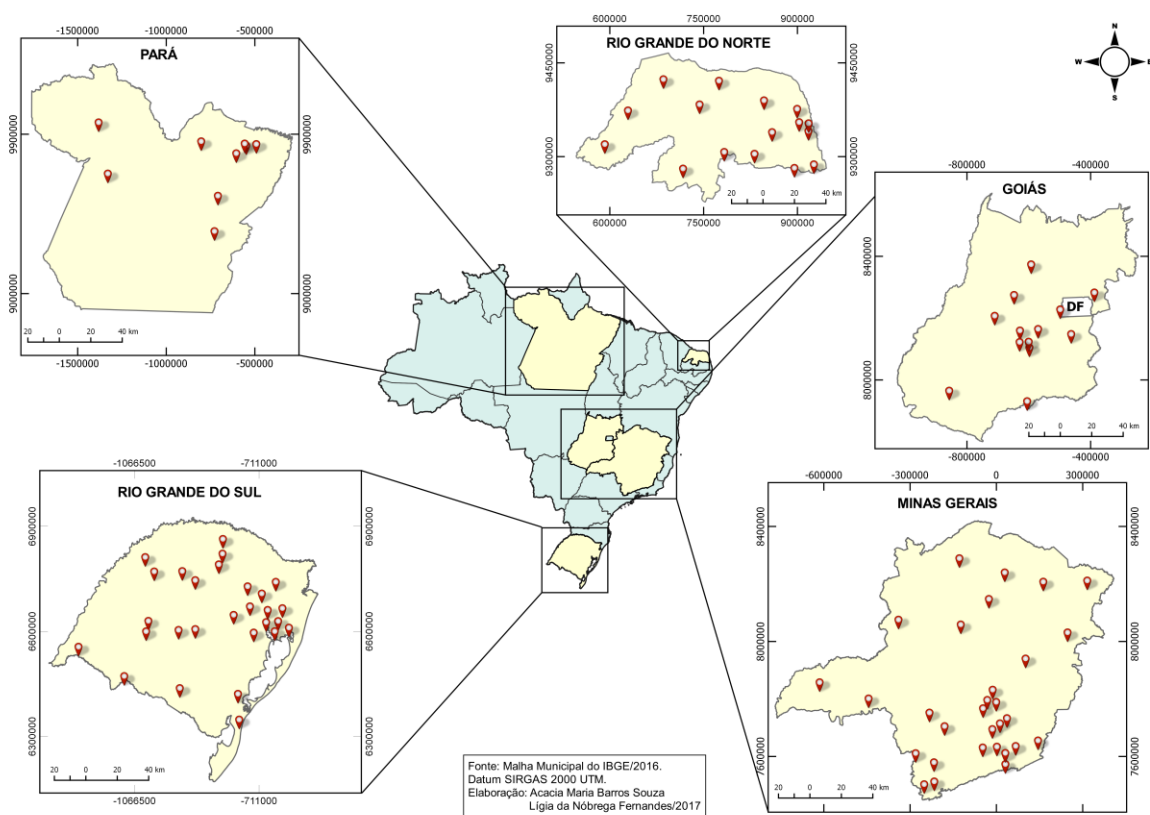
* Redistribuição, prestou outro concurso, cooperação técnica etc.

Fonte: Pesquisa de campo. Sistematização de Lígia da Nóbrega Fernandes.

Visualiza-se no quadro acima que nem sempre a gestão político-administrativa dos IFET's se organiza através de uma única Reitoria – como acontece nos estados do Rio Grande do Norte e Pará –, o que levou à necessidade de se emitir 12 comunicados a essas instâncias (Apêndice C), como forma de científicá-las sobre a realização da pesquisa.

Quanto à abrangência territorial, a pesquisa constatou, conforme o Quadro 3, que os profissionais estão espalhados em 99 (noventa e nove) municípios diferentes, sendo que em apenas 18 (dezoito) deles há 2 (dois) profissionais por *campi* (12 (doze) deles no IFRN) e em apenas 1 (um) – no IFPA – há a ocorrência de 3 assistentes sociais em um único *campi*, o que aponta que menos de 20% dos tendem a contratar apenas 1 (um) profissional por unidade, aspecto que contraria a lotação de profissionais nas Reitorias, que em média são 2 (dois) profissionais, o que implica, no geral, na diferenciação em relação às condições de trabalho.

Figura nº 1: Mapa geral de cobertura da pesquisa por região do Brasil



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Frente a esses apontamentos iniciais, o estudo procurou levantar as expressões das condições de trabalho vivenciadas pelos profissionais na realidade brasileira, recortando 27,66% da totalidade de assistentes sociais no Brasil para serem pesquisados, na perspectiva de agregar a representatividade dessas condições nos IFET's das regiões selecionadas. Reconhecemos, no entanto, que em função das particularidades das condições de trabalho das diferentes realidades regionais, como também de cada unidade de trabalho onde o exercício profissional se realiza, que não foi possível diante da multiplicidade de localidades e de profissionais, individualizar a análise das condições de trabalho por IFET, uma vez que, mesmo agregando os resultados, estes não pretendem nem podem refletir de nenhuma forma a universalização generalizante das condições de trabalho de todos os assistentes sociais que labutam nos diferentes Institutos no Brasil.

Essa premissa foi sopesada antes do início da pesquisa a partir da ideia norteadora de que faríamos apenas aproximações símile de condições de trabalho, fato que nos levou a priorizar dentro da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, apenas os/as assistentes sociais dos IFET's em detrimento dos demais profissionais da Rede, como os/as que atuam nas Escolas de Aplicação vinculados/as às universidades, no Colégio Pedro II e na Universidade Tecnológica do Paraná e seus *Campi*.

Frente a isso, elegemos a pesquisa exploratória como “a primeira etapa de uma investigação mais ampla”, onde realizamos o levantamento da admissão dos sujeitos pesquisáveis, “com o objetivo de proporcionar [uma] visão geral, de tipo aproximativo”, do ingresso dos profissionais nos IFET's (GIL, 2012, p. 27).

Para respaldar todo o estudo, contemplamos a pesquisa qualitativa enquanto caminho que procurou abordar as condições de trabalho dos profissionais a partir de seus relatos, que, mesmo não podendo ser medidos em equações, médias e estatísticas, puderam ser captados e analisados através da compreensão e interpretação das particularidades presentes na labuta cotidiana profissional, que neste caso particular são expressões de determinações concretas e de processos sociais que estão vinculados à “[...] reestruturação produtiva [...] do aparelho do Estado, da intensificação e desregulamentação do trabalho” (IAMAMOTO, 2007, p. 231-232).

A pesquisa bibliográfica se constituiu conjuntamente como elemento norteador essencial do estudo. Ela foi importante porque, além de acompanhar

permanentemente todo o processo da pesquisa nos atos de ler, fichar, levantar informações sobre o tema através da leitura de livros, artigos científicos, periódicos, dissertações, teses etc., viabilizou o contato com o arcabouço teórico-informativo e abrangente das categorias teóricas, facilitando o diálogo e a compreensão da realidade estudada no seu devir.

A pesquisa documental também foi privilegiada no presente estudo, viabilizando através da permanente consulta à Leis, Decretos, Pareceres, Portarias, Instruções Normativas etc., o acesso a conteúdos que no geral direcionam a política educacional brasileira e, por conseguinte, a atuação profissional dos/as assistentes sociais nos IFET's. Nesse sentido, documentos oficiais como o Plano Nacional de Educação (2011-2020) e seus antecedentes, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Lei de Ações Afirmativas etc., se constituíram enquanto fontes fundamentais a partir das quais articulamos o processo de esclarecimento e aprofundamento do nosso tema.

Todos esses elementos, quando relacionados, permitiram ampliar nossa base compreensiva e reflexiva em relação às condições de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's, o que possibilitou, conseqüentemente, alargar nossa análise para passagem e ascensão do abstrato ao concreto que é auxiliada, além do método e metodologia aqui adotados, pelo material empírico dos 146 (cento e quarenta e seis) formulários e 15 (quinze) entrevistas semiestruturadas¹⁴, cujo conteúdo¹⁵ guarda relação intrínseca com as condições de trabalho vivenciadas no cotidiano institucional dos IFET's pelos/las assistentes sociais dos 5 (cinco) estados pesquisados.

Desta feita, abordaremos as condições de trabalho dos profissionais, a partir dos próprios sujeitos que as vivenciam diretamente. Nesse sentido, para não perder o eixo do método e da metodologia eleitos, frisaremos na sequência, a importância ontológica do trabalho para a formação do ser social e sua subordinação a égide do

¹⁴ As 15 (quinze) entrevistas semiestruturadas totalizaram 17 horas de gravação.

¹⁵ A fim de não identificar de nenhuma forma o/a participante da pesquisa, adotaremos a sigla AS (Assistente Social), juntamente com um algarismo arábico ao longo de toda tese, para demarcar a participação profissional dos/das assistentes sociais em resposta ao formulário de pesquisa. Nesse sentido, no corpo do texto, utilizaremos, por exemplo: AS 23, onde o algarismo arábico demarca o número do formulário de pesquisa respondido. Da mesma forma, usaremos a sigla IF toda vez que o profissional se referir ao seu local de trabalho. Assim, mesmo que o profissional tenha usado, por exemplo, IFPA, IFRN etc., ao falar do seu lócus de trabalho, este será substituído apenas pela sigla IF. Já para demarcar a participação na entrevista semiestruturada, utilizaremos a letra E (Entrevistado/a), juntamente com o algarismo arábico que corresponde à ordem de realização da mesma. Dessa forma, para referenciá-la se terá, por exemplo: Entrevistado 1.

capital, cujas artimanhas articulam maneiras de pensar, organizar e gerir o trabalho que incidem nas condições de realização para os trabalhadores em geral e, particularmente, para os/as assistentes sociais enquanto parte de trabalhadores coletivos.

CAPÍTULO 2 ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO E DEPENDENTE BRASILEIRO

2.1 A dimensão ontológica do trabalho e o trabalho abstrato em Marx

Elucidar as condições de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's implica situar inicialmente as mediações que atravessam essas condições. Pressupõe, necessariamente, trazer à tona a dimensão ontológica do trabalho, as formas que este assume, as atuais estratégias para ascensão do mais-valor, as marcas identitárias do trabalho produtivo e improdutivo, do trabalho complexo e simples, como também a posição de dominação operada pela esfera do capital sobre a economia periférica e dependente brasileira, principalmente a partir dos anos de 1990 em que a contrarreforma do Estado faz apelo ao gerenciamento estatal para impor condições de trabalho alinhadas à necessidade de reprodução capitalista.

Essa elucidação implica também a necessidade de situar o papel que a política de educação profissional e tecnológica assume enquanto espaço de atuação de assistentes sociais diante da sua expansão, mas não universalização das vagas e programas para a permanência estudantil, o que torna o Serviço Social, profissão estratégica no interior dos IFET's que carrega as marcas de uma política educacional alinhada aos interesses econômicos, sociais, culturais e ideológicos dos centros imperiais do capital.

Ou seja, é impensável explicar as formas como se expressam as condições do trabalho profissional nos IFET's sem apontar os aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos da atual crise capitalista e os processos de mudanças no mundo do trabalho e do Estado (enquanto “balcão” representativo do capital), elementos que, além de se impor conjuntamente enquanto determinantes universais que subsume o trabalho em geral, deflagra também sobre o Serviço Social – enquanto parte do trabalho coletivo –, determinantes para forjar a profissão exclusivamente para o exercício de atividades de “controle social” no âmbito dos IFET's, relegando seu significado social a intervenções técnico-burocráticas.

Nesse sentido, torna-se central situar as determinações que conjuntamente incitam sobre as condições de realização do trabalho de assistentes sociais nos

IFET's, sem as quais certamente entenderíamos essas condições apenas como elementos implicados e necessários à forma de se reproduzir e “ser” capitalista. No entanto, tentando tergiversar a naturalização dos processos, começemos pela discussão do trabalho enquanto elemento-chave para a criação da riqueza e formação do ser social.

Não há como negar que a gênese da riqueza enquanto mercadoria¹⁶ tem sua origem na compra e venda da força de trabalho enquanto elemento produtor de sua materialidade. Este foi, ainda é, e permanecerá sendo o núcleo e foco central da acumulação capitalista e um dos motivos pelos quais nem mesmo os lucros fictícios podem lhe renegar:

[...] os lucros fictícios não invalidam, naturalmente, a transferência de valor da produção para a circulação capitalista, não renuncia o trabalho como fonte de riqueza, não nega, portanto, todo o arcabouço desenvolvido por Marx; ao contrário, a esfera financeira tem atuado no intuito de intensificar esta transferência do produtivo ao financeiro a partir de diversos canais de transmissão [...] (SABADINI, 2015, p. 189).

Por ser elo de intercâmbio entre homem e natureza, para a satisfação das necessidades humanas, é inquestionável não reconhecer o trabalho como categoria universal presente no desenvolvimento e ascensão de todas as formações sociais mediante a qual “[...] os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se *autoproduziram* como resultado de sua própria atividade) tornando-se – para além de seres naturais – seres sociais” (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 37, grifo do autor).

Isso se realiza na medida em que “[...] põe em movimento as forças naturais, pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos” (MARX, 2013, p. 255), aspecto que exige prefigurações/representações mentais/subjetivas antecipadas que, posteriormente se torna *actu* (ato) objetivado; atos que são mediados pelo trabalho e que, portanto, não são heranças da espécie humana – entendida enquanto categoria biológica que transmite características puramente genéticas –, mas são resultantes da ação do gênero humano – enquanto categoria histórico-social – cujas características se transmitem exclusivamente por relações

¹⁶ Aqui, é importante não confundir o que se denomina riqueza enquanto produto/valor de uso (produzida pelo trabalho não assalariado sem o comando da mercadoria) e riqueza no capitalismo, enquanto mercadoria/valor de troca produzida pelo trabalho assalariado com e sob o comando da mercadoria.

sociais, via para desenvolver a formação das escolhas, comportamentos, atitudes e formas de ser dos indivíduos sociais.

Assim, a constituição onto-sociomaterial dos sujeitos só pode ser mediada por atos de trabalho, não sendo, portanto, uma determinação herdada por códigos genéticos, mas de atividades que se desenvolvem para atender as diferentes necessidades humanas.

Duarte (2013, p. 103), reconhece isso quando tece a diferenciação entre *espécie* e *gênero* humano, dado que:

Os resultados da humanização histórico-social do gênero humano não se acumulam no organismo nem são transmitidos pela herança genética [...]. A herança genética transmite as características da espécie, na medida em que essas características se encontram materializadas no organismo humano, da mesma maneira que em qualquer outra espécie animal. Todos os seres humanos (salvo nos casos de anomalias genéticas) possuem as características fundamentais da espécie. O mesmo, porém, não acontece com as características fundamentais do gênero humano, na medida em que elas não são determinadas pela genética.

Admitindo o trabalho como criador da onto-sociomaterialidade das diversas formações sócio-históricas: da comunidade *primitiva* ao modo de produção capitalista, cabe agora atentar para o fato de que “[...] o ser social não se reduz ou [(se)] esgota no trabalho” (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 37).

Tonet (2013, p. 93), também demarca essa concepção quando reitera, a partir do legado marxista:

[...] Marx, não reduz o homem ao trabalho, nem afirma que o trabalho é o elemento que determina inteiramente a vida humana. Quem faz estas afirmações incorre no equívoco [...] de entender trabalho como trabalho abstrato, cuja base é o valor de troca, ignorando que o fio condutor do pensamento marxiano é o processo de autoconstrução do homem tomado sempre em nível ontológico. Contudo, Marx nem sequer afirma que o trabalho, em sentido ontológico, resume a totalidade das atividades humanas ou permite que dele sejam deduzidas todas elas. Para ele, o trabalho, em sentido ontológico, isto é, como atividade produtora de valores-de-uso, é o ato fundante do ser social e nesse sentido permanecerá como “lei eterna do devir humano”. Mas, apenas ato fundante e não um ato que esgota o ser social.

Ou seja, embora o trabalho constitua a categoria fundante do mundo dos homens, como lembra Lessa (2012b, p. 27), a vida social não pode se resumir aos atos de trabalho, uma vez que há outras objetivações humanas no conjunto das relações sociais que se autonomizam frente ao trabalho, a exemplo, da categoria da

práxis; que transcende a objetivação primária do trabalho com objetivações materiais e ideais enquanto componentes inseparáveis que emergem no processo de autoconstrução humana.

Nessa dimensão, o trabalho por si, não esgota a complexidade do ser social, mas estrutura outras mediações, como frisam Paulo Netto e Braz (2006, p. 44, grifo do autor):

A categoria da práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constitutivas pelo trabalho, [(que)] o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um *mundo social, humano*, enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em gênero humano. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser social *criativo* e *autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz.

O que se percebe diante dessa discussão é a confluência teórica em reconhecer que mesmo sendo o trabalho a gênese do desenvolvimento dos primeiros atos sócio-históricos humanos – impulsionados por necessidades latentes de sobrevivência, esses atos em si não se esgotam; ao contrário, originam ou dão continuidade a outras mediações objetivas e subjetivas no conjunto das relações sociais que se estabelecem, contribuindo assim para fortalecer a concepção de Lessa (2012b, p. 25) de que “[...] não pode haver existência social sem trabalho”.

Partindo de tais princípios, logo se deduz que falar de trabalho, – estritamente no seu sentido ontológico –, é admitir que sua processualidade (que num primeiro momento envolve a criação de valores de uso), viabiliza: a emancipação dos homens frente à natureza e sua autoconstrução em níveis mais elevados.

A importância do trabalho enquanto dimensão ontológica, paulatinamente vai tomando um patamar secundário – e até mesmo perdendo-se no conjunto das mediações. No capitalismo, sua primazia se converte em trabalho abstrato (produtor de valor); não por renúncia individual ou coletiva, mas pela imposição e necessidade de produção e reprodução capitalista que transforma o trabalho – de matriz ontológica – em trabalho abstrato, ou seja, num instrumento de subordinação e dominação do capital, na medida em que consegue impor o assalariamento da força de trabalho e sua venda.

Marx (2013, p. 124), faz esse destaque quando menciona:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso.

A subordinação real do trabalho ao capital não acontece de forma repentina ou mecânica, mas principalmente quando ocorre a apropriação pelos capitalistas dos meios e instrumentos de trabalho.

Aqui, como em nenhuma outra formação social, há a absoluta separação entre proprietários de dinheiro e de força de trabalho, condição que impõe o distanciamento entre comprador e possuidor de força de trabalho, como expõe Marx (2013, p. 251), d' *O Capital*:

O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além... da despela.

Isso ergue o apogeu capitalista que se legitima quando seu *modus operandi* estabelece a destituição dos meios de produção¹⁷, a ampliação da divisão do trabalho¹⁸, o surgimento de excedentes econômicos, a transmutação das relações de produção¹⁹, o ascenso da propriedade privada, o aprofundamento das relações de exploração e, como consequência, o crescimento da produtividade do trabalho, que, nos dizeres de Paulo Netto e Braz (2006, p. 58, grifo do autor), é “[...] a obtenção de um produto maior com o emprego da mesma magnitude de trabalho”.

O galopante crescimento da produtividade do trabalho é eivado pela produção mercantil com o advento do capitalismo. O lucro, enquanto um de seus pilares, advém da esfera da produção e se realiza através da exploração da força de

¹⁷ Os meios de produção são formados pelos meios de trabalho, que equivalem a “[...] tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.)”, mais os objetos de trabalho, ou seja, “[...] tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano” (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 58).

¹⁸ A divisão do trabalho, de acordo com os mesmos autores, amplia a especialização do trabalho, tendo em vista que “[...] reparte o trabalho em especialidades” (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 59).

¹⁹ As relações de produção são de dois tipos: de cooperação ou ajuda mútua (quando os meios de produção são de caráter coletivo) e relações de produção antagônicas (quando os meios de produção são têm caráter privado) (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 60).

trabalho²⁰ assalariada, de onde emerge o mais-valor (ou mais-valia), diferentemente dos lucros gerados pela via da circulação, – como na produção mercantil simples –, onde estes últimos provinham das diferenças entre compra x venda de mercadorias e serviam principalmente para o atendimento do consumo pessoal, troca de matérias-primas e instrumentos para viabilizar a continuidade do trabalho (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 81).

O “segredo da criação de mais-valor” (MARX, 2013, p. 250) está, portanto, no triunfo da exploração da força de trabalho assalariada que se faz projetar em nível de grandeza lucrativa quando produz para além do tempo de trabalho socialmente necessário.

Em outras palavras, os *ovos de ouro* da geração de mais-valor revelam-se quando em determinada jornada de trabalho se consegue gerar em dado período de tempo um valor para além do que é pago por essa jornada. O valor a mais gerado na produção ultrapassa, portanto, o valor pago pela força de trabalho.

Paulo Netto e Braz (2006, p. 100, grifo do autor) reconhecem a importância da força de trabalho como única e potente fonte de criação de valor quando afirmam:

[...] a força de trabalho possui uma *qualidade única*, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: **ela cria valor** – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: **o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este é maior que o primeiro**. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso.

Isso revela o interesse escuso da relação capital x trabalho no modo de produção capitalista, relação que se funda na necessidade de sempre querer ampliar valores a mais diante do que é pago para utilização da força de trabalho.

Marx (2013, p. 369), revela a incessante avidez capitalista por mais-valor quando afirma que “[...] a produção de mais-valor ou a extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e a finalidade específicos da produção capitalista”. E isso pode ser feito basicamente de duas formas: incrementando o mais-valor absoluto e/ou relativo.

²⁰ Para Marx (2013, p. 100), “[...] força de trabalho ou capacidade de trabalho é o complexo [...] das capacidades físicas e mentais, que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”.

O mais-valor absoluto se realiza quando da ampliação/extensão da jornada de trabalho sem que seja aumentado o valor do salário. O mais-valor relativo, por sua vez, é incrementado quando se reduz o tempo de trabalho necessário (para a reprodução dos trabalhadores/força de trabalho) e se acresce o tempo de trabalho excedente a partir do desenvolvimento das forças produtivas (meios, objeto e força de trabalho).

Nessa situação, é fundamental o auxílio do avanço técnico-científico, uma vez que “O capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho [...] do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção” (MARX, 2013, p. 393).

Sobre o mais-valor absoluto e relativo, Marx (2013, p. 390), assim sintetiza:

O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo.

Enquanto momentos da realização do mais-valor e do seu incremento; o mais-valor absoluto e relativo podem se realizar de forma vinculada no mesmo processo de trabalho. Tendencialmente, a revolução da técnica, da microeletrônica e da ciência a serviço do capital, tem sido fundamental, sobretudo para incrementar o mais-valor relativo.

Braverman (1980, p. 169), ao situar o desenvolvimento da maquinaria, frisa a forma utilitarista quando da utilização da ciência tanto para sugar mais-valor como para aumentar a eficiência no trabalho. Neste caso em específico, demonstra o desserviço da maquinaria para anoxia dos trabalhadores que, frente à necessidade de garantir seus meios de vida e trabalho, só têm como alternativa submeter-se aos jogos de interesses do capital.

[...] o notável desenvolvimento da maquinaria vem a ser, para a maioria da população trabalhadora, a fonte não de liberdade, mas de escravidão, não a de domínio, mas de desamparo, e não do alargamento do horizonte do trabalho, mas do confinamento do trabalhador dentro de um círculo espesso de deveres servis no qual a máquina aparece como a encarnação da ciência e o trabalhador como pouco ou nada (BRAVERMAN, 1980, p. 169).

Braverman (1980), não pretende, frente a essa colocação, tornar sem importância o avanço da ciência, da tecnologia ou mesmo descaracterizar a

evolução da maquinaria, mas, sobretudo chamar atenção para o fato de que esse processo representou um dos estágios do capitalismo cuja característica central é a mudança nos instrumentos de trabalho e processos de trabalho.

A maquinaria foi um passo largo e preponderante para aguçar a eficiência e, como não podia deixar de ser no modo de produção capitalista, uma das formas de degradação do trabalho, dadas as inúmeras possibilidades de aumentar o controle das operações, ampliar a eficácia e disciplina, instituir a necessidade de *qualificação* e polivalência, instaurar rotinas, aumentar a produtividade do trabalho, impor o despotismo ao trabalho, destituir habilidades especializadas e o controle dos trabalhadores do seu próprio trabalho.

Com a maquinaria, o trabalhador assalariado se transfigura em um indivíduo com movimentos autômatos tanto mais se fortalece a separação e o distanciamento entre trabalho manual e mental.

Harvey (2013a, p. 169) sumaria a concepção sobre a introdução da maquinaria e suas modificações e consequências nos processos de trabalho da seguinte forma:

[...] a maquinaria pode ser usada para aumentar a produtividade física do trabalho ao mesmo tempo que permite que os capitalistas controlem a intensidade e o ritmo do processo de trabalho mediante a regulação da velocidade da máquina. O trabalhador torna-se então um mero “apêndice” – um escravo da máquina. A separação do trabalho mental do trabalho manual, a destruição das habilidades do trabalho artístico e do trabalho artesanal, e a sua substituição por meras habilidades atendidas por máquinas, o emprego de mulheres e crianças – tudo isso foi consequência.

Torna-se claro, diante disso, que a maquinaria, de acordo com Braverman (1980, p. 167), “[...] entra no mundo não como serva da ‘humanidade’, mas como instrumento daqueles a quem a acumulação de capital proporciona a propriedade das máquinas”.

O tônus central desse processo é dado pela racionalização e maximização da produção que, acoplado a um modelo organizacional e gerencial de trabalho atomizado (de controle de tempos e movimentos), como representa o sistema taylorista/fordista; busca explorar a força de trabalho valorizando o capital, na tentativa de alavancar a reprodução capitalista e fazer frente às crises e obstacularizações das quedas tendenciais das taxas de lucros.

É nesse sentido que o trabalho assalariado se configura como o eixo central e movente do acúmulo e continuidade capitalista. Não havendo assim como abandonar a ideia de que o trabalho no capitalismo, contém dois aspectos diferentes, porém inseparáveis: a gênese da riqueza material da acumulação e perpetração capitalista e, os fundamentos ontológicos do ser social que – via atividade laboral – desenvolve as potencialidades humanas (mesmo que estranhadas) no ato de idealizar, planejar e objetivar ações.

Diante disso, não é difícil concluir que o trabalho se coloca historicamente como força motriz intercambiante entre homem-natureza, sendo o alicerce do desenvolvimento de todas as organizações e formações sociais e humanas.

Assim sendo, o trabalho é a essência da existência. É o *fôlego* de sustentação e a base do capitalismo, pois é dele – e não dos capitais fictícios e especulativos – de onde *jorram* o mais-valor absoluto e relativo, capturados respectivamente, a partir do prolongamento das jornadas de trabalho e, agigantamento da produção, mesmo mantido o mesmo dispêndio de força e tempo de realização do trabalho.

Em miúdas palavras, o mais-valor só se realiza com *suplus labour*, ou melhor, mais-trabalho, o que desfaz nitidamente as mistificações de que ele se efetiva nos fluxos fictícios, dos mercados e ações bursáteis que, mesmo ao incorporar capitais de juros, hipotecas etc., não têm condições de gerar mais-valor, dado que os capitais que a este se agregam são apenas expressões de capitais incorporados, de “[...] redistribuição ou repartição da mais-valia anteriormente criada” (MANDEL apud PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 115), expropriada e intercambiada na relação de dispêndio, de compra e venda da força de trabalho.

Nesse sentido, se pode afirmar que a geração do valor só se concretiza no dinâmico processo de trabalho, pois, como ressalta Paulo Netto e Braz (2006, p. 115), “A criação do valor é função do trabalho; mais precisamente, a criação de valor se opera mediante o processo de trabalho: [(pois)] o valor não resulta da distribuição, da circulação ou do consumo de bens [...]”, dado que, como aponta Harvey (2014a, p. 155) a partir do Livro III d’ *O Capital*:

O processo de circulação é uma fase da circulação, nenhum valor é produzido e, portanto, nenhum mais-valor. O mesmo valor apenas sofre mudanças de forma. Não ocorre absolutamente nada, exceto a metamorfose das mercadorias, que por sua própria natureza não guarda nenhuma relação com a criação ou a alteração do valor. Se um mais-valor é

realizado na venda da mercadoria produzida, isso ocorre porque ele já existia na mercadoria.

Isso apenas reitera a concepção de que o valor e o mais-valor só podem ser criados pelo trabalho assalariado. “Segue-se disso que o tempo e o trabalho despendidos na circulação no mercado não produzem valor” (HARVEY, 2014a, p. 93), visto que o mais-valor tem sua origem na exploração do trabalho vivo.

Sendo assim, pode-se concluir que a mercadoria força de trabalho é a única mercadoria que de fato porta “[...] capacidade de produzir um valor maior do que o que ela própria possui” (HARVEY, 2013b, p. 90).

Na fase atual do capital, o que se objetiva de fato é o distanciamento do trabalho produtivo, lógica que, certamente, vem rendendo amplo debate da não admissibilidade do trabalho enquanto forma universal da geração do valor.

A verdadeira pretensão capitalista é envidar lucros e reconverter mais-valor em capital. Por isso, se fortalece a perspectiva de tornar obsoleta a dinâmica²¹ D - M - D', ou seja, tornar supérflua a concepção de que o dinheiro/capital é produto do trabalho, fonte de produção de valor de uso e troca; que, quando na esfera da circulação torna-se mais dinheiro/capital.

Nessa dimensão, diante das dificuldades objetivas do capital garantir lucros no limite do processo produtivo, o que se pretende é a garantia do mais-valor sem necessariamente que este se realize na dinâmica da produção direta do trabalho. Ou seja, o que se deseja verdadeiramente é consolidar nas palavras de Marx (2013, p. 231), é a dinâmica de “[...] D - D', dinheiro que cria dinheiro [...]” enquanto tentativa de desabonar o ciclo D - M - D' (MARX, 2013, p. 231).

Envolto numa relação de *condescendência forçada* e formalmente *livre* com amparo legal nas legislações e direito burguês, se impõe ao trabalhador enquanto alternativa apenas: vender, mercadorizar e/ou negociar – através de um contrato – sua força de trabalho por determinado *quantum* para tentar garantir a vida sociomaterial. O *livre contrato* afastaria presunções coercitivas sobre aqueles que estão *aptos e desejam livremente* vender sua força de trabalho.

²¹ A dinâmica D - M - D' representa, respectivamente: Dinheiro/Capital - Mercadoria - Dinheiro/Capital acrescido. Isso significa que o capitalista detém determinada quantia de Dinheiro/Capital, ingressa no mercado com esta quantia e com mercadorias, representada por máquinas, instalações, matérias (brutas e primas) e força de trabalho. Como possuidor de uma quantia de Dinheiro/Capital inicial + Mercadorias, abrem-se possibilidades para acréscimo de mais Dinheiro, que só irá se gestar na dinâmica do processo de produção via trabalho assalariado (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 84).

Marx (2013, p. 373, grifo do autor), lança contra-argumentos sobre essa suposta liberdade, ao enfatizar:

O contrato pelo qual ele [(o trabalhador)] vende sua força de trabalho ao capitalista prova – por assim dizer, [...] – que ele dispõe livremente de si mesmo. Fechado o negócio, descobre-se que ele não era “nenhum agente livre”, que o tempo de que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, que, na verdade, seu parasita [Sauger] não o deixará “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar”.

Não há dúvida, portanto, de que o *lugar ao sol* reservado pela *férrea autocracia* capitalista para quem não detém os meios de produção não é outro, senão, *ofuscar*, submeter, cingir os trabalhadores diante de sua necessidade de venda assalariada de trabalho que, mais do que satisfazer aos interesses de autoconsumo humano básico, ou seja, de sua reprodução social, atende a autovalorização ininterrupta do capital.

Desse modo, não é à toa que são reservadas contemporâneas (re)atualizações de ações *despóticas* para as condições e formas de realização do trabalho que, se por um lado parceliza/fragmenta tarefas, exige amplo disciplinamento do trabalho, qualificações instrumentais aplicáveis e com ênfase no fazer, eficiência na realização das atividades, prolongamento e intensificação de jornadas, polivalência e multifuncionalidade; por outro, configura estratégias para *suavizar* as quedas nas taxas médias de lucros do ciclo da reprodução capitalista, principalmente quando a esse circuito subjaz o rebaixamento salarial e aumento do desemprego que, se amplia desde 1974/1975 para “10 milhões [...] no conjunto dos países imperialistas”, passando esse número para quase “17 milhões” nos anos de 1975/1976 (MANDEL, 1990, p. 15).

Sobre a extensão da crise internacional, o referido autor ainda ressalta que: “Entre 1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu a sua primeira recessão generalizada desde a II Guerra Mundial, sendo a única, até então, a golpear *todas* as grandes potencias imperialistas” (MANDEL, 1990, p. 9, grifo do autor).

O elemento do desemprego, portanto, é fator cumulativo no mundo, sendo um fator de ameaça sociomaterial que tendencialmente enverga os trabalhadores para o atendimento dos mecanismos ditados pela concorrência intercapitalista.

A lógica do ciclo do capital, desde então, é gerar lucros, não criar empregos e ainda vulnerabilizar os existentes, impondo-lhe ameaças que são impingidas sobretudo nas incertezas dos mercados que, seguindo a tendência de crise de acumulação do capital, são cada vez mais fragilizadas nas suas condições e relações.

Por isso, não raro, na nova dinâmica do trabalho estar presente a individualização nas suas relações, doenças psicossomáticas e musculoesqueléticas, assédio moral, autoculpabilização de acidentes no desempenho das atividades, exíguo tempo dos trabalhadores para com os cuidados e atenção à família, de suas relações pessoais e afetivas.

Importante salientar que esse quadro não entrecorta apenas empresas de *ranking* internacional, mas os diversos setores da economia. Assim, das *fabriquetas* às grandes corporações, dos serviços privados aos públicos, os trabalhadores são convocados – frente à ameaça de algum tipo de perda, de comprometimento de sua reprodução – a entrar na *regra do jogo* capitalista e tornarem-se direta ou indiretamente *braços alongados* do capital e agentes da acumulação, que, paulatinamente promove instabilidade, congelamentos e corrosão nas remunerações, intensificação e precarização do trabalho em todas as esferas da produção e reprodução capitalista.

2.2 Trabalho produtivo e improdutivo: elementos constitutivos da produção e reprodução capitalista e o lugar do Serviço Social nesse contexto

Na cena contemporânea e no atual cenário global, o capitalismo vivencia um estágio diferenciado de todo e qualquer modo de produção anterior. Sua distinção não está apenas nas novas formas utilizadas para produzir, utilizar, distribuir e controlar os bens e serviços geridos coletivamente, mas na força adquirida para empreender, reproduzir e revigorar a acumulação do capital.

Diferentemente do modo de produção comunal, escravista, feudal, etc. –, cuja base material da acumulação da riqueza dependia veementemente da produção material de mercadorias, a nova etapa capitalista, mesmo tentando tornar *caduca* e obsoleta a produção direta de mercadorias, ainda é totalmente – embora que em outro nível – dependente desta, e do trabalho imaterial que, mesmo não produzindo

objetos tangíveis, atende, hoje mais do que nunca as aspirações da produção e reprodução do capital.

Por isso, é inadmissível desconsiderar essas formas de trabalho apartadas do atual estágio de reprodução capitalista ou deferir importância secundária a uma ou outra forma de trabalho, como comumente se faz, principalmente, com o trabalho improdutivo (ou mesmo imaterial), cuja expressão mais contundente é o setor de serviço em que está imerso o Serviço Social.

É inequívoco no pensamento marxiano o reconhecimento quanto à natureza do trabalho produtivo e improdutivo, da correlação entre ambos e da importância dessas formas de trabalho na reprodução do capital. É também insuprimível de seu pensamento a concepção de que somente pode ser considerado trabalho produtivo aquele com capacidade real de gerar mais-valor enquanto magnitude para o capital, pois toda e qualquer atividade humana, “[...] seja ela intelectual ou manual, fundamenta-se [...] como um processo no qual subjetividades são objetivadas em um modo de produzir” (AMORIM, 2014, p. 35).

A tradição marxista, embora concorde com o lastro do pensamento marxiano, tem posições não consensuais em relação à compreensão do trabalho improdutivo, dado que há concepções que admitem ser o trabalho improdutivo potencial produtor de mais-valor, como também as que refutam essa possibilidade.

A ambivalência que cerceia essa temática não é legatária da expressão multifacetada do trabalho contemporâneo, tendo em vista que antes mesmo de Marx, diferentes formas de conceber o trabalho produtivo e improdutivo tinha relevo nas acepções de mercantilista e fisiocratas²² na antiga teoria econômica que antecede a economia política clássica.

Por se tratar de compreensões explicativas não consensuais e que ainda estão no campo fértil de aprofundamentos e estudos no interior da tradição marxista, optou-se aqui por não adentrar nessa polêmica. Isso, no entanto, não invalida situar a interpretação sobre o trabalho produtivo e improdutivo, uma vez que são exatamente esses os fios condutores que hoje medeiam transformações no “mundo” do trabalho e suas condições de realização.

A primeira consideração a ser levada a cabo quando se faz menção ao trabalho produtivo é a irrefutável concepção de que na ordem do capital,

²² Marx (2013, p. 578), destaca que “[...] os fisiocratas declaram que somente o trabalho agrícola seria produtivo, pois só ele fornece mais-valor”.

tendencialmente tudo se torna mercadoria. Mesmo o trabalho em geral, tendo ou não a pretensão de apenas prover a existência material e humana, na medida em que se realiza sobre relações sociais sobredeterminadas; modifica-se, o que equivale dizer que o ato ontológico do trabalho transfigura-se e subsume-se à condição de incorporar sobrevalor ao capital, lógica movente das formas de trabalho sob seu jugo, independentemente de este resultar ou não numa forma social de riqueza material, objetiva e concreta. Marx (2013, p. 578, grifo nosso), explicita seu entendimento sobre a forma social de conceber o trabalho produtivo da seguinte maneira:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor. **O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.** Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. [...] Assim, **o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil**, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direito de valorização do capital.

É intrínseca ao trabalho produtivo a possibilidade e potencialidade de portar valor. Sendo assim, não é toda forma de trabalho que pode ter o atributo de produtivo, pois apenas o é aquele que gera e aguça mais-valor.

A questão central, é que, para se conceber o trabalho enquanto produtivo – e isso é consensual na tradição marxista – o aspecto decisivo é ele necessariamente produzir um valor a mais, mesmo que no processo de produção se diluam atributos, características, qualidades e/ou utilidades do valor de uso que do trabalho resulta, pois o fundamento que o rege é agregar valor a mais para o capital e não apenas resultar num produto com materialidade objetiva, concreta, dado que, há trabalho produtivo que – mesmo corporificando-se em objetos palpáveis – pode ser considerado não produtivo, sobretudo se seu resultado não favorecer os princípios que regem a reprodução e acumulação capitalista. Rubin (1987, p. 285), ajuda a esclarecer essa matéria quando afirma:

O trabalho produtivo compreende o trabalho que, embora não incorporado em coisas materiais, esteja organizado sobre princípios capitalistas. Por

outro lado, o trabalho que produz riqueza material, mas não está organizado sob a forma de produção capitalista, não é trabalho produtivo do ponto de vista da produção capitalista.

O ponto caudal está impreterivelmente no lugar ocupado pelo trabalho na esfera da produção capitalista, já que é a forma social de organização do trabalho e as relações sociais de compra e venda que determinam seu conteúdo e a sua natureza enquanto produtiva ou improdutiva (RUBIN, 1987, p. 280), e não simplesmente o seu resultado, pois o valor de qualquer mercadoria se mede muito mais pela substância que produz e/ou incorpora ao capital e menos por seu valor de troca.

Por isso, ao se tratar do trabalho produtivo, “[...] não se deve perguntar o que o trabalho produz, mas se o trabalho gera ou não valor” (COTRIM, 2012, p. 53). Braverman (1980, p. 348, grifo do autor), em concordância com os referidos autores, traz o seguinte apontamento:

[...] é necessário em primeiro lugar ter em mente que a análise de trabalho produtivo e improdutivo empreendida por Marx não implicava julgamento quanto à natureza dos processos de trabalho [...] ou quanto à sua utilidade para os homens em particular ou à sociedade em geral, mas interessava-se específica e inteiramente pelo papel do trabalho no modo *capitalista* de produção.

A possibilidade de o trabalho estocar e/ou armazenar mais-valor para o capital depende da forma mercadoria que o trabalho assume. Como todo trabalho partícipe do círculo de relações e princípios capitalista tem a capacidade de assumir a forma mercadoria, indubitavelmente, todo trabalho pode tornar-se potencialmente produtivo, mesmo apresentando o formato de improdutivo.

No Livro III d’O *Capital*, Marx (1985, p. 344-345), faz menção ao trabalho no comércio. Indica que este não produz mais-valia diretamente, mas quando posto em circulação possibilita valorizar capital, permitindo realizar um montante de lucro.

O trabalho improdutivo é inseparável do processo global e dominante da reprodução do capital. Embora não gerando mais-valia direta, o trabalho improdutivo é imprescindível ao processo de valorização do capital, visto que através de diferentes funções/atividades corrobora tanto para manter seu funcionamento geral como para acrescer valor ao capital. Como isso se realiza?

É necessário, antes de tudo, atentar para o fato de que todo trabalho, mesmo não se concretizando em um produto exterior, pode ser objetivado. Ou seja, todo

trabalho, por mais que pertença ou esteja vinculado à esfera da imaterialidade, – do trabalho que não produz um objeto concreto –, consegue de alguma forma se exteriorizar de seu agente e se converter “[...] em ação objetiva ou atividade sensível” (COTRIM, 2012, p. 33). Se não se faz ação e/ou atividade sensível, destacada do sujeito enquanto atividade intencional, não pode ser considerado trabalho em seu sentido ontológico.

As formas sobre as quais o trabalho consegue se destacar de seu agente e se tornar objetivado se diversificam de acordo com a atividade realizada em cada função. Nesse sentido, o ato extrínseco do trabalho, tanto pode se objetivar através de um produto material e concreto – a exemplo de peças produzidas por um torneiro mecânico em uma grande indústria automobilística – ou via trabalho que, na aparência sensível, denota não se exteriorizar; como é o caso do trabalho do cantor, do poeta, do palhaço, do professor, garçons, alfaiates, trabalhadores domésticos etc. no qual se corporificam através de melodias, obras, pilhérias, conhecimento, formas de linguagem, serviços etc.

O que essas diferentes formas de trabalho têm em comum – a depender das relações sociais em que suas compras e vendas se realizam – é o fato de poder gerar grandeza para o capital, mesmo que a forma concreta/útil de alguns desses trabalhos não se corporifique num produto imediatamente dado. Isso significa dizer que diferentes trabalhos, mesmo não inseridos diretamente na esfera produtiva, podem incorporar valor à sua objetividade.

Do ponto de vista da economia burguesa, o trabalho improdutivo pode ser trocado por renda ou por capital. No primeiro caso, a troca se efetua como uma espécie de prestação de serviço, cuja renda visa meramente atender as necessidades imediatas da existência material de seu vendedor.

No entanto, quando esse mesmo trabalho é trocado por capital, acontece uma inversão significativa na propriedade da troca, tendo em vista que esta contribui medularmente para gerar uma dimensão superior de valor para o capital, o que pressupõe uma determinabilidade do ciclo da reprodução capitalista que coloca o trabalho improdutivo no patamar de valorização do capital símile ao trabalho produtivo.

Embora nesse processo o trabalho imaterial, trocado por capital, não tome a forma de um produto material, – o que não significa abandonar sua objetividade – ele passa ter capacidade imediata de gerar excedente, ou seja, mais-valor.

Quando o trabalho improdutivo se dilui apenas para a determinabilidade capitalista, amputa em certa medida seu caráter de valor de uso. Isso ascende o nível *hard* de seu poder de troca que, inegavelmente, é o ponto fulcral das diretrizes de reprodução capitalista.

Para Marx (2011, p. 213), “O fato é que esses trabalhadores são efetivamente produtivos à medida que aumentam o capital de seu patrão; são improdutivos com respeito a resultado material de seu trabalho”. Nos *Grundrisse*, essa questão é evidenciada quando Marx (2011, p. 212, grifo nosso), nitidamente aponta:

O trabalho, como mera prestação de serviço destinada à satisfação de necessidades imediatas, não tem absolutamente nada a ver com o capital, uma vez que o capital não procura tal satisfação. Quando um capitalista manda cortar lenha para assar seu carneiro, não só o lenhador se relaciona como o capitalista na relação de troca simples, mas também o capitalista se relaciona com o lenhador na mesma relação. O lenhador lhe dá seu serviço, um valor de uso que não aumenta o capital, mas no qual ele se consome, e o capitalista lhe dá em troca uma outra mercadoria sob a forma de dinheiro. O mesmo acontece com todas as prestações de serviço que os trabalhadores trocam diretamente pelo dinheiro de outras pessoas e que são consumidas por essas pessoas. Isso é consumo de renda, que, enquanto tal, sempre pertence à circulação simples, não à do capital.

Marx (2011, p. 238), em outra passagem dos *Grundrisse*, confronta o trabalho do fabricante de pianos com o trabalho imaterial do pianista, deixando evidente que, de certa maneira, – por mais intangível que possa ser o trabalho do pianista na emissão das notas musicais e fruição auditiva e/ou emocional dos seus ouvintes, – este último contribui de certa maneira para a produção do capital, mesmo que seu trabalho não seja considerado como produtivo no âmbito da economia burguesa.

O fabricante de pianos reproduz o *capital*; o pianista só troca seu trabalho por renda. Mas o pianista, que produz música e satisfaz nosso senso musical, também não o produz de certa maneira? De fato, ele o produz: seu trabalho produz algo; nem por isso é *trabalho produtivo* em sentido econômico [...]. (MARX, 2011, p. 238, grifo do autor).

Esse argumento ainda é reforçado nos *Grundrisse* quando Marx (2011, p. 259), faz referência propriamente ao trabalho dos atores que trabalham na apresentação de determinado espetáculo. Nessa situação, os atores “[...] são trabalhadores produtivos, não porque produzem o espetáculo, mas porque aumentam a riqueza de seu empregador”.

Com isso fica evidente que mesmo não sendo possível quantificar aritmeticamente o trabalho imaterial, por ser intangível, do ponto de vista tátil e físico, ele é – enquanto parte da força produtiva – um veículo de formação e transferência de mais-valor, cuja condição é sempre ditada pela mediação que o capital impõe na relação da compra e venda desse trabalho.

Não se sublima, diante disso, a ideia de que o interesse do capital diante do trabalho material ou imaterial é sempre dispor a seu serviço forças produtivas que funcionem como mercadorias para a reprodução capitalista onde o primordial nessa relação é satisfazer “[...] necessidades humanas de um tipo qualquer”, não importando se “[...] elas provêm do estômago, da imaginação”, da fruição (MARX, 2013, p. 113), pois o que de fato importa é a substância de valor que o trabalho é capaz de gerar.

Essas indicações demonstram que é um tanto precipitado estabelecer centralidade apenas para uma forma de trabalho, pois tanto o trabalho material, como o imaterial exerce imperiosa relevância na autovalorização do capital, dado que o trabalho produtivo e improdutivo – situados respectivamente na esfera do trabalho material e imaterial –, são expressões de relações sociais e têm efeitos úteis para o capital independente de suas substâncias ou formas.

Nessa perspectiva, todos os trabalhos assalariados sob a regência de leis econômicas que ingressam no circuito capital-trabalho, onde se estabelecem relações de compra e venda na perspectiva de gerar mais-valor para o capital – mesmo que esse não esteja vinculado ao trabalho no “chão da produção” – podem ser considerados trabalhos produtivos, como sublinhado linhas atrás. Assim, os trabalhadores situados na esfera dos serviços –, a partir dessa linha interpretativa –, podem ser considerados trabalhadores produtivos.

A concepção teórica de que o trabalho imaterial é considerado trabalho, que contribui para a autovalorização do capital, é apropriada pelo Serviço Social “[...] no processo de discussão e aprovação das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 para o curso de Serviço Social”, após longo debate com a categoria e as unidades de ensino na revisão do currículo mínimo de 1982 (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 134).

A partir desse momento, a profissão incorpora ao debate “acadêmico e profissional” e à formação em Serviço Social, através principalmente de lamamoto, a

compreensão de que o Serviço Social configura-se enquanto trabalho especializado, mesmo situado na esfera dos serviços.

Essa discussão é largamente situada no livro *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, onde Iamamoto consegue identificar que o Serviço Social tem um objeto de trabalho ou matéria-prima – que é a questão social em suas múltiplas expressões –; tem instrumentos ou meios de trabalho – constituído de seu acervo teórico e habilidades profissionais –; tem uma atividade que quando colocada em ação via dimensão teleológica e meios de trabalho, movimenta e transforma o sujeito que a empreende e o próprio objeto. Assim, – mesmo situada “sob a forma de serviços” – o Serviço Social é uma profissão que porta produtos ou resultados – estes situados na “[...] reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2003, p. 60-71).

Nessa direção, todo trabalho, por mais imaterial que seja, pode ser objetivado, ou seja, pode se fazer externo ao sujeito, conforme salienta Cotrim (2012, p. 33). Mas, é a inserção na relação econômico-social-burguesa mediada pela relação de compra e venda que vai impor a determinabilidade do trabalho enquanto produtivo ou improdutivo.

Essa clareza leva a entender, que mesmo o Serviço Social sendo uma profissão que se situa na esfera dos serviços e que não transforma diretamente a natureza, ela está inscrita, no geral, diretamente nos espaços por onde circulam mercadorias, são criados produtos e valores (de uso ou de troca), e onde são mediadas relações de compra e venda de força de trabalho. Sua intervenção, ao atender as necessidades sociomateriais e intangíveis²³ dos indivíduos que vendem força de trabalho, ou precisam estarem aptos para isso, – dado que “[...] sua produção pressupõe, portanto a existência dele” (MARX, 2013, p. 245) –, se localiza e demarca efeito indubitável sobre a valorização do capital e na produção do mais-valor.

²³ Entendemos por necessidades sociais intangíveis aquelas que se colocam entre os/as assistentes sociais e usuários que não podem ser atendidos necessariamente via objetificação de um produto, como, por exemplo, a concessão de tecnologias assistivas (como próteses e órteses), meios auxiliares de locomoção (cadeira de rodas, bengalas assistivas etc.), transferência de renda etc.; ou seja, são necessidades que se colocam entre os profissionais e os usuários que são atendidas, mas não se objetificam imediatamente, como a escuta qualificada/humanizada realizada nas abordagens individuais.

Diante disso, importa atentar que a profissão mesmo não estando inscrita “[...] entre as atividades diretamente vinculadas aos processos de criação de produtos e valor [...]”, ela mesma não pode ser alijada dos processos “[...] da produção em seu sentido amplo [...]”, sobretudo porque integra-se “[...] ao processo de criação das condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia [...]”, na medida em que mantém uma relação orgânica direta com a potencial força de trabalho, e melhor dizendo, com os protagonistas e responsáveis centrais em geral da produção, veículo sobre o qual é possível extrair sobrevalor para manter a manutenção plena e pulsante da performance e reprodução do capital. Ou seja, os/as assistentes sociais atuam na perspectiva de atender às “[...] dimensões universais e particulares [...]” para satisfação das necessidades sociais da força de trabalho, o que necessariamente é uma profissão cuja função social, inexoravelmente, também contribui para causar efeito no movimento geral de valorização do valor e do capital (IAMAMOTO, 2007, p. 221-256). Sobre essa característica impressa à profissão, lamamoto (2007, p. 256-257), bosqueja:

Ora, o processo de produção e reprodução capitalista requer uma gama de atividades que, não sendo diretamente produtivas, é necessária ao movimento do capital (como, por exemplo, as atividades do comércio), seja porque se dedica à criação de bases para o exercício do poder de classe – que tem no Estado sua maior expressão: “[...] enquanto atividades diretamente vinculadas aos poder político-ideológico e/ou repressivo e à modernização do aparato burocrático do Estado necessário à garantia do domínio de classe. Desse ponto de vista, são atividades cujo significado econômico está subordinado ao seu caráter político determinante”.

Não há como negar, assim, que a profissão nos diferentes espaços ocupacionais das instituições preside mediações que atendem aos interesses contraditórios-inconciliáveis do capital e do trabalho. Isso se corporifica na medida em que os/as assistentes sociais mantêm relação direta com as carências sociomateriais e intangíveis dos trabalhadores, desempregados, inimpregáveis e/ou minorias sociais consideradas, pelo capital, descartáveis ou necessários ao mecanismo da exploração.

Nos rumos dessa percepção, os/as assistentes sociais são, além de “engrenagens” indispensáveis à acumulação – potencializadores de força de trabalho para o capital, entendida como “[...] o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existe na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de

um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2013, p. 242, grifo do autor).

Isso se realiza na medida em que os profissionais cumprem, no cerne da acumulação, a função social de controle, incremento e regulação da força de trabalho via mediação de um conjunto de políticas sociais e setoriais, marca que não se apaga da constituição e do significado social da profissão e sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho.

Essa especificidade não se realiza sem tensões para os/as assistentes sociais, dado que, imerso numa dinâmica contraditória, dialética e em permanente movimento, o Serviço Social sente como os demais trabalhadores, os contrassensos da acumulação da atual fase monopolista e rentista, uma vez que se solidifica nos IFET's e em todos os espaços sócio-ocupacionais, determinações – embora com particularidades diferenciadas – típicas do mundo produtivo como: precarização das condições de trabalho, flexibilização, acúmulo e intensificação de tarefas, extensão de atividades para além do locus de trabalho, controle de tempos e movimentos, excesso de burocratização etc.

Ou seja, transmutam-se para as condições de trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET's, exigências típicas do trabalho gerenciado e controlado, aguçado principalmente pelo atual corte e/ou contenção de recursos que em seu fim último, amplia tarefas, impõe aos profissionais gestões gerenciais das políticas sociais, concentração de atividade em número reduzido de pessoas etc.

Isso significa que os controles firmados enquanto exigências na esfera da produção são, com frequência, cada vez mais internalizados e colocados em prática na esfera do trabalho da profissão, conformando a racionalidade instrumental-formal às condições e aos processos de trabalho, reduzindo à práxis social do trabalho imaterial à lógica do pensamento burguês, que, segundo Guerra (2014, p. 29), “[...] reduz a práxis a um conjunto de regras formais, burocráticas e manipulatórias, baseada na objetividade econômico-social que desconsidera solenemente o protagonismo dos sujeitos”.

A autora condensa o sentido da razão instrumental afirmando que ela é “[...] limitada a operações formal-abstratas e a práticas manipuladoras e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas, por isso ela é funcional à reprodução social da ordem burguesa” (GUERRA, 2014, p. 29, nota de rodapé 11).

Como racionalidade em ascensão, a razão instrumental é perfeitamente incorporada aos processos de trabalho e às condições de trabalho quando, respectivamente, estabelece a exata forma como o trabalho deve se realizar, bem como quando torna prevalente a lógica da eficácia, eficiência e efetividade dos recursos a serem investidos ou não no trabalho, o que pode se traduzir nesta última situação em poucos investimentos ou investimentos reduzidíssimos de melhorias para as condições de trabalho, sobretudo no que diz respeito a assegurar infraestrutura física adequada para a realização do labor, disponibilidade de equipamento técnico/tecnológico, locais de trabalho acessíveis que não exijam extensos deslocamentos etc.

As necessidades de racionalização dos processos e condições de trabalho se conjugam com os interesses de controle mais enérgico sobre a força de trabalho. No caso dos/das assistentes sociais, enquanto profissionais que grassam a condição formal de trabalhador liberal, mas que, de fato no geral, dependem da iniciativa pública ou privada para contratação de sua força de trabalho, essa racionalidade instrumental pode se objetivar com maior veemência pelos empregadores na medida em que:

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem ainda exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulados. É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora (IAMAMOTO 2007, p. 215).

Vender força de trabalho, diante disso, aos empregadores, seja de assistentes sociais, educadores, economistas, psicólogos, médicos etc., significa possibilitar aos empregadores “comprar” formas de “operar” essa força de trabalho (GUERRA, 2014, p. 35), ou seja, dispor de trabalhadores que se programam para atender a um *modus operandi* determinado que, mesmo situado no contexto dos serviços sociais, pode conviver com condições de trabalho análogas ao trabalho produtivo, principalmente se essas condições forem atravessadas por exigências de suprimir o tempo morto de trabalho ou sua porosidade, conforme Marx (2013, p.

415), mesmo que se “furte” o tempo da vida privada a ser dedicado ao lazer, aos amigos, à prática de esporte, aos cuidados com a família etc.

Seguramente, aparece aqui uma das categorias da crise do capital e das transformações do mundo do trabalho que é sem dúvida a flexibilização do trabalho, que neste caso particular é manifesta nos trabalhadores/as dos IFET's, quando os profissionais, à revelia de seus contratos de trabalho e não por força de sua própria vontade – rompem a legalidade de seus contratos de trabalho, quando, por exemplo, são imputados a “carregar” atividades institucionais para seu espaço privado.

Essa flexibilização tem tendência a se tornar rotina na esfera pública dos serviços, o que denominamos de “flexibilização por dentro” na iniciativa pública, e acontece quando a condição jurídica do contrato de trabalho, embora não expresso em lugar nenhum, é corrompida não na sua legalidade jurídica, mas na prática do trabalho cotidiano, no *surdo* trabalho realizado em casa, aos finais de semana, após o fim do expediente, na hora reservada ao almoço etc.; sem que haja nenhum reconhecimento público do fato; trabalho comumente presente na esfera do trabalho material, mas que hoje facilmente invade o trabalho não imediatamente tangível, como é o caso do trabalho de assistentes sociais dos IFET's, que diante de novas possibilidades de sua realização, compulsória e sutilmente são levados a realizar mediações ou emitir respostas relativas ao trabalho – mesmo fora do seu espaço formal – enquanto meio de atender demandas institucionais, mesmo que se tenha como consequência sublimar outros espaços da vida privada.

Marx (2013, p. 337-338), apresenta sua concepção em relação ao tempo que é “furtado” dos trabalhadores nas jornadas de trabalho para a autovalorização do capital. Afirma que “[...] o trabalhador, durante toda a sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital”.

Sequenciando o raciocínio da usurpação de tempo externo à jornada delimitada, o autor expressa:

[...] em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre os horários das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do

mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa de óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de topor absolutamente imprescindível ao reavivamento de um organismo completamente exaurido (MARX, 2013, p. 337-338).

No caso dos assistentes sociais dos IFET's, a “apropriação” do tempo, já vem sendo apontada, ou seja, trabalhar além do estabelecido no contrato de trabalho se incorpora objetivamente – embora de forma não generalizada – no cotidiano de trabalho de assistentes sociais nos IFET's.

2.3 Crise estrutural do capital e seus efeitos sobre o trabalho

Quando se faz menção à crise do capital, logo vem à tona a concepção de caos e estagno econômico. Joga-se no *esquecimento*, porém, que as crises do capital são paradoxais e iminentes ao ciclo capitalista, pois, além de figurar como essência inseparável do seu modo de produção são ao mesmo tempo *artefato de necessidade* de sua reprodução. Prado (2009, p. 18), tenta sintetizar conceitualmente o significado de crises ao afirmar que são “[...] fenômenos que simultaneamente impactam a conjuntura e provocam mudanças estruturais”, gerando mutações de longo prazo que invariavelmente implicam e sobrepujam incidências nas esferas econômica, política, jurídica, cultural, social e ideológica.

As *gravitações* da crise econômica e financeira na dinâmica interna do capital não são novas no cenário de desenvolvimento do capitalismo. Eclodem desde que o capital passou a comandar a produção, sendo constitutivas, sucessivas e até hoje inevitáveis do modo de produção capitalista e do movimento do capital.

Paulo Netto e Braz (2006, p. 156, grifo do autor), sobre isso pronunciam:

A história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de **crises econômicas** – de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram *atorze vezes* acompanhadas por crises; a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra. Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente *instável*, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente coartados por depressões, caracterizadas por falências, quebradeiras e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria.

Inseparáveis do desenvolvimento capitalista, Marx esbarra com elas nos anos de 1847 a 1848 e de 1857 a 1858 (HARVEY, 2014a, p. 14), lhe possibilitando analisar e compreender suas contradições e tendências. Assim, antes de serem fortuitas, as crises são fenômenos sociopolítico-econômicos que transversam o cenário mundial no século XIX, alcançam solidez no século XX e obtêm amplo vigor e dimensões diferenciadas no século XXI.

Nas primeiras décadas do século XX, os estudos de Lenin (2012, p. 12) já apontavam que as crises do capital figuram como etapas fundamentais e necessárias do modo de produção capitalista. Em seu eixo argumentativo, Lenin já elucida, em 1917, o potencial regenerador contido nas crises do capital para dinamizar a acumulação, a (re)constituição da riqueza e dos lucros. Harvey (2014a, p. 20) reitera o argumento leninista, reconhecendo ser a crise do capital expressão endêmica do modo de produção capitalista.

Acresce-se que, para além de endêmica, as crises do capital tornaram-se epidêmicas e avassaladoras dada a instauração mundial de um caótico quadro econômico, social, político e cíclico que se instaura e permanece no século XXI.

No século XXI, a crise do capital passa a ter caráter biforme, ou seja, ao mesmo tempo em que adquire capacidade de espalhar-se por todas as fronteiras, espargindo os *respingos* da recessão econômica e social nos diferentes cenários – dos países cêntricos aos periféricos –, também lança estratégias de recuperação, mundializa-se graças ao massivo investimento na política de internacionalização de capitais que tem como intenção central quebrar as barreiras dos mercados para que os fluxos de capitais circulem sem maiores dificuldades.

É nesse sentido que se pode afirmar que a crise do capital no século XXI, portanto, para além de ser “[...] mundializada, global, *sistêmica*: ultrapassa todas as crises internacionais do passado, em 1857, em 1907-1908 e mais ainda em 1929 e na década de 1930” (HERRERA, 2015, p. 8); tendo assim um caráter tipificado, pois, mesmo sendo estrutural, adquire formas contemporâneas de recuperação/acumulação que são aparentemente abstratas, mas objetivas, na perspectiva de escapar à estagnações econômicas a exemplo, como informa Herrera (2015, p. 8), das crises do México dos anos de 1982 e 1994; da crise dos Estados Unidos de 1987 e 2000; da União Europeia entre 1992-1993; Japão em 1995; da Ásia em 1997-1998, Rússia e Brasil nos anos de 1998 e 1999, dentre

outras que eclodem após 2007 na dinâmica do capitalismo global (HARVEY, 2014a, p. 17).

São crises que se desencadeiam pelo aumento de produtividade, ampliação da oferta de produtos, crise de consumo, arrecadação etc. Se expressam quando a queda do processo de produção de capitais torna-se mais ampliada do que o processo de circulação; quando “[...] o desenvolvimento das forças produtivas ultrapassa as necessidades de reprodução do capital” (SOUZA, N. A., 1992, p, 48).

No decurso do modo de produção capitalista, pelo menos até a década de 1970, Mandel (1990, p. 37), identifica 20 crises de superprodução desde que se formou o mercado mundial. Assim, diz o autor:

Desde a formação do mercado mundial do capitalismo industrial, houve exatamente vinte crises de superprodução, com intervalos mais ou menos regulares. São elas: de 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961, 1970 e a de 1974/75 [...].

O entendimento de Mandel (1990, p. 37) e o de Harvey (2014b, p. 78) se cruzam quando este afirma que crises são “[...] excedentes de capital (em termos de mercadorias, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjugá-los lucrativamente [...]”.

Ao contrário do que se pode pensar, as inúmeras crises, não eliminaram as grandes fortunas. Dados sobre isso – com ênfase na desigualdade econômica e social nos países estadunidenses e ao redor do planeta –, estão expostos no livro *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*, onde abundam informações sobre a dinâmica do movimento do capital, suas leis imanentes e formação das desigualdades.

Mesmo havendo certa limitação teórico-política de Piketty, – reconhecida por Jacoby (2014, p. 107) –, em ter como saída para esse estado de coisas a taxaçoão via política fiscal do capitalismo, o livro oferece um panorama, com dados interessantes e concretos, da atual *face* da crise e seu sistema acumulativo. Assim, mesmo com um panorama frente à desigualdade e ampliação da pobreza à revelia das grandes fortunas, Piketty não tematiza nem vai à raiz do problema desse estado de coisas, pois, com argumentos utópicos, ao não tratar de categorias como trabalho excedente, alienado etc., *romantiza* a administração e as contradições do

capitalismo, o que contrasta com o pensamento marxiano cuja defesa não é regular ou administrar o capitalismo, mas suplantá-lo.

Qual seria então um dos caminhos contemporâneos estratégicos adotados pelo capital, sobretudo a partir da crise de 2008, para restaurar a acumulação e recuperação da sua rentabilidade?

A crise de 2008, agudizada especialmente a partir da segunda metade de 2008, se revelou em termos de profundidade, extensão, abrangência e gravidade como uma das mais severas e intensas desde os anos 1930. Viralizada para todo planeta, sacudiu todo o sistema financeiro, quebrou bancos e empresas, aprofundou a pobreza e a desigualdade social em todo o mundo e avançou sobre o trabalho, demarcando a necessidade de ampliar o desemprego e precarizar as condições de trabalho. Sampaio Júnior (2009, p. 10, grifo do autor), aponta que seus efeitos foram devastadores para os trabalhadores:

A Organização Internacional do Trabalho calcula que, apenas em 2008, o número de desempregados aumentou em quase nove milhões e que mais de 100 milhões de pessoas passaram a integrar o número de trabalhadores pobres, ou seja, pessoas que ganham uma renda insuficiente para manter a família (menos de US\$ 2 *per capita* por mês).

É por isso que a partir de 2008, em resposta a uma das mais agudas crises de acumulação, o capital fictício desponta como uma das alternativas para tentar alavancar e recuperar a acumulação.

Icônico, enquanto expressão da liberdade do movimento do capital e, apresentando-se em vários formatos (especulação financeira de empréstimos de alto risco, ações das bolsas de valores, dívida pública, juros, fundos de pensão²⁴, hipotecas, seguradoras etc.), o capital fictício, frente à crise de 2008, torna-se uma das formas mais “modernas” de realização do sobrevalor com temporalidade de longo ou curtíssimo prazo.

Mas, apesar de ter aparência *parasitária*, o capital fictício é movente e real. Como a “[...] aparência é, também, uma dimensão da realidade, esta forma de

²⁴ Os fundos de pensão podem ser denominados também de previdência por capitalização, pois de acordo com Sauviat (2005, p. 111), são “[...] caixas de aposentadorias separadas das contas do empregador nas quais reservas financeiras de origem quer patronal, quer salarial (ou ambas) são acumuladas e valorizadas nos mercados financeiros. Essas reservas devem servir para pagar as aposentadorias dos assalariados. Os recursos dos fundos provêm de contribuições e de rendimentos financeiros obtidos pelo capital investido; as despesas dos fundos representam principalmente as rendas pagas aos participantes”.

riqueza é fictícia e real ao mesmo tempo” (GOMES, 2015, p. 20), ou seja, mesmo desmaterializando-se em diversas formas (juros, dívidas públicas, empréstimos etc.), nunca perde sua objetividade, – de lucro e acumulação –, pois sua constituição pode até transmutar-se, porém sua intencionalidade de expansão não *esmaece*, motivo de sua sempre renovada audácia sobre os mercados.

As transações que se estabelecem para firmar e facilitar os fluxos de capitais das transações de riqueza fictícia não dispensam a figura de agentes reais, mesmo que estas se estabeleçam nos lócus virtualizados das redes de telecomunicação e/ou teleinformática. Ou seja, prestamistas e tomadores de créditos ou capitais, de uma forma ou outra, mantêm relações. Marx, nos *Cadernos de Paris* (2015, p. 207), realiza *ácidas* críticas à relação *artificial*, *bufa* e caricata desses agentes no sistema de crédito. Assim, ao falar sobre isso, afirma:

[...] o crédito se torna – tanto para quem o concede quanto para quem o solicita – objeto de tráfico, de engano e de abuso mútuos. Aqui se revela, com toda a clareza [...]: a desconfiança, o cálculo suspeitoso para conceder ou negar o crédito; a espionagem em busca dos segredos da vida privada do solicitante; a denúncia de dificuldades momentâneas de um concorrente para desacreditá-lo [...].

Marx considerava a relação entre concedente e tomador de crédito uma relação abjeta, desprezível e tendenciosamente suscetível a usurpações vis, restrita somente a suprir interesses privados imediatos e com capacidade de dissolver – em nome do capital e da acumulação – relações de confiança ou de solidariedade.

Esse é o caráter do sistema de crédito e dos capitais fictícios, encontrado nas diferentes formações socioeconômicas da fase pré-capitalista em que eram comuns práticas de empréstimos usurários tanto para “magnatas extravagantes” como para pequenos produtores (HARVEY, 2014a, p. 213), uma atividade que se tornou comum no centro das transações financeiras.

A face mais evidente dessa sistemática no quadro da conjuntura atual é sem dúvida a forma do capital-dinheiro portador de juros que tem “elasticidade” para obtenção de mais-valor ou lucros, conforme indica Marx (2017, p. 390-391) no Livro III d’*O Capital*:

O possuidor de dinheiro, que quer valorizá-lo como capital portador de juros, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, converte-o em mercadoria *como capital*; e não só como capital para ele mesmo, mas também para outros; ele não é capital para quem o aliena, mas é desde o início

transferido a um terceiro como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, lucro; como um valor que conserva a si mesmo no movimento e que, depois de ter funcionado retorna àquele que o desembolsou originalmente, no caso em questão, ao possuidor do dinheiro; portanto, um valor que só por algum tempo permanece distante de quem o desembolsou, que só transita temporariamente das mãos de seu proprietário para as mãos do capitalista em atividade e que, por conseguinte não é pago nem devido, mas apenas emprestado; um valor que só é alienado sob a condição de, em primeiro lugar, retornar ao seu ponto de partida após determinado prazo e, em segundo lugar, retornar como capital realizado, isto é, tendo cumprido seu valor de uso, que consiste em produzir mais-valor.

O sistema de crédito na lógica mercadológica se fortalece e torna-se um dos principais meios da acumulação contemporânea. Rompe em grande medida as barreiras espaço-temporais e intercambia-se em curto tempo para atender as jogatinas especulativas que têm na rapidez e multiformas de ser enquanto premissas fundantes.

A representação do dinheiro nessa dinâmica é colocada em um patamar diferenciado. Seu tradicional formato de papel-moeda torna-se envelhecido e paulatinamente é substituído, nos grandes mercados, por letras de câmbio (seguros, títulos negociáveis, notas promissórias, financiamentos hipotecários etc.); modelo considerado “moderno” e mais viável pela ampla possibilidade de *input* e *output* no momento em que se evidenciam crises de estabilização nos lucros ou se vislumbra lucrativas oportunidades de rendimentos no *balcão de negócios* do mercado global.

Assim, a qualquer sinal de perdas, os montantes aplicados em empresas, indústrias, redes de hipermercados etc., podem intercambiar e tomar novas direções, desde que seus proprietários julguem interessante para ampliação da lucratividade.

Irradia-se uma nova *era* coercitiva tanto dos sistemas de créditos, como de capitais fictícios-virtualizados, que conta com um tempo menor de rotação de capitais²⁵ e mercadorias, dado o rompimento das barreiras espaço-geográficas, um circuito que, para além de abreviar objetivamente as distâncias, amplia as possibilidades de indexar lucros.

Com *comportamento* aparentemente inofensivo – já que tenta descolar-se e obter autonomia da esfera da mais-valia absoluta e relativa – o capital fictício com

²⁵ Para Harvey (2013a, p. 116), “[...] tempo de rotação” do capital significa “o tempo levado para o valor de um dado capital ser realizado por meio da produção e da troca – é, então, a soma do período de produção e do tempo de curso”.

traços parasitários, realiza a *drenagem* gigantesca de capitais e se compraz com montantes sob o domínio de poucos.

A riqueza *fictícia*, então, com prospecto de futuro, de rendimentos previsíveis e de riqueza antecipadamente calculada, mediada pela especulação financeira, faz – como expressão da nova dinâmica do capitalismo – o arresto de capitais nos diferentes mercados mundiais, mesmo que em nome disso incentive o endividamento a curtíssimo ou médio prazo.

É uma forma de riqueza dirigida e monitorada por um sistema monetário e global, formado pelos principais bancos centrais, agência e instituição financeira como o Federal Reserv Bank dos EUA, Banco Central Europeu, Barclays da Grã-Bretanha, dentre outros que se interligam para conjuntamente planejar, decidir e tentar propulsionar os ritmos da acumulação.

Conta, além disso, conforme Harvey (2014a, p. 208), com forte apoio de autoridades reguladoras estatais, de grande envergadura política e econômica, como as potências estatais inglesas e japonesas, por exemplo.

O mesmo autor, ao situar a composição do sistema financeiro, seu poder formulador e organizador, com vistas a (re)ativar a acumulação do capital, infere que:

Ele abrange o mundo intricado do banco central [(de cada país)], das instituições internacionais remotas (o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional), de todo um complexo de mercados financeiros interligados (bolsa de valores, mercados futuros de mercadorias, mercados hipotecários etc.), de agentes (corretores de valores, banqueiros, atacadistas etc.) e de instituições (fundos de pensão e seguros, bancos mercantis, associações de crédito, bancos de poupanças etc). E, acima de tudo, ele inclui uma série de bancos privados extremamente poderosos (o Bank of America, o Crédit Agricole da França, o Barclays da Grã-Bretanha). Os banqueiros e suas cortes transitam de um lado para o outro entre a Basileia, Zurique, Londres, Nova York e Tóquio. Decisões que claramente afetam o destino de milhões são tomadas em reuniões internacionais, sugerindo que os banqueiros do mundo estão na verdade no controle não apenas da vida dos indivíduos (tanto capitalistas quanto trabalhadores), mas também até das maiores corporações e dos governos mais poderosos (HARVEY, 2013a, p. 411).

Paulatina e estrategicamente, o capital subordina as decisões econômicas, sociais, políticas, ideológicas e organizacionais dos Estados-Nação. Sob o comando das economias cêntricas, a exemplo dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, dentre outras, suprimem, com *licitude* e destreza, os capitais das *nanicas* e emergentes

potências, principalmente quando inserem países de economias frágeis ou em desenvolvimento nas *jaulas* financeiras dos empréstimos.

Essa ação interessada e interesseira possibilita a perda da autonomia dos países dependentes ou periféricos que, dentre os males menos ofensivos, encontram como alternativa subjugar-se aos imperativos da ciranda financeira das grandes economias.

Os bancos nesse circuito aparecem não como meros coadjuvantes, mas como força propulsora da garantia de incrementos ao capital, uma vez que chefiam as operações usurárias favoráveis ao capital *fictício*, ao capital real, aos monopólios, oligopólios etc. São os agentes centralizadores do capital, são eles que intermediam quase todas as operações, dado que: ofertam subsídios, intermedeiam pagamentos, reúnem diferentes espécies de rendimentos, autorizam confecção de moedas, realizam empréstimos público-privados, consórcios, seguros, dentre outras transações.

Marx (2017, p. 527), no Livro III d'O *Capital*, ao mencionar o poder fictício do capital dos banqueiros, tece uma longa análise de sua curvatura, ou melhor dizendo, da transmutação de capital efetivo em fictício.

A maior parte do capital do bancário é, pois, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos da dívida pública (que representam capital pretérito) e ações (direitos sobre rendimentos futuros). E não devemos esquecer que o valor monetário do capital, representado por esses papéis nos cofres do banqueiro é, ele mesmo, fictício, na medida em que tais papéis consistem em direitos sobre rendimentos seguros (como no caso dos títulos de dívida pública) ou títulos de propriedade do capital real, que, ao menos em parte, esses papéis representam; ou quando representam mero direito a rendimentos, e não capital, o direito ao mesmo rendimento é expresso num montante de capital monetário fictício constantemente variável. Ademais, é preciso notar que esse capital fictício do banqueiro representa, em grande parte, não um capital do próprio banqueiro, mas do público que o deposita em suas mãos, com ou sem juros.

Ao olhar de forma desatenta, aparentemente as instituições bancárias realizam apenas transações financeiras, porém, um olhar mais apurado descortina isso, evidenciando que na verdade os bancos dispõem de *poderes supremos* e decisórios diante das transações que realizam, pois como nenhum outro agente, (re)conhecem intimamente e, de forma pormenorizada, a situação financeira e a rentabilidade dos que necessitam de sua *mui mão amiga*.

Lenin (2012, p. 60-61, grifo do autor), sobre isso, em 1917 já alertava:

Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas, quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio de suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras – primeiro de *conhecer com exatidão* a situação dos diferentes capitalistas, depois de *controlá-los*, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o e, finalmente, de *decidir inteiramente* sobre o seu destino, determinar sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções etc.

De posse das informações privilegiadas que muitas vezes não são acessadas pela concorrência intercapitalista dentro do fluxo dos mercados, os bancos detêm o compasso e o poder decisório das operações, dado que as informações privilegiadas lhe garantem autonomia para emitir crédito ou cercear valores, o que pode contribuir em maior ou menor grau para impingir estabilidade, sucesso ou falência nos negócios das empresas, monopólios, oligopólios etc., a depender de seus interesses escusos ou probos.

Evidencia-se um forte comando das instituições bancárias que, ao interseccionar com seu desenfreado desejo de obter lucro, passam a exercer perante as instituições e os Estado-Nações ascendência arbitrária para ditar minuciosamente o ritmo, as condições para empréstimos e *usufruto* do capital bancário; como também a condução das políticas macroeconômicas, educacionais, sociais etc., dos países *nânicos* ou em desenvolvimento que dependem de suas finanças.

Expressando os interesses do capital, – principalmente financeiro –, os bancos têm, portanto, o poder de tornar Estados Nacionais, monopólios e oligopólios funcionais aos seus interesses, visto que ao centralizar decisões para negar ou conceder empréstimos, podem discricionar aos Estados as políticas de ajustes fiscais e de estabilidade financeira. Além disso, tem amplo respaldo para impor regras em relação às taxas de juros, estreitar ou alargar prazos para concessão dos empréstimos, créditos etc.

O ciclo de crises de acumulação, camufladas como não responsáveis pela liberação da força de trabalho dos cenários produtivos, pela geração do desemprego estrutural e em massa, coesão para assumir várias funções, ajustes fiscais, minimização do orçamento público, e, principalmente, pela precarização das

condições de trabalho na esfera privada e pública, salta, empiricamente do espaço sócio-ocupacional para a fala de um dos profissionais entrevistados na nossa pesquisa, que, ao expressar como as metamorfoses engendradas pelo “mundo” do trabalho impactam particularmente nas suas condições de trabalho, pronuncia:

[...] eu sofro todos os resquícios dessas metamorfoses no mundo do trabalho querendo ou não, a precarização do meu trabalho que é isso. É não ter direito, às vezes, a almoçar, porque aquelas demandas institucionais às vezes não me deixam almoçar. Então, cadê meu direito ao almoço? Só que eu tenho que assinar meu ponto como, no mínimo, uma hora pro almoço, mas eu tenho que assinar o ponto e eu não posso assinar, sem... diretamente, eu tenho que... tá lá escrito que eu almocei, mas na verdade, o almoço é junto com o atendimento. Junto com aquilo, com a questão burocrática, eu tendo que colocar na minha planilha [...], dar o resultado do edital, então praticamente essa questão do resquício da metamorfose no mundo do trabalho, a gente enfrenta também, que aquele que é o trabalhador que faz múltiplas tarefas, tarefas administrativas que às vezes não está nas tuas atribuições enquanto trabalhador que tem uma legislação específica. Então a gente sofre, querendo ou não. Mesmo que tenha a garantia das tuas atribuições privativas, em um momento tu vai ter que abrir mão de lá, justamente pela burocracia institucional (A. S., ENTREVISTA n° 2).

Mesmo havendo distinção, no que diz respeito às relações e condições de trabalho na esfera pública e privada no que tange a objetivos, formas de regência do contrato de trabalho e processos de trabalho, o setor público, ainda que não produza mais-valor diretamente, – dado que atua no âmbito da reprodução deste –, vem sendo impactado e torna-se cada vez mais vulnerável às mudanças do mundo do trabalho, transformações que se impõem obedecendo a *ciranda* dos agentes do comando global do capital sob a regência da esfera financeira, bancos, Estados nacionais.

No interior dessa *ciranda* sempre adquirem vantagens financeiras a partir do avanço na precarização das condições laborais, os países de economias periféricas e de inserções tardias na divisão internacional do trabalho, como é o caso do Brasil, comandado historicamente por uma burguesia autoritária e arcaica, com quadros políticos que não se renovam e ainda aprofundam, pela dependência política e econômica aos países centrais, subordinações nas condições de realização do trabalho.

Nessa direção, ao discricionar as regras do jogo da acumulação, as pactuações se impõem sobre a esfera do trabalho, independentemente da sua imersão no ciclo da produção ou da reprodução, não isentando dessa forma nenhuma profissão assalariada, como é o caso do Serviço Social brasileiro.

Ou seja, são impositões que refluem em todas as esferas do trabalho capazes de propiciar direta ou indiretamente mais-valor. Por isso, a necessidade de solapá-lo nas suas relações, formas de realização, organização e gestão. São metamorfoses que emergem com maior “tonalidade” a partir, sobretudo, dos paradigmas taylorista, fordista e toyotista enquanto parte do investimento do capital, para tentar salvaguardar a rentabilidade dele mesmo frente às suas próprias crises cíclicas e históricas.

Cabe aqui uma rápida digressão de como esse panorama se impõe ao “mundo” do trabalho, aspecto que não isenta um único trabalhador assalariado, seja ele pertencente à esfera pública ou privada, porquanto não isenta os/as assistentes sociais enquanto parte dos trabalhadores coletivos.

2.4 Influxos paradigmáticos do taylorismo-fordismo-toyotismo sobre o “mundo” do trabalho

A partir dos anos 1970, são deflagradas mudanças de todas as ordens no mundo do trabalho com acentuado caráter regressivo para suas relações e condições. São mudanças arquitetadas no centro das economias desenvolvidas, mas que particularmente se projetam para as periferias capitalistas dependentes.

Os paradigmas taylorista, fordista e toyotista, despontados no contexto estadunidense e japonês do segundo pós-guerra, mesmo depois do “declínio” de suas concepções, deixam como legado reconfigurações no disciplinamento da força de trabalho que não foram abandonadas, mas, ao contrário, são mescladas a partir das novas necessidades da acumulação.

O que ficou subjacente nesses padrões de produção e organização do trabalho não foi simplesmente a necessidade e a eficiência conduzidas pelas formas de conceber o trabalho, mas, a esperança na recomposição de taxas de acumulação do capital, sendo essa trilogia, portanto, apenas um compósito depositário da confiança para aceleração das taxas de acumulação do capital frente à intrínseca crise estrutural, como indica Antunes (2003, p. 35-36, grifo do autor):

Embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta capitalista a essa crise procurou enfrentá-la tão-somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Tratava-se, então, para as forças da Ordem, de reestruturar o padrão produtivo

estruturado sobre o binômio *taylorismo e fordismo*, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45 [...].

Se por um lado essa situação não repõe substancialmente as taxas de acumulação como se esperava, por outro, torna-se um padrão de produção dilacerante, sobretudo para as condições de trabalho, dado que vai afetar inteiramente os processos de trabalho.

O trinômio taylorista-fordista-toyotista expressa a tentativa de racionalizar o trabalho. Suas marcas exponenciais são as incessantes procuras pela maximização da produção e de super-lucros.

Essa plataforma traz consigo uma nova base lógica de funcionamento laboral onde a preponderância é a engenhosa cronometragem de tempo, movimentos e a parcelização das tarefas dos processos de trabalho que ditam o ritmo da produção e da organização do labor, (re)conduzindo, no interior da indústria taylorista-fordista-toyotista, o domínio da totalidade do processo produtivo não nas mãos de seus produtores diretos, mas das gerências administrativas e máquinas lancinantes que não podem e não devem parar nunca seus funcionamentos sobre o peso de perda de capital-dinheiro.

Enquanto modelo de organização do trabalho, controle e mecanismo de acumulação do capital, o trinômio taylorista-fordista-toyotista introduz modificações na vida e na educação para o trabalho americano e japonês no quadro macroscópico da industrialização e urbanização, sobretudo a partir da *fetichizada* ideia de liberdade, propalada como forma de manutenção da hegemonia burguesa sobre os trabalhadores.

Como vida e trabalho mutuamente se entrelaçam, essa trilogia irá *fabricar*, em sentido genérico, um *novo* homem, que deve ser moderno, eficaz, flexível, aprender rapidamente e ter uma racionalidade apurada para se inserir e se adaptar em processos de trabalhos, de modo que a forma de trabalhar conduza, idealmente, aos mais altos padrões de desenvolvimento produtivo e psicofísico.

E como isso acontece?

A organização laboral baseada nos princípios tayloristas-fordista-toyotista envolve, além de mudanças nas formas do aprendizado para o trabalho, a internalização de valores que (re)configuram novas formas de ser e de agir dos

sujeitos sociais frente à sua imperativa busca de atendimento às necessidades humanas básicas que somente se realizam através do trabalho assalariado²⁶.

Neste espectro, o aparato educativo burguês em muito vai contribuir para a realização desses objetivos – via educação escolar ou não – para reproduzir uma dada dominação ideológica.

Na introdução do livro *Marx e Engels: textos sobre educação e ensino* – a respeito dessa dominação que se realiza via aparato educacional, se tem:

Desde o princípio viu-se que o ensino podia converter-se em um dos meios fundamentais de dominação ideológica e, portanto, em um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder. O estado de classe estava intimamente ligado ao ensino de classe. Ainda que não sem tensões, o aparato escolar se convertia em um apêndice da classe dominante [...] (MARX; ENGELS, 2004, p. 17-18).

Sedimenta-se, com isso, a necessidade de uma nova cultura que deve e precisa ser (re)criada para atender o interesse do modo de produção capitalista, cujos princípios mais imediatos estão concentrados no controle do tempo, movimentos e flexibilização da força de trabalho para a máxima produção.

Para que isso se tornasse real e se concretizasse sem maiores problemas, estava imbuída, no interior desse processo, a tentativa de *desidratar* quaisquer influências reivindicatórias assentadas no lastro socialista; tido como ameaça premente a esses padrões de organização do trabalho. Além disso, estava infusa a possibilidade de criação de uma dada racionalidade, via arranjo educacional. Assim, o ideal era manter intocados os ritmos cristalizados, sincronizados, repetidos e sinalizados²⁷ da linha de montagem e produção em série e as práticas conformizadas e adaptativas de educar para o trabalho.

Uma das estratégias, então, para manter essa hegemonia, é o incentivo a salários diferenciados e a difusão de um conteúdo ideo-político consistente. Esse, ao ganhar e invadir as mentes e formas organizacionais de trabalho, torna-se capaz de gerar convencimentos que contribuem para quebrar a unidade sindical, cooptar os

²⁶ Entende-se aqui que o trabalho é a única forma de atender essas necessidades, pois mesmo que a ação estatal ou quaisquer outras formas busquem paliativos para esses atendimentos, está só consegue materialização e objetivação – seja através de serviços ou quaisquer outras formas – mediante os excedentes médios expropriados do trabalho.

²⁷ Tem destaque no toyotismo o sistema Kanban, sinalização padronizada através de cores ou placas indicativas para o controle e acompanhamento de todo processo produtivo e enquanto forma de evitar desperdícios de matéria-prima e do tempo gasto na produção.

trabalhadores e manter a elevação das taxas de lucro do capital frente a sua queda tendencial que a economia americana apresentava.

Ruy Braga (2008, p. 16), na introdução do livro de Gramsci *Americanismo e fordismo*, discorre sobre a necessidade de persuasão e intervenção do fordismo na vida dos trabalhadores em todos os quadrantes, ou seja, em sua vida privada e fora dela. Sobre isso, o autor expõe:

O fordismo soube combinar processos de trabalho taylorizados, altos salários, benefícios limitados à “aristocracia operária” com a intervenção por parte dos gerentes nas vidas privadas dos trabalhadores, para criar certas práticas individuais e coletivas consistentes com a produção em série. Nesse sentido, representou uma vitória obtida – por meio de uma peculiar combinação de força (a derrota do sindicalismo de ofício) e persuasão (os chamados altos salários, os benefícios sociais, a propaganda moral e a instrução) – pelo capitalismo estadunidense contra o poder dos antigos artesãos *pelo controle sobre o processo de trabalho* (BRAGA, 2008, p. 16, grifo do autor).

Esse esforço, amparado principalmente no *antídoto* dos altos salários²⁸ e consubstanciado nos pensamentos de Taylor, Ford e Taiichi Ohno²⁹, encampava com sutil desfaçatez a violência jurídico-formal da exploração legalizada do trabalho, através de um jogo de ideias multifacetadas, cujo pano de fundo objetivava, conforme Gramsci (2008, p. 65-67), a racionalização da produção e do trabalho via disciplinamento para “[...] desenvolver no trabalhador posturas maquinais mínimas e automáticas [...]” cuja prática se orientava pelo controle do comportamento da força de trabalho a ser adquirido com treinamento e multifuncionalidade. A coerção moral somada à maneira de educar para o conformismo em muito contribuía para legitimar essa gestão e controle do trabalho.

O entendimento de Taylor e Ford, por exemplo, – que em certa medida é elucidado nos ideais de Engels (2010, p. 64), ao estudar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra – é que o trabalhador funcione como uma extensão da indústria e do capital na medida em que este, “[...] na indústria, [...] não é considerado mais que uma fração do capital posta à disposição do industrial e a que este paga um juro, sob o nome de salário, por sua utilização [...]”.

²⁸ A perspectiva de altos salários influenciou basicamente: a adesão passiva do trabalhador às concepções tayloristas/fordistas e, embora muito propagandeada, poucos trabalhadores a esses tiveram acesso, tendo em vista que se concentravam não nas mãos dos trabalhadores de chão de fábricas, mais especificamente nos ocupantes dos altos escalões de trabalho, a exemplo das gerências e administrações; como, contraditoriamente, influiu na pacificação dos trabalhadores tanto por medo da perda do emprego como pela esperança de um salário mais digno.

²⁹ Mentor do sistema toyotista de organização do trabalho e da produção de mercadorias.

A concepção, principalmente de Taylor, de gerenciar o tempo de trabalho, pode ser sintetizada na preocupação de racionalizar a produção para torná-la mais lucrativa para o capital.

Sobre essa necessidade, Santos Neto (2013, p. 112), explicita:

A preocupação central de Taylor é racionalizar a produtividade para torná-la mais lucrativa aos capitalistas [...]. O principal aspecto do taylorismo é combater o desperdício decorrente da ausência de planejamento racional das operações minimamente realizadas pelos operários, desconsiderando amplamente seus perniciosos efeitos sobre a classe trabalhadora.

O pensamento de Taylor, um dos principais teóricos e representantes da burguesia industrial, visa incessantemente, de acordo com Santos Neto (2013, p. 114), declarar “[...] guerra aos vestígios de ociosidade existente no processo de produção”.

Nesse quadrante, o pensamento taylorista, exposto no livro *Princípios de administração científica*, evoca diametralmente a necessidade do *no soldering*, ou seja, do não fazer *cera* e/ou pausas durante a jornada de trabalho para se obter a máxima produção.

Marx (2013, p. 415), no Livro I d’O *Capital* denomina essas pequenas pausas/interrupções temporárias de “poros” que se realizam na jornada de trabalho e que para o capital significam perda de mais-valor, pensamento que é atualizado através do depoimento de José Eugênio Pinheiro, vice-presidente da *General Motors* na América do Sul “[...] à revista Panorama, de fevereiro de 2013, editada pela General Motors do Brasil” (PRAUN, 2014, p. 25), quando ele menciona a necessidade da eliminação de tempos “mortos” no processo de trabalho:

Graças à tecnologia e ao processo de melhorias contínuas, podemos **ganhar um segundo a mais, dois segundos a mais no ciclo de cada veículo. Para se ter uma ideia da importância disso**, em Gravataí, que tem capacidade para 360 mil unidades por ano, **ganhar um segundo, só nas operações de gargalo da produção, significa 7 mil carros a mais por ano** (PRAUN, 2014, p. 25, grifo nosso).

Em um processo de trabalho nesses moldes, fortemente influenciado pela concepção taylorista, o que não se considera é o desgaste bio-psíquico-social sofrido pelo trabalhador, pois, como anuncia Santos Neto (2013, p. 114), “[...] a celeridade das atividades acaba por provocar um enorme desgaste de suas capacidades físicas e psíquicas, de seus nervos, músculos e cérebro”.

Tais impositões impulsionam os trabalhadores a buscar “saída protetivas” para a preservação tanto da sua saúde físico-mental como também do próprio emprego, conforme indica Santos Neto (2013, p. 119, grifo do autor):

O excessivo nível de atividade representa para o trabalhador somente penúria, dor, enfermidade e óbito. Então, quando os trabalhadores tentam proteger seus empregos e seus corpos exercendo atividades num ritmo que não exija o máximo de suas energias, não se trata de querer enganar o capitalista fazendo “cera”, como assegura o autor de **Princípios de administração científica**; trata-se tão somente de proteger sua saúde física e evitar ser lançado no exército industrial de reserva, especialmente naquela parte formada pelos inválidos e convalescentes.

Assim, considera-se – tal como acontece hoje – que, se dentro de uma jornada de trabalho houver aumento ínfimo ou não de salário, esse não compensará a perda biopsíquica do trabalhador.

É sobre esse amálgama que se elaboram esforços e estratégias para regular, via disciplinamento e concepções educacionais, as formas de ser no ambiente do trabalho e fora dele. Gramsci (2008, p. 66), ao falar dessa necessidade de controlabilidade, salienta:

Na América a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente conectados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados em algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades do novo método de trabalho [...].

A preocupação aqui está pautada na negação do desperdício de energias e cronometragem do ritmo e desempenho do trabalho produtivo. Por isso, o alvo central da vigilância concentra-se no *factory floor* (chão de fábrica) e na inspeção da vida privada do trabalhador que precisa ser afastado do alcoolismo, da promiscuidade, com o fim específico de isolar o ritmo lento e o absenteísmo. Sendo, portanto, a educação uma importante mediadora dessa proposta.

Parece claro que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional, o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de *extravagância* não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos dos mais perfeitos automatismos [...] (GRAMSCI, 2008, p. 70).

Pari passu, a racionalidade do trabalho mediatizada pelo disciplinamento e pela educação no chão de fábrica e fora do espaço fabril – encampado por gerentes, administradores *bem adestrados* – se impõe ao conjunto dos trabalhadores, afetando, para além dos métodos e organização do trabalho, o funcionamento interno da família, do labor, das atividades de lazer, assentando as premissas do trabalho na ordem do puritanismo, do proibicionismo e de acordo com as demandas impostas pela ordem do capital.

Essa racionalidade “educativa” pautada nos moldes e interesses burgueses envolve todos os membros da família, não poupando mulheres, crianças ou idosos. Marx (2013, p. 468), no Livro I d’*O Capital*, já antecede suas análises sobre esse impacto nos sujeitos sociais quando trata do advento dominador da maquinaria no trabalho de mulheres e crianças:

[...] a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro dos limites decente e para a própria família.

Por trás desse panorama, viceja a necessidade de extração de mais-valor, que se realiza por meio da dominação sobre o trabalho vivo que se autorreproduz através da velada mistificação de ampla liberdade política, econômica, social e contratual para se realizar.

Paniago (2012, p. 28, grifo do autor), ao falar dessa *liberdade encantada* presente nos sujeitos que precisam trabalhar para garantir sua condição material de existência, destaca:

O sujeito que trabalha, indispensável para a produção de riqueza, aparentemente deve ser um sujeito livre e soberano para que possa participar do acordo contratual concebido pelas relações burguesas. Mas, na “oficina despótica”, que funciona “sob a absoluta autoridade do pseudo-sujeito usurpador, o *capital*, [...] transforma o sujeito real, o trabalhador, em mero dente da engrenagem da máquina produtiva do sistema do capital”.

O capital mantém, com isso, uma dominação econômico-social sobre os indivíduos, autoimpondo sua vontade de forma objetiva e subjetiva, principalmente quando dispõe, conforme Paniago (2012, p. 36), de um “[...] arsenal ideológico utilizado para perpetuar a submissão” e a “imposição” de seus *desejos* e necessidades, tal como na industrialização fabril fordizada-taylorizada.

Miopizados e envolvidos por essa *engrenagem* – articulada pelas formas jurídicas do Estado, da burguesia e pelos agentes que circundam a vida operária na perspectiva de transmitir valores pela via educativa-disciplinar – os trabalhadores aderem, não sem resistências e confrontos a esse processo, conforme enfatiza Marx (2013, p. 499-500), ao tratar da luta entre o trabalhador e a máquina já, no século XVII:

A luta entre capitalista e trabalhador assalariado começa com a sua própria relação capitalista, e suas convulsões atravessam todo o período manufatureiro. Mas é só a partir da introdução da maquinaria que o trabalhador luta contra o próprio meio de trabalho, contra o modo material de existência do capital. Ele se revolta contra essa forma determinada do meio de produção como base material do modo de produção capitalista.

Qualquer demonstração de resistência dos trabalhadores às formas educacionais conformadas e inculcantes da exploração capitalista é logo entendida como abrupta ameaça. Assim, são sempre orquestradas ações coercivas na tentativa de sustar e desequilibrar os antagonismos, pois o norte é tentar conciliar o inconciliável: os interesses entre capital e trabalho.

Paniago (2012, p. 43, grifo da autora) chama a atenção para essa questão quando afirma:

Mas para manter operativo o equilíbrio temporário do antagonismo estrutural entre capital e o trabalho é indispensável que o capital desempenhe uma função coesiva diante “dos constituintes multifacetadamente conflitantes de seu próprio sistema”. E, para garantir objetivamente a coesão necessária das diversas formas de manifestação de tal inconciliável antagonismo estrutural, “o capital deve *suspender* os antagonismos internos e tendências desagregadoras do seu modo de controle tanto quanto for viável sob mutáveis circunstâncias históricas”. Trata-se, portanto de *suspensão*, ou melhor, de deslocamento dos antagonismos, mas jamais de superação, mesmo que no curtíssimo prazo [...].

O trabalhador, resvalando-se nas coercivas intimidações que se efetivam através da educação e de conteúdos didáticos *convencivos*, que têm como suporte a

ameaça ao emprego, passa a aderir aparentemente ao que lhe é imposto. Mesmo frente a tal situação, não é *sequestrada* sua lucidez diante da espoliação que acontece na processualidade do trabalho em que está imerso, conforme destaca Neto (apud MARX, 2013, p. 118, grifo do autor), quando expõe o pensamento de um trabalhador frente à “truculenta sede de mais-trabalho excedente” pelo capitalista:

Quero gerir meu único patrimônio, a força de trabalho, como um administrador racional, parcimonioso, abstendo-me de qualquer desperdício tolo dela [...]. Mediante prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, podes em 1 dia fazer fluir um *quantum* de minha força de trabalho que é maior do que eu posso repor em 3 dias. O que tu assim ganhas em trabalho, eu perco em substância de trabalho. A utilização de minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas totalmente diferentes. [...]. Pagas-me a força de trabalho de 1 dia, quando a utilizas a de 3 dias [...].

O trabalhador, assim quando desafiado perante, sobretudo, a perda da empregabilidade e possibilidade de suprir suas necessidades materiais, torna-se na forma mercadoria, tanto adestrável como comercializável por qualquer *quantum*. Nessa relação, perde o domínio do seu processo de trabalho e de si mesmo, na medida em que suas escolhas e decisões são orquestradas pelo modo de produção capitalista, cada vez mais disciplinador e prescritor de como os indivíduos sociais devem agir, pensar e comportar-se nos processos de trabalho, independentes de onde esses processos se realizam.

Quais os efeitos de todos esses elementos sobre o trabalho e, particularmente, sobre o trabalho assalariado dos assistentes sociais dos IFET's?

Desde que o capital começou a apresentar dificuldades no que diz respeito ao seu movimento de realização e acumulação, onde as crises de 1929, 1970, 1980 e 1990 são expressões, passou-se a engendrar estratégias para o refreio das crises e restabelecimento da acumulação. Esse objetivo tem se tornado uma tarefa complexa e, mesmo encontrando resistências, através da organização coletiva e sindical dos trabalhadores para evitar perdas trabalhistas, não vem sendo freada, visto que as alardeadas *saídas* impostas pelo capital continuam atreladas e avançando suas imposições ao “mundo” do trabalho e sobre os trabalhadores.

A crise da acumulação anuncia latentes transformações nas condições de realização do trabalho. Essas impositões se nutrem nos diferentes quadrantes do planeta, via aumento da exploração do trabalho assalariado, empobrecimento dos

trabalhadores, desemprego estrutural e renovadas formas de exploração, enquanto realidade que circunda o cenário das economias cêntricas e periféricas.

Por isso, não é surpreendente a constatação de se ter, desde os anos 1970-1980, o exponencial e acelerado crescimento do desemprego que não deixa imune nem mesmo as economias mais influentes do mundo – como é o caso da economia estadunidense – seguida dos demais países europeus.

Os autores franceses Duménil e Lévy (2003, p. 18), ao analisarem países com grande vigor econômico, como Estados Unidos, Alemanha, França e Reino Unido, perceberam a avassaladora *onda* e aceleração do desemprego em décadas subsequentes (1970-1980), cujas causas estão situadas na diminuição dos ritmos da acumulação do capital e da sua produção acelerada.

Uma das expressões mais evidentes da crise estrutural dos anos de 1970 e 1980 foi o aumento exagerado da onda de desemprego [...]. Essa onda se formou por volta de 1975-1985, levando a taxas de desemprego próximas a 10% [...]. A causa fundamental desse aumento de desemprego foi a diminuição da acumulação do capital (do investimento) e do crescimento da produção.

Isso compele a renovação e/ou (re)introdução de outros dispositivos que auxiliam na formação do mais-valor, sendo a ascendência da precarização do trabalho, mediada pela reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal uma das suas formas.

A reestruturação produtiva responde funcionalmente ao modo de produção capitalista. O *ineditismo* da ciência e dos novos aparatos da tecnologia, de maneira geral, infiltra-se e interpenetra na base produtiva moderna e em todas as formas de ser do trabalho. Nesse patamar, muda-se exponencialmente as organizações laborais, já que se torna possível promover contundentemente a subsunção real do trabalho ao capital.

Com isso, se abrem sendas amplificadas para reiterar a coação e a exploração a partir das novas determinações que alteram os processos de trabalho, seja com vínculos formais ou informais, inseridos no espaço estatal ou privatizados sobressaindo-se nessa lógica, em nível global, a precarização das relações e das condições do trabalho em todas as esferas.

As inovações técnico-organizacionais absorvidas pela microeletrônica, robótica, cibernética etc., que se ampliam com a produção taylorista-fordista já

sinalizavam tempos débeis para as relações e condições de trabalho nas décadas posteriores.

Os resquícios desse processo vão firmar condições mais *ofegantes* e despóticas para o trabalho nas décadas posteriores, dado o acirramento da concorrência intercapitalista pós-crise dos anos 1970, que impõe ao “mundo” do trabalho “[...] um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital [...]” que associado ao ideário toyotista inaugurado no Japão, põe em voga “[...] uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, [(e)] de gestão de trabalho [...]” (ALVES, 2005, p. 30-31).

É assim que se sobressai a nova fase do capitalismo mundial flexibilizado; que não dista nem abandona profundamente o “ritmístico” controle de tempos, movimentos e flexibilidade do auge taylorista-fordista-toyotista, mas, ao contrário, o resguarda, reinaugurando e renovando seus princípios de racionalização com a introjeção ideo-subjetiva nos corpos e mentes dos trabalhadores da lógica do engajamento, flexibilização, terceirização, fragmentação do trabalho etc., cuja adesão é relativamente involuntária e *pacificada* por processos subjetivos de comparações entre os trabalhadores ou ameaças objetivas de perda do emprego ou de seus direitos.

Gera-se, nesse ínterim, um tónus amorfo – o que não significa idílico ou de imobilidade política – na classe trabalhadora, alavancada pela captura de sua subjetividade (ALVES, 2005, p. 34), perfil individualizado pelas crescentes fileiras do exército de reservas e maior subsunção às exigências capitalistas etc., aspectos que reunidos, progressivamente, contribuem para diluir suas capacidades organizativas e de resistência frente às condições impostas, que historicamente determinam o comportamento individual e coletivo em cada modo de produção.

O ignóbil desse quadro metabólico “[...] é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho” (ANTUNES, 2003, p. 53) na produção ou na reprodução social de todos os setores da economia e nas relações que se estabelecem entre a compra e venda da força de trabalho.

Assim, quem compra ou tem o domínio de qualquer força de trabalho, é quem detém a autonomia para definir as relações sociais que se estabelecem e para organizar a forma como o trabalho deve ser *gasto/*utilizado. Ou seja, quem do trabalho se apropria é quem determina como deve ser organizado todo o seu

processo, a viabilidade para gerar ou reproduzir novas grandezas, que é o fim último da compra do trabalho assalariado. Harvey (2013a, p. 69), sobre isso logo lembra que:

Como os capitalistas compram certa extensão de tempo durante a qual mantêm os direitos de uso da força de trabalho, eles podem organizar o processo de produção (sua intensidade, tecnologia etc.) para garantir que os trabalhadores, durante aquele período, produzam um valor maior do que recebem.

Germina disso a ideia de que o processo de trabalho no modo de produção capitalista se destaca como o momento crucial e fabuloso do trabalho abstrato, do trabalho que se volta para produzir valor e que secundariza ou tenta desgarrar-se da perspectiva do valor de uso³⁰ como expressão do trabalho concreto, pois a centralidade das relações recai na força da troca e na capacidade de gerar mais capital-dinheiro.

O processo de trabalho sobre essas determinações sociais está voltado para a valorização do capital, “[...] para a produção de mercadorias, valores de troca, visando a acumulação de mais-valia, [(e, portanto)] a autovalorização do [(próprio)] capital”, sendo necessária nessa relação prevalecer a “ideologia do trabalho livre” (ALVES, 2007, p. 33-39), formalizado através de um contrato que estipula as obrigações a serem cumpridas em determinado período de tempo, como ressalta Marx (2013, p. 373, grifo do autor), no Livro I d’ *O Capital*:

O contrato pelo qual ele [(o trabalhador)] vende sua força de trabalho ao capitalista prova – por assim dizer, põe o preto no branco – que ele dispõe livremente de si mesmo. Fechado o negócio, descobre-se que ele não era “nenhum agente livre”, que o tempo de que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, que, na verdade, seu parasita [Sauger] não o deixará “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar”.

As obrigações que são extensivas ao contrato, ou seja, a produtividade que ultrapassa a disposição legal contratual, comumente são ignoradas. Assim, intensificada ou não a produtividade do trabalho por meio de maquinários, recursos

³⁰ Sabe-se, no entanto, que há uma vinculação estreita entre valor de uso e valor de troca, pois para certa mercadoria ser constitutiva de valor de troca, é necessário que detenha determinada utilidade social. Porém, tal utilidade pouco importa ao capitalista, contanto que no final da troca se obtenha lucro. Assim, pouco importa que determinado comprador adquira uma tonelada de queijos nobres no início do dia e ao seu final, os jogue aos ratos. Sua utilidade social não tem significância, pouco importa do ponto de vista do valor de uso.

técnicos e/ou informacionais, a condição salarial permanecerá inalterada, à exceção das situações de horas extras em que a pressão da legislação trabalhista obriga a sua compensação em termos monetários, condição geralmente adotada em empresas de grande porte produtivo quando no atendimento de determinados prazos e/ou metas, casos frequentes no modelo de organização e de produção do trabalho toyotista – que emerge no Japão após 1945, como opção e resposta à crise financeira do pós-guerra – onde a produção está estritamente vinculada à demanda.

O modelo de produção e de organização do trabalho toyotista equaciona uma das *modernas* formas de extração do mais-valor relativo e absoluto e, por conseguinte, de valorização do valor.

Imbuído pela premissa de racionalização do trabalho, adota com entusiasmo a concepção do não incremento de contratações e o amplo disciplinamento da força de trabalho. É um modelo que realiza sem precedentes, e como nenhum outro modo de produção, a extrema intensificação da produção e o consumo do sobretrabalho.

O processo de produção de tipo toyotista, [...] supõe portanto uma *intensificação da exploração do trabalho*, quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes. Ou seja, *presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz* (ANTUNES, 2003, p. 56, grifo do autor).

O que se tem por certo nesse processo é que o aumento de trabalho em qualquer forma de produção, seja ela taylorizada, fordizada ou toyotizada, nunca é pago proporcionalmente ao dispêndio das energias gastas.

A depender do processo de trabalho em que os sujeitos se inserem, os desgastes corpóreos; físicos, intelectuais, psíquicos, mesmo sendo pago por determinado *quantum*, não compensam proporcionalmente ao que é indexado ao seu resultado, ao seu produto, tal qual observou Marx (2013, p. 591):

A intensidade cada vez maior do trabalho supõe um dispêndio aumentado de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas. Com uma força produtiva aumentada, a mesma jornada de trabalho fornece mais produtos.

A rigor, a intensificação é uma das estratégias de usurpação do trabalho contemporâneo e de racionalidade instrumental do capital que, impelido e

reatualizado pela automatização, recursos informáticos, robotização e “mutações tecnológicas” (ANTUNES, 2013, p. 59), tem como princípio norteador subsumir e economizar gastos com o trabalho, sem, por outro lado, ter o propósito de poupar os esforços de quem trabalha.

O resultado do arquétipo toyotista, ao interseccionar com o fordismo-taylorismo, com vistas à maximização das taxas de lucros, não poderia ser outro, se não, a precarização das condições e relações de trabalho, expressos respectivamente no acúmulo de tarefas, nas exigências em cumprimento de metas e prazos – com tempos cada vez mais estreitados –, práticas eficientistas, doenças ocupacionais, conflitos interpessoais, aumento de terceirização, flexibilizações, informalização do trabalho, declínio salarial, desregulamentação, entre outras variantes.

A força do ideário toyotista não se limita apenas aos redutos da indústria japonesa. Parte significativa do seu arquétipo é rapidamente assimilado por diferentes ramos do trabalho, sobretudo porque traz embutido na sua essência a exploração do trabalho e a valorização do capital. Nessa lógica, a transferibilidade de suas concepções rapidamente transcende os muros orientais, havendo com isso ampla assimilação de parte ou de seu completo receituário para os diferentes ramos de atividades da produção ou reprodução social que se adaptam às diversas particularidades dos processos de trabalho.

Com isso, não é precipitado afirmar que – em maior ou menor grau – todos os espaços de trabalho vinculados ou não à produção direta – passam a sofrer influência imediata do modelo organizacional de trabalho toyotista mesclado das concepções taylorista-fordista do século XX.

O entendimento desse processo que figura como uma das expressões das transformações do “mundo” do trabalho, foi verbalizado no campo empírico da pesquisa por um dos profissionais, que ao ser incitado a falar sobre como essas transformações se materializam no seu espaço sócio-ocupacional enfatizou:

[...] ela adentra as instituições, principalmente, chega lá no meu local de trabalho, principalmente, através da ideologia. Acho que no sentido ideológico, não no sentido, provavelmente, da acumulação de capital, mas no sentido ideológico, porque o padrão de acumulação toyotista, ele engloba tanto a ideologia como... o próprio padrão de como se acumula o capital. Mas eu penso que ela adentra e chega lá comigo através de ideologia, através dessa expansão ideológica que engloba... todos os setores da vida social. Todos. Eu acho que não tem um setor que está isento disso [...] a naturalização desse processo ideológico, que são propriamente dos padrões de acumulação. E não é só do toyotismo,

também é do próprio padrão fordista, porque tu pega os... aqueles padrões, que são extremamente mecanizados, mecânicos, entendeu. Aí há uma mescla de um padrão toy, ford... do fordismo com o do toyotismo. Então há mescla de padrões extremamente mecanizados, extremamente..., onde a concepção é separada, do processo de realização e há todo um processo que eu participo, mas também há processo que eu não participo, de que eu sou só uma peça (A. S., ENTREVISTA n° 2).

Assertivamente, esses são os meandros das dimensões da reestruturação produtiva e das *inovações* organizacionais do trabalho que coligadas ao imperativo *ideológico* do neoliberalismo, corte nas contratações etc., impelem os trabalhadores a assumir tarefas não privativas, comparar-se subjetivamente com outros trabalhadores, flexibilizar formal ou informalmente³¹ seu tempo de trabalho, seus contratos, relações de trabalho etc. Dialogando com Antunes (2013, p. 13), sobre o quadro multiforme do trabalho, o autor, traz prontamente a seguinte concepção:

[...] acentuam-se os elementos destrutivos em relação ao trabalho: as novas formas vigentes de valorização do valor, ao mesmo tempo que trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados.

São transferidos para os indivíduos sociais através de situações objetivas concretas e apologéticos discursos de culpabilização pela inserção em trabalhos precarizados, baixa produtividade, adoecimentos, inadaptabilidade, ausência de polivalência, não multifuncionalidade, salários irrisórios, desqualificações, insuficiente escolarização etc.

Instaura-se com isso a desenfreada corrida individual e excêntrica pelo aumento de níveis de escolarização, competências e certificações aligeiradas, no geral, compradas nos mercados educacionais privados; financiados pelo próprio bolso dos trabalhadores e de alguns irrisórios incentivos governamentais e do empresariamento.

Facilmente, aquilo que é expressão da crise de restauração da acumulação, se desloca para o “mundo” do trabalho, ou melhor, para os trabalhadores; ensejando sobre eles a necessidade de ampliar a integração e adaptabilidade à funcionalidade

³¹ A flexibilização informal no contrato de trabalho de assistentes sociais acontece no âmbito dos IFET's quando na relação jurídica contratual é estipulado o tempo de duração da sua jornada de trabalho (40 horas semanais, 30 horas semanais ou 20 horas semanais), e essa relação é corroída no cotidiano de trabalho, quando os profissionais são imputados de várias formas – a ultrapassar a jornada estabelecida contratualmente. Essa forma de flexibilização será melhor desenvolvida no capítulo 5, quando tematizado o trabalho que se realiza, mas não se computa.

capitalista, o que torna vantajoso e favorável às reformas incididas sobre o “mundo” do trabalho e de acumulação.

Parte-se do princípio de que as crises do capital desencadeiam a necessidade, além de adaptabilidade à *nova-velha* ordem, de ampliar os esforços³² objetivos e subjetivos dos trabalhadores para poder dar conta dos diferentes processos de trabalho, mesmo o capital – em dadas situações – “menosprezar” o trabalho vivo em detrimento do trabalho morto.

É notório, assim, que a crise do capital desencadeia latentes mudanças sobre o trabalho, sem as quais os níveis de acumulação ficam patentemente comprometidos. Essas mudanças, para além dos centros do império mundial da acumulação, precisam do aparato político-ideológico para lhes dar sustentação e nesse sentido o Estado precisa representar e tornar-se a própria personificação do capital enquanto estratégia para fazer (re)ascender a acumulação. Tais efeitos atingem não apenas as economias cêntricas, mas cerceiam especialmente as economias dependentes enquanto nichos indispensáveis ao processo de acumulação e reprodução capitalista.

2.5 Efeitos conjunturais da crise sobre as condições de trabalho no capitalismo periférico e dependente brasileiro

A crise que hoje transgride e solapa as diferentes economias globais tem larga influência no cenário conjuntural brasileiro. Seus efeitos não se desvinculam da formação da condição periférico-tardia e das opções políticas assumidas historicamente na sua formação histórico-social, o que lhe expõe frente à totalidade capitalista, uma posição subjugada aos interesses privado-particularistas (nacionais e internacionais), cujo cenário se desenha na estrutura de formação socioeconômica do país, onde as ávidas invasões e ocupações do território brasileiro, a usurpação das riquezas nacionais pelos brancos europeus via costa litorânea, o usufruto das riquezas minerais e extrativistas, a herança de exploração do trabalho escravizado/assalariado, tornam-se características marcantes/permanentes da dependência (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 7-45).

³² Seja físico, intelectual ou psíquico, nos diferentes trabalhos que desenvolvem na produção material direta ou indireta.

Com a anatomia de uma formação histórico-social, econômico-política atrasada, dado que fincada na exploração rudimentar da riqueza mineral, extrativista e da exploração do trabalho escravo e assalariado, historicamente o Brasil empreende esforços para inserir-se na dinâmica política e econômica do capital mundial. Nesse sentido, ao longo de várias décadas, e, sobretudo nos anos 1990, amolda-se e empreende todos os esforços para fazer valer seus objetivos que, intrinsecamente, se articulam às exigências do capital transnacional-despatriado.

As marcas objetivadas do aprofundamento desse processo dependente são, sem dúvida, além de uma colocação subordinada no cenário da Organização Internacional do Trabalho, uma política monetária que, se por um lado concede abertura comercial e financeira aos grandes mercados, por outro se torna restritiva para gastos sociais, pois sua *agenda* é a estabilização fiscal, o que significa: desresponsabilização estatal (dentro de certo limite), *equilíbrio* das contas públicas, desemprego estrutural, recessões econômicas, ampliação da flexibilização e precarização das condições de realização do trabalho, privatizações etc.; receituário ditado pelos organismos internacionais, sobretudo o FMI, que só libera suas linhas de créditos para países que apresentam enxuto e rigoroso programa de estabilização nas contas governamentais. Assim sendo,

O país que recorre ao FMI submete-se às suas normas e orientação geral, embora o grau da dosagem possa variar [...]. O programa de estabilização econômica é elaborado pelas autoridades do país em conjunto com os técnicos do Fundo, segundo a orientação destes, e encaminhado pelo governo do país tomador, sob a forma de Carta de Intenção, para apreciação e aprovação dos órgãos técnicos específicos e diretivos do Fundo. Assim, não é muito exagero afirmar que, nos aspectos econômico e financeiro, o governo do país tomador passa a ser governado pelo Fundo, aceitando a tutela do mesmo e a auditoria de seus especialistas (BRUM, 1984, p. 21).

Mesmo sobre austera vigilância, à economia brasileira, é esta opção política adotada e sequenciada, sobretudo a partir da década de 1990, pelos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff, sob o comando da égide neoliberal.

Cabe evidenciar que o traço neoliberal é um projeto político que representa a tentativa de revitalização do capital em nível planetário. Como o capital não se

separa de formas hegemônicas de poder, o neoliberalismo também representa o reestabelecimento do controle das elites sobre essa expansão.

Se por um lado isso traz o restabelecimento do comando das elites sobre as várias instâncias da sociabilidade, com destaque para o trabalho enquanto eixo movente da acumulação, da vida material e social, por outro se reedifica a ideia de ampla liberdade para o acúmulo individual privado da riqueza.

Ascende-se com vigor o *espírito* capitalista, o que torna o neoliberalismo, conforme Harvey (2014c, p. 12):

[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Os efeitos desses traços no Brasil se aprofundam com a contrarreforma do Estado, em que a via de realização são os ataques legalizados, aprovados pelas Medidas Provisórias e Projetos de Emendas Constitucionais, reiteradamente adotadas e (re)editadas pelo poder presidencial de todos os governos com apoio quase majoritário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A arquitetura dessas iniciativas é projetada em duas frentes, tanto para manutenção da governabilidade e dos interesses privatistas do parlamento, como para atendimento dos privilégios do capital internacional e nacional, hoje representado pelas empresas de todos os ramos da economia, por oligopólios, monopólios, bancos etc. que, a reboque do interesse popular, acena para o desmonte do pacto social e dos direitos jurídico-políticos e trabalhistas firmados na Constituição Federal de 1988, conquistados pela luta de classe dos trabalhadores contra o aparato político de dominação.

As formas de reconverter as conquistas sociais são buscadas pela *legalidade* governamental, cuja expressão se perfaz no desmonte do setor público em favor da iniciativa privada enquanto esfera rentável para a expansão e recuperação das crises cíclicas do capital. É por isso que não é de forma ingênua que no Brasil, dois anos após a aprovação da CF/88, se introduz o seu desmonte, adotando-se uma severa política de desresponsabilização estatal.

A desresponsabilização estatal no Brasil é fortalecida e objetivada, sobretudo a partir de 1995, quando é aprovado e sancionado pelo presidente FHC, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado é elaborado pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Os argumentos dos membros que compunham a Câmara da Reforma do Estado³³ giravam em torno de que era necessário fortalecer o Estado brasileiro, que historicamente excedeu-se com o protecionismo social e gastos na administração pública sem planejamento. Nesse sentido, tornar-se-ia fundamental a revisão geral do Estado brasileiro, com vistas à materialização de três necessidades prementes e intrinsecamente relacionadas: reformar o Estado no sentido de redefinir suas funções; reestruturar o aparelho estatal entendido como instância administrativo-executiva de modelo gerencial oneroso e arcaico; e revisar as formas de aposentadorias dos servidores públicos (BRASIL, 1995a, p. 6-22).

Uma das primeiras iniciativas para reformar o Estado, na gestão FHC, consistiu em *desonerar a máquina* estatal com os gastos sociais, transferindo para a iniciativa privada a responsabilização pela execução e prestação de serviços, historicamente de responsabilidade do Estado. Com essa ótica e sem nenhum constrangimento, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado transferiu para a iniciativa privada – a exemplo dos serviços de saúde e educação – a possibilidade de lucrar e explorar serviços essenciais, sendo o Estado somente subsidiário e regulador dessa prestação.

Outra direção tomada em relação ao fortalecimento estatal contribuiu para a necessidade de tornar o aparelho público eficiente, enxuto e racionalizado, a partir do controle de resultados e da administração gerencial, prevalecendo a lógica de cortes, revisões no tempo de serviço, aposentadorias e contribuições dos servidores públicos.

Foi contingenciada também a política de recursos humanos que introjetou a defesa de flexibilização da estabilidade dos servidores públicos, bem como incentivou-se o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder

³³ A Câmara da Reforma do Estado foi composta por seis Ministros de Estado, sendo presidida por Clóvis Carvalho, na época Ministro-chefe da Casa Civil, e pelos membros: Luiz Carlos Bresser Pereira (Ministro da Administração Federal da Reforma do Estado), Paulo Paiva (Ministro do Trabalho), Pedro Malan (Ministro da Fazenda), José Serra (Ministro do Planejamento e Orçamento) e o General Benedito Onofre Bezerra Leonel (Ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas) (BRASIL, 1995a, p. 2).

Executivo Federal, regulado pela Lei nº 9.468, de 10 de julho de 1997 (BRASIL, 1997a).

A refração na política de recursos humanos “[...] levou à suspensão de quase todos os concursos públicos e, portanto, a uma diminuição dos servidores ativos, visto que os funcionários que se aposentavam não eram substituídos” (BRASIL, 1995a, p. 23), contribuindo com o déficit de mais de 200 mil³⁴ servidores públicos na esfera federal, dada a não reposição dos quadros, decorrentes dos processos de aposentadorias, demissões voluntárias, óbitos, exonerações, vacâncias de cargos etc.

Com amplo apoio político e ideológico do poder executivo e legislativo brasileiro, – mesmo considerando este cenário – a proposta do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foi aprovada em 1995. Para a cúpula-parte da presidência da República, do Congresso Nacional e do Senado, essas receitas deveriam ser adotadas não apenas pelo Poder Executivo, mas por toda a estrutura do Estado, incluído inclusive os entes federativos estaduais e municipais de todo o Brasil enquanto receptores das arrecadações dos tributos do governo federal.

Essa seria a *fórmula à brasileira* de reação à crise estatal evidenciada na “[...] segunda metade da década de 1980” (BRASIL, 1995a, p. 9), para a qual a única saída viável se firmava no ajuste fiscal, parcerias com o setor privado e venda das empresas públicas para o capital privado.

[...] reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que no entretanto não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica (BRASIL, 1995a, p. 12-15).

Rosso (2008, p. 183), chama atenção para o fato de que no Brasil a artimanha do gerenciamento do Estado abre-se e petrifica-se nos anos 1990, pois é incorporado pelo Estado brasileiro – via reforma administrativa – conceitos e práticas

³⁴ Segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado existia no Poder Executivo Federal em 1988, em torno de 1.444.000 servidores ativos, número que se reduz em 1994 para 1.197.000, logo se deduz que houve a redução no período de 6 anos de mais de 200.000 servidores que não são substituídos em virtude da não realização de concursos públicos dado a opção pelo ajuste fiscal, reforma do Estado e enxugamento do aparelho do Estado (BRASIL, 1995a, p. 23).

da administração privada como: qualidade total, alcance de metas, resultados etc., à esfera pública. Estabelece-se, com isso, o enxugamento e gerenciamento da “máquina pública”, especialmente no governo FHC:

Nos anos 1990, sendo presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo fez uma reforma administrativa. Importou conceitos de gerenciamento do Estado do exterior, particularmente da França e Inglaterra, e procurou introduzir no setor público elementos da administração privada [...]. Quanto a prática de gestão dos servidores, o principal resultado obtido restringiu-se ao discurso de introduzir termos da administração privada, como gestores públicos, gerentes, metas, resultados e qualidade total, na gestão pública (ROSSO, 2008, p. 183).

O aprofundamento mais severo e atualizado da contrarreforma administrativa, sobretudo para o quadro de pessoal, se concretiza no governo de Michel Temer através do recente Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018 (BRASIL, 2018), que autoriza extinguir da instância pública federal os cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal. Esse Decreto, enquanto parte da proposta de enxugamento do Estado, veda inclusive a abertura de novos concursos para o provimento de vagas adicionais que foram extintas (BRASIL, 2018).

Tal receituário que se desenha desde a década de 1990 – na América Latina, no Brasil e no mundo; são empreitadas que se aprofundam afrontando os direitos sociais e do trabalho com programáticas formatadas em planos de governos que cotejam a redução do fundo público para as áreas da saúde, previdência, assistência social, educação, habitação.

Os argumentos basilares desses ajustes giram em torno da defesa do equilíbrio das contas públicas estatais, cujo “arrocho” recai somente na base piramidal formada em sua maioria pelos trabalhadores empobrecidos cuja existência depende, exclusivamente, ou da venda de sua força de trabalho, ou de acesso a benefícios, programas e serviços sociais públicos.

Apenas quando se faz a comparação entre os gastos do Orçamento Geral da União canalizados para pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, com o que foi executado no ano de 2016 e previsto para execução no ano de 2017, é que se tem aproximações reais do descompromisso político com a esfera pública.

O Quadro nº 4, a seguir, denota esse descompasso ao demonstrar que só com o pagamento de juros e amortização da dívida interna brasileira em 2016,

gastou-se 43,94% do Orçamento Geral da União, o que superou o investimento realizado com 5 (cinco) áreas públicas indispensáveis como a educação, habitação e a seguridade social formada pela tríade saúde, previdência e assistência, havendo ainda previsão de mais rebaixamentos nessas áreas para o ano seguinte.

Quadro nº 4: Orçamento Geral da União executado em 2016 e previsto para o ano de 2017

Áreas de investimento	Executado: 2016	Previsto: 2017
Juros e amortizações da dívida interna	43,94%	50,66%
Previdência Social	22,54%	19,13
Saúde	3,90%	3,16%
Educação	3,70%	3,26%
Assistência Social	3,02%	2,45%
Habitação	0,00%	0,01%

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida (2017).

No que diz respeito aos lucros, há, portanto, um impacto reverso, pois enquanto os trabalhadores padecem com o desinvestimento estatal, os bancos passam a ser os maiores beneficiários dos dividendos. O Relatório Específico de Auditoria Cidadã da Dívida nº 1/2017 (2017, p. 22), aponta isso quando afirma:

Estatísticas do próprio Banco Central demonstram que em 2015, apesar da desindustrialização, da queda do comércio, do desemprego e da retração do PIB em quase 4% o LUCRO DOS BANCOS foi 20% superior ao ano de 2014, e teria sido 300% maior não fossem as exageradas previsões que atingiram R\$ 183, 7 bilhões, que reduzem seus lucros tributáveis. Esse lucro estratosférico evidencia a atuação de mecanismos de transferência de recursos para o sistema financeiro, gerando dívida pública e, simultaneamente, grandes lucros aos bancos.

Os desinvestimentos nas áreas estratégicas e a priorização em alavancar juros e amortizações da dívida, “gangrena” os trabalhadores duplamente: primeiro porque eles devem investir na esfera privada para ter acesso a serviços mais essenciais não coberta pelo serviço público; segundo porque esse acesso só é viável através da empregabilidade, o que introduz um ambiente propício para maior submissão à exploração e às condições de trabalho que lhes são impostadas.

Vale destacar que estas são previsões presentes nos projetos políticos, econômicos, sociais e ideológicos, acobertados pelo “manto” incólume e “sagrado” do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do

Comércio etc., que impõem a direção da reestruturação produtiva e do neoliberalismo para as periferias do capitalismo, sendo imprescindível nesse cenário a “benção” da *justiça*, na qual muitas vezes, tem olhos fechados para direitos e *corrupções nomeadas*, mas ações atentas para “legislar” em atendimento aos interesses e poderio político-burguês que domina a máquina pública e cada vez mais a “serve de bandeja” para o grande capital.

A ambientação favorável ao capital é atestada por Almeida e Alencar (2011, p. 11), quando reconhecem o clima favorável e as parcerias enlaçadas pelos grandes condutores da economia mundo-imperialista:

Nesse clima, passou a ser imperativo a necessidade do ajuste macroeconômico, da reestruturação produtiva e da contrarreforma sob o discurso da necessidade de redução dos custos, racionalização do gasto público, maior agilidade e eficiência no aparelho estatal. Apoiado pelas agências financeiras internacionais foi forjado no país o clima ideológico e político favorável à implantação do programa de estabilização, ajuste e reformas institucionais. Este conjunto de medidas aparecia como alternativa de desenvolvimento econômico para a crise que o Brasil enfrentava desde os anos de 1980.

A pretensão diante do que está posto, é expandir o capital com liberdade e, *fatiar* a maioria dos serviços para o mercado, deixando para a iniciativa pública as áreas estritamente essenciais, mas com investimento estatal a *doses homeopáticas*, parco e migalhado. Antunes (2011, p. 71, grifo do autor), ao falar desse cenário, especialmente latino-americano, destaca firmemente que nas últimas décadas, a América Latina vivenciou um verdadeiro genocídio neoliberal que:

[...] se caracterizou [...] pela expansão do grande capital transnacional, sob a hegemonia financeira; pelo papel servil dos governos e suas burguesias locais associadas e cada vez mais transnacionalizadas; pela adoção de modelos econômicos e de políticas de governo que seguem a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI), que “*integra*” *para fora* (para os capitais globais) e se *desintegra socialmente para dentro*; e pela vigência de parlamentos degradados e de poderes judiciários coniventes com as classes dominantes e responsáveis pela ampliação dos cânceres da corrupção.

Lógico que essa conjuntura complexa tem tornado o palco das políticas sociais um “campo minado” em todas as ordens para as condições de trabalho em geral e os direitos. As ameaças e realizações de cortes estatais sob a *baila* de “desagigantar” o Estado, impõem um verdadeiro *abre-alas* para justificar as contrarreformas que se realizam. Nunca é demais destacar que a refuncionalização

atende uma única lógica: faz parte da requisição burguesa para o desenvolvimento do capitalismo, como ao mesmo tempo expressa tentativas contumazes para saídas das crises econômicas aprofundadas desde os anos 1970.

Sob esse ângulo, cabe a necessidade de contrarreformar o Estado, (des)nerá-lo e (des)enrijecê-lo, pois o interesse da burguesia nativa, além da inserção na economia global:

[...] *em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar [(todo os)] mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é “reduzir a intervenção do Estado”, mas encontrar condições ótimas [...] para direcioná-lo segundo seus particulares interesses de classe* (PAULO NETTO, 2012, p. 88, grifo do autor).

Esse requisito incorpora a premissa de ampla autonomia do processo de circulação e realização do capital nos mercados nacionais e internacionais; significando que os Estado-Nações não podem embargar o processo de acumulação, mas ao contrário, discipliná-lo, como acontece com o Estado brasileiro.

Lenin (2012, p. 115), sobre a necessidade de subordinação política estatal e a importância suntuosa do capital financeiro em discipliná-lo, afirma que:

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode se dizer tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e de fato subordina, até mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa [...]. Naturalmente, a subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital financeiro é *aquela* que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos.

Na realidade brasileira, isso acontece quando as reservas de capitais tornam-se de domínio dos grandes bancos e/ou de outros credores, e quando os bens públicos são vendidos a preços muito abaixo dos mercados, adquiridos por empresas, consórcios etc. Assim, quando a forma de pagamento não se realiza mediante ressarcimento de dinheiro vivo, mas via moeda de títulos públicos, possibilitando os credores participação nas receitas anuais estatais, há a contração de dívida pública estatal, tornando o Estado devedor de juros e ao mesmo tempo subordinado aos interesses de seus credores.

De forma sintética, a devolução do endividamento do que foi tomado de empréstimo pelo Estado, não se reverte aos credores da mesma forma que foi

adquirida, mas no formato de títulos públicos, dando aos credores o direito de apropriação das receitas estatais ou ainda, a seu interesse, vender a outrem o título da dívida contraída (HARVEY, 2014a, p. 232).

No Brasil, essa envergadura é sentida a partir do histórico endividamento do país com os bancos estadunidenses, o que justifica sua inserção econômica subordinada, desigual e dependente de financiamento e empréstimos:

A dependência econômica brasileira dos grandes bancos estadunidenses consolida-se entre 1921 e 1927, em que foram realizados quatro grandes empréstimos, representando um montante de 176, 5 milhões de dólares. O First Nacional Bank of New York abriu caminho para outras instituições financeiras estadunidenses como: Mercantile Bank of the Americans e a American and Foreign Banking Corporation. Na Década de 1920, operam na América Latina aproximadamente 99 filiais do imperialismo financeiro norte-americano. A subordinação da economia brasileira aos propósitos dos grandes banqueiros mundiais pode ser observada no seu contínuo endividamento (SANTOS NETO, 2015, p. 235).

Outra condição de subserviência remete à desestatização dos equipamentos e/ou bens públicos ao capital privado. Essa situação tornou-se corriqueira e permanente no Brasil. É exemplo disso, a venda/entrega, em 1997, da Companhia Vale do Rio Doce - segunda empresa no mundo produtora de minério -, enquanto demonstração emblemática do Plano Nacional de Desestatização do governo de FHC³⁵.

Nessa situação, o Estado torna-se um ente indispensável para o processo de circulação da riqueza e da acumulação, pois, sob sua tutela direta e seguindo atos circunspectos planejados, dos grandes grupos detentores de riquezas e capitais, atua organicamente, favorecendo todo tipo de vantagem. E isso não acontece somente agora, mas desde o limiar da fase capitalista, como assevera Braverman (1980, p. 242):

O emprego do poder do [(E)]stado para estimular o desenvolvimento do capitalismo não é um fenômeno novo, peculiar à fase monopolista dos últimos cem anos. O governo dos países capitalistas desempenhou esse papel desde os inícios do capitalismo. No sentido mais elementar, o [(E)]stado é o penhor das condições, das relações sociais, do capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que esse

³⁵ A desestatização foi a marca pujante do governo de FHC, na medida em que conseguiu privatizar aproximadamente 70% do patrimônio nacional. Assim, a situação da Companhia elucida a entrega do patrimônio nacional a iniciativa privada, pois mesmo sendo avaliada em 92 bilhões de reais, foi vendida por 3,3 bilhões, ou seja, preço muito aquém de seu valor de mercado. Fonte: Escândalo da privatização da Vale do Rio Doce (ESCÂNDALO..., [200-]).

sistema enseja. [...] tem servido como um aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais.

Por isso é fácil deduzir que o Estado, tanto no despontar do capitalismo como atualmente, torna-se a estrutura fundamental para o processo de circulação do capital real enquanto substância material, – representado pelo dinheiro e por mercadorias –, do capital fictício, e do processo de reprodução capitalista.

Mas, o “Estado nem sempre existiu” (MANDEL, 1977, p. 9). Sua origem tem raiz no despontar da divisão social do trabalho, da propriedade privada, na produção excedente, nas divisões de classes sociais antagônicas para a defesa de interesses particulares do modo de produção capitalista. Legitima-se afirmando representar interesses coletivos, no entanto, é a instância que concentra prerrogativas para definir e controlar o sistema judiciário, bélico, ideológico, legislativo, filosófico, cultural, arquitetônico, financeiro etc., contrariando, quando necessário, os interesses da coletividade, por isso é um *ente* contraditório, uma vez que recua – até certo limite – quando percebe sua legitimidade em voga.

Emerge como instância que implode as concepções da sociedade comunal, cuja característica central é a ausência de um poder destacado para ajuizar as causas coletivas.

Dessarte, nasce intrinsecamente comprometido com quem lhe dá ampla sustentação (banqueiros, financistas, empresários etc.), estando atado à defesa de seus interesses e de uma classe dominante e privilegiada.

É por isso que Mandel (1977, p. 14, grifo do autor), atesta ser o Estado, acima de tudo:

[...] um órgão especial que surge em certo momento da evolução histórica da humanidade [...]. Nasceu da divisão da sociedade em classes e desaparecerá no momento em que desaparecer esta divisão. Nasceu como instrumento nas mãos da classe dominante, com o fim de manter o domínio desta classe sobre a sociedade, e desaparecerá quando o domínio desta classe desaparecer.

O Estado é o protagonista personificado do capital. É o articulador inalienável da exploração e expropriação do trabalho excedente, das finanças volúveis, da acumulação. Exerce diferentes formas de regulação – econômica, política, social e ideológica – que, conjuntamente, salvaguardam as condições gerais favorecedoras da extração de mais-valor, da dominação material, do trabalho alienado.

Com isso, fica fácil deduzir que o papel dos Estados, hoje – principalmente dos que comandam as chamadas economias cêntricas – é tornar bem-sucedido o acúmulo de lucros, rendas e juros, posição decisiva para a mobilidade de capitais e perpetuação capitalista, por isso é central na nova dinâmica dos monopólios, “[...] liberar o movimentos dos capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros” (CHESNAIS, 2005, p. 35).

Sinaliza-se, frente a isso, que cabe ao Estado estruturar e regular as relações de reprodução do capital, principalmente as que dizem respeito às relações que movem e movimentam a reprodução do capital-dinheiro; por isso é fundamental ressaltar que antes de ter a visão restrita de que o Estado é apenas representação de instâncias burguesas, é importante elucidar que ele é *corpo e sangue, alma e sopro* do capitalismo.

É nesse sentido que a principal função do Estado é ser instrumental na atual dinâmica de expansão do capital para possibilitar a livre mobilidade do capital-dinheiro e satisfazer seus interesses, dado que “[...] é a única instituição capaz de fornecer as condições ausentes para a preservação da produção capitalista [...]”, sendo, portanto, seu “[...] papel ativo [...] a chave para a sua sobrevivência” (PRZEWORSKY, 1995, p. 90).

Enquanto principal representante – e *braço direito* – da lógica capitalista, ao Estado é imputado – pelas franjas burguesas – ter autonomia relativa, como nenhum outro agente, para dirimir ações nas esferas que julgar necessário.

Assim, a *liberdade* que lhe concedem – mesmo limitada – ainda lhe permite:

[...] decretar impostos, regular o comércio internacional, as terras públicas, o comércio, o transporte, a manutenção das forças armadas, e o encargo da administração pública [...] servi[(n)]do como um aparelho para drenar riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais (BRAVERMAN, 1980, p. 242).

O campo de ação estatal envolto por definições regulatórias e jurídicas, quando capturado pelos interesses capitalistas burgueses, autentica a incessante busca pela reprodução capitalista e, por conseguinte, legitima o poder de classe de quem dele se apropria. Por isso, não é à toa, a defesa do capitalismo com o ímpeto da ampla liberdade do Estado em regular a economia.

Com o apoio inexorável das finanças e tutela dos Estado-Nações, certamente essa empreitada adquire envergadura e projeção, tanto frente às macrorregulações econômicas, como às finanças aventureiro-*parasitárias*.

Se por um lado isso aglutina os interesses das frações mais ricas e dominantes, por outro, a contraface é a aversão à proteção social, aos direitos trabalhistas etc.; como exemplo disso, basta lembrar seu descompromisso com o pacto keynesiano.

Ao Estado, é cobrado manter forte enlace, empenho e preocupação com políticas anticíclicas para o bom desempenho das taxas de juros e lucros para credores-acionistas, não restando dúvida de que a “ordem neoliberal” situa-se no contexto do imperialismo capitalista enquanto forma de reafirmar a expansão e o “poder da finança” (DUMÉNIL; LÉVY, 2005, p. 85-87), e garantidor permanentemente os super lucros dos monopólios.

O que se põe em curso aqui, com o respaldo do Estado, dos grandes bancos e detentores das grandes fortunas, é a necessidade de desmaterialização da riqueza e a ousada pujança da lógica especulativa incidir e sobrepor-se à lógica produtiva. Assim, a *fictização* do capital, ao adotar novas formas de valorização em *conluio* com os grandes bancos e a especulação financeira, é capaz de se apropriar do mais-valor gerado através de ações financeiras, mas por outro lado não é capaz de produzi-lo diretamente.

Dito de outra forma, os lucros *fictícios* não advêm da extração do mais-valor direto – embora apossado nos ciclos intermitentes das finanças por este –, pois seus *colossais* rendimentos não se originam na intensificação das taxas de exploração direta do trabalho, mas das inúmeras rotações, movimentos, inquietudes dos mercados e dos capitais.

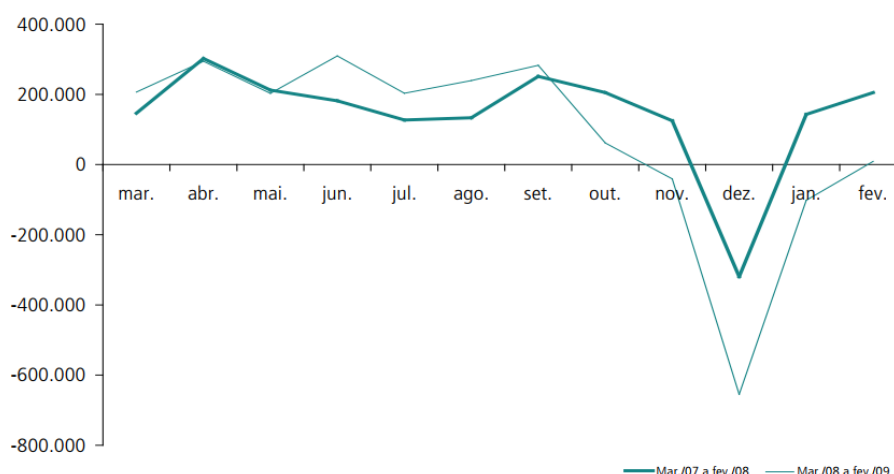
Esse é, aliás, um dos maiores saltos do capital monopolista na era contemporânea: tentar agigantar-se, obter e gozar de rendas sem produzir riqueza material, ou melhor, *aventurar-se* em se apropriar do capital produtivo pela via da dinamicidade do capital especulativo enquanto estratégia de recuperar ciclos de acumulação, objetivando com isso o distanciamento do trabalho produtivo, enquanto forma criadora de valor de uso, de troca e de mais-valor, em que seu resultado é a destruição de postos de trabalho, a incitação ao desemprego como uma das “armas” para superar sua própria crise e ser um elemento “detonador” contra os

trabalhadores. Alencar e Granemann (2009, p. 164), expõem de forma muito lúcida essa dinâmica:

O desemprego contemporâneo, de escala planetária, relaciona-se à nova dinâmica do capital para a superação de sua própria crise, inscrevendo-se ainda numa dinâmica que tenta repor, em novos patamares, a dominação do capital sobre o trabalho. O desemprego e a precarização do trabalho tornam-se armas contra os trabalhadores, com o sentido de debilitar seu potencial de classe. O objetivo é propiciar as bases favoráveis à valorização do capital e assegurar as condições favoráveis para a recomposição da mais-valia.

No Brasil, particularmente, a supressão de postos de trabalho, principalmente com carteira assinada, é sentida mais fervorosamente a partir de dezembro de 2008, quando a crise financeira internacional, em seu auge, solapa o Produto Interno Bruto (PIB), provoca desaceleração na economia, no sistema bancário, na concessão de crédito, no consumo, no avanço da inflação, tendo como resultado a eliminação de mais de 600.000 (seiscentos mil) postos de trabalho com carteira assinada, conforme é demonstrado no Gráfico nº 2, a seguir, que expressa as taxas de empregabilidade no Brasil nos anos de 2007 e 2008, frente à crise financeira internacional.

Gráfico nº 2: Empregabilidade no Brasil nos anos de 2007 e 2008, frente à crise financeira internacional



Fonte: Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED). Elaboração: Ipea. (CARTA DE CONJUNTURA, 2009).

Como se percebe no gráfico, acima, em relação ao ano de 2008, há uma contradição em comparação ao quadro conjuntural de 2007, ano que apresenta um

saldo de 205.260 (duzentos e cinco mil, duzentos e seis) postos de trabalho criados e crescimento, até certo nível, nas taxas de créditos pessoais, no consumo e no Produto Interno Bruto, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que, mesmo sendo informações do ponto de vista governamental, não podem ser ignoradas, enquanto fonte oficial:

Em 2007, a economia brasileira apresentou excelentes resultados. O crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 5,4%, a segunda maior taxa dos últimos 20 anos, abaixo apenas do resultado de 2004. Esse percentual representa a combinação entre uma variação de 6,8% da demanda interna e de -1,4% da demanda externa. O consumo pessoal cresceu 6,5%, estimulado principalmente pela variação do emprego, dos salários, do crédito pessoal, do salário mínimo e de programas como o Bolsa Família (CARTA DE CONUNTURA, 2008, p. VII).

Cabe destacar que toda atrofiação do emprego urbano – mais nitidamente explicitada a partir de 2008 – é, também, intestinal e necessária à própria gênese e desenvolvimento da formação socio-histórica brasileira. De base rural-escravocrata, essa formação, sempre esteve a reboque e aliada à funcionalidade do capital transnacional, aos interesses das potências imperialistas e da burguesia local brasileira, produzindo de forma combinada e desigual, inserções parcial-precarizadas dos trabalhadores em um mercado de trabalho “livre”, mas sem dispensar o disciplinamento coercitivo que colabora para manter os trabalhadores numa posição periférica e com inserções marginais na divisão internacional do trabalho.

Contraditoriamente, o cenário de desemprego, enquanto reflexo da crise – impõe um efeito “dominó”, tanto para os trabalhadores que não conseguem inserção no “mundo” do trabalho, como para os/as assistentes sociais – que em 2008 têm seu espaço de trabalho ampliado nos IFET’s, enquanto parte de uma estratégia política e educacional. Na nossa pesquisa, esse efeito duplo, foi identificado quando os profissionais apontaram de forma reiterada, a relação entre o aumento do trabalho nos IFET’s e o crescimento das demandas estudantis enquanto reflexo da crise e do desemprego.

Aumentou, pois com a crise econômica do país, mais alunos necessitam da assistência para permanecerem na escola (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 17).

Aumentou. A crise tem afetado a cada dia a situação socioeconômica das famílias dos alunos, implicando, inclusive, na evasão escolar (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 109).

Aumentou. A crise financeira dos últimos 03 anos fez com que a realidade financeira dos grupos assistidos mudasse drasticamente. Diante disso, as famílias passaram a buscar estratégias junto ao serviço social para darem conta dessa nova realidade (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 28).

Aumentou muito em razão da crise financeira. Há muitos estudantes desempregados e com problemas relacionados a essa situação (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 72).

Aumentou. O campus em que atuo é relativamente novo e está em expansão, portanto, nenhum servidor, mesmo os de nível E com cargo específico, consegue fazer apenas o que está nas atribuições. Por exemplo, estou lotada na Secretaria de Extensão, lá, além da Coordenação (sem FG) e execução da Assistência Estudantil, trabalhamos e realizamos toda Política de Extensão do campus. Quanto ao Serviço Social, fica notório, no dia a dia de trabalho, os reflexos da crise do Capital no contexto das famílias dos estudantes, desemprego, rebaixamentos salariais, a pressão dos pais para que os filhos adentrem no mercado de trabalho, de modo a contribuir no orçamento familiar. Outro ponto importante a destacar é o grande adoecimento dos adolescentes, do ponto de vista emocional e psicológico. Como trabalhamos de maneira conjunta, Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, discutimos todos os casos, esse ponto tem nos demandado excessivamente (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 77).

Todo esse conjunto de inflexões não poupa reverses nas condições de realização de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's. Esses impactos se fazem sentir (não de forma generalizada), nos ínfimos investimentos nas estruturas/ambientações dos locais de trabalho, no aumento de pressões sobre os/as trabalhadores/as para aumentar o desempenho no trabalho, nas avaliações do trabalho por métrica, na ampliação de problemas relacionais no trabalho, no aumento dos assédios morais, nas exigências de polivalência, no incentivo/indução à competitividade entre os/as trabalhadores/as, na individualização, coisificação das relações humanas no trabalho etc., enquanto parte das velhas-novas formas de organizar, pensar e gerir o trabalho.

Esse caminho, na atual sociabilidade e tentativa expansionista do capital, se reatualiza, sobretudo quando reforçado pelo enlace com a atual Política de Educação enquanto caminho paradoxal da formação para o trabalho.

CAPÍTULO 3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL E SEUS COMPONENTES IDEO-POLÍTICOS: INTERFACE COM OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

3.1 Trabalho complexo e simples: espectros inarredáveis da dualidade educativa brasileira

A separação entre o trabalho complexo – entendido enquanto trabalho que utiliza maior empreendimento intelectual-formativo para sua realização; e o trabalho simples – compreendido como trabalho cuja formação se realiza em nível mais elementar, pois despojado da exigência de um alto padrão de formação; não é caudatária da atual forma de acumulação, pois é ainda na etapa da manufatura que vai se cristalizando o distanciamento entre trabalhadores qualificados e não qualificados para determinadas tarefas, ofícios e funções.

Ou seja, é ainda na manufatura, diz Marx (2013, p. 424), que se “[...] desenvolve [...] uma hierarquia das forças de trabalho, a que corresponde uma escala de salários” e de reconhecimento social entre as profissões que transitam entre o exercício do trabalho complexo e simples, distanciamento que é expressão da propriedade privada dos meios de produção, do “reino” da mercadoria, da produção de excedentes e de novas relações sociais que, aos poucos, soterraram a antiga divisão fisiológica e sexual do trabalho da sociedade comunal ascendendo à oposição e separação entre o trabalho complexo e simples, bem como uma diferenciada valorização e escalonamento entre eles, principalmente no que tange ao assalariamento dessas atividades.

Rubin, apoiando-se em Marx, demarca de forma bastante esclarecedora a diferença contrastante entre trabalho simples e qualificado (complexo). Para o autor, “[...] trabalho simples ‘é o emprego dessa simples força de trabalho que todo homem comum e corrente, em média, possui em seu organismo corporal, sem necessidade de *educação especial*’ (grifos do autor)”. Já o trabalho qualificado (complexo), é definido por ele, como “[...] trabalho [...] que requer um aprendizado especial, ou seja, ‘uma aprendizagem mais longa ou profissional e uma educação geral mais importante que a média dos trabalhadores’” (RUBIN, 1987, p. 176, grifo do autor).

O que determina, no entanto, o valor de qualquer trabalho – seja ele simples ou complexo –, não é o nível de qualificação que ele porta, pois, como observou Marx (2013, p. 121):

Alfaiataria e tecelagem, embora atividades produtivas qualitativamente distintas, são ambas dispêndio produtivo do cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos e, nesse sentido, ambas são trabalho humano. Elas não são mais do que duas formas diferentes de se despendar, força humana de trabalho.

Assim, o que está subjacente no modo de produção capitalista não são os níveis de qualificação que o trabalho complexo ou simples pode portar, mas o valor que uma ou outra forma de trabalho é capaz de gerar.

Nesse íterim, não se pode confundir o *status social* atribuído a uma ou outra forma de trabalho, pois no modo de produção capitalista quem estabelece seu grau de importância não é propriamente a capacidade de o trabalho portar maior ou menor nível de formação ou capacidade intelectual, mas, invariavelmente, sua possibilidade de produzir mais-valor.

Nesse sentido, para a forma capitalista, os níveis de qualificação são secundarizados se estes em nada contribuírem para “retroalimentar” a voracidade capitalista por valor. É justamente por esse motivo que Marx, ao falar sobre trabalho, utiliza as expressões “trabalho humano indiferenciado”, trabalho “abstratamente humano” ou trabalho humano geral, pois reconhece que o resultado do trabalho – na sociedade regida pelo capital – se converte em mero valor de troca, à revelia da vontade de quem trabalha.

Sob essa perspectiva, é indiferente se o trabalho se realiza via atividade simples ou complexa, já que ambas adquirem graus de igualdade, – mesmo sendo trabalhos diferenciados –, quando são reduzidas à característica comum de produzir valor (ROSDOLSKY, 2001, p. 426). A esse respeito vocifera Marx (2013, p. 122, grifo do autor):

Mesmo que uma mercadoria seja o produto do trabalho mais complexo, seu *valor* a equipara ao produto do trabalho mais simples e, desse modo, representa ele próprio uma quantidade determinada de trabalho simples. As diferentes proporções em que os diferentes tipos de trabalho são reduzidos ao trabalho simples como sua unidade de medida são determinadas por meio de um processo social que ocorre pelas costas dos produtores e lhes parecem, assim, ter sido legadas pela tradição. Para fins de simplificação, de agora em diante consideraremos todo tipo de força de trabalho

diretamente como força de trabalho simples, com o que apenas nos poupamos o esforço de redução.

Para Marx, não há a preocupação em comparar qualitativa ou quantitativamente uma ou outra forma de trabalho (simples ou complexo). Ele tem a nitidez de que quem determina essa diferenciação é o mercado, os processos sociais e as relações de troca. Mas, quando tece essa comparação, utiliza como parâmetro os diferentes valores que são investidos nas “qualificações” para o trabalho, os distintos custos que podem ou não ser desembolsados para o exercício de uma ou outra atividade.

Observa que, os custos com a aprendizagem para formação do trabalho complexo, são no geral desembolsados pelo trabalhador ou sua família, destacando com isso, a concepção privada que a educação para o trabalho assume, aspecto que certamente pode fazer diferença na determinação do preço dessa força de trabalho no momento de sua contratação (ROSDOLSKY, 2001, p. 430-431).

Importa destacar que essa determinação é estabelecida não exclusivamente pelo grau de “qualificação” investido, mas, fundamentalmente, pela capacidade de geração de valor e por relações sociais e de trabalho, já que nem sempre prevalece a relação equitativa de quanto maiores as habilidades, maiores os salários. Se assim o fosse, não haveria no Brasil hoje mais de 14,2 milhões de trabalhadores desempregados – conforme dados do IBGE (IBGE..., 2017), no primeiro trimestre do ano de 2017 – incluindo-se dentre estes, trabalhadores com elevados níveis de formação, mas que continuam sem emprego ou no exercício de atividades subcontratadas, terceirizadas e precarizadas.

Essa determinação é também estabelecida por relações sociais e de trabalho que pressupõem que, quanto maiores as habilidades intelectuais ou manuais, maiores as possibilidades de geração de valor, sendo este o pressuposto central do capital para incentivar e inculir através dos seus tradicionais mecanismos ideológicos a necessidade sempre emergente de formação continuada para o trabalho.

Engels (2015, p. 224-227), destaca que para Marx, o que determina o valor da mercadoria é o trabalho humano nela contido, não importando o seu nível de qualificação, pois para ele, o tempo de trabalho complexo deve ter o mesmo valor que o tempo do trabalho simples, pois a diferença entre ambos é entendida por Marx

apenas na intensidade de realização, nas habilidades e nos diferentes resultados que podem gerar. Diz Marx (2013, p. 274), sobre isso:

[...] para o processo de valorização é completamente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho social médio não qualificado ou trabalho complexo, dotado de um peso específico mais elevado. O trabalho que é considerado mais complexo e elevado do que o trabalho social médio é a exteriorização de uma força de trabalho com custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por essa razão, tem um valor mais elevado do que a força simples de trabalho. Como o valor dessa força é mais elevado, ela também se exterioriza num trabalho mais elevado, trabalho que cria, no mesmo período de tempo, valores proporcionalmente mais altos do que aqueles criados pelo trabalho inferior.

Mesmo que isso nem sempre funcione, é este um dos elementos ideológicos e potencializadores que remete ao investimento privado na busca pela formação continuada e permanente para o trabalho, como observa Engels (2015, p. 225):

Na sociedade de produtores privados, as pessoas privadas ou suas famílias arcam com os custos de formação do trabalhador qualificado; por conseguinte, são as pessoas privadas que, num primeiro momento, pagam o preço mais alto da força de trabalho instruída: o escravo habilidoso custa mais caro, o trabalhador assalariado habilidoso recebe um salário maior.

Da manufatura às formas do capitalismo monopolista, verificam-se inflexões no trabalho, dado que o conhecimento científico e a técnica são capturados e avassalados pelo capital, o que contribui inextricavelmente para converter o trabalho intelectual em trabalho simples e subordinar cada vez mais as forças produtivas, já que acumulação capitalista é também, segundo Hirano (2001, p. 13), “[...] acumulação do saber e da destreza”.

Não é à toa que a ciência, o conhecimento, a técnica, as habilidades e a formação profissional tornam-se os elementos centrais para a extração de sobrevalor do capital em sua fase monopólica, pois se convertem em elementos tanto de apropriação de excedentes como formas de usurpar dos trabalhadores, o domínio do processo de trabalho. Conforme pronuncia Braverman (1980, p. 360):

Quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa de saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece.

Nessa ótica, é preciso deixar o controle do trabalho e da ciência sob o comando e domínio hegemônico do capital. Para que isso se realize, historicamente, são arquitetados esforços para formação de dois tipos de “castas”, no que diz respeito à apropriação e domínio do conhecimento técnico-científico: aqueles que têm acesso ao patrimônio histórico-cultural, social e humano para o controle societal, econômico, cultural e ideológico, e àqueles que acessam esse patrimônio e são recrutados para desenvolver “[...] um trabalho intelectual, produtor de concepções justificadoras da forma histórica capitalista, para alçá-la à condição de ser imperante e dominante” (HIRANO, 2001, p. 14-15).

Hirano (2001, p. 18), abrevia de duas formas essa apropriação do conhecimento e produção do saber intelectual: “um deles é o do saber que domina a natureza, controlando-a e modificando-a; o outro é o saber social, a ciência específica do social, que controla a relação entre os homens, produzindo as formas ideológicas e político-jurídicas de dominação” e, que podem ser levadas a cabo por diferentes profissões especializadas que se inserem no trabalho complexo.

De qualquer forma, não há como desconsiderar a dualidade instaurada na forma de conceber o trabalho que em seu desenvolvimento aponta para a necessidade de tentar apartar os trabalhadores que “pensam” dos que “executam”, ou seja, dos que são instigados a desenvolver as potências intelectuais, daqueles elevados à sua execução simples, aprofundando, assim, a divisão social do trabalho no capitalismo.

Marx (2013, p. 423-442), identifica essa divisão hierárquica no período manufatureiro da produção, sobretudo quando menciona a separação entre trabalhadores *qualificados* e *não qualificados* para o exercício de determinadas tarefas, aspecto que na divisão social e técnica do trabalho incita legitimar remunerações diferenciadas conforme investimentos na formação, mas que na sua essência não explicita o valor de uma ou outra forma de realização do trabalho, dado que essa medida só é comparável do ponto de vista dos custos e/ou investimentos que se realiza na aprendizagem.

Como as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, inferiores ou superiores, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, requerem diferentes graus de formação e possuem, por isso, valores muito diferentes (MARX, 2013, p. 423-424).

A dicotomia entre realizar trabalho simples ou complexo é cimentada com a divisão social e técnica do trabalho, cujo resultado é o aumento de exigências na destreza, a economia no tempo de realização das atividades e a ascensão de tecnologias para intensificar a produção. São patamares que contribuem para acentuar a distância entre a apropriação do conhecimento científico-tecnológico nos processos de trabalho, induzindo os trabalhadores para o exercício de atividades manuais e/ou intelectuais, que mesmo não as diferenciando qualitativamente, dado que são “[...] trabalho[s] abstratamente humano[s]” (ROSDOLSKY, 2001, p. 426), são atravessadas pela esfera do valor que altera sua magnitude.

O problema implicado no trabalho simples está no reducionismo que a determinação capitalista incide sobre sua forma de realização/reconhecimento, tendenciando-o à mecanização e execução das atividades em caráter *amestral*, repetitivo que quase ou nada exige, diante das monótonas operações, o exercício e ativação das funções e capacidades teleológicas dos indivíduos, conforme esboça Engels (2010, p. 212):

Vigiando máquinas ou atando fios rompidos, o operário não desenvolve uma atividade que lhe exige esforço mental, mas, por outro lado, esse tipo de trabalho o impede de ocupar a mente com outros pensamentos [...]. Na verdade, não se trata de um trabalho autêntico, mas de puro tédio, mortificante e enervante – o operário fabril está condenado a consumir nesse tédio todas as energias físicas e espirituais [...].

Smith e Engels convergem de forma crítica na maneira como percebem a mecanização impressa no trabalho simples, quando reconhecem a “estupidificação do trabalhador parcial” na execução dele. Sobre essa clivagem, Smith acentua:

A mente da grande maioria dos homens desenvolve-se necessariamente a partir e por meio de suas ocupações diárias. **Um homem que consome toda a sua vida na execução de umas poucas operações simples [...] não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência.** [...] Ele se torna, em geral, tão estúpido e ignorante quanto é possível a uma criatura humana (SMITH apud MARX, 2013, p. 436, grifo nosso).

As separações relativas ao exercício do trabalho complexo ou simples se estendem para a formação educacional, sendo por isso que na dinâmica societária, a educação não pode ser entendida de forma uníssona, somente como espaço voltado para a educação bancária, tendo em vista que nos diferentes processos

sócio-históricos ela exerce impulsos fundamentais para consolidação do ciclo de acumulação e reprodução capitalista.

Nesse sentido, historicamente, a educação determina e sedimenta valores, concepções e comportamentos para as diferentes classes sociais, tendo como premissa central fortalecer uma ordem societária hegemônica e reprodutora de relações de exploração. Não é à toa que os projetos educacionais, em sintonia com os valores da reprodução e manutenção da ordem do capital, precisam ser norteados por princípios ideo-políticos com intencionalidades díspares em relação à difusão do conhecimento e comportamento que se deseja estabelecer para os diferentes interlocutores.

Tonet (2016, p. 174), ao falar sobre o objetivo, difusão e apropriação do conhecimento a que as classes sociais se apropriam e têm acesso, reconhece claramente a intencionalidade das formas educativas:

O acesso de todos a um determinado nível de conhecimento e de comportamento é imprescindível para a reprodução da própria sociedade capitalista. Não só os burgueses precisam ser preparados para dirigir a sociedade, mas também os trabalhadores precisam de um determinado nível de conhecimento e de comportamento para que o sistema capitalista possa funcionar.

Essa constatação não é apenas uma formalidade casuística no “império” do capital, mas também expressão da dominação burguesa que para manter-se em curso e ascensão permanente, precisa ser capaz de, estrategicamente, produzir uma pedagogia adaptada aos padrões do modo de produção capitalista que, além de reforçar a extração do mais-valor, consegue produzir processos de apassivamentos na classe trabalhadora mediante o domínio e determinação de conteúdos educacionais de caráter ideo-políticos necessários à manutenção da ordem econômico-social, *senda* assumida pela atual política de educação profissional e tecnológica no Brasil.

3.2 O lugar ocupado pela educação profissional e tecnológica no Brasil

Articular os conteúdos educacionais com o “mundo” do trabalho é uma necessidade premente da educação movida pelos princípios da preservação capitalista. Por isso que vincular a formação da força de trabalho ao modo de

funcionalidade da atual acumulação (flexibilização, intensificação do trabalho etc.), é uma das formas de *oxigenar* e fomentar o ímpeto capitalista, independentemente de sua realização estar ancorada no trabalho material ou intangível.

No Brasil, esse enlace é fecundo e vem sendo sistematicamente *preservado* e incentivado pelo Estado capitalista, sobretudo com largo respaldo neoliberalizante e controle sobre toda organização do aparelho educacional, influência acentuada nos anos 1990, quando a educação entra em *rota de colisão* com o aumento da demanda pelo ensino, mas capturado pelo ensino privado e instrumental.

Imprescindível assinalar que as distorções no sistema educacional brasileiro não são legatárias dos anos 1990. As *deformidades* em relação aos interesses da classe trabalhadora, no que tange à formação educacional, sobretudo para o trabalho, dilatam-se em diferentes momentos da história da educação brasileira. Demarcando apenas o ponto de vista da legalidade, essa disparidade, sobretudo no que diz respeito ao ensino voltado para pobres e à previsão do ensino privado, é bem demarcada desde a Constituição Federal brasileira de 1937, como se segue:

Art. 129 – A **infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares**, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. **O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado.** Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. **É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos** criar, na esfera da sua especialidade, **escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários** ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937).

A legalidade jurídica do direito oficializa a dualidade educacional entre o trabalho complexo e simples, conforme discutido linhas atrás. Ou seja, é criada, publicizada e reconhecida formalmente pelo Estado brasileiro, a dicotomia entre a formação para o trabalho e a formação propedêutica. Aos filhos de trabalhadores pobres é arquitetado um sistema escolar de “treino” a ser financiado pelo Estado e empresas, aos filhos das classes burguesas, se destinarão escolas privadas que não estão medularmente vinculadas ao trabalho instrumental.

Conforme se percebe, a dicotomia educacional brasileira não tem qualquer ordem genética. Grosso modo, suas bases se firmam no tradicionalismo determinista transplantado dos círculos palacianos da era colonial, imperial e republicana da educação jesuíta³⁶, da formação socioeconômica e dependente que comanda e organiza a demanda de recursos humanos a ser formada no sistema educacional e das camadas políticas hegemônicas “tupiniquins” das oligarquias que estão no poder e passam a *desenhar* o processo de desenvolvimento combinado no país, sobretudo a partir da década de 1930, quando a economia começa a seguir o rumo do “desenvolvimento” industrial, que alarga a demanda social por educação em face da expansão demográfico-urbana do cenário brasileiro.

Romanelli (2014, p. 15), explicita que essa fase foi comandada por uma “facção conservadora” que apresentou duas formas de controlar a expansão do ensino no Brasil. Uma delas através do controle quantitativo dessa expansão, via formulação de dispositivos legais que cristalizou “[...] uma estrutura de ensino rígida, seletiva e discriminante [...]”, e outra de controle qualitativo, com *olhos* voltados para a expansão do ensino acadêmico, formatando as vigas mestras do ensino dual, cujo legado obsta até hoje o acesso de estudantes trabalhadores e pobres no sistema educacional.

O que se pode perscrutar desse momento é uma clara relação não neutra do Estado no comando, administração, organização e estruturação das políticas educacionais. Isso é claramente posto no período monárquico quando se organiza o ensino superior no Brasil, exclusivamente para atender “[...] uma elite aristocrática e nobre [...]”, que deveria ser formada para ocupar “[...] os cargos administrativos e políticos [...]” do Império, sendo esse o motivo do ensino primário estar relegado ao segundo plano e o secundário (de caráter privado em sua maioria), se tornar locus preparatórios para admissão das elites em cursos superiores (ROMANELLI, 2014, p. 39-41).

Percebe-se claramente que há uma orgânica vinculação da educação com as *franjas* das frações burguesas que vão sinalizando, nos diferentes projetos educacionais que se engendram no Brasil, um formato educacional classista que se

³⁶ Romanelli (2014, p. 33-36), faz uma crítica dura à formação educacional jesuítica. Afirma que ela é representante de uma “milícia papalina” europeia, responsável apenas por fomentar um ensino contemplativo, neutro, sem estímulo à criticidade, à pesquisa e à cientificidade, cujo objetivo era apenas desenvolver na Colônia brasileira, uma “cultura geral básica”, letrada e espelhada na cultura medieval europeia.

estrutura através das legislações, da forma como se organiza o ensino para as classes trabalhadoras e burguesas, dos conteúdos que devem ser ministrados pelo sistema de ensino, das formas de ingressos etc.

Ou seja, são preceitos e *receituários* educacionais que se alinham e expressam as reais necessidades da acumulação do capital, da economia, da manutenção hegemônica dos setores dominantes e, claro, da exploração do trabalho, dado que, educação e trabalho, no modo de produção e acumulação capitalista, precisam estar essencialmente imbricados.

Para que essas prescrições não fiquem evidenciadas, mas, sobretudo para ocultar os tensionamentos de classes, principalmente dos setores que vivenciam de perto os sistemas de desigualdades decorrentes das incrustações da exploração e exclusões sociais, são elaboradas políticas sociais de todas as ordens, dentre elas políticas educacionais cumprindo tripla funcionalidade: a) atendimento das demandas sociais das frações de classe mais empobrecidas cuja funcionalidade tem *verniz* democrático, funcionando – como as demais políticas – como elemento de desmobilização política, tendo em vista que conforma parte – embora insignificante de suas demandas sociais; b) mantém a dinâmica do estágio capitalista irretocável em conluio com os monopólios; c) aquiesce as disputas no “mundo” do trabalho, visto que revigora através de vários canais – incluindo nesse rol o sistema escolarizado – o discurso ideológico de necessidade de ampliação das competências formativo-trabalhista, capturando objetiva e subjetivamente os sujeitos, pois os posiciona na corrida desenfreada por cursos de formação profissional, acendendo *rotas* esperanças de mobilidade social através um possível ingresso e/ou permanência no “mundo” do trabalho.

Esse rol *performático* da política educacional enquanto expressão da política social assentida pelo Estado burguês, é aclarado da seguinte forma:

[...] a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores [...]. As políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho, de cunho “profissionalizante” e os programas de qualificação técnico-científica (vinculados aos grandes projetos de investigação e pesquisa) oferecem ao capital monopolista recursos humanos cuja socialização elementar é feita à custa do conjunto da sociedade (FALEIROS, 1980; GALPER, 1975, 1986; CARNOY; LEVIN, 1987 apud PAULO NETTO, 2005, p. 31).

A política de educação, nesse sentido, não se explica por si enquanto necessidade, mas como uma demanda social que se institucionaliza e se inscreve para atender funções e requisições tanto dos trabalhadores como das frações burguesas. Assim, não é uma necessidade posta apenas pelos aparelhos ideológicos do Estado, mas também pela classe trabalhadora que espera nela estar contidas possibilidades de melhorias de suas condições de vida e trabalho. Não é, portanto, para provocar substanciais alterações no quadro macroscópico societário, no sentido de superação das desigualdades que são fomentadas-formuladas um conjunto de políticas sociais educacionais voltadas para a formação para o trabalho, particularmente políticas de formação profissional e tecnológica.

A política de formação profissional e tecnológica – não se diferencia das demais políticas – no sentido de estar programática e organicamente – articulada a um modelo social e econômico subordinado e determinado. No caso brasileiro, essa vinculação *artificial* está presente na ideologia desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), que na tentativa de aparar as arestas do subdesenvolvimentismo brasileiro, implementa um modelo econômico cuja linha mestra pauta-se no lema “Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”.

A proposta governamental kubitschekiana, além de não promover a ascensão econômica do país, posto seu legado de produção de bens primários (agrícola, pecuária etc.), ainda acentua a histórica subordinação ao capital internacional, na medida em que “[...] a industrialização somente seria possível no contexto da interdependência e associação” (IANNI, 1977, p. 184-185).

É acentuada com isso a subordinação brasileira aos capitais externos, devido às tomadas de empréstimos para alavancar a infraestrutura, segundo a qual se alavancaria o desenvolvimento.

Ao contrário disso, o que se teve como legado dessa associação passiva foi a ampliação da dependência brasileira ao capital externo, que, além de grande lucro advindo das instalações de grandes empresas multinacionais, ampliou a quebra de empresas nacionais, aprofundou a inflação, o desemprego e as desigualdades.

Assim, o lema governamental kubitschekiano, em pouco espaço de tempo, é corroído. Dentre outras razões, está a desvinculação de uma proposta de desenvolvimento apartada do setor tecnológico de ponta, do investimento na pesquisa científica e da pujança na formação de quadro qualificados.

Mesmo considerando o governo de Kubitschek, sobretudo no que diz respeito à ambição nacionalista de alavancar a economia, o que se viu de fato foi o aprofundamento da dependência econômico-financeira e o distanciamento do desenvolvimento econômico com o sistema educacional, no que diz respeito especialmente à formação tecnológico-científica da força de trabalho, dado que a ênfase neste momento reafirmou o histórico educacional de ressaltar apenas o treinamento da força de trabalho dos setores que demandavam essa necessidade.

Essa lacuna vem se firmando em diferentes governos, tanto que antes mesmo dos anos 1950, eram publicadas diferentes Leis Orgânicas³⁷ voltadas para o ensino técnico profissional, como a Lei Orgânica do Ensino Industrial, por exemplo, que estabelecia os rumos da organização e o regime do ensino profissional para os trabalhadores de graus secundários dos diferentes ramos da indústria, transporte, comunicação, pesca e das atividades artesanais.

Consolida-se de forma incisiva, embora já protagonizada desde a colonização, caminhos diferentes para a educação, pois vai se demarcando projetos educacionais diferentes, posto que, se alicerça propostas pedagógicas que visam fortalecer uma educação mais complexa voltada para a função político-social de comando e, outra para trabalhadores cuja oferta de ensino volta-se para o exercício de atividade de caráter instrumental, com conteúdos aligeirados, débeis, fragmentados, para o desempenho de atividades menos complexas no âmbito da divisão social e técnica do trabalho que, no máximo, possibilitam compensações salariais que asseguram apenas a reprodução material e de forma muito limitada.

Assim, reitera-se a existência de dois caminhos diferenciados, para os que aprenderão a exercer sua função na escola (dirigentes de 2 níveis – superior e médio) e no processo produtivo (trabalhadores, que complementam os poucos anos de escolaridade obtida com cursos profissionalizantes em locais e com duração variáveis) (KUENZER 2007, p. 15).

A política voltada para a educação profissional vem, nesse sentido, paulatinamente, acompanhando o fluxo societal, conquanto, sempre integradora dos projetos societários e econômicos que implementa. Ainda no Brasil, se tem como

³⁷ Romanelli (2014, p. 158) identifica três Leis Orgânicas (voltadas para as áreas da economia, indústria e agrícola) que organizam e estruturam o ensino técnico profissionalizante. São elas, respectivamente: a) Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942; (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b) Decreto-lei nº 6.141 de 28, de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial); c) Lei Orgânica do Ensino Agrícola, de 20 de agosto de 1946 (Lei do Ensino Agrícola).

exemplo disso, a própria autocracia burguesa, que, em nome da *Ordem e do Progresso*, entre os anos de 1968-1969, refuncionaliza todo o sistema educacional, com vistas a materializar o controle político-organizativo dos docentes e discentes, como também esgarçar a educação pública para transformá-la em área estratégica a ser explorada pelo grande capital, dado o refreio nas vagas do ensino público demandado por um contexto social desenvolvimentista que atraiu, sobretudo para o espaço urbano-industrial, grande contingente populacional.

Não é desproposital, portanto, o avanço no número de matrículas no ensino técnico profissional neste momento, nem tão pouco os convênios firmados entre o Ministério da Educação – MEC e a Agency for International Development, enquanto órgão responsável pela “assistência técnica e cooperação financeira [...] à organização do sistema educacional brasileiro.

Este, é “[...] então, o período dos chamados ‘Acordos MEC-USAID’ [...]”, parcerias que, ideologicamente, propõem o fortalecimento dos países em desenvolvimento, mas que no caso brasileiro promovem uma integração periférica no mercado mundial, dado que aprofundam seu endividamento externo e ainda adéquam “[...] o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico [...]” (ROMANELLI, 2014, p. 202).

Tem-se, neste momento, além da adequação do sistema econômico-educacional aos “interesses do grande capital”, a intencionalidade de ampliar as matrículas no ensino médio, “através de um direcionamento *profissionalizante*” (BERGER, 1980; CUNHA, 1985 apud PAULO NETTO, 2007a, p. 63, grifo do autor).

O incentivo à tecnificação profissional deixa um duplo problema: além de não resolver as fissuras de contenção da demanda pelo ensino superior, – que cresce exponencialmente neste momento, – ainda deixa um fosso na formação global dessa tecnificação, na medida em que supervaloriza o domínio do treino na formação geral dos indivíduos em detrimento de uma formação com eixo totalizador com fusão de conhecimento das áreas técnicas e humanas que possibilite uma visão macrossocietal. Sobre isso, Romanelli (2014, p. 210), frisa:

É sintomática a supervalorização das áreas tecnológicas com predominância do treinamento específico sobre a formação geral e a gradativa perda de *status* das humanidades e ciências sociais, de modo geral, nas reformas do ensino desencadeadas por atuação desse tipo de ajuda internacional para a educação.

Os diferentes governos brasileiros colocam a educação profissional e tecnológica em *destaque* nas suas gestões. Revisitando as legislações, percebe-se que essa importância é ressaltada na primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB da Educação nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, na LDB nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 – que arbitrariamente torna compulsório o ensino profissionalizante –, bem como na LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que também prevê, especificamente no Título V, a educação profissional enquanto modalidade de ensino, mas consoante com “[...] a necessidade do capital de dar ao treinamento da força de trabalho um conteúdo distinto daquele adequado ao período fordista de organização do trabalho e da produção” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 60).

Até a ascensão do voto direto, todos os governos – sem exceção – estrategicamente, *creditam* importância à educação profissional, sobretudo pelo fato de o resultado dessa formação resultar em trabalhadores mais suscetíveis à captura da exploração do trabalho simples, dado que no geral essa é uma formação voltada para trabalhadores inseridos em níveis de desigualdades mais acentuados que utilizam da profissionalização no formato aligeirado, com conteúdos mecânico-instrumentais, resolutivos, objetivos para garantia da sua reprodução social. Estão no rol dessas profissões: eletricitistas, encanadores, técnicos em edificações etc., em geral situados na esfera da prestação de serviços.

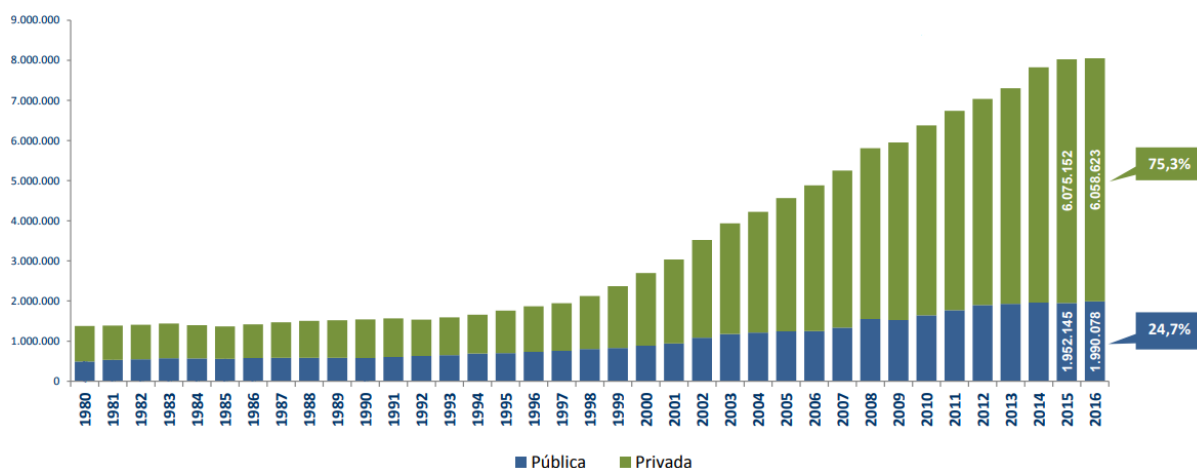
É estrategicamente favorável, diante disso, que se escalone o ensino superior para um segundo plano. E quando se faz isso, como acontece no Brasil, é extremamente positivo abrir canais para que empresas do ramo educacional do nível superior, através de forjadas parcerias de uso do fundo público e privatizações – o transformem em mercadoria educacional –, ou melhor, em *fast foods* educacionais.

Cabe ressaltar que há quase 25 anos³⁸ o nível superior vem sendo dominado pelo ramo empresarial. Isso significa dizer que, segundo dados do Censo da Educação Superior/2016, divulgados em 31 de agosto de 2017, do MEC e do INEP (2017a, [p. 40], grifo nosso), “[...] de **cada 4 estudantes** de graduação, **3 frequentam** uma **instituição privada**”. Ou seja, as empresas educacionais

³⁸ Quando se compara o ano de 2015 com o de 2016, é que se percebe o irrisório declínio de 0,3% na taxa de matrículas no ensino superior privado. Isso se deu, sobretudo, devido aos novos rumos tomados pela política brasileira no governo de Michel Temer, que após assumir o governo impõe contrarreformas em todas as áreas, especialmente na educação, incentivando através de medidas ministeriais corte e congelamento em todas as áreas, dentre elas a educação.

concentraram 75,3% das matrículas da graduação, enquanto as públicas detêm apenas 24,7% desse total, conforme pode ser visualizado no Gráfico nº 3:

Gráfico nº 3: Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa no Brasil, de 1980-2016



Fonte: MEC e INEP (2017a, [p. 19]).

Inversamente, boa parte dos alunos que ingressavam no ensino superior público – até ser instituída a Lei de Ações Afirmativas – eram estudantes da classe dominante com inserções educacionais nas escolas fundamentais e médias privadas.

Aos estudantes das classes populares, com condições de vida, trabalho e situação educacional precarizados – convivendo com o sucateamento das escolas, formações aligeiradas na educação profissional, complexas desigualdades, necessidade de trabalhar, repetência, evasão etc. – sobeja o ensino superior privado, realidade até certo patamar alterada entre os anos de 2004 e 2013, quando estudantes das classes populares passaram a ter maior acesso ao ensino superior ofertado pela universidade pública brasileira³⁹:

[...] em 2004, os 20% mais ricos do País representavam 55% dos universitários da rede pública e 68,9% da rede particular. Em 2013, essas proporções caíram para 38,8% e 43%, respectivamente. Desta forma, os 20% mais pobres, que eram apenas 1,7% dos universitários da rede pública, chegaram a 7,2%. Na rede privada, a presença dos mais pobres mais do que dobrou, saltando de 1,3% para 3,7%. A proporção de estudantes de 18 a 24 anos na universidade passou de 32,9% em 2004 para 55% em 2013.

³⁹ Para melhor detalhamento, consultar: (ACESSO..., 2014).

Apesar do certo grau de expansão precarizada do ensino de graduação via políticas focalizadas que não garantem a universalização do ensino superior, – a exemplo do Programa de Ações Afirmativas e daqueles estabelecidos via parceria público-privada, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) –, a preocupação com a educação, desde a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, patrocinada pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), se volta para a educação básica (NEVES; PRONKO, 2008, p. 53).

Perseguir essa agenda educacional, além de retratar o avanço da determinação das agências internacionais sobre a educação brasileira, revela a imposição e convergência governamental aos seus ditames, contribuindo para legitimar a “[...] nova relação entre trabalho e educação”, com ênfase em funções e atividades simples que ofereçam “aumento da produtividade do trabalho sob a direção do capital” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 59-61), comando que é legalizado e materializado através das mudanças impostas na educação profissional e tecnológica encampadas nas décadas de 1990, por Collor, e sequenciado nos governos FHC, Lula e Dilma.

Collor, mesmo que em rápida passagem pela presidência (dado o seu processo de *impeachment*), ainda tem tempo de reanimar a velha dualidade do ensino intelectual e tecnicista.

Sua justificativa, guiada muito mais pela roupagem neoliberal, parte da necessidade de formar recursos humanos qualificados, com apropriação de modernas tecnologias enquanto forma de alavancar o desenvolvimento econômico-social do país.

Nessa proposição, assume a proposta da Secretaria Nacional de Ensino Técnico-SENET/MEC, enquanto linha norteadora para a educação profissional e tecnológica. De forma sintética, Collor nada mais faz do que resgatar, de acordo com Kuenzer (2007, p. 43), o “[...] velho princípio educativo [...], que separa rigorosamente ciência de tecnologia, atividade teórica de atividade prática, pensar de fazer”.

FHC assume e dá continuidade às proposições neoliberais das gestões presidenciais anteriores (Collor e Itamar Franco). No que diz respeito ao campo

educacional, promove mudanças no formato e nas legislações, destacando-se mais incisivamente: oferta de recursos financeiros para instituições educacionais que aderissem às reformas governamentais, implantação de uma nova política educacional voltada prioritariamente para a educação básica com foco no ensino fundamental, implementação e normatização de um novo sistema de formação técnico-profissional (NEVES; PRONKO, 2008, p. 53-63).

Particularmente, no tocante à educação profissional e tecnológica, FHC realizou reformas. O Decreto⁴⁰ nº 2.208, de 17 de abril de 1997, nesse sentido, é emblemático, na medida em que tanto adapta as diretrizes curriculares do ensino técnico às necessidades dos setores empresariais – que ditam os perfis educacionais requeridos – como reafirma o foco no trabalho simples e possibilidades de superexploração dessas atividades, dado ser insólita a participação dos trabalhadores nos processos decisórios e na definição das políticas de formação para o trabalho.

Art. 7º Para a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino técnico, deverão ser realizados estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores (BRASIL, 1997b).

FHC, através desse mesmo Decreto, regula a oferta de cursos técnicos concomitantes⁴¹ em redes de ensino municipais, estaduais, distritais, instituições privadas e sistema “S”, ou seja, incentiva a abertura de vagas não necessariamente nas instituições federais enquanto espaços tradicionais na formação em educação profissional e tecnológica.

Isso abre possibilidades para, além de flexibilizar o ensino, criar fronteiras entre os conteúdos pedagógicos ofertados da base nacional comum e da formação geral do ensino profissional. Tal aspecto, fica bem claro no Decreto nº 2.208, quando expressa em seu Art. 5º que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997b).

⁴⁰ Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da LDB nº 9.394/96, de 20 de dez. de 1996 (BRASIL, 1997b).

⁴¹ Na reforma da educação profissional e tecnológica, FHC regula a concomitância interna e externa. Na concomitância interna, o/a estudante cursa na mesma instituição o ensino médio e técnico. Já na externa, é possível cursar o ensino médio e técnico em instituições diferentes.

Dito de outra maneira, as reformas propostas por FHC para a educação profissional e tecnológica têm na redução de gastos enquanto expressão de um Estado gerencial, a justificativa para o desinvestimento nesse tipo de ensino, considerado por ele elitizado.

Por isso que, mesmo mantendo os *olhos vivos* para a educação básica, como forma de atender as prerrogativas das agências internacionais e caminho para cobrir seu financiamento, adota a política de refreio no que diz respeito à ampliação da expansão da estrutura física de ensino médio-técnico, que no seu governo, no máximo é assumido pela parceria público-privada. Igualmente, não realiza investimentos na formação para o trabalho complexo, dado a não preocupação em ampliar o ensino superior e seus quadros formativos e administrativos.

Em poucas linhas, FHC chancela e fortalece a dualidade que historicamente reafirma a divisão entre trabalho simples e complexo, além de se manter coerente com os interesses dos organismos internacionais e franjas da burguesia brasileira que, entre si, partilham todos os ganhos decorrentes das opções educacionais que engendram, como a exploração do trabalho e expropriação de mais-valia que delas decorrem.

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, uma medida fundamental foi a desorganização do histórico ensino técnico de nível médio promovida pelo decreto n. 2.208/97. Além de críticas ao custo da formação profissional de nível médio e à elitização desse tipo de ensino, que estaria ocorrendo principalmente em escolas federais, o Banco Mundial considerava que, num país onde o nível de escolaridade era tão baixo, aqueles que chegassem a fazer o ensino médio teriam expectativas e condições de prosseguir os estudos em vez de ingressar imediatamente no mercado de trabalho. Os recursos deveriam ser revertidos, então, para aqueles como menor expectativa social, principalmente mediante cursos profissionalizantes básicos, que requerem pouca escolaridade (RAMOS, 2012, p. 35).

Embora a expectativa fosse outra, considerando as raízes de caráter de classe popular, a política educacional de FHC – com algumas diferenciações – se mantém no governo Lula, no que diz respeito às orientações das agências internacionais. Uma das diferenciações é que FHC procura recompor a educação profissional e tecnológica apenas através de (re)arranjos e contrarreformas educacionais, mas sem investir para fomentar a estrutura e o quadro de pessoal.

Lula, por sua vez, – em parte guiado por interesses populistas, de legitimidade e continuidade governamental, – propôs reforma na educação profissional e tecnológica e na educação superior.

Na educação superior os destaques são para a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – que ampliou o acesso às universidades públicas federais, através do “Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos da escola pública, em especial negros e indígenas” –, e para o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que passou a conceder “[...] bolsas de estudos integrais e parciais de 50% ou 25% destinado ao pagamento de anuidades para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica [...]” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 83).

Os gargalos do REUNI enquanto política pública educacional de Estado estão no fato de ter ampliado o acesso a vagas, mas não ter dotado as universidades de pessoal e condições físico-estruturais suficientes para atender o quantitativo de estudantes que ingressaram em seus espaços.

No que diz respeito à concessão de bolsas, sabe-se que o pano de fundo desta iniciativa converge muito mais para manutenção dos conglomerados das empresas educacionais de nível superior do que propriamente a preocupação em realizar justiça educacional, o que no final poderá significar ingerência no trato da política pública de educação superior, uma vez que os recursos públicos injetados nessas instituições para arcar com mensalidades integrais ou parciais poderiam ser convertidos em investimento para reestruturação do ensino superior público e melhores possibilidades de permanência dos estudantes nas universidades.

Embora a opção político-educacional do governo Lula tenha sido direcionada por caminhos controversos e que degeneram os anseios e expectativas das classes populares, o fato é que mesmo diante disso, o ex-presidente Lula apresenta certa direção de classe frente a seu antecessor, aspecto que – mesmo alinhado a interesses de grupos econômicos hegemônicos –, o leva a aumentar o “[...] percentual de escolarização básica do trabalhador brasileiro” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 77), mesmo na ausência de uma proposta educacional contra-hegemônica e em defesa da universalização da educação pública em todos os níveis para atendimento dos anseios e interesses populares.

Assim, ao contrário das expectativas depositadas em seu governo pela classe trabalhadora, o ex-presidente Lula firma e fortalece parcerias com os interesses e as camadas altas, médias e empresariais burguesas e com os princípios neoliberais da ordem monopólica rentista de reprodução do capital que se respalda em um modelo educacional voltado para a formação de trabalhadores de novo tipo, ideologicamente

compósito dos postulados da reestruturação produtiva, do neoliberalismo que direcionam como se deve organizar, racionalizar e gerir o trabalho.

Apesar dessa forma de conduzir a política de educação superior, o ex-presidente Lula se mostra mais atento à política de formação da educação profissional e tecnológica, na medida em que propõe reintegrar pedagogicamente os currículos dos ensinos médio e técnico, dicotomizados por FHC por meio do Decreto nº 2.208/97.

Mesmo adotando o discurso de correção dos equívocos da gestão anterior, e visando “[...] uma articulação mais estreita entre educação geral e formação técnica” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 74), através da revogação do Decreto nº 2.208/97, o governo Lula não promove transformações do ponto de vista estrutural na política de educação brasileira, pois os princípios e fundamentos da política educacional superior e da formação profissional e tecnológica ainda permanecem apartados de uma concepção de educação politécnica entendida enquanto educação que integra “[...] instrução intelectual e trabalho produtivo; que propicie concomitantemente a educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica” (MOTTA, 2017, p. 58).

Nos termos de Marx e Engels (2004, p. 68), a política educacional proposta no governo Lula, não comporta uma concepção ampliada de educação que materialize unidade entre educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica, ou seja, a forma como é conduzida a política de educação superior e profissional-tecnológica não comporta uma formação onminilateral em que é possível integrar dialeticamente realidade social, conhecimento científico e atividades práticas com fins emancipatórios, unidade que possa contribuir com os processos de desalienação.

Certamente, não é nessa direção que é conduzida a política educacional dos governos Lula e posteriormente do governo Dilma, quando implementam a expansão histórica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, por meio principalmente da ampliação das unidades dos IFET's.

3.3 A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil

A política educacional, e muito particularmente a política de educação profissional e tecnológica, é inseparável da atual dinâmica metabólica do modo de produção capitalista, tendo se tornado um componente indispensável e inseparável dos processos de recomposição das taxas de acumulação do capital global que, sob o comando hegemônico do capital financeiro, lucro do fundo público investido nos diferentes empreendimentos educacionais.

Vinculada à nova forma de acumulação e ao seu modo de produzir, a política educacional de formação para o trabalho se mantém acoplada com o “mundo” do trabalho e suas transformações, visto que nestas são mantidas as *chaves* reais de possibilidades para exploração do trabalho e extração do mais-valor, não sendo à toa, portanto, que o grande capital, mediado por suas agências representativas (BM, FMI, OMC, BIRD) e órgãos de cooperação técnica (UNICEF, UNESCO e PNUD), elabora estratégias cada vez mais audaciosas para capturar, organizar e comandar as diretrizes e princípios que norteiam não apenas a política de educação profissional e tecnológica, mas todo o conjunto das políticas públicas.

Recuar aos ditames desses organismos e órgãos de cooperação tem se tornado ato quase sem efeito. A maioria dos países, – sobretudo aqueles com formação econômico-social periférica, como é o caso brasileiro – tem demonstrado pouca ou nenhuma resistência às investidas do capital e às políticas educacionais de formação para o trabalho.

Ao contrário disso, o que se tem presenciado é a ampliação do apoio governamental brasileiro de forma incondicional às necessidades da reprodução capitalista e, de políticas de formação profissional e tecnológica que lhe dão sustentação, posição, aliás, que não é nova, mas que emerge com entusiasmo nos anos 2000 em firme parceria com o ideário neoliberal, com a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado, que neste interregno, conduzem a hegemonia do capital financeiro, enquanto expressivos e importantes agentes orientadores de políticas macroeconômicas e educacionais, sobretudo para países que se subordinam ao capital internacional, com inserção periférica na divisão internacional do trabalho, como é o caso brasileiro.

O que se vê, são (re)arranjos de uma política técnico-profissional tendente ao rebaixamento dos custos do trabalho e ampliação das taxas de lucratividade para o capital e que, se expande no Brasil, como nunca em sua história, via educação

profissional e tecnológica tendo amplo apoio governamental, do empresariado e da burguesia nativa.

A formação das primeiras escolas objetivando o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica no Brasil completou 107 anos⁴² de existência em 23 de setembro de 2017. Sua trajetória histórica não se articulou à concepção de uma formação com princípios desalienantes e integral, com diretrizes voltadas para ampliar o nível intelectual, social e cultural das classes populares.

Na contramão dessa concepção, a educação profissional e tecnológica brasileira guiou-se pela necessidade de uma formação técnico-profissional para atendimento imediato das necessidades de produção e reprodução capitalista e, nesse sentido, sem muita preocupação de que os trabalhadores das classes populares tivessem o domínio de conhecimentos ampliados capazes de articular ciência, trabalho, técnica e tecnologias.

Shulgin (2013, p. 197-198, grifo do autor), ao criticar a ideia restrita de formação profissional e ao defender e exaltar os princípios da formação politécnica entendida como uma formação mais completa, assim expõe, enfatizando a diferenciação entre ambas:

Uma pessoa educada no politecnismo não apenas conhece bem um trabalho. O seu horizonte é mais *largo*. Ela conhece o lugar desta produção no sistema de produção do país, do mundo; conhece os princípios básicos de uma série de indústrias; pode trazer para o trabalho a *criatividade*, a invenção, uma vez que conhece a tecnologia do material e a história de uma série de ferramentas e indústrias; assim como é familiarizada com os mais recentes avanços no conhecimento científico, tem conhecimento de física, química etc., que introduz na prática. Aqui está a diferença, e não em que uma é capaz de fazer bem e outra conhece tudo [...].

A educação brasileira e, sobretudo, a educação profissional e tecnológica voltada para trabalhadores pobres, sempre negou e nunca principiou as diretrizes de uma formação politécnica, cujos traços constitutivos se manifestam através de vários

⁴² De acordo com a Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, a busca pela criação desse tipo de ensino no Brasil é demarcada pelo Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, quando cria 19 Escolas de Aprendizes Artífices em diferentes estados da federação (CONCEFET, 2008, p. 146-157). Vale aqui destacar, porém que isso não demarca necessariamente o início da educação profissional e tecnológica brasileira, mas apenas de força de trabalho que nesse momento não apresentava nenhum tipo de formação bancária/escolar/universitária, já que advém de uma formação histórico-social e econômica de caráter artesanal, agrícola e escravocrata.

campos e da associação, conforme Marx e Engels (2004, p. 68), da educação intelectual, corporal e da educação tecnológica, onde esta última exige o domínio dos “[...] princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais” e não apenas o conhecimento fragmentado desse processo.

O interesse da educação profissional brasileira esteve avesso a essa concepção, ensaiando essa necessidade somente para as classes dominantes burguesas, onde lhe é reservada educação para o comando político, econômico e cultural do país, propício à direção e controle, mesmo que numa posição de subordinação, aos resguardos de interesses da esfera da reprodução e manutenção do sistema capitalista.

Às classes populares, no entanto, se relegou historicamente a formação de ofícios e/ou habilidades desarticuladas em grande monta dos princípios científicos, formação que no máximo pode proporcionar o ingresso subalterno ao “mundo” do trabalho e a manutenção de sua vida material.

Essa lacuna é reconhecida e criticada por Gramsci, ao estabelecer um paralelo entre uma escola formativa, preparatória, capaz de articular simultaneamente a formação humanística integral com suporte para promover a reflexão-ação-politizada e desmistificadora da realidade social.

Gramsci (1968, p. 136-137), além da preocupação com a articulação entre a vida social e a formação, ainda faz duríssimas críticas à existência de escolas profissionais com esse caráter, pois as julga antidemocráticas. A respeito dessa antinomia, o autor sublinha:

Na escola atual [...] verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer intêresses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que êste nôvo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las [...]. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se evitar a multiplicação e graduação dos tipos de escola profissional, criando-se, ao contrário, um tipo único de escola preparatória (elementar média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entrementes como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais [...].

Muito embora Gramsci esquive-se desse formato educacional-profissional constituído como caminho que pode reforçar diferenças educacionais e sociais, reiteradamente, essa prática é assumida pelo Estado burguês⁴³ e pelas classes hegemônicas brasileiras, que ainda no início do século XX percebem no ensino de ofícios uma forma de legitimar-se e ao mesmo tempo conter as intempéries sociais da classe trabalhadora. Como assevera Souza (2009, p. 169), a educação profissional terá dupla funcionalidade: por um lado regula conflitos sociais, mantendo ocupada uma parte dos sujeitos contribuindo para contenção de agitações; por outro, ainda legitima seu próprio controle político, na medida em que se conforma com as intervenções educacionais do Estado e da burguesia brasileira.

Como responsabilidade do Estado, a educação profissional, além de amenizar conflitos, sempre atendeu às exigências de preparar mão-de-obra para a produção, servindo, em contrapartida, aos propósitos de legitimar as ações estatais. Dentro da lógica assistência/contenção, cumpria a função de ensinar um ofício aos filhos dos trabalhadores que precisavam trabalhar para contribuir com o sustento familiar. Voltado para o mercado de trabalho e focalizado nos pobres, tal aprendizado era meramente técnico. A educação, em sentido estrito, era, então, privilégio das elites, que buscavam preparar seus filhos para a vida acadêmica. Este sistema dual, que separa formação profissional e formação intelectual, perpassa toda a constituição histórica do Brasil e é reeditado nos planos nacionais de qualificação do trabalhador (SOUZA, 2009, p. 169).

Até Smith (apud MARX, 2013, p. 436), menospreza atividades apartadas de funções cognitivas, como as que são realizadas no século XVIII em algumas atividades manufatureiras. O autor externa essa percepção da seguinte forma:

A mente da grande maioria dos homens desenvolve-se necessariamente a partir e por meio de suas ocupações diárias. Um homem que consome toda a sua vida na execução de umas poucas operações simples [...] não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência. [...] Ele se torna, em geral, tão estúpido e ignorante quanto é possível a uma criatura humana.

A educação profissional e tecnológica brasileira se desenvolve a partir dessa dualidade, que por um lado fortalece a hegemonia de classes privilegiadas e por outro insere os trabalhadores em propostas educacionais mecanicistas que buscam subjugar suas capacidades técnicas e intelectivas à banal e livre comercialização nos mercados.

⁴³ A Constituição Federal de 1937 foi a primeira a mencionar a necessidade do ensino técnico, profissional e industrial. Em seu Artigo 129 estabelece que o ensino profissional é o primeiro dever do Estado, devendo ser direcionado às classes menos favorecidas.

Em que pese as concepções ideo-político-econômicas que direcionam os rumos da educação profissional e tecnológica brasileira sob a gerência dos organismos nacionais e internacionais; observa-se, a partir de 2003, em quase todos os estados da federação, a expansão e interiorização tanto dos IFET's como das universidades, ampliação que se faz perceber através da diversidade de cursos criados, nos lócus de instalações – atualmente tendendo a interiorizar-se –, nas condições administrativa, financeira e técnico pedagógicas adotadas.

Os dados do Ministério da Educação (MEC)⁴⁴, disponíveis através da publicação *Expansão da educação superior e profissional tecnológica: mais formação profissional e oportunidades para os brasileiros*, legitimam essa ideia, quando descrevem sobre o crescimento dos *campi* voltados para o ensino superior:

A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

No que se refere à expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pode-se dizer que há, desde 1909, a preocupação em “arquitetar” para o Brasil esse tipo de formação. No entanto, nunca na história da educação profissional e tecnológica, se deu um salto tão vertiginoso de expansão de unidades como ocorreu nos governos de Lula e posteriormente no governo Dilma, que imprime o continuísmo das mesmas opções educacionais subalternas, tanto no que diz respeito à educação superior como à educação básica e, nesta, especialmente, à educação profissional e tecnológica.

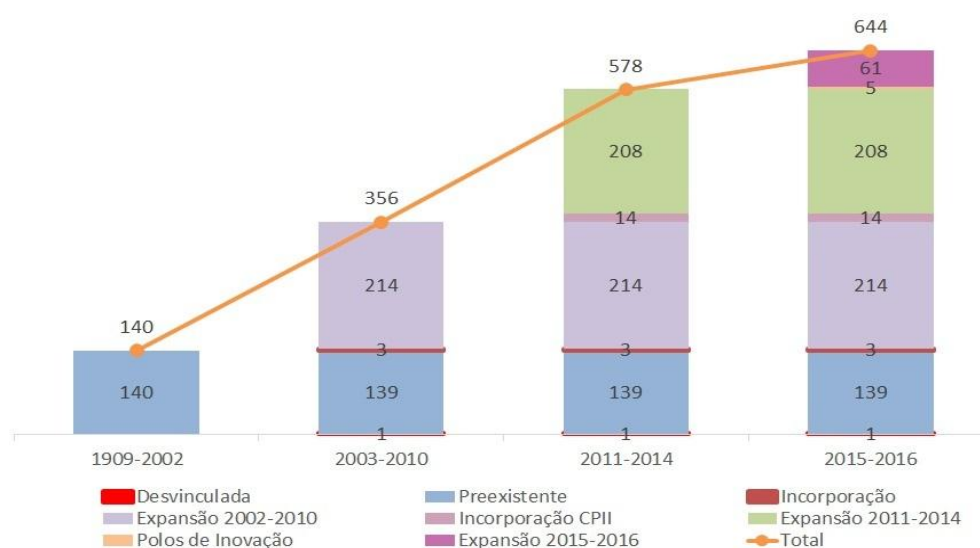
Essa evolução pode de forma nítida ser percebida no Gráfico nº 4, no qual revela que, de 1909 a 2002, havia um total de 140 (cento e quarenta) instituições voltadas para a educação profissional e tecnológica no Brasil.

De 2003 a 2010, considerada a 1ª fase da expansão, tem-se 1 (uma) unidade se desvinculando da Rede, 3 (três) incorporando-se a ela e a criação de mais 214 (duzentos e quatorze) unidades, o que totaliza, nesse período, a existência de 356

⁴⁴ Informação MEC ([2011]).

(trezentos e cinquenta e seis) instituições no interior da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, não apenas nos principais centros do país, mas especialmente fora destes e em áreas metropolitanas das zonas de desenvolvimento econômico.

Gráfico n° 4: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Em unidades



Fonte: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2016).

Como explicar esse incremento?

Ora, a educação profissional e tecnológica enquanto política de formação para o trabalho, é aquela que mais organicamente se articula à empregabilidade. Por ter um viés de caráter formativo, em geral, aligeirado, tendo em vista que os conteúdos dos cursos podem ser ministrados em horas previamente fixadas e, ainda por ser uma formação com especificidade prática/aplicável, esse tipo de formação mais imediatista e aligeirada, se insere no rol de educação que mais atende os anseios da reprodução capitalista, sobretudo porque, além de formar um exército de força de trabalho potencialmente empregável, pode compor – sem grande dificuldade – contingentes de trabalhadores inempregáveis, embora com certa formação profissional.

Esse aspecto imprime autonomia ao capital no mercado da concorrência e da mercantilização da compra e venda da força de trabalho, atributo completamente favorável à manutenção e reprodução da esfera capitalista, tendo em vista que lhe

abre possibilidades de “escolher” a seu “bel-prazer” aqueles que desejam se submeter às suas regras.

Não raro, essas formações se voltam para estudantes-trabalhadores pertencentes a famílias com trajetórias educacionais descontínuas, perfil familiar empobrecido, inserções empregatícias precarizadas (terceirizadas, subcontratadas, flexibilizadas), vínculos familiares esgarçados etc., ou seja, se voltam para aqueles inseridos no repertório de desigualdades sociais indispensáveis à sobrevivência e reprodução do próprio capitalismo.

Esse é um dos motivos de a educação profissional e tecnológica, a partir de 2003, ter se espreado no Brasil através dos IFET's na 1ª (primeira) fase de expansão no território nacional.

A 2ª (segunda) fase da expansão recobre os anos de 2011 a 2014. O que se altera em relação à 1ª (primeira) fase é a incorporação de 14 unidades do Colégio Pedro II à Rede e a criação de novas 208 (duzentos e oito) unidades, totalizando, para o período, 578 (quinhentas e setenta e oito) instituições.

No período de 2015 até março de 2016⁴⁵, o que se altera em relação ao período anterior, é a criação de 5 (cinco) Polos de Inovação Tecnológica e de 61 (sessenta e uma) novas unidades. Assim, até o ano de 2017, o Brasil tinha uma Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formada por um total de 643 (seiscentos e quarenta e três) unidades, que se espalha, do ano de 1909 a 2016, por 568 municípios brasileiros, como pode ser visualizado no Gráfico n° 5:

Gráfico n° 5: Quantidade de municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2016).

⁴⁵ No dia 12 de maio de 2016, a presidente Dilma é afastada da Presidência da República para o processo de investigação do *impeachment*, mas antes, inaugura 61 novos *Campi* de 21 IFET's, os quais compõem hoje 643 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Sobre as novas unidades, consultar: MEC (2016).

Depreende-se das informações acima que, de 1909 a 2002, eram atendidos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 119 (cento e dezenove) municípios da Federação. De 2003 a 2010, considerada a 1ª (primeira) fase de expansão da Rede, passam a ser atendidos 202 (duzentos e dois) municípios, o que equivale a 201 (duzentos e um), já que existia + 1 (um) que foi incorporado à federação⁴⁶, o se faz chegar ao final de 2010 a um total de (trezentos e vinte e um) municípios cobertos pela Rede.

Para os anos de 2011 a 2014, – 2ª (segunda) fase da expansão –, é alterado em relação ao período 2003-2010, o acréscimo de 190 (cento e noventa) municípios que passam a ser atendidos pela Rede.

Nos anos de 2015 a 2016, o que se altera em relação ao período anterior é o acréscimo de 57 (cinquenta e sete) municípios que passam a ser atendidos, chegando-se, assim, até o primeiro semestre de 2016, a um total de 568 (quinhentos e sessenta e oito) municípios cobertos pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O que de fato se percebe é que, em 93 anos, que compreende o período de 1909 a 2002, foram fundadas apenas 140 (cento e quarenta) unidades. No interstício de sete anos – 2003 a 2010 – criou-se 216 (duzentas e dezesseis). Já em três anos, que abrange de 2011 a 2014, são instituídas 222 (duzentas e vinte e duas) unidades e de 2015 a 2016, ou seja, em menos de um ano são criadas 66 (sessenta e seis) unidades na Rede.

Essa ampliação forma um quantitativo de 1,9 milhão de matrículas até o ano de 2016 na educação profissional, segundo dados do Censo Escolar/2016 do MEC e INEP (2017b, p. 10), o que “[...] inclui curso técnico concomitante e subsequente, integrado ao ensino médio regular, normal/magistério, integrado à EJA de níveis fundamental e médio, Projovem Urbano e FIC fundamental, médio e concomitante”.

O principal articulador de discussões e proposições da política de formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF)⁴⁷ –,

⁴⁶ A fonte pela qual se teve acesso ao Gráfico nº 3 não explicita qualquer explicação acerca do Gráfico. Chegou-se a essa conclusão após análise e interpretação minuciosa dos dados numéricos expostos no mesmo. Após isso, percebeu-se um possível erro na legenda do Gráfico, – sobretudo na legenda em cor vermelha, que traz o dígito de número 6 (seis) –, tendo em vista a falta de completo sentido de tal dígito nas somatórias quantitativas do número de municípios atendidos pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

⁴⁷ CONIF (2017).

expressa dados dessa expansão no que diz respeito ao número de matrículas para todos os cursos da Rede:

Do total de matrículas, 27.570 (2,93%) são em cursos de pós-graduação; 237.008 (25,24%) em cursos superiores; 554.888 (59,11%) em cursos técnicos; 103.896 (11,06%) em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); 15.374 (1,63%) na educação básica (CONIF, 2017a, p. 1)].

Embora se saiba que esse crescimento se atrela à necessidade de usufruto de força de trabalho com certo grau de formação e, ao mesmo tempo, de estratégias para ampliar o exército industrial de reserva, favorável ao sistema de exploração da força de trabalho, esse crescimento vertiginoso, na compreensão do MEC, é a expressão de uma política governamental para o desenvolvimento regional, objetivando superar a miséria e reduzir as desigualdades sociais e territoriais.

Mas, esse entendimento pode ser tensionado com a compreensão de que tais políticas expressam estratégias focalizadas e paliativas frente a necessidade de “formar” e/ou minimamente “qualificar”, trabalhadores para o exercício de atividades, muitas vezes precarizadas, do mundo da produção ou dos serviços, uma vez que, tendencialmente, os cursos ofertados se situam no limite de formações aligeiradas ou de nível médio, que servem para mediar o preenchimento de vagas no setor terciário da economia, nas atividades que apresentam maior probabilidade de flexibilização e precarização de suas relações e condições de trabalho.

Nesse sentido, a expansão, para além de estar vinculada aos interesses da hegemonia político-econômica e do modo de produção capitalista de se reproduzir, responde às necessidades de utilização e subutilização da força de trabalho que agora *territorializada* até certo ponto no interior dos municípios e majoritariamente em extratos urbanos, facilita tanto o *adestramento* como sua adequação à exploração capitalista enquanto estratégia da ofensiva do capital contra o trabalho.

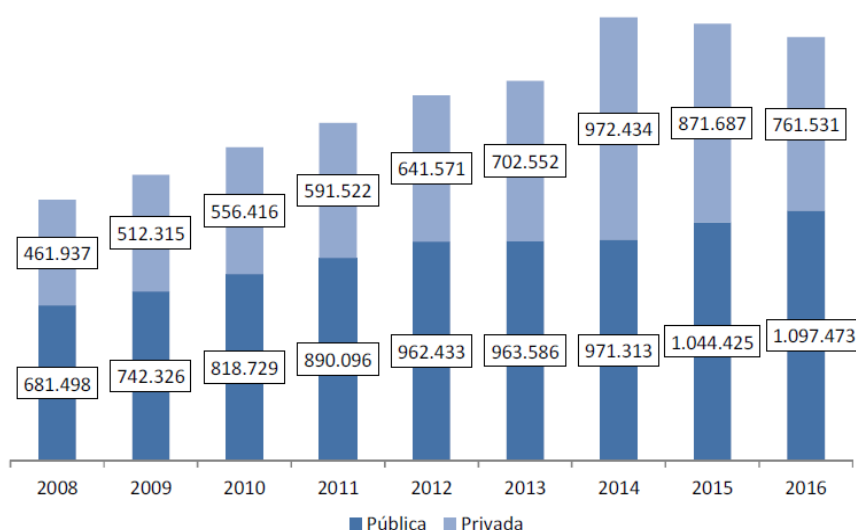
Contrabalanceando os efeitos negativos e viscerais a essa forma de pensar e executar a política pública da educação profissional, há de se considerar que a expansão dos IFET's, ainda oferece relativa possibilidade de acesso ao ensino para estudantes empobrecidos e com histórias familiares, sociais, educacionais e culturais entrecortadas pela desigualdade.

A própria tendência de implantação das unidades em localidades afastadas dos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas (contrariando a disposição histórica de fixação das unidades em grandes centros), o incentivo governamental a

essa formação – mesmo no limite dos interesses capitalistas –, além da política de ações afirmativas (cotas sociais), tornaram os lócus *ifetianos* mais penetráveis e acessíveis para um público de perfil empobrecido que, de outra forma, ou não teria condições objetivas de ingressar nesses espaços, ou ingressaria com dificuldades mais acentuadas.

Conjuntamente, se tem como resultado um crescimento considerável de matrículas da educação profissional e tecnológica na esfera pública dos anos de 2008 a 2016, sendo exceção, dessa série cronológica, o ano de 2014, quando se verifica o aumento reverso no ensino privado, conforme pode ser verificado no Gráfico nº 6:

Gráfico nº 6: Número de matrículas na educação profissional no Brasil por rede de ensino entre os anos de 2008 a 2016



Fonte: MEC e INEP (2017b, p. 10).

A proposta de expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica brasileira é desenhada ainda em 2007, no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, configurando-se a partir daí a previsão para “ampliação de 150% do parque federal de educação profissional e tecnológica em apenas oito anos”.

A proposta contida no PDE de 2007 esboçava não apenas a expansão estrutural da Rede, mas também o incremento de contratações de pessoal, ou seja, de recursos humanos (corpo docente e técnico-administrativos), paralisados entre os anos de 1995 a 1998, devido, também, à estagnação instaurada na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:

De 1995 a 1998, não foi autorizada a contratação de um único docente ou técnico para o sistema de 140 unidades. De 2003 a 2006, foi autorizada a contratação de 3.433 docentes e técnicos administrativos. Foi deflagrado o maior processo de expansão da rede. Um dado simples dá a dimensão do que tem sido feito na educação profissional. De 1909 a 2002, quer dizer, em quase um século, foram autorizadas 140 unidades federais de educação profissional e tecnológica no País, pouco mais de uma por ano. De 2003 a 2010, serão autorizadas 214 novas unidades federais, ou seja, teremos realizado uma ampliação de 150% do parque federal de educação profissional e tecnológica em apenas oito anos (BRASIL, 2007, p. 31).

É preciso frisar que essa ampliação não se constitui apenas enquanto elemento de legitimidade política (particularmente) dos governos Lula e Dilma e das determinações da reprodução capitalista. O acesso e defesa por vagas como também educação de qualidade, pública, laica, gratuita, autônoma e socialmente referenciada em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como a defesa de um projeto educacional avesso aos determinantes da exploração do trabalho e da (não superada) dualidade educacional, sempre foi pauta de disputa, erguida enquanto bandeira de luta das forças populares, estudantis, movimentos sociais e sindicais.

Assim, a ampliação das vagas no ensino profissional e tecnológico brasileiro, é, para além dos elementos apontados, uma política que se amplia devido aos embates de forças políticas, mas também a pressões exercidas pela própria dinâmica conjuntural do “mundo” do trabalho, que exige cada vez mais estudantes com habilidades adaptadas às suas necessidades, o que torna o campo educacional indissociável da “questão social” contemporânea e entendida não apenas enquanto expressão de necessidades materiais e intangíveis, mas também como expressão de interesses contraditórios e colidentes.

O que se pode perquirir diante disso é que, em pleno momento da crise estrutural de acumulação capitalista de 2008, crise conjuntural brasileira, desinvestimento estatal, novas formas de gestão, organização do trabalho (impulsionada pela recomposição taylorista/fordista/toyotista) –, não é desproposital o impulso na ampliação de unidades dos IFET’s e matrículas na educação profissional e tecnológica em todo território nacional em diferentes níveis e modalidades de ensino, sobretudo com grande parte dos cursos com ofertas aligeiradas (na média de 1 a 3 anos), ou seja, com percursos formativos de curto prazo, conforme demonstrado no Quadro nº 5:

Quadro nº 5: Modalidades e níveis de ensino ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil

	MODALIDADE	REQUISITO	DURAÇÃO	
PÓS-GRADUAÇÃO	<i>Stricto sensu</i>	Ensino superior concluído	2 a 4 anos	
	<i>Lato sensu</i>	Ensino superior concluído	1 anos	
GRADUAÇÃO	Bacharelado	Ensino médio concluído	4 anos	
	Tecnologia (Tecnólogo)	Ensino médio concluído	2 a 3 anos	
	Engenharia	Ensino médio concluído	5 anos	
LICENCIATURA	Formação de Professores	Ensino médio concluído	4 anos	
	Integrado O aluno cursa a educação profissional e o ensino médio simultaneamente	Ensino fundamental concluído	3 a 4 anos	
TÉCNICO	Subsequente Destinado ao aluno que concluiu o ensino médio	Ensino médio concluído	1 a 2 anos	
	Proeja Educação básica integrada ao ensino médio	Técnica	Ensino fundamental concluído	3 anos
		Formação Inicial e Continuada	1ª a 4ª séries do ensino fundamental concluídas	Até 2 anos
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA				

Tem como objetivo a qualificação profissional e elevação da escolaridade dos trabalhadores

Fonte: CONIF ([2017b]).

É nesse sentido que a educação escolarizada, e, sobretudo, a educação profissional e tecnológica, se expande e torna-se fiel e integralmente servil aos processos de mercadorização da força de trabalho porquanto, tornou-se ideologicamente valorizada no Brasil, principalmente em 2008, mesmo quando o capital atravessava no cenário internacional e brasileiro uma crise aguda no seu processo de recomposição.

Circunscrita em arenas de interesses contraditórios e cumprindo a “missão” de veicular valores formais das classes dominantes, a política educacional é permanentemente capturada para plasmar concepções ideológicas adestradas, comportamentos e atitudes adequadas à ordem da produção e reprodução capitalista.

Mas não faz isso de forma isolada, por isso, articula profissionais especializados para trabalhar com o conjunto de necessidades sociais que se espraiam no campo da educacional profissional e tecnológica dos IFET's enquanto vértice das desigualdades econômicas, sociais, educacionais e políticas que se incrustam nas condições de vida, de trabalho e existência dos estudantes e suas famílias. Estão entre esses profissionais, assistentes sociais que, a partir de 2008, têm nesses lócus um mercado de trabalho ampliado no Brasil.

Importa perscrutar, diante disso, quais as consequências objetivas e reais dessa ampliação para as condições de trabalho desses profissionais, considerando que todas as transformações estruturais e conjunturais discutidas até o momento implicam em maior ou menor grau nas condições de trabalho de assistentes sociais no IFET's enquanto parte do trabalho coletivo assalariado. É o que será discutido nos capítulos subsequentes, a partir, principalmente, do campo empírico da nossa pesquisa.

CAPÍTULO 4 AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL PARA ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

4.1 Inserção e ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil

A opção programática da política de educação profissional e tecnológica dos IFET's está centrada no ensino para desenvolver competências e habilidades instrumentais. Por isso, que, em geral, a base que norteia os conteúdos, se guia pela necessidade de alargar inteligências prático-instrumentais que possibilitem maior racionalização no uso do tempo-movimento do trabalho, o que atualiza em grande medida as premissas taylorista-fordista-toyotistas de controle e flexibilização dos processos de trabalho e da necessidade da “[...] extensão de uma “escolaridade” cada vez mais vazia combinada com a redução do trabalho a tarefas simples e fáceis [que] representa um desperdício de anos na escola e uma desumanização nos anos seguintes (BRAVERMAN, 1980, p. 377)”.

Capitaneada pelo discurso ideológico da empregabilidade imediata, – e de “alta dosagem” neoliberal – de forma entusiástica, a formação profissional e tecnológica dos IFET's é entendida e defendida como saída idealizada para o combate ao desemprego. Isso em grande medida “seduz” boa parte dos estudantes, que, capturados pela lógica capitalista do consumo de mercadorias, e pela possibilidade de ascensão sociomaterial, internalizam a formação profissional e tecnológica enquanto soluções de seus problemas, que se sabe, com raras exceções, não são resolvidas com essa formação.

De qualquer forma, a ampliação das estruturas do ensino profissional técnico e tecnológico, a territorialização de unidades mais concentrada em cidades de pequeno e médio porte no interior do Brasil, a ampliação de vagas e acesso via Lei⁴⁸ nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012a); ideologiza e reacende

⁴⁸ Dispõe sobre a reserva de vagas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. A Lei reserva para “[...] cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. Nessa reserva de vagas é dada prioridade “aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita” (BRASIL, 2012a).

esperanças de melhores possibilidades de vida e trabalho para grande parte dos estudantes empobrecidos que ingressam nos IFET's.

A expansão dos IFET's e a nova forma de acesso trazem para o interior dos IFET's, nas diferentes modalidades e níveis de ensino⁴⁹, estudantes com perfis diferenciados. Assim, ingressam nas unidades a partir das ações afirmativas (formalizadas pela Lei nº 12.711), estudantes de níveis e modalidades de ensino diferentes e com perfis heterogêneos tanto do ponto de vista socioeconômico, político, cultural e ideológico.

O recorte dado pela política de ações afirmativas que prevê 50% das vagas de cada seleção destinadas a estudantes da rede pública mais o recorte de renda que prioriza estudantes de “[...] famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita” (BRASIL, 2012a), trazem para o interior dos IFET's estudantes com perversos níveis de desigualdades, condição que muitas vezes obsta a continuidade dos processos formativos.

Assim é que, para tentar ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e demais modalidades e níveis de ensino, se fomenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), via Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010).

O PNAES prevê a implementação de dez áreas de ações estratégicas, através de Programas que implementa intervenções para minimizar os efeitos das desigualdades sociais dos educandos das instituições de ensino federal. As ações estratégicas são desenvolvidas através de Programas de:

[...] I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Dessa forma, o PNAES visa promover ações para dirimir os fluxos de repetência, evasão e abandono dos estudantes dos IFET's com trajetórias educacionais entrecortadas pelas desigualdades sociais multifatoriais, dentre as quais, podem ser apontadas: ausência ou precários acesso aos serviços básicos

⁴⁹ Ingressam nos IFET's estudantes dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Assim, o universo educacional dessas instituições passa a ser formado da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da formação inicial e continuada, do ensino médio, técnico, tecnológico e da pós-graduação.

para tratamento de saúde e/ou medicamentos, violência doméstica familiar, diferentes formas de violação de direitos, uso abusivo de drogas lícitas e/ou ilícitas, desemprego/subemprego estrutural, vitimização de estudantes pelo machismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia, racismo, transfobia etc. – dentro ou fora do espaço educacional –, falta de acesso à justiça gratuita, baixo desempenho educacional, conflitos relacionais docente-discente e/ou discente-discente etc.,

Esse conjunto multifatorial, constituem dentro do IFET, expressões da “questão social” contemporânea no campo educacional, e não pode ser desconsiderado que, são originadas no próprio movimento de crise, recomposição e acumulação do capital que em seu fim último incide sobre os estudantes e sem reservas, no cotidiano laboral dos/das assistentes sociais que precisam atender às necessidades sociais postas por esse cenário.

Do ponto de vista material e intangível, as necessidades sociais apresentadas pelo perfil heterogêneo dos estudantes *ifetianos*, quando atendidas pelo PNAES, segue a concepção do atendimento das políticas sociais, pois têm direção seletiva, focalizada e com condicionalidades, tal como é realizado com o atendimento das “questões sociais”, principalmente pela política de assistência social.

Ou seja, a face da assistência social tem intersecção com as formas que são pensadas os serviços, programas, projetos e intervenções a serem desenvolvidos para o apoio de permanência estudantil. Nesse sentido, embora escamoteadas, em geral, as políticas voltadas para a permanência estudantil no âmbito dos IFET's, são atravessadas pelo sentido estreito da simples concessão estatal e não como parte da riqueza gerada, expropriada e devolvida em forma de serviços sociais para aqueles que a produzem, neste caso, o conjunto do trabalho coletivo do qual fazem parte os estudantes (trabalhadores ou não) e suas famílias. Machado (2017, p. 249) ao falar sobre a origem do financiamento dos programas de assistência estudantil, colabora com essa concepção, quando enfatiza:

O financiamento do programa de assistência estudantil é realizado majoritariamente via recursos fiscais. Tais recursos são adquiridos em sua maioria via expropriação da mais-valia por meio de impostos e taxas pagos pelos trabalhadores e pagos pelos capitalistas por meio da exploração do trabalho. Ou seja, os recursos que financiam a assistência estudantil são os recursos do fundo público produzidos pelos próprios usuários da política [...]

Nesse “recorte” *migalhado*, são formuladas diferentes propostas de políticas sociais cuja intencionalidade nem de longe cogita a redistribuição da riqueza social gerada coletivamente; muito ao contrário, traz, ou pode trazer consigo, marcas assistencialistas, beneméritas, moralizantes, de favor que, não raro, tomam a forma personalista que mais incita o conformismo, a naturalização dos processos sociais, econômicos, culturais e ideológicos da hegemonia e sociabilidade burguesa.

Não é, portanto, para provocar substanciais alterações no quadro macroscópico societário, no sentido de superação das desigualdades que são fomentadas-formuladas um conjunto – mesmo que recortado – de políticas sociais, dentre elas, a política social de educação. Ao contrário disso, essa política objetiva ser também base de manutenção da ordem social posta, sendo necessária, para implementá-la, formulá-la e executá-la – no âmbito das diferentes instituições – profissionais especializados, dentre os quais, assistentes sociais que no limite da fase monopolista do capital são recrutados para execução de ações de base técnica, burocrática, instrumental e assistencial.

É na perspectiva de dar essas respostas às necessidades sociais dos estudantes que, a partir de 2008, amplia-se o campo de trabalho de assistentes sociais no interior dos IFET’s, não na perspectiva de suprimir a pobreza estudantil, mas de serem movidas intervenções qualificadas que possibilitem “conformar”, dentro de um limite restrito, as necessidades socioeducacionais dos estudantes, já que não se contrata os profissionais para intervir nas raízes das desigualdades estudantis que no geral estão nucleadas nas contradições capital x trabalho, na atual crise de acumulação, ou seja, em uma totalidade sócio-histórica multiforme, antagônica, dialética e complexa.

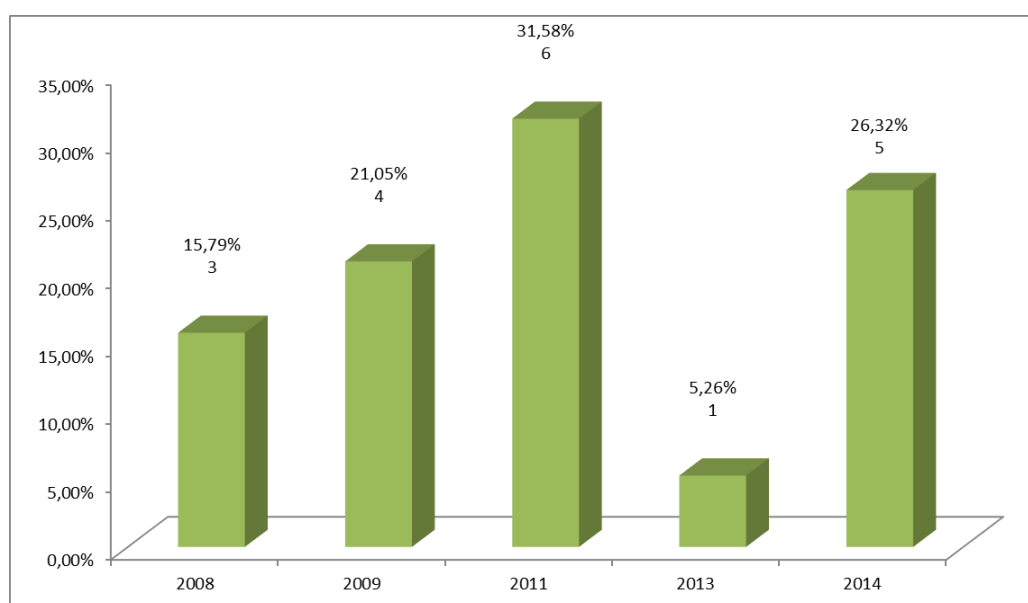
Paulo Netto (2007b, p. 166), ao falar sobre a impossibilidade de qualquer ação profissional dirimir as desigualdades enraizadas na estrutura das relações sociais, formação e modo de reprodução capitalista, logo indica:

Nenhuma ação profissional (e não só dos assistentes sociais) suprimirá a pobreza e a desigualdade da ordem do capital. Mas seus níveis e padrões podem variar e esta variação é absolutamente significativa – e sobre ela pode incidir a ação profissional. Incidência que porta as possibilidades da intervenção que justifica e legitima o Serviço Social. O conhecimento desses limites e dessas possibilidades fornece a base para ultrapassar o *messianismo*, que pretende atribuir à profissão poderes redentores, e o *fatalismo*, que condena ao burocratismo formalista.

É frente a esses elementos que se torna latente, sobretudo a partir de 2008, a ampliação do campo sócio-ocupacional para assistentes sociais nos IFET's, ampliação vinculada essencialmente ao perfil de empobrecimento discente, dado que 50% dos estudantes matriculados nos IFET's vão se tornando egressos da rede pública de ensino, apresentando necessidades sociais principalmente no que tange a ações de permanência estudantil. Assim, não é desintencional a evolução nas contratações de assistentes sociais.

Particularizando regionalmente com foco na nossa pesquisa (Pará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás), tem-se nos Gráficos a seguir a evolução dessa admissão para os 5 (cinco) estados selecionados⁵⁰.

Gráfico n° 7: Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's do IFPA em diferentes *campi*



Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (2015). Sistematização de Lígia da Nóbrega Fernandes.

Os dados absolutos dessa representação se expressam da seguinte forma: em 2008, ingressaram no IFPA 3 (três) assistentes sociais; em 2009, 4 (quatro) assistentes sociais. No ano de 2010, não houve ingresso de profissionais em seu quadro funcional. No entanto, em 2011, a inserção se amplia para 6 (seis)

⁵⁰ Importa lembrar que os estados das cinco regiões selecionadas para a pesquisa foram considerados porque representam os estados com maior quantitativo de assistentes sociais concursados até janeiro de 2015, de acordo com as informações que sistematizamos do Portal da Transparência.

profissionais. Também em 2012, o IFPA não introduz assistentes sociais em nenhum de seus *Campi*; acontecendo decréscimo nas inserções também em 2013, dado que há apenas o registro de 1 (um) profissional.

No entanto, ao compararmos o ano de 2013 com o de 2014, em termos de admissão de assistentes sociais no IFPA, observamos que em 2014 acontece o auge das contratações desde 2008, pois se introduz 5 (cinco) profissionais em seus *Campi*. Desse modo, o IFPA chega a janeiro de 2015 com um quadro total de 19 (dezenove) assistentes sociais distribuídos em diferentes *Campi*.

O que pode sopesar ao se visualizar a evolução do ingresso funcional de assistentes sociais nos IFET's do Pará é que, a presença do Serviço Social na Rede é muito recente, se considerarmos que desde a institucionalização da profissão no Brasil, em 1936, poderiam ter ingressado assistentes sociais nos quadros funcionais dessa instituição, considerando que a existência da primeira escola de artífices foi criada em 1909.

Mesmo frente a isso, o Pará é o estado da região norte que apresentou, até janeiro de 2015, o maior quantitativo de assistentes sociais – 19 (dezenove) – nos seus IFET's.

Certamente, essa não inserção pode estar atravessada por fatores políticos, ideológicos, econômicos, dentre outros, fato que mesmo não sendo objeto das nossas indagações precisa ser sinalizado como hipótese. Se não, por qual motivo⁵¹ se explicaria a ausência desses profissionais durante 72 anos do quadro socioinstitucional?

Essas mesmas observações e indagações podem ser realizadas junto ao IFET do Rio Grande do Sul, tendo em vista que mesmo havendo a preexistência de unidade desde 1909, somente em 2014 se introduz, via concurso público, assistentes sociais em seus quadros, conforme informações do Portal da Transparência consultadas até janeiro de 2015.

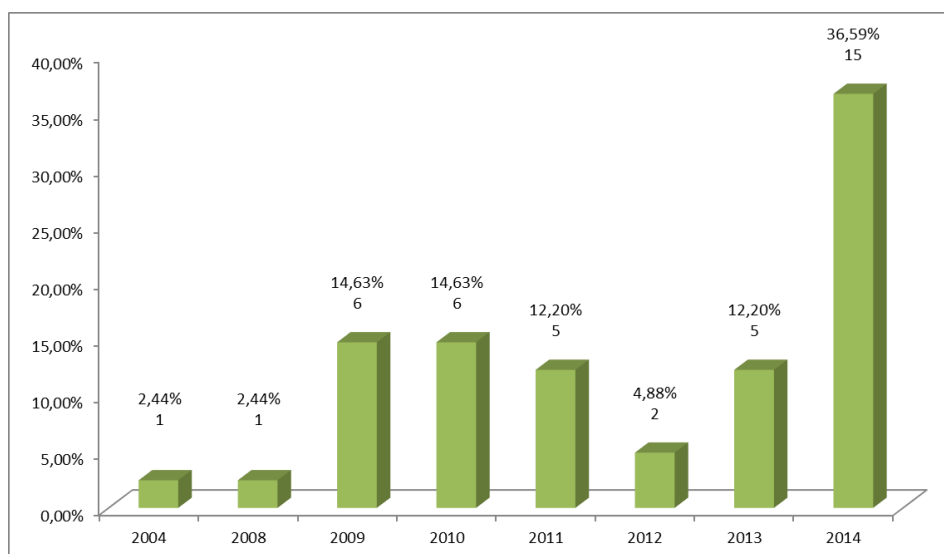
Ou seja, considerando 1936 o ano de institucionalização do Serviço Social no Brasil, o IFET do Rio Grande do Sul demorou 68 anos para legitimar, via concurso público, assistentes sociais em seu quadro funcional.

⁵¹ Não se tem aqui a pretensão de desvelar os motivos, tendo em vista os objetivos desta tese, mas há de se ressaltar que as motivações para a não existência de assistentes sociais em instituições tão antigas, abrem largas *janelas* para estudos posteriores.

Assim sendo, esse estado, dentre os 5 (cinco) estados contemplados para a pesquisa, é o 2º (segundo) a tardar – 68 anos – a admissão desses profissionais.

Os dados absolutos dessa relação estão sistematizados e apresentados no Gráfico nº 8:

Gráfico nº 8: Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's do Rio G. do Sul, Farroupilha e IF Sul-rio-grandense em diferentes *ampi*



Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (2015). Sistematização de Lígia da Nóbrega Fernandes.

O que se percebe é que a existência de assistentes sociais no IFET no estado do R. G. do Sul, começa timidamente em 2004 e 2008, com o ingresso de apenas 1 (um) profissional em cada um desses anos e, com espaçamento de tempo alargado entre as contratações, dado que a primeira contratação acontece somente no ano de 2004 e a seguinte, apenas no ano de 2008.

Em termos substanciais, as contratações mais expressivas nesse IFET, acontecem nos anos de 2009-2010, com o ingresso de 6 (seis) profissionais para cada um desses anos, decaindo para 5 (cinco) contratações no ano de 2011 e tendo baixa significativa de concurso em 2012, quando acontece o ingresso de apenas 2 (dois) profissionais em seus quadros.

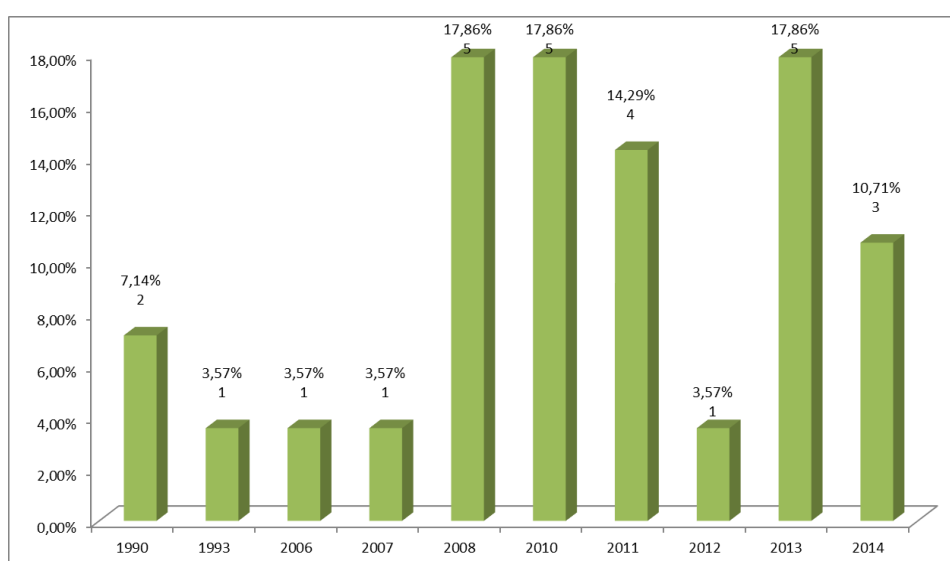
Já para o ano de 2013, o IFET desse estado, mantém a média de contratação do ano anterior, pois ingressam 5 (cinco) profissionais para seus diferentes *Campi*.

O grande *boom* nas contratações das unidades desse estado acontece apenas em 2014, quando da entrada de 15 (quinze) assistentes sociais nos seus diferentes *Campi* (IF do R. G do Sul, IF Farroupilha, IF Sul-rio-grandense); de modo

que, em janeiro de 2015 passou a haver 41 (quarenta e um) assistentes sociais na educação profissional e tecnológica do estado, concentrando, dessa forma, o maior número de assistentes sociais em relação aos outros estados dessa região.

O terceiro estado selecionado para a pesquisa é o Estado de Goiás. Os IFET's desse estado, assim como os do estado do R. G. do Sul, apresentam subdivisões entre IFET de Goiás e Goiânia, como pode ser visualizado no Gráfico nº 9:

Gráfico nº 9: Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's de Goiás e Goiânia em diferentes *campi*



Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (2015). Sistematização de Lígia da Nóbrega Fernandes.

A inserção de assistentes sociais na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica desse estado, também é relativamente nova. No ano de 1990 são realizadas as 2 (duas) primeiras contratações. As seguintes, só irão se realizar em 1993, quando se verifica apenas 1 (uma) inserção profissional.

É apenas no ano de 2006, depois de decorridos 13 anos sem inserção de assistentes sociais via concurso público, que o IFET admite 1 (um) profissional, quantitativo que volta a se repetir em 2007.

No ano de 2008, considerado o ano/período de maior expansão dos IFET's no Brasil, há o ingresso de 5 (cinco) assistentes sociais, não havendo no ano subsequente (2009) nenhuma admissão.

Em 2010, novamente, realiza-se concurso público, ingressando 5 (cinco) assistentes sociais nos seus diferentes *Campi*. No ano posterior (2011), há a admissão de mais 4 (quatro) assistentes sociais.

A tendência de baixa admissão de assistentes sociais retorna no ano de 2012, pois se verifica apenas 1 (uma) contratação por concurso público, diferente de 2013, quando se expande novamente o ingresso profissional, pois se tem novamente concurso público admissional, culminando na inserção de 5 (cinco) assistentes sociais; tendência logo rebaixada no ano seguinte (2014), tendo em vista que neste ano inserem-se 3 (três) assistentes sociais nos quadro do IFET do estado.

Nesse ciclo evolutivo de expansão funcional de assistentes sociais, o IFET Goiás/Goiano acumulará até janeiro de 2015, de acordo com as informações do Portal da Transparência, o quantitativo de 28 assistentes sociais.

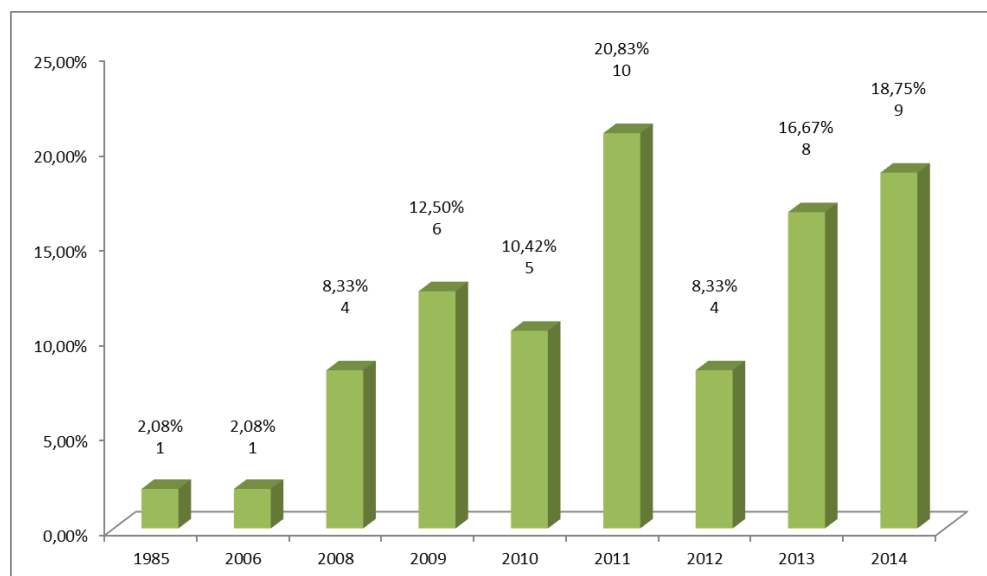
Merece destaque que esses IFET's, entre os 5 (cinco) estados selecionados para a pesquisa, é o 3º (terceiro) a demorar mais a contratar assistentes sociais, tendo em vista que somente após 54 anos da institucionalização da profissão no Brasil, é que se insere – em 1990 – o primeiro profissional nessa instituição.

No entanto, dentre os 5 (cinco) estados escolhidos para a pesquisa, Minas Gerais-MG é um dos que se destacam por inserir assistentes sociais no seu quadro funcional ainda em 1985. Nessa década, já contava com 1 (um) profissional na sua estrutura funcional.

Vale frisar que essa admissão ocorreu 49 anos após a institucionalização da profissão no Brasil, ou seja, não é em 1985 que ocorre a inauguração das primeiras unidades em MG, pois desde 1909, não somente em MG, mas em todo Brasil, já se ofertava o ensino técnico, o que poderia sugerir que, após a institucionalização da profissão no Brasil, poder-se-ia admitir profissionais nesse campo sócio-ocupacional.

Percebe-se, no entanto, que mesmo com o relativo ineditismo na admissão de assistente social em relação aos outros estados selecionados para a pesquisa, que MG demorou, – após a primeira admissão –, mais de 2 (duas) décadas – 21 (vinte e um) anos exatamente –, até realizar um novo ingresso de assistentes sociais, e que mesmo assim, após decorrido tanto tempo, ao fazer uma nova admissão em 2006, somente admitiu 1 (um) profissional, conforme pode ser visualizado no Gráfico nº 10:

Gráfico nº 10: Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's de Minas Gerais (IFMG, IF Norte de Minas, IF do Sudeste de Minas, IF do Sul de Minas e IF do Triângulo Mineiro) em diferentes *ampi*



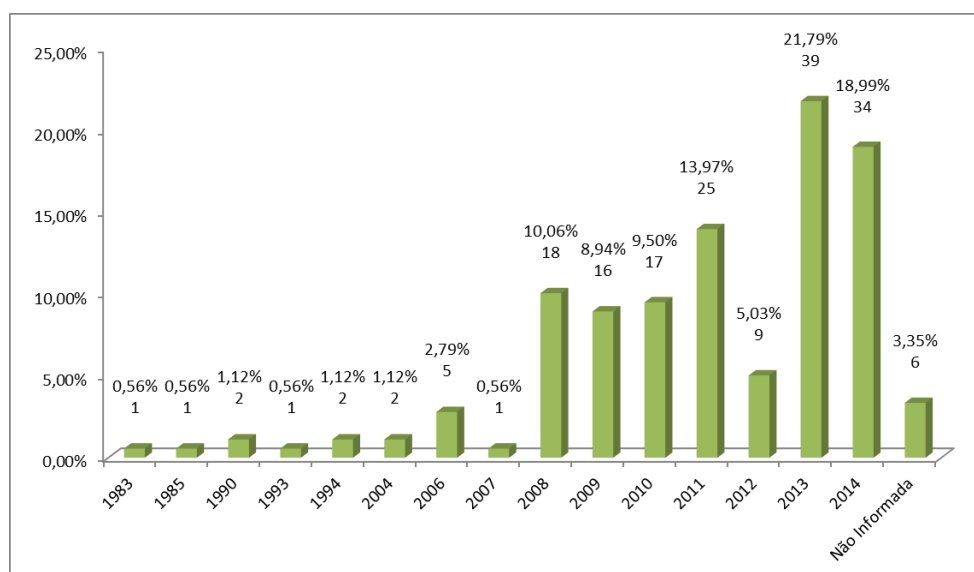
Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da UNIÃO (2015). Sistematização de Lígia da Nóbrega Fernandes.

Há de se avultar, no entanto, que após quase inércia nas admissões dos anos de 1980 a 2006, o ano de 2007 é o único ano em que o estado de MG não admite assistentes sociais para atuar na educação profissional e tecnológica.

No entanto, até 2014, há admissões via concursos públicos a partir da seguinte escala anual evolutiva: em 2008, são admitidos 4 (quatro) profissionais; em 2009, são inseridos 6 (seis); em 2010, ingressam 5 (cinco) assistentes sociais; em 2011, tem-se 10 (dez) profissionais; em 2012, a admissão declina, mas ainda são admitidas 4 (quatro) assistentes sociais; em 2013, esse número de contratação dobra para 8 (oito) e, finalmente em 2014, se tem 9 (nove) assistentes sociais admitidos/as, o que equivale em sua totalidade a 48 assistentes sociais nos quadros das diversas unidades que formam o IFET de MG.

Dentre todos os estados selecionados para a pesquisa, o estado do Rio Grande do Norte é o que apresenta a inserção mais *precoce* de assistentes sociais, pois a partir de 1983 acontece a primeira admissão profissional no estado, como pode ser verificado no Gráfico nº 11:

Gráfico n° 11: Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's do RN em diferentes *campi*



Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (2015). Sistematização de Lígia da Nóbrega Fernandes.

Após a admissão de uma única profissional em 1983, as próximas inserções via concurso público no IFRN, viriam a acontecer 11 (onze) anos depois, ou seja, apenas em 1994, com o ingresso de 2 (dois) profissionais.

Para a próxima contratação via concurso público, para assistente social do IFRN, há outro intervalo, tendo em vista que somente uma década após as últimas admissões, 1 (um) único profissional ingressa novamente no IFRN, em 2004. A partir daí, percebe-se que há intervalo de até um ano para o ingresso de novos profissionais do Serviço Social nos *campi* do IFRN.

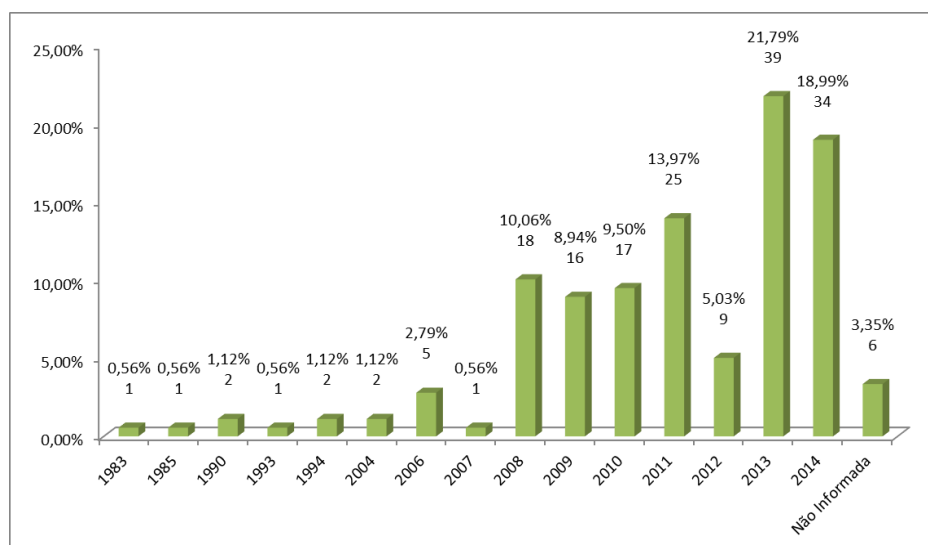
Isso pode ser visualizado através dos dados absolutos, os quais demonstram que nos anos de 2005, 2007, 2009, e 2011, não houve admissões; mas que em 2006 houve ingresso de 3 (três) assistentes sociais, seguido do ano de 2008, com 5 (cinco) profissionais, em 2010, com 1 (um) profissional; espaçamento que é cessado a partir do ano de 2012, quando se admite 2 (dois) assistentes sociais; em 2013, quando ingressam nas várias unidades do IFRN 20 (vinte) profissionais, e em 2014, quando da inserção de mais 2 (dois) profissionais nos *campi*.

Na base de dados dessas informações, estava ausente o ano de ingresso de seis profissionais, o que corresponde a 13,95% da totalidade de inserções na Rede do estado do RN.

Diante da expressiva expansão de profissionais para os diferentes *campi* do IFRN, chega-se, finalmente, a 2015 com um quantitativo de 43 (quarenta e três) assistentes sociais admitidos.

Ao se agregar os 5 (cinco) estados da Federação escolhidos para a pesquisa, logo se percebe que é na 1ª e 2ª fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ocorrida entre os anos de 2003-2010 e 2011-2014, que acontece o alargamento do mercado de trabalho na esfera federal da educação para assistentes sociais no Brasil, conforme pode ser observado no Gráfico nº 12, a seguir:

Gráfico nº 12: Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFET's para os estados do Pará, R. G. do Sul, Goiás, MG e RN em diferentes *campi*



Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (2015). Sistematização de Lígia da Nóbrega Fernandes.

A partir dessa situação, se pode afirmar que, dos anos de 1983 a 2007, foi pontual a admissão de assistentes sociais nos 5 (cinco) estados da pesquisa, pois verifica-se que para todos esses estados ocorreram, em pouco mais de duas décadas – 24 anos –, apenas 15 (quinze) admissões, ou 8,39% contratações, situação compensada nas décadas posteriores – que vai de 2008 a 2014, quando insere-se 158 (cento e cinquenta e oito), ou 88,28% de profissionais nos IFET's; não se tendo informações no banco de dados pesquisado da situação de ingresso de 6 (seis) profissionais, ou 3,35%.

Fica claro assim que os fatores da admissão se relacionam objetivamente com o número de unidades criadas e inauguradas, não tendo, portanto, nenhuma

relação com o público a ser atendido, ou seja, com a potencial demanda a ser atendida pelos profissionais.

Assim sendo, não há, até o presente momento, por parte da SETEC/MEC, normatizações que regulem a proporcionalidade entre o quantitativo de profissionais a serem contratados pelos IFET's concomitante com o quantitativo de estudantes a serem atendidos, o que certamente cria impasses para as condições de trabalho dos profissionais, tendo em vista que muitas vezes o quantitativo de estudantes e assistentes sociais presentes nas unidades das capitais e regiões metropolitanas pode, em algumas situações, ser completamente desproporcional à quantidade de assistentes sociais dos quadros institucionais, realidade que pode vir a se diferenciar em municípios de menor porte.

Além disso, há *campi* que foram estruturados, mas sem prever o/a assistente social em sua estrutura, o que faz os profissionais duplamente atender a demanda de seu campus de lotação e daquele em que não há profissional. Essa situação é vislumbrada pelos participantes da pesquisa da seguinte forma:

A demanda de trabalho aumentou, pois está diretamente ligada ao número de profissionais para atender os estudantes matriculados no campus (hoje, no campus [...] **temos 9.514 estudantes matriculados** sendo 4.000 presenciais) e que procuram por reserva de vagas para ingressarem na Instituição (analisamos as reservas de vagas que avaliam renda, sendo aproximadamente 300 análises a cada processo seletivo), pois **sou a única Assistente Social para atender esta demanda**, lembrando que **tais análises são concomitantes a outras atividades desenvolvidas no campus** como: elaboração de relatórios, atendimentos com discentes e pais, participação de comissões, participação na construção de normas e documentos institucionais, acompanhamento social, tarefas administrativas, dentre outras (A.S., Formulário de Pesquisa 101, grifo nosso).

[...] hoje nós temos, sim, um assistente social em cada campus, porém **não se tem um parâmetro quantitativo e qualitativo de trabalho**, nós **temos assistentes sociais que estão adoecendo com campus de 2000 alunos, e assistentes sociais que estão com campus de 100 alunos**. Claro que eu entendo. Por quê? Por esses colegas estarem em campus em implantação, eles acabam se envolvendo em outras coisas que não é matéria do Serviço Social. Mas que a dinâmica e o adoecimento de trabalho é totalmente diferente. **A colega** do campus [...] ela **me cansou de falar que ela levava serviço para casa e que ela não conseguia dormir, porque é um campus**, é uma escola técnica antiga, **que tem muita demanda e que só tem ela e que tem que ser feito**, e que teve ainda um agravante de ter a greve, então tudo estava atrasado. Então, assim, eu acho que tem que se rever de que forma, se a gente vai expandir, continuar expandindo é pra também dar condições de trabalho para esses profissionais, porque daqui a um momento que vai estar todo mundo adoecendo e não vai ter o Serviço Social nesses *campi*, pela função de acúmulo de trabalho. Inclusive que a gente já se organizou que alguns *campi*, **a própria reitoria pediu mutirão dos demais colegas, para ajudar**

os outros. E daí tu tem mais ainda uma precarização do teu trabalho, porque **além de tu dar conta das suas demandas, tu tem que dar conta de ajudar as demandas de um colega num outro campus** [...] num primeiro momento eu aceitei, sim, só que num segundo momento não, não sei se não gostaram, enfim, eu disse que não, que não ia fazer, porque eu **não ia fazer de qualquer forma o meu trabalho aqui, pra me deslocar pra um campus** [...] (A.S., ENTREVISTA nº 3, grifo nosso).

[...] chamou muito assistente social, mas ao mesmo tempo aumentou muitos alunos. Hoje nós temos campus... o campus [...] nós temos quase **cinco mil alunos** e nós temos **duas assistentes sociais**. Lá em [...] nós temos uns **oitocentos alunos, quase mil**, nós temos **uma assistente social** na assistência estudantil. Temos um outro campus também que é [...], uns **seiscentos alunos** também, mas que **só tem também uma assistente social**. Acaba que ficou quase uma por campus e muito trabalho. É claro, abriu a possibilidade de concurso pra contratação do assistente social, só que **o trabalho é muito precarizado**. Num é assim da forma que nós gostaríamos que fosse (A. S., ENTREVISTA nº 13, grifo nosso).

Essa mesma situação também é reforçada nas respostas aos formulários de pesquisa, tendo em vista que quando os profissionais são indagados se haviam – desde que ingressaram no IFET até aquele momento – a requisição de apoiar ou atender demandas de trabalho de outra unidade do IFET, devido à ausência de assistentes sociais, estes apresentaram no geral respostas que levam a entender que essa situação tem sido muitíssimo frequente no âmbito dos institutos.

Quando se agrega os percentuais das frequências dos 146 (cento e quarenta e seis) formulários respondidos pelos/las assistentes sociais pertencentes aos 5 (cinco) estados da federação, se percebe que apenas 34 assistentes sociais (23%) do universo total, respondeu que nunca recebeu a essa requisição e que 112 profissionais, ou 77% deles, foram solicitados a atender tal demanda, o que explicita a tendência ao acúmulo de tarefas, do tipo “contrate um e trabalhe por dois”:

Quadro nº 6: Requisições realizadas pelo IFET para apoiar trabalho ou atender demandas de outra unidade pela ausência de assistente social

Frequência	Percentuais	Nº absolutos
Sempre	9%	13
Frequentemente	16%	23
Algumas vezes	34%	49
Raramente	18%	27
Nunca	23%	34

Fonte: Formulário de pesquisa – elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Importa aqui frisar que se, por um lado, a expansão profissional de assistentes sociais traz a ampliação do mercado de trabalho nesse espaço sócio-ocupacional, por

outro, se acentuam as preocupações com as condições de trabalho dos profissionais que, embora gozando de relações de trabalho ancoradas no Regime Jurídico Único da Lei nº 8.112, de 12 de dezembro de 1990 (BRASIL, 1991a) – que estabelece os direitos e obrigações dos servidores públicos civis da esfera federal –, esses locais de trabalho estão sendo concomitantemente atravessados pela visão gerencial estabelecida pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo e pela contrarreforma do Estado, o que traz revesses para as condições do trabalho profissional que precisam ser problematizados, já que neste ínterim a palavra de ordem é a ênfase na mera racionalidade instrumental do trabalho, o que muito se assemelha com a necessidade de um profissional tecnicista moldado às requisições do burocratismo e do pragmatismo, atual exigência imposta pelas agências multilaterais orientadoras da educação brasileira e não sem reservas, da educação profissional e tecnológica hoje.

Assim, é necessário, nesse contexto, ficar atento às determinações impostas pela política educacional aos IFET's, que exige cada vez mais dos profissionais: práticas rotineiras, mecânicas e sem tempo necessário para reflexões teórico-críticas na implementação de ações, como:

- ✓ elaboração e execução de projetos socioeducativos e das análises/seleções socioeconômicas, que pode incluir entrevista individual, visita social domiciliar, registro e análise de cada situação;
- ✓ concessão de taxas de inscrição em processos seletivos para estudantes egressos da rede pública;
- ✓ acompanhamento da evasão e frequência escolar requisitado pelos gestores a fim do cumprimento das metas institucionais;
- ✓ mediações nos conflitos entre docentes-discentes e/ou discentes-discentes no contexto escolar e nos conflitos familiares dos estudantes;
- ✓ análise de renda dos estudantes que ingressam nos IFET's via cotas sociais etc.

A incorporação dessa nova demanda profissional nos IFET's, sobretudo a partir de 2008, aglutinada por muitos profissionais, é avaliada como parte de um processo de intensificação do trabalho, conforme é identificado na posição de uma das assistentes sociais, quando solicitada avaliar as condições de trabalho do momento que ingressou no IFET até a data de realização da pesquisa:

De modo geral, considero as condições de trabalho razoáveis, alguns pontos melhoram ao longo dos anos, como o espaço físico e instrumentos necessários para o desenvolvimento do trabalho, entretanto, outras pioraram; houve uma intensificação do trabalho devido ao aumento no número de alunos e diversificação das demandas de atendimento, bem como da exigência institucional quanto a prazos e incorporação de outras atividades (por exemplo, análise para ingresso no sistema de reserva de vagas), sem que houvesse aumento no número de profissionais. A rotina torna-se muito cansativa, desgastante, e isso impacta diretamente na saúde física e mental. Outro ponto é a não flexibilização da carga horária para 30 horas semanais, a jornada de 8 horas diárias não possibilita a realização de atividades de lazer e intelectuais de forma equilibrada, pois tem sempre que sacrificar e se ausentar das relações com a família e amigos (A.S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 146).

Essas novas-velhas demandas em que as seleções encabeçam as ações profissionais nem sempre podem ser ou têm tempo hábil para serem realizadas no locus de trabalho, o que mobiliza certa intensificação da jornada na perspectiva de cumprimento de tarefas.

Nesse caso, a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) entra como elemento fundamental para possibilitar estender a jornada de trabalho para além do espaço institucional, o que condiciona os/as assistentes sociais a flexibilizar, no setor público, o trabalho, para o espaço do lar, subtraindo o tempo que seria reservado ao lazer, ao convívio familiar etc., pois, dependendo da necessidade e da urgência para fechar prazos, conceder benefícios, elaborar relatórios, parecer social etc., a jornada de trabalho poderá ser flexibilizada num apertar de botão de um celular, computador, tablet etc.; flexibilização que tem como característica o trabalho realizado, mas não pago e muitas das vezes não questionado, mesmo estando fora da jornada de trabalho normal/formal.

A enaltecida flexibilidade no trabalho mediado por TIC, que traria maior autonomia ou liberdade de escolha quanto à organização do tempo e administração da jornada pelo trabalhador, culmina em sobrecarga de trabalho, principalmente pela invasão de espaços e consumo de tempo de lazer [...] (VIANNA, 2014, p. 115).

As TIC, materializada através de telefones fixos ou móveis, secretárias eletrônicas, e-mails e redes sociais –, a exemplo do *facebook*, *whatsapp*, *skype* etc. – vão, tendencialmente, deixando os/as assistentes sociais – e outros profissionais – mais “disponíveis” para o trabalho, e nesse caso, tornando essa situação normótica, ou com aparência de normalidade para as relações e condições do trabalho.

O “estar disponível para o trabalho”, mesmo fora do seu espaço concreto de realização, vai se tornando algo frequente. Assim, a extensão da jornada de trabalho legitimada pelo *pseudo* clima de normalidade, certamente ignorada pelo agente empregador – nesse caso, o Estado enquanto representante do setor público – pelas chefias e colegas de trabalho, certamente contribui para tensionar as condições de trabalho.

Percebe-se, com isso, indicativos de que as condições de trabalho são desafiadas dentro do espaço público, visto que paulatinamente há o aumento das demandas institucionais sem haver, por outro lado, incrementos positivos nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais no quadro dos IFET’s.

Tal aspecto gera, no plano teórico-prático e contemporâneo, a preocupação de se buscar analisar e apreender com maior profundidade, através da pesquisa, os elementos que lhe dão origem; e assim, quem sabe, instigar posteriormente o debate para que seja discutida, via categoria profissional e seus órgãos de classe (CFESS/CRESS), uma proporcionalidade entre o número de assistentes sociais e a demanda no âmbito de cada IFET, debate que muito timidamente tanto acontece nos espaços sociocupacionais como em eventos/encontros de assistentes sociais que trabalham na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Nesse sentido, há de se considerar que já se evidencia nos IFET’s sinais de que as condições de trabalho do/a assistente social na esfera pública são afrontadas por significativas mudanças, como, por exemplo, a necessidade de cada vez mais cumprir requisições meramente institucionais que atendem aos “requisitos de produtividade, eficiência às pressões dos prazos e das rotinas [...] embora os agentes profissionais possam nelas interferir em razão de sua competência e da força política que disponham” (IAMAMOTO, 2007, p. 424).

Diante disso e dos elementos estruturais e conjunturais que regulam o ciclo de crise a partir de 2008, do desinvestimento estatal, das novas formas de se pensar e organizar o trabalho sobre a reatualização fordista-taylorista-toyotista, indaga-se: Quais os nexos e implicações que todo esse panorama traz objetivamente para as condições de trabalho dos assistentes sociais dos IFET’s, do ponto de vista da realização do trabalho e sua jornada, da intensificação, processos, tempo e gestão do trabalho, carga e desgaste profissional?

As pistas a tais questões, ao mesmo tempo em que foram sendo sinalizadas até aqui, através de apontamentos teóricos mediados por dados da realidade

estrutural e conjuntural, podem ser mais expressivamente exploradas e aprofundadas pelo campo empírico a partir dos dados obtidos na nossa pesquisa, principalmente por meio dos 146 (cento e quarenta e seis) formulários respondidos e das entrevistas semiestruturadas realizadas com os/as assistentes sociais dos IFET's dos 5 (cinco) estados/regiões do Brasil compreendidos entre o Pará, Rio Grande do Norte, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

4.2 A força de trabalho profissional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Desde sua gênese, até hoje, a composição da força de trabalho dos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, é estritamente feminina. Essa marca majoritária, ligada à concepção humanista, doutrinária e assistencial da profissão, tem suas raízes vinculadas eminentemente a um perfil de docilidade, fragilidade e harmonia intencionalmente construído por sociedades historicamente patriarcais para facilitar o apassivamento, a manutenção do controle e submissão.

É por carregar essas marcas que a profissão se institucionaliza a partir da década de 1930 no Brasil e passa a ter um significado social reconhecido pelo Estado, sobretudo para “ajuda” e controle social frente ao quadro de urbanização, agudização dos conflitos capital x trabalho presente no cenário brasileiro enquanto legatário da industrialização emergente e tardia, do desemprego conjuntural e amplificação das desigualdades.

Essas marcas identitárias da profissão, mesmo após os saltos qualitativos alcançados através dos avanços teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operativos e formativo-investigativos (GUERRA, 2009, p. 701-717), ainda se diluem, não raro, numa parcela que procura e ingressa na profissão, como também no imaginário coletivo-empregatício, quando empreendem abertura de vagas para contratação de assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Talvez seja por isso, ainda, que, majoritariamente, os campos ocupacionais tenham composição eminentemente feminina. No nosso campo empírico de pesquisa, particularmente, essa composição foi evidenciada quando se identificou que, do total do universo de profissionais – 146 (cento e quarenta e seis) – que ocupam os espaços *ifetianos* nos 5 (cinco) estados/regiões, 92% se

autoidentificaram como pertencentes ao gênero feminino e apenas 8% ao gênero masculino.

Essa identidade, além de carregar a composição de gênero enquanto categoria construída socialmente, que não é sinônimo de sexo enquanto pertencimento biológico (CISNE, 2014, p. 60-80), perfila algumas hipóteses:

- a) a força de trabalho empregada em/nos 5 (cinco) estados/regiões, apresentaram identidade de gênero sempre correspondente ao sexo biológico; pois de fato não há entre os profissionais identidades de gênero diferentes;
- b) os/as trabalhadores/as se autoidentificaram com o gênero sempre em correspondência ao sexo biológico porque entendem que identidade de gênero corresponde ao sexo biológico;
- c) mesmo que tenha havido entre profissionais com identidade de gênero diferente da sua condição biológica, talvez isso não tenha sido expresso por motivo de inibição, o que termina contribuindo para estreitar o espaço de visibilidade dessa condição.

Embora essas hipóteses não sejam o foco de nossa análise, dado que fogem ao escopo de nossos objetivos, elas precisavam vir à tona pelo menos enquanto suposições, pois de alguma forma revelam indicativos do lugar e/ou não-lugar que a categoria gênero ocupa (ou não), na discussão da empregabilidade dos profissionais que se inseriram nos IFET's nas/nos 5 (cinco) estados/regiões até o ano de 2015.

Mesmo diante disso, confirmou-se um perfil de empregabilidade formado eminentemente por trabalhadoras, fato que não contrasta com a pesquisa nacional publicada pelo CFESS no ano de 2005, que evidenciou uma composição de 97% de perfil feminino para as trabalhadoras do Serviço Social brasileiro e de apenas 3% para trabalhadores do sexo masculino (CFESS, 2005, p. 18).

A comparação dos dados da pesquisa com dados do CFESS projeta – para além da raiz histórica da profissão se centrar na formação e labor feminino –, a ampliação da inserção de mulheres no “mundo” do trabalho, aspecto que também faz parte do atual cenário de ingresso da composição feminina na empregabilidade contemporânea.

Assim, a ampliação do trabalho feminino, enquanto trabalho explorado e subsidiário para reprodução capitalista, não é apenas tendência contemporânea. Ela dilata-se com maior fôlego desde o advento da Revolução Industrial, momento em

que a força muscular perde em parte sua razão de ser, dado especialmente o avanço da maquinaria cuja ênfase não se concentra somente no trabalho físico, mas em habilidades que podem ser encontradas, para além da força do trabalho feminino, no labor de crianças, jovens e idosos. Marx (2013, p. 468), ao falar especialmente do interesse e importância da força de trabalho feminina e infantil no trabalho fabril, no momento de grande empregabilidade na maquinaria, esboça enfaticamente:

[...] a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e para a própria família.

Embora sem ressaltar o uso da força muscular, dado que o processo de trabalho está mais concentrado em manejos e habilidades, a atividade fabril impunha deploráveis condições de trabalho para mulheres e crianças que, em parte, vão sendo sanadas a partir das lutas sociais e avanços na conquista de direitos. Sobre essa deploração, Engels (2010, p. 182), traz importante constatação da degradação trabalhista feminina e infantil nas indústrias inglesas, a qual torna-se extensiva a toda família:

O trabalho da mulher na fábrica necessariamente desagrega a família, desagregação que, nas condições sociais vigentes, elas mesmas baseadas na família, tem as mais nefastas consequências morais para os cônjuges e para as crianças. A mãe que não tem tempo para ocupar-se do filho, que em seus primeiros anos não pode dedicar-lhe os cuidados mais elementares, que mal pode vê-lo [...].

Dadas as conquistas e avanços no direito do trabalho, a esfera da acumulação, que não perde seu ranço de exploração, enquanto elemento que lhe dá sustentabilidade, reatualiza através de outros modos o sistema de usurpação do trabalho feminino e infantil.

Os traços patriarcais que ainda resistem, somados aos atuais contornos neoliberais, às características da reestruturação produtiva, às novas formas de pensar e organizar os processos de trabalho etc., constituem-se meios “modernos”

para imprimir degradações ao trabalho feminino em diferentes espaços ocupacionais, na medida em que lhes imputa formas de resistências revessas, que são muito mais de adequação às determinações capitalistas.

Assim, sob impulso do mercado de trabalho e necessidade de empregabilidade, se tem tornado frequente: maior investimento educacional na formação para o trabalho, ultrapassando a formação em nível superior, necessidade de inserções em atividades laborais para manutenção da vida material, investimento na formação educacional, sobretudo através da educação privada.

No que diz respeito ao nosso universo de pesquisa, composto pelos 146 (cento e quarenta e seis) profissionais dos 5 (cinco) estados/regiões do Brasil, percebeu-se aproximações com essa realidade, na medida em que foram identificados nos IFET's trabalhadoras/es com perfil etário relativamente jovem, visto que 77% apresentaram idades entre 27 a 42 anos, 21% com idades situadas entre 43 e 51 anos ou mais e, apenas 2% com idades entre 20 a 26 anos.

No que concerne à empregabilidade, como pode ser visualizado no Quadro nº 7, os profissionais antes de ingressarem nos IFET's atuavam em sua maioria (58%) enquanto assistentes sociais, exercendo as atividades privativas à profissão e regidas por relações de trabalho tanto firmadas através de vínculo contratual (23%), como pelo regime estatutário (35%), enquanto trabalhadores concursados, o qual supõe certa estabilidade empregatícia e financeira anterior ao ingresso nos IFET's.

Quanto à formação profissional, a pesquisa apontou que 50% de assistentes sociais concluíram a graduação em instituições públicas presenciais da Rede Federal ou estadual de ensino. Conforme expresso no Quadro nº 7, a outra metade (50%), se distribuiu pela rede privada de ensino presencial (46%), na rede privada de ensino a distância e semipresencial (2%), e em instituições do tipo comunitária (2%), quadro que reitera a concepção de Abreu e Lopes (apud KOIKE, 2009, p. 201), quando afirmam que:

Na área do Serviço Social, dos 217 cursos de graduação presencial existentes no país, em 2006, 80% ou 173 pertenciam ao setor privado e 20% ou 44 daquele total, ao setor público. Em 1994, existiam 72 cursos, dos quais 34% ou 25 destes eram públicos e 47 ou 66% eram particulares. Comparados os dois censos realizados pelo MEC/INEP nos períodos indicados, o aumento dos cursos pagos na área atingiu 268%.

O que pode ser abstraído desses percentuais é que, mesmo tendo uma amplificação do ensino privado nas formações, – concentradas, sobretudo nas regiões sul, sudeste e centro-oeste –, que configura as contrarreformas do ensino superior empreendidas desde os anos 1990 como parte das opções políticas educacionais sob a égide, principalmente, das agências multilaterais como o Banco Mundial e o FMI; (96%), das formações desses profissionais se deram no ensino presencial, aspecto que poderá ser transmutado nas próximas décadas, tendo em vista o desinvestimento que já está previsto para o ensino superior brasileiro, recém-esboçado pelo Banco Mundial na publicação “*Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*”⁵².

Quadro nº 7: Perfil etário, de empregabilidade e formação dos/das assistentes sociais pesquisados das 5 (cinco) regiões/estados do Brasil

CATEGORIAS	FREQUÊNCIAS	%	Nº ABSOLUTO DE A. SOCIAIS
Faixa etária dos/das assistentes sociais	20 a 26 anos	2%	03
	27 a 34 anos	43%	63
	35 a 42 anos	34%	49
	43 a 50 anos	12%	18
	51 anos ou mais	9%	13
Trabalho que exercia antes de ingressar no IFET	Nenhum trabalho	1%	01
	Somente estudava para concurso	8%	12
	Estudava para concurso e trabalhava em atividade sem relação com o S. Social	6%	09
	Exercia a docência em S. Social em Instituição de Ensino Superior com contrato temporário de trabalho	3%	05
	Trabalhava com contrato de trabalho enquanto Assistente Social	23%	33
	Trabalhava como servidor (a) concursado (a) enquanto Assistente Social	35%	51
Tipologia da instituição onde concluiu o ensino de graduação	Instituição Federal, ensino presencial	34%	49
	Instituição Estadual, ensino presencial	16%	23
	Instituição Privada, ensino presencial	46%	69
	Instituição Privada, ensino a distância	1%	1
	Instituição Privada, ensino semipresencial	1%	1
	Outros	2%	3
Tipologia da instituição onde concluiu o ensino de Pós-graduação	Concluiu ESPECIALIZAÇÃO em instituição PÚBLICA	17%	25
	Concluiu ESPECIALIZAÇÃO em instituição PRIVADA	44%	63
	Concluiu MESTRADO ACADÊMICO em instituição PÚBLICA	14%	21
	Concluiu MESTRADO ACADÊMICO em instituição PRIVADA	11%	16
	Concluiu MESTRADO PROFISSIONAL em instituição PÚBLICA	4%	6

⁵² Para melhor detalhamento, consultar essa publicação: Grupo Banco Mundial (2017).

	Concluiu MESTRADO PROFISSIONAL em instituição PRIVADA	2%	3
	Concluiu DOUTORADO em instituição pública	1%	2
	Está cursando Pós-graduação no momento	6%	9
	Nunca cursou Pós-graduação	1%	1
Ingresso na Pós-graduação	Antes de ingressar no IFET	38%	56
	Depois que ingressou no IFET	55%	80
	Nunca cursou	1%	1
	Está cursando	4%	6
	Outros	2%	3

Fonte: Pesquisa empírica. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

No que diz respeito à Pós-graduação, como se visualiza acima, a grande maioria dos/das pesquisados/as (93%) apresentou esse tipo de formação. Desse percentual, 61% obtiveram certificações em programas *lato sensu* – em sua grande maioria (44%) em instituições privadas e 17% em unidades públicas.

Quanto à diplomação *stricto sensu* – envolvendo as titulações de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado –, 32% apresentaram tais titulações, sendo que 19% foram obtidas em instituições públicas e 13% em instituições privadas. Sintetizando essas formações do ponto de vista da característica pública ou privada, se tem: 57% dos profissionais obtiveram as certificações e diplomações majoritariamente na esfera privada e apenas 36% em instituições públicas, o que mais uma vez reafirma a opção da política educacional brasileira, em agigantar o número de matrículas no ensino privado em detrimento do ensino público.

Quando se observa o período de realização das formações *stricto e lato sensu*, percebe-se que a maioria (55%) foi realizada depois do ingresso nos IFET's, e que 38% aconteceram no período anterior ao ingresso institucional.

Frente a essa realidade, se observa que os/as assistentes sociais dos IFET's apresentam um expressivo grau de formação, aspecto que pode estar associada para além dos interesses pessoais dos profissionais, a condição objetiva de terem esse direito assegurado – embora nem sempre isso aconteça⁵³ – de afastamento para participar de Programa de Pós-graduação no país, possibilidade que também é reforçada pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005a), que dispõe

⁵³ É importante destacar que os afastamentos institucionais nos IFET's se inscrevem em correlações de força e em possibilidades disso objetivamente acontecer, pois há situações em que, mesmo o afastamento sendo uma garantia prevista, a mesma fica a reboque de negociações internas e sob julgo do interesses da administração (chefias imediatas, reitorias, equipe de trabalho). Dessa forma, tem sido frequente encontrar situações das mais diversas, como: assistentes sociais que iniciam a pós-graduação e não são automaticamente liberados do trabalho; aqueles que pedem redução de carga horária e salarial, aqueles que repõem os horários quando precisam participar das atividades acadêmicas na Pós-graduação; dentre outras situações.

sobre o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação-PCCTAE, no âmbito das Instituições Federais de Ensino.

Esse aparato legal, além de possibilitar o afastamento para a formação continuada com os direitos trabalhistas assegurados – inclusive salarial –, quando é concedido, ainda possibilita, no término da formação, recebimento do chamado “incentivo à qualificação”, que representa progressões em pecúnia expressas através da Progressão por Capacitação Profissional e da Progressão Funcional por Mérito Profissional.

A Progressão por Capacitação Profissional tem apoio legal no § 1.º do art. 10 da Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que instituiu o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação, alterado pelo artigo 15 da Lei n. 11.784 (BRASIL, 2008b), de 22 de setembro de 2008. Diz respeito à “[...] mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida”, devendo ser respeitado sempre o interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício laboral para sua obtenção.

A Progressão Funcional por Mérito Profissional, por sua vez, está fundamentada no § 2.º do mesmo artigo e corresponde à mudança no padrão de vencimento, acontecendo a cada 2 (dois) anos após avaliação favorável de desempenho mínimo fixada em Programa de Avaliação de Desempenho Institucional, avaliação que no geral é realizada pela chefia imediata dos profissionais.

Além das Progressões por Capacitação e Mérito Profissional, o PCCTAE prevê o Incentivo à Qualificação aos servidores que possuem educação formal superior ao que é exigido pelo cargo que exerce. Os percentuais dos servidores que se encaixam nessas condições são fixados em tabela pelo MEC e são acrescidos ao padrão de vencimento, conforme cada grau de titulação. Abaixo, estão especificados os percentuais de Incentivo à Qualificação prescritos no PCCTAE. Estes podem variar de acordo com o nível da escolaridade alcançado após ingresso na instituição à qual pertence, sendo acrescidos em seu salário-base.

Quadro nº 8: Percentuais de Incentivo à Qualificação estabelecidos no PCCTAE

Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo*	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
Curso de graduação completo	25%	15%
Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

Fonte: Lei nº 11.091, de 12 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005a), incluído pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008b).

* Curso reconhecido pelo Ministério da Educação

Isso significa que, de forma geral, o PCCTAE possibilita aos/às assistentes sociais pleitearem formação continuada, uma vez que, além de garantir condições objetivas para sua realização, ainda abre expectativas favoráveis do ponto de vista do acréscimo pecuniário à remuneração⁵⁴, sendo, talvez, por isso que o IFET, em relação à média das demais instituições, seja a que, tendencialmente, apresente o maior número de assistentes sociais com formação *stricto sensu*.

Quando, porém, se compara, a possibilidade de os profissionais terem relações de trabalho com estabilidade financeiro-funcional – e relativamente favorável ao direito de afastamento institucional para formação –, com as contratações em que não se vislumbram essa possibilidade (como, por exemplo, os contratos de trabalho via pregão eletrônico, atividades *freelancers*⁵⁵ etc., onde, em geral, se tem relações precarizadas, dado que situadas no âmbito da instabilidade/informalidade), a imediaticidade da aparência, incita perquirir e demonstrar que as condições de trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET's, mesmo com contratualidade e remunerações estáveis, não ficam imunes ao conjunto de transformações que abatem o “mundo” do trabalho enquanto reflexo da crise estrutural do capital, que, dentre outras coisas: tenta refuncionalizar o Estado, – através da redução das políticas sociais que incita os profissionais a se dedicar

⁵⁴ A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (BRASIL, 1991a), traz a diferença entre vencimento e remuneração, respectivamente, nos seus artigos 40 e 41. Assim, de acordo com esses artigos: “Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei”, e “Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei”.

⁵⁵ São trabalhos eventuais realizados por trabalhadores temporários com prazo determinado para início e fim. Sendo assim, os/as trabalhadores/as *freelancers* recebem por aquilo que executam, não sendo dessa forma trabalhadores assalariados com contratualidades estáveis do ponto de vista do direito da relação do trabalho e da remuneração. Um exemplo disso na área do Serviço Social são as contratações que determinadas instituições públicas, privadas ou denominadas sem fins lucrativos realizam, pagando o trabalho profissional por número de relatórios sociais que emitem, pareceres. Para maiores informações, consultar: Franzioni Advogados (2016).

muito mais tempo ao trabalho burocrático, induz o controle sobre o exercício profissional e a intensificação do trabalho, exige de forma velada, mas que se objetiva, o prolongamento do trabalho para além do locus institucional.

Como resultado disso, são evidenciadas tensões laborais que acabam por trazer de alguma forma implicações para a saúde e a vida privada dos profissionais.

É o que será discutido a seguir.

CAPÍTULO 5 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE AO PROCESSO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

5.1 As bases materiais do trabalho profissional

A inserção dos/das assistentes sociais nos IFET's em todo território nacional, a partir da sua expansão em 2008, cria expectativas de trabalho e empregabilidade para os profissionais. Isso se deve a dois elementos que se imbricam: trata-se de um campo sócio-ocupacional com possibilidades abertas para o desenvolvimento do trabalho educativo a partir dos horizontes ético-políticos que orientam o projeto profissional e, por serem entidades de empregabilidade pública, situadas enquanto autarquia no interior da Administração Federal, ligada à Presidência da República brasileira, tendo assim “[...] personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada” (BRASIL, 1967, Art. 5º, Inciso I).

A possibilidade de inserção na autarquia pública federal via concurso público e com contratualidade estatutária regulando as relações de trabalho gera também expectativa de melhores condições de trabalho para o exercício profissional, dado que se trata de instituição pública com autonomia, personalidade jurídica e fluxo de receitas próprias previstas pela Presidência da República através de Planejamento ministerial para cada ano organizado pelo Ministério da Educação.

O que são condições de trabalho, afinal?

Condições de trabalho não diz respeito apenas à estrutura física que possibilita os sujeitos realizarem suas atividades de forma confortável e adequada. Trata-se de um conceito mais abrangente, uma vez que supera a ideia da ambientação espacial onde o labor se desenvolve. Assim sendo, condições de trabalho se refere a um conjunto integrado de recursos físicos, humanos e materiais que devem estar institucionalmente disponíveis para possibilitar o desenvolvimento integral dos objetivos laborais de cada sujeito que trabalha.

Kuenzer e Caldas (2009, p. 32), assumem essa direção conceitual ao se referirem às condições de trabalho no âmbito educacional. Nesse sentido, para os autores, condição de trabalho diz respeito ao “[...] conjunto de recursos que

possibilita uma melhor realização do trabalho educativo e que envolve tanto a infraestrutura das escolas, os materiais didáticos disponíveis, quanto o serviço de apoio aos educadores e à escola”.

Postas essas premissas, cabe indagar: quais são, de fato, as reais condições de trabalho dos/das assistentes sociais no âmbito dos IFET's nos 5 (cinco) estados das regiões norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste do Brasil?

Cabe destacar que as respostas dadas a essa questão partiram da realidade vivenciada por 146 (cento e quarenta e seis) profissionais participantes do universo de pesquisa. Nesse sentido, não se tem aqui a pretensão de se elaborar uma concepção estanque em relação às condições de trabalho vivenciadas por esses profissionais, tendo em vista que a manifestação dessa realidade apresentou particularidades diferenciadas em cada localidade geográfica institucional onde o saber-fazer se realiza, como também para cada sujeito da pesquisa.

Porém, mesmo não pretendendo realizar um estudo comparativo entre as condições de trabalho dos profissionais nos diferentes IFET's cobertos por esta pesquisa nos 5 (cinco) estados/regiões – dado que foge ao seu escopo –, houve, respostas comuns que nos permitiram agregá-las, – dentro da dialeticidade do objeto e objetivo delineado –, na perspectiva de unificar como os/as assistentes sociais objetivamente vivenciam as condições de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais dos IFET's nos estados do Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás.

Partindo da ideia geral do que sejam condições de trabalho, se perquiriu junto aos assistentes sociais pesquisados/as sobre os locus de instalação das unidades, indagação que se alicerçou no pressuposto de que a expansão dos IFET's e a estruturação física não se fizeram da mesma forma nos diferentes estados, regiões e municípios onde as unidades se instalaram.

Não se pode deixar de mencionar que, embora havendo algumas audiências públicas para auxiliar nos processos decisórios de instalações e locais de funcionamento das novas unidades dos IFET's, em geral, o “que falou mais alto” nos processos decisórios da construção de novas unidades e ampliação das preexistentes, foram as parcerias firmadas entre a União, estados, municípios e setores produtivo-empresariais, possibilitando dotações orçamentárias e doações de terrenos para criação/estruturação das unidades.

Assim sendo, pode-se afirmar que, tanto a criação das novas unidades dos IFET's como a ampliação em termos estruturais das unidades preexistentes, não ficaram completamente isentas das influências e interesses econômicos, políticos, ideológicos, governamentais e empresariais das estruturas de poder local de cada região. As instalações/ampliações abrem com isso, duas potencialidades: aquelas voltadas para projeções político-partidárias em todos os níveis e as que amplificaram a formação de uma força de trabalho voltada para o manejo do trabalho simples.

Nesse sentido, tal qual o capital adquire perfil “despatriado” “des-territorializado”, as instalações das unidades dos IFET's, embora não representando estruturas produtivas, são estruturas que têm funções sociais acessórias importantes para a reprodução e o movimento do capital e da força de trabalho, tanto daquela que passou a migrar e se deslocar para trabalhar nas unidades dos IFET's, devido à ampliação dos concursos públicos decorrentes da expansão/ampliação dos IFET's, como aquela alvo da formação profissional e tecnológica.

A instalação das unidades dos IFET's em várias regiões do país, nos grandes centros urbanos ou em cidades de pequeno ou médio porte, pode aqui representar o que Harvey (2013a, p. 528) denomina de quebra nas “barreiras espaciais” e geográficas, prática no geral necessária à reprodução capitalista, comumente incentivada pela iniciativa privada como forma de deslocar e usar a força de trabalho.

No sentido harveyano, não se pode dizer que a criação das unidades em diferentes localidades cria “um exército industrial de reserva” de força de trabalho “flutuante” (HARVEY, 2013a, p. 528), tendo em vista tratar-se de trabalhadores assalariados pertencentes à esfera estatal.

No entanto, não se pode esquecer que há “flutuações” da força de trabalho que, em nome da empregabilidade, se adaptam às condições da localidade onde o trabalho é ofertado/realizado, o que acaba criando situações de não pertencimento à estrutura organizacional e expectativas de remoção e/ou redistribuição para outras unidades consideradas como de melhor estrutura social e organizacional interna ou externa. Isso porque há situações em que as unidades de trabalho, além de se instalarem em localidades distantes e/ou isoladas do perímetro urbano e dos locais de trabalho no seu entorno – muitas vezes – têm poucos e/ou precários aparelhos sociais, como equipamentos hospitalares, educacionais, de esporte e lazer etc.,

como também apresentam condições estruturais precarizadas, como são as unidades que se instalaram em estruturas total ou parcialmente cedidas por escolas ou prédios públicos, algumas das quais sem oferecer condições de trabalho adequadas tanto para os/as assistentes sociais como para os/as demais trabalhadores/as.

Meu campus é muito novo, ele é de dois mil e doze, ele era campus avançado, se tornou independente [...]. De todos [...] os *campi*, o meu campus ele tá numa questão, assim, única, nada se compara com a situação do campus [...]. Então **a gente vive um processo extremamente desgastante em decorrência de não ter um campus**, o nosso campus ia ficar pronto em 2014, depois em 2015 e depois 2016, e a gente tá em 2017 e ele não tá pronto. Isso prejudica a saúde mesmo de todos os trabalhadores que estão aí. **A gente fala assim: – Se todo mundo for trabalhar, não tem onde as pessoas ficarem. A gente funciona em uma escola municipal**, que é onde funcionam os cursos superiores noturnos... **pra você ter noção, nessa escola as carteiras eram até carteiras infantis**, assim, não é aquela de criança, mas aquela carteira intermediária. **Até os alunos estão expostos a essas condições** (A.S., ENTREVISTA nº 8, grifo nosso).

Isso sugere, em parte, que algumas unidades dos IFET's se expandiram de forma aligeirada ou mal planejada, do ponto de vista físico-estrutural, o que coloca os profissionais em situações de trabalho precarizadas, como reitera a mesma entrevista concedida pelos profissionais que responderam ao formulário de pesquisa:

Extremamente precarizado. Nunca imaginei... Eu já trabalhei, assim... contratada, terceirizada, temporária. **Eu nunca imaginei que aonde [sic] eu teria maior estabilidade, enquanto trabalhadora, eu teria a maior precarização junto, sabe?. Acho que é até uma condição pra acabar aceitando a outra, só pode!** [...], **estou em [sic] campus [...]** inclusive, **a gente já tem um laudo de bombeiro [...]** não tem como lá permanecer, já teve denúncia no Ministério Público Federal, tudo falando das nossas condições de trabalho. Exposição... São fios... então... pequenos furtos já aconteceram com a gente trabalhando. **As instalações já permitiram que a chuva entrasse lá dentro, sabe?, animais**, como eu falei... **a nossa sala de atendimento não atende sigilo algum**, você tem que compartilhar espaços [...].No dia que eu fui fazer concurso eu nem acreditei. Eu falei: "Não é possível, deve tá errado. Num [sic] pode ser aqui". [...] **é um lugar perigoso, tem assalto, é deserto, é ermo, é frio**, é um lugar muito, muito estranho. Não sei por que que eles colocaram lá. **É o pior lugar da cidade que eles poderiam colocar o Instituto**. É o pior lugar. **Tanto que se você andar metros, já não tem mais nada, tem uma fazenda e acabou** (A.S., ENTREVISTA nº 8, grifo nosso).

[...] Meu campus funciona em um **espaço provisório**, o que dificulta o trabalho em todas as dimensões (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 35, grifo nosso).

Avalio que, **devido à expansão desordenada dos IF's, o trabalho do assistente social tem se fragilizado**, sobretudo no que diz respeito à necessidade de material humano que dê conta de atender as demandas postas aos profissionais (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 79, grifo nosso).

A ideia de expansão aligeirada e sem planejamento das unidades é enfatizada por outros profissionais, que, mesmo reconhecendo a desorganização da criação e ampliação das unidades, não deixam de focar os pontos positivos, na medida em que o IFET possibilita aos estudantes das camadas mais empobrecidas terem acesso à educação pública. Reconhecem, no entanto, que isso foi feito à custa de implicações para as condições de trabalho tanto dos/das assistentes sociais, como do conjunto de trabalhadores que estão imersos na educação profissional e tecnológica:

[...] amplia-se, de uma forma completamente desestruturada, pra dizer que tá ampliando, mas sem fomento à política, sem recurso. Abre campus pra tudo que é lado [...], agora tem bolsa de tudo quanto é tipo, mas não tem investimento. [...] vai abrir código de vaga pra poder contratar assistente social? Ou MEU trabalho vai aumentar?! As minhas condições de trabalho vão tá cada vez mais precarizadas, eu vou tá muito mais sobrecarregada enquanto profissional? Sim! É isso, na prática, foi isso que aconteceu. Os Institutos se ampliaram, os CEFET's viraram Institutos, abriu campus pra tudo que é lado [...], entra um monte de aluno... esses alunos vão ter qualidade de ensino? Vai ter professor? Vai ter biblioteca? Vai ter assistente social suficiente pra poder avaliar a política de assistência estudantil daquele estudante pra atender as outras demandas, que o estudante traz pra gente também? Que num é só política de assistência estudantil, mas as outras mil demandas que um estudante traz para o assistente social? Não tem! Não teve! Aí isso sobrecarga de trabalho sobre o assistente social e sobre todos os outros trabalhadores. Eu falo toda hora assim: "os outros trabalhadores"... É porque eu me reconheço como classe o tempo inteiro. Então, se afeta o meu, enquanto assistente social, que é o que você quer saber, afeta o dos outros também. Então eu falo do meu, e me coloco nesse grupo coletivo de trabalhadores que são afetados, somos afetados [...]. Por vários motivos! Porque aumentou a carga de trabalho dos trabalhadores, como um todo, a minha, enquanto assistente social, e a dos outros como um todo, piorou as condições de ensino, as condições tão cada vez mais precarizadas, então, não atendeu ao seu objetivo que deveria atender. Na verdade, acho que o objetivo nem era ter uma política mesmo ampliada, era só fazer essa ampliação mesmo desqualificada, precarizada. Mas, infelizmente, amplia sem dá condições da ampliação e aí para o assistente social, que trabalha lá na ponta atendendo os estudantes com as políticas e/ enfim, é como... talvez um, dois trabalhadores que tão ali pra garantir que a política de fato seja... tanto a política de educação quanto assistência estudantil seja efetivada, esse profissional não foi ampliada. A gente até teve um aumento no número de assistentes sociais no IFMG, mas que não acompanhou o aumento do número de *campi* e de estudantes (A. S., ENTREVISTA nº 6).

[...] sou a favor da expansão, mas a expansão com responsabilidade. Acho que o que aconteceu com o IF [...], foi uma expansão irresponsável porque,

por exemplo, você tem campus que não tem aluno nenhum, que a obra está praticamente pronta, e você tem um campus que tem quatrocentos e cinquenta alunos, junto com os tantos servidores, expostos a condições degradantes de trabalho, que o sindicato já teve presente lá, já tiveram atos lá no meu campus, o coletivo já sinalizou, já demarcou, e, assim, por questões políticas mesmo, o nosso tempo de espera é muito maior, sabe. Eu vejo isso, que foi feita **uma expansão irresponsável, que isso, inclusive, é determinante para as condições de trabalho dos assistentes sociais [...]** (A. S., ENTREVISTA nº 8, grifo nosso).

[...] a expansão ela foi extremamente importante no quesito social, principalmente para a classe trabalhadora, que pôde adentrar numa instituição de ensino que é uma instituição de excelência. Nós somos uma ilha de excelência em meio à educação pública extremamente precarizada e fragilizada. Então, nesse aspecto, ela é extremamente positiva, agora **em termos de condições de trabalho, não acompanhou essa qualidade**. Por quê? Porque a expansão ela não é só quantitativa, ela também é qualitativa, e aí, nós estamos no meio disso tudo enquanto assistente social. Enquanto assistente social que briga, que luta por essa expansão, que reivindica essa expansão, que sabe que ela é extremamente legítima. **Em contrapartida, ela fragiliza, ela precariza também o meu trabalho cotidiano**, então é uma situação realmente muito conflitante (A. S., ENTREVISTA nº 12, grifo nosso).

Percebe-se, frente a isso, claras expressões – do ponto de vista físico-estrutural – de condições adversas para o trabalho profissional, deslindando-se que, mesmo se tratando de uma instituição pública e de trabalhadores/as – que diretamente não objetivam a formação do mais-valor –, ainda assim o capital, apodera-se estrategicamente dessa expansão, usando-a favoravelmente em três níveis que se imbricam:

1. No fortalecimento de grupos políticos partidários e empresariais das localidades onde acontecem as expansões/ampliações, na medida em que as liberações de verbas parlamentares e de doações de terrenos/localidades para funcionamento/expansão das unidades, são rotineiramente usadas como ferramentas políticas/empresariais para propagandear/autopromover os “esforços” em relação à ampliação da educação profissional e tecnológica, tida ideologicamente como geradora de empregabilidade imediata;
2. Na difusão da necessidade de formação de trabalhadores que imediatamente podem ser explorados no “mundo” do trabalho através da inserção em atividades precarizadas que a formação médio/técnica possibilita;
3. Na absorção de uma força de trabalho (no caso de assistentes sociais) que articula as necessidades mais imediatas do capital, que é sem dúvida

desenvolver, no nível imediato, ações de controle via política de permanência estudantil sem caráter universalizante, embora não sendo este o horizonte que embasa a formação teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e formativa-investigativa da profissão.

Nessa lógica, diante da captura e apoderamento político-ideológico, do capital frente ao IFET, não é de se estranhar o investimento físico-estrutural precarizado em algumas unidades, situação que resvala nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais.

Ilustra essa realidade o caso em que, uma das profissionais, pertencente ao universo de pesquisa, ter sido solicitada trabalhar, – embora pertencente ao mesmo campus –, em 3 (três) estruturas físicas diferentes em turnos diversos, fato que apenas não se realizou dado ao direito de gozo de licença-maternidade, mas que em momento anterior, na perspectiva de atender as demandas institucionais isso foi solicitado visando ter assistentes sociais em três turnos diferentes, conforme explicita:

Segunda eu trabalhava de **meio-dia a oito e meia da noite**. Aí na **terça** eu trabalhava de **sete e meia da manhã a quatro e meia da tarde**, na **quinta** eu já trabalhava de **oito e meia até cinco e meia da tarde**. Era, assim, totalmente maluco, porque **eu tinha que atender os três turnos, eu tinha que atender a todos os espaços**, então era essa coisa maluca. E ainda **quando a Reitoria me chamava, eu tinha que ir lá pra Reitoria**. Que a reitoria eh... da minha casa até a reitoria, é uma hora e meia. Se for trabalhar de oito às cinco, que é o horário de funcionamento da reitoria. Então, assim, eu demoro uma hora e meia pra ir pra Reitoria (A. S., ENTREVISTA nº 8, grifo nosso).

A interiorização dos IFET's, embora tenha facilitado o acesso de estudantes às unidades de ensino, inseriu através de concurso público nos IFET's, muitos profissionais que residiam nos grandes centros ou cidades metropolitanas. Em nome da empregabilidade e estabilidade financeira, vários desses profissionais, dentre estes assistentes sociais, passaram a se deslocar para as unidades interiorizadas.

Isso deve ser levando em conta ao se avaliar as condições de trabalho dado que quando somada as jornadas diárias dos profissionais (de 40 ou 30 horas semanais) com os deslocamentos que precisam realizar cotidianamente, a condição de trabalho torna-se exaustiva, enfadonha e estressante, uma vez que a labuta de 6 (seis) a 8 (oito) horas de trabalho, associada à mobilidade, se amplia, tornando-se um peso para a condição física, emocional e intelectual dos trabalhadores.

Em uma das entrevistas, essa realidade é explicitada por uma das profissionais no momento de seu ingresso em dos IFET's interiorizados, realidade que ainda faz parte do contexto de outros tantos assistentes sociais hoje:

Era um trabalho puxado, tanto do ponto de vista da carga horária diária como das atividades também que a gente tinha que desenvolver. Depois, eu fui para outros dois *campi* que também eram oito horas. Para morar em [...] eu tinha que me deslocar e era uma hora e meia pr'eu ir e uma hora e meia pr'eu voltar. Então também era uma jornada exaustiva, porque tinha as três horas de deslocamento, as oito horas pra cumprir lá e mais uma hora pra almoço. **Então eu passava em média doze horas respirando trabalho.** Então, assim, eu saía daqui de onze e meia da manhã e chegava de onze e meia da noite. Porque eu trabalhava de manhã e trabalhava a noite [...]. Então eu passava doze horas, assim, já em função do trabalho, e se eu for contar ainda o tempo pra se organizar pra sair [...] até chegar em casa, era mais [...] (A. S., ENTREVISTA nº 9, grifo nosso).

Embora as condições físico-estruturais deixem a desejar, a disponibilidade de equipamento e/ou espaço para abordagens individuais ou coletivas mostrou-se razoáveis no âmbito dos IFET's, pois no geral, os profissionais têm à disposição equipamentos como telefones, computadores, acesso à internet, *scanner* para digitalizar documentos, aparelho de tv/som, microfone, projetor multimídia, auditório e transporte institucional, conforme se verifica nos dados absolutos do Quadro nº 9, de um total de 146 (cento e quarenta e seis) profissionais, conforme é demonstrado abaixo:

Quadro nº 9: Disposição de equipamentos e/ou espaço para realização de abordagem individual ou coletiva

Disponibilidade de equipamentos e/ou espaço	Algumas vezes disponível	Frequentemente disponível	Raramente disponível	Sempre disponível
Telefone	7	20	6	113
Computador	2	5	0	139
Acesso à internet	1	17	0	128
Scanner p/ digitalizar documentos	5	19	6	116
Impressora com tinta ou <i>toner</i>	5	27	2	112
Aparelho de TV	24	38	37	47
Aparelho de som	19	42	22	63
Microfone	17	49	12	68
Projetor multimídia	7	43	5	91
Auditório	12	54	16	64
Transporte institucional	23	75	9	39

Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Isso significa, via de regra, que os/as assistentes sociais pesquisados/as têm, de forma geral, disponibilidade de insumos materiais fundamentais para auxiliar na objetivação das ações que realizam, disponibilidade que pode ser determinante para impor, ou não, limites e possibilidades na realização do trabalho, pois “[...] parte dos meios ou recursos materiais, financeiros e organizacionais necessários ao exercício desse trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras” (IAMAMOTO 2003, p. 63), e não pelos profissionais, que se colocam nessa relação apenas como vendedores de força de trabalho aos IFET’s – enquanto representante do Estado – estando, portanto, submetidos a uma relação contratual que os coloca meramente como assalariados e vendedores dessa força, condição que os iguala ao conjunto de trabalhadores que submetem sua força de trabalho à forma mercadoria enquanto único meio de garantir sua existência sociomaterial.

Feitas estas ponderações, é importante destacar que as relativas condições materiais disponíveis não são por si garantidoras em absoluto de condições éticas e técnicas de trabalho, conforme explicitado na Resolução CFESS nº 493/2006 (CFESS, 2006).

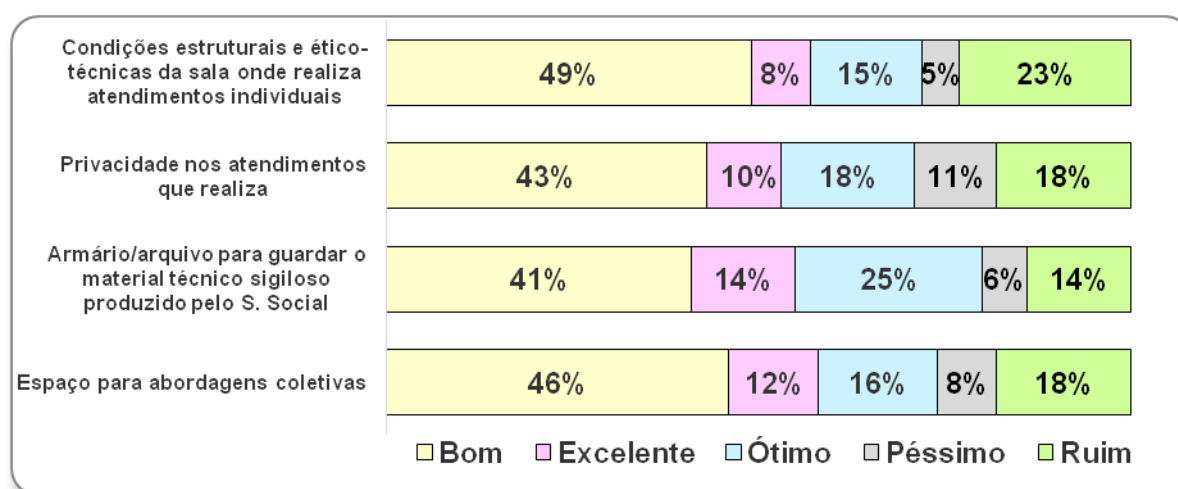
Constituído enquanto marco normativo, a Resolução nº 493/2006, objetiva ser um instrumento para a defesa do trabalho profissional nos diferentes espaços de atuação e distinto público. Enquanto parâmetro legal que visa dar amparo às condições de trabalho e salvaguardar os interesses dos usuários dos serviços sociais, a Resolução nº 493/2006, explicita os preceitos em relação aos espaços de atuação, prescrevendo as normas gerais que circunscrevem as condições físicas, éticas e técnicas para a realização das abordagens realizadas em nível grupal, individual ou coletiva. Para tanto, considera indispensável que os espaços físicos de atendimentos, além de garantir um ambiente salubre com adequada ventilação, iluminação e climatização, sejam também espaços que resguardem sigilosamente a privacidade dos atendimentos, como também garantam a inviolabilidade do material técnico produzido pelos profissionais nos diferentes espaços de atuação.

Essas orientações preveem medidas disciplinares por omissão – tanto para os profissionais como para os dirigentes das entidades jurídicas –, o que pressupõe estruturas institucionais adequadas para o exercício profissional. Tal zelo está consubstanciado também no Código de Ética Profissional, de 1993, que, além de conter os pressupostos ético-políticos legais do trabalho profissional, prevê condições estruturais/ambientais para a realização desse trabalho, sendo, portanto,

elemento orientador dos direitos e deveres que devem ser assegurados nos processos de realização do trabalho profissional.

A observação de tais normativas legais, apesar de apontar que vem sendo cumprida até certo ponto – pelos IFET's onde os/as assistentes sociais pesquisados/as, trabalham (no que diz respeito às condições ético-técnicas das salas de atendimento, privacidade destes, guarda de material técnico e espaço de abordagens coletivas), revelou também seu descumprimento, dado que, 20 a 29% de assistentes sociais dos diferentes *campi*, conforme aponta o Gráfico nº 13, avaliaram tais condições como péssimas e ruins, o que causa constrangimentos ao saber-fazer do/da assistente social, tendo em vista que revela uma nítida violabilidade de condições éticas e técnicas do exercício profissional, bem como dos direitos dos usuários que não podem contar, nessas situações, com condições dignas de atendimento.

Gráfico nº 13: Avaliação sobre as condições éticas e técnicas de trabalho nos IFET's



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Essa constatação não pode se desvincular da própria expansão desigual dos IFET's no Brasil, que em certas situações priorizou ser espaço de alocação quase exclusiva de discentes e docentes, prevendo em determinados locais, espaços improvisados para a estruturação das unidades, não se comprometendo dessa forma com as particularidades profissionais dos servidores que se inseriram nas suas estruturas, como são exemplo os/as assistentes sociais que, mesmo sendo de regiões e IFET's diferentes, expressaram, conforme relatos, insatisfações comuns

em relação às condições éticas e técnicas de trabalho que indicam violações a pelos menos 3 (três) artigos da Resolução CFESS nº 493/2006, bem como de quatro seções, quatro artigos e quatro alíneas do Código de Ética Profissional dos/das assistentes sociais.

Quadro nº 10: Condições éticas e técnicas do trabalho profissional nos IFET's

ENTREVISTAS	EXTRATOS DA RESOLUÇÃO Nº 493/2006-CFESS E DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL VIOLADOS, NOS IFET's
<p>[...] ser uma servidora pública e ter estabilidade, eu queria usufruir de condições dignas pra eu poder realizar o trabalho qu'eu acredito. Então nesse aspecto eu tenho ficado muito, muito, muito frustrada com o Instituto Federal, sabe?, porque eu vejo que isso não tem sido garantido [...]. Em relação às especificidades do serviço social, no dia qu'eu me apresentei, eu peguei a Resolução que fala das condições éticas e técnicas pro exercício profissional, fui e apresentei pra minha diretora, disse... me apresentei pra diretora geral, ela falou – Não, eu entendo... Deu ciência no documento, tudo certinho... – Eu entendo que a gente não oferece isso aqui pra você, mas pode ficar tranquila que quando a gente tiver o campus novo, você vai ter uma sala de atendimento, você vai ter um armário próprio”. Então, assim, eu não tenho armário próprio, eu não tenho sala de atendimento, as salas não guardam sigilo [...]. Até a diretora fala: – Olha, na minha sala só são duas pessoas, e você pode me tirar daqui que você atende na minha sala”. Mas, assim, isso não é possível no cotidiano, no dia a dia, isso é muito difícil, e aí trança a escola toda com um menino, tipo assim... o menino vai atravessar a escola toda com a assistente social, ainda mais aluno do superior, que tem mais dificuldade em acessar esse tipo de serviço. Acho extremamente constrangedor, sabe... (A. S., ENTREVISTA nº 8, grifo nosso).</p> <p>Aqui, quando eu entrei no instituto [...] o serviço social não tinha sala [...] Eu tava numa sala que não era privativa do serviço social, essa sala era compartilhada com profissionais de nível médio, a outra assistente social, bolsista, e era aquela bagunça [...] eu já fiz atendimento de entrevista em pracinha de banco. Ficava mendigando sala de outros profissionais pra [...] poder fazer atendimento, eu já tive que expulsar todo mundo de dentro da sala pra poder fazer atendimento privativo [...] nesse período a gente não tinha o sistema de alimentação informatizado, então todos os alunos acabavam passando pela sala de coordenação encontrando assistente social. Então quando encontrava a assistente social, aparecia uma demanda pra ser resolvida [...] e às vezes era uma demanda que ele começava a conversar e a gente notava que era um atendimento privativo e ficava no cochicho pra poder terminar o atendimento porque a gente realmente ficou com condições de trabalho bem... difíceis nesse período porque a gente não tinha nem condição de se organizar mentalmente, porque toda hora era perturbado, você toda hora tinha aluno, porque, além da demanda de serviço social</p>	<p>RESOLUÇÃO CFESS Nº 493/2006 DE 21 DE AGOSTO DE 2006:</p> <p>Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:</p> <p>Alínea b: - recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;</p> <p>Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.</p> <p>Art. 7º - O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.</p> <p>CÓDIGO DE ÉTICA</p>

<p>naquela sala, existia outras demandas da coordenação, então era uma circulação direta de atendimento. Então você num tinha muito tempo pra sentar, pra refletir, pra fazer um documento, tipo um relatório, porque toda hora você era interrompido. Então isso acabava fazendo... ocasionando também o processo de adoecimento e aí depois de anos qu'eu tava aqui, a gente recebeu essa sala do serviço social, dois mil e quatorze [...] e foi uma sala meio que ajitada porque, tipo, tudo que tá aqui num foi muito específico do serviço social, foi meio que doação. Doação tipo: “– Ah! Esse sofá era da sala da diretoria, que trocou, ganhou outro sofá, esse não seria mais utilizado”. E a gente, a coordenação guardou o sofá pra ser usado no serviço social, essas mesas eram da sala da coordenação, a coordenação cedeu pro serviço social, os armários todos... é tanto que cada um é duma cor [...]. Nós recebemos os restos dos mobiliários dos outros/salas. Acabou não vindo o mobiliário do serviço social, a gente ficou com o resto (A. S., ENTREVISTA nº 11, grifo nosso).</p> <p>[...] Quando eu cheguei, a gente não tinha uma sala de atendimento, todo departamento de ensino ficava em uma única sala. Então, diretor, coordenador, registro acadêmico, matrículas, assistência ao aluno, assistência social, psicólogo [...]. A gente ficou numa sala que seria o anexo da biblioteca, que seria uma sala pensada só pra bibliotecária, era prum único profissional tá lá dentro. Foram colocados três profissionais [...]. A assistente social, a pedagoga e a psicóloga. A gente continuou sem espaço para o atendimento porque se a gente quisesse utilizar aquela sala pra atendimento, a gente tinha que pedir pra os outros colegas sair da sala ou continuar fazendo, como a gente sempre fazia, que era ir pras salas de aula que tavam vagas, tentar um agendamento... Muitas vezes chegava um pai querendo atendimento e a gente não tinha nenhuma sala disponível, e aí a gente tinha que recorrer pros colegas, pedir licença, pra eles se retirarem da sala. Hoje, estamos numa sala maior, porém, com outro setor, é assistência estudantil, que são as três profissionais [...] e três assistentes de alunos, então a gente fica na mesma sala do Setor de Apoio ao Aluno. Dentro dessa sala tem uma... uma divisão, que num é com parede é com aquele... eu num sei se é de PVC que fala, como é, e que ainda não garante nossas condições porque não garante sigilo, e já foi posto pra direção, a coordenadora do setor também me ajuda nessa reivindicação, mas as condições ainda não são boas. Melhoraram porque a gente tá num espaço maior, a gente não precisa mais agendar salas de aula ou laboratório, porque muitas vezes a gente ia com os pais pra laboratório fazer os atendimentos [...]. As condições ainda são... não são boas, ainda são... eu considero ainda precárias, sim (A. S., ENTREVISTA nº 5, grifo nosso).</p> <p>[...] no começo era difícil porque não tinha sala separada, tinha que fazer divisória ali pra atender, conversar baixinho com o aluno, às vezes, pegar o aluno ir pra dentro da sala de aula que tava desocupada pra atender. Então hoje a questão física tá resolvida, eu tenho sala, eu tenho os equipamentos, eu tenho computador, tenho o sistema [...] (A. S., ENTREVISTA nº 14, grifo nosso).</p> <p>[...] Nós estamos numa sala, numa sala de aula, que foi provisório, nós estamos numa instituição que, realmente, é um problema não só do nosso setor, mas geral, não tem espaço para o atendimento, e nós estamos num espaço de sala de..., que ficou como provisório, e esse provisório já tem três anos e fizeram a fusão desse novo setor, lotaram mais servidores e nós estamos com dificuldades de sentar</p>	<p style="text-align: center;">PROFISSIONAL/1993</p> <p>Dos direitos e das responsabilidades gerais do/a assistente social: Art. 2º Constituem direitos do/a assistente social: a - inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional; Das relações com as instituições empregadoras e outras: Art. 7º Constituem direitos do/a assistente social: a - dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional; do assistente social;</p> <p>Das relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil: Art. 13 São deveres do/a assistente social: a - denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os/as usuários/as ou profissionais;</p> <p>Da observância, penalidades, aplicação e cumprimento deste Código: b - denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da Profissão, infrações a princípios e diretrizes deste Código e da legislação profissional.</p>
--	--

internamente lá. [...] as condições materiais, que eu te falei, elas pioraram [...] desde que eu entrei [...] pela questão de não ter acesso aos instrumentos básicos de trabalho , de internet [...] de ter disponível o sistema, que nós possamos utilizar [...] (A. S., ENTREVISTA nº 1, grifo nosso).	
--	--

Fonte: Pesquisa de campo. Entrevistas semiestruturadas. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Dos fragmentos acima, retiram-se implicações diretas para as condições do trabalho profissional nos IFET's, destacando-se entre estas:

- a) constrangimento dos/das assistentes sociais e usuários frente aos colegas de trabalho e comunidade escolar/acadêmica, sobretudo quando há necessidade de ser solicitado a outros profissionais espaços de trabalho para a realização de atendimento privativo e/ou quando é preciso sair em busca deste;
- b) possibilidade de criar conflitos/desentendimentos nas relações humanas de trabalho, dado que a saída de profissionais de seus espaços de trabalho está amparada no campo das vontades individuais e não das normas institucionais;
- c) exposição profissional à situação vexatória e constrangedora, na medida em que o atendimento fora do que está previsto nas condições éticas e técnicas pode reforçar – no locus institucional – desvalorização do significado social da força de trabalho junto aos colegas de trabalho e usuários dos serviços sociais;
- d) exposição dos usuários a situações não sigilosas nos espaços improvisados/provisórios, o que pode implicar sanções éticas e/ou processuais para o/a assistente social, sobretudo se este, temendo retaliações institucionais, não denunciar práticas violativas da condição inadequada de trabalho.

Nesse sentido, pode-se dizer que as avaliações realizadas pelos profissionais (por mais de 20% de assistentes sociais), em relação às condições éticas e técnicas, não revelam apenas aspectos que se restringiram ao campo da “opinião” profissional, pois demonstraram de fato as condições objetivas do lugar do exercício profissional, ocupando assim a arena das preocupações ético-políticas do que seria ideal para realização do saber-fazer profissional preconizado no Código de Ética e na Resolução nº 493/2006 do CFESS.

Não deixa de expressar, também, o desejo intersubjetivo de se ter acesso a condições de trabalho adequadas, que em seu conjunto inclui sala de atendimento

com privacidade, local para a preservação do sigilo, ambientação confortável – que pressupõe ventilação e/ou climatização, iluminação, mobília etc. Ou seja, as avaliações dos profissionais revelam necessidades básicas, mas que são fundamentais para garantir condições de trabalho que sejam capazes de possibilitar o desenvolvimento das atividades junto à comunidade que atende, formada nos diferentes IFET's, além dos estudantes em diversas situações de desigualdades, também por seus familiares e/ou responsáveis.

A desconsideração dessas necessidades, além de infringir as normativas legais em relação à estruturação de como deve ser o espaço da realização do trabalho dos/das assistentes sociais, demonstra certo desprezo pelas condições éticas e técnicas dos que necessitam de atendimento do Serviço Social.

Além disso, é revelador da falta de priorização institucional em oferecer minimamente condições adequadas para a realização do trabalho profissional ou então da ausência e/ou pouco recurso para que esse investimento aconteça.

Essa não priorização institucional pode conter duas marcas que se relacionam. A primeira diz respeito ao entendimento e à identidade historicamente atribuída à profissão, que, sendo atividade voltada para o atendimento das diferentes situações de pobreza, se entende que não precisa de muito investimento, já que seu público-alvo não faz muitas exigências. A segunda situação, que guarda relação com a primeira, é que na ausência e/ou pouco recurso institucional, se prioriza o investimento em outros setores mais vinculados, por exemplo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, já que estes constituem o “carro-chefe” de legitimação e reconhecimento institucional.

De qualquer forma, é importante ressaltar que a ausência de recursos para qualquer tipo de investimento institucional, seja ele para compra de equipamentos ou móveis que garantam melhores condições de realização do trabalho profissional, ou para qualquer outro investimento, já é revelador da desresponsabilização estatal para com a esfera pública, realidade que vem sendo posta em prática desde os anos 1990, a partir das concepções da contrarreforma do Estado brasileiro, cujo escopo central é investir de forma limitadíssima no setor público.

5.2 Controle, ritmo e organização do trabalho dos/das assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

O controle do tempo de trabalho como forma de dominar a fluência da acumulação não tem sido uma preocupação apenas do modo de produção capitalista contemporâneo. Da ascensão da maquinaria à grande indústria, o controle do tempo e dos processos de trabalho tomam enormes impulsos considerando, sobretudo, os avanços engendrados pela ciência, técnica e mecânica, que tornam cada vez mais possíveis a sucção de mais-trabalho enquanto elemento de expansão do mais-valor e de sustentação capitalista.

Na atual dinâmica capitalista, além dos elementos incorporados pelo avanço técnico-científico enquanto forma moderna de sucção de mais-trabalho e mais-valor, somam-se novas protoformas que, engendradas, sobretudo pela reestruturação produtiva e pelo sistema ideo-político que o neoliberalismo articula, contribuem sobremaneira para racionalização do trabalho, principalmente na esfera pública estatal, que cada vez mais tende a seguir os parâmetros racionalizadores do trabalho industrial do chão de fábrica.

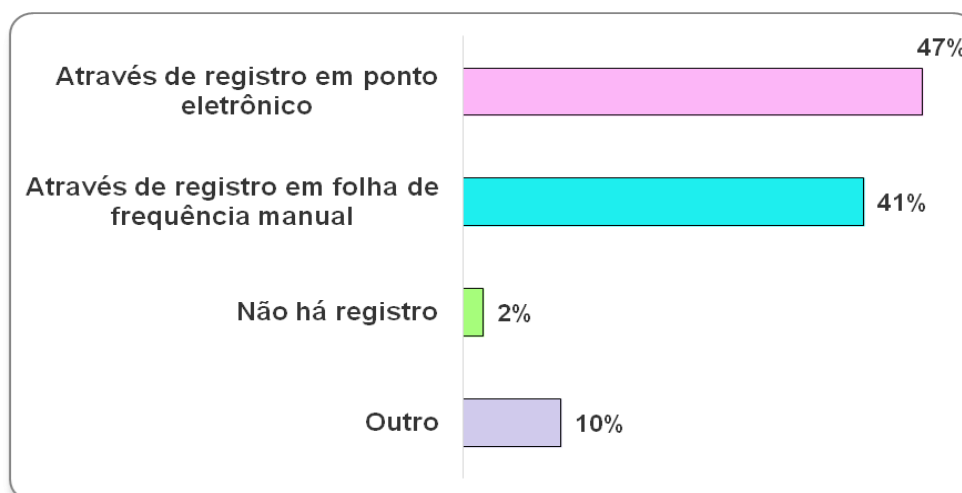
Ou seja, a ideia de mais-trabalho se incorpora aos diferentes espaços sócio-ocupacionais da esfera pública estatal, sobretudo após 1995, com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado encampado por FHC, modelos organizacionais de trabalho norteados em grande medida pela intensificação do trabalho, cumprimento de metas, exigências de desempenho, tecnificação etc.

Introjeta-se no espaço público modelos de trabalho guiados pela égide da racionalidade gerencial, cuja exigência será um *maximum* de trabalho com a utilização mínima de recursos e de força de trabalho. Assim, as formas de racionalização serão exigidas e estarão presentes nas novas formas de organizar, gerir, conceber e implementar o trabalho, impondo-se, nesse sentido, a necessidade em todos os espaços-ocupacionais, o melhor aproveitamento da força de trabalho, na perspectiva de que os trabalhadores consigam trabalhar mais, sem por outro lado haver incremento salarial enquanto equivalente.

Nessa perspectiva, são modificadas as formas de controlabilidade sobre a força humana de trabalho, controle que se realiza no plano objetivo dos espaços sócio-ocupacionais, transformando trabalhadores e empregadores em plantonistas vigilantes das atividades. Por isso, não é à toa que cada vez mais, adotam-se no espaço público, enquanto forma de controlar o tempo de trabalho, várias formas de registrar o início e fim das jornadas de trabalho. Nos IFET's, essa propensão ao controle do uso do tempo, vem se dando principalmente, além do registro nas

tradicionais folhas ou livros de ponto, no uso do ponto eletrônico biométrico, conforme apontou a pesquisa realizada com os profissionais:

Gráfico nº 14: Registro da carga horária de trabalho no IFET



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Isso significa que, dentre os/as 146 (cento e quarenta e seis) assistentes sociais participantes da pesquisa, pelo menos 129 (cento e vinte e nove), ou 88%, têm início e término formal da jornada de trabalho sob o controle institucional direto, monitoramento que utiliza a métrica enquanto estratégia para disciplinar as entradas e saídas no trabalho.

Chama atenção, no entanto, que mesmo havendo essa forma de controle formal, na maioria das situações os profissionais trabalham para além do que está estabelecido em seus contratos formais, prática que não consta nos registros de trabalho institucionais, embora se dê efetivamente, devido ao fato de a extensão do trabalho acontecer nas jornadas estendidas e, portanto, não formais de fins de semana, feriados, horários de almoço etc.

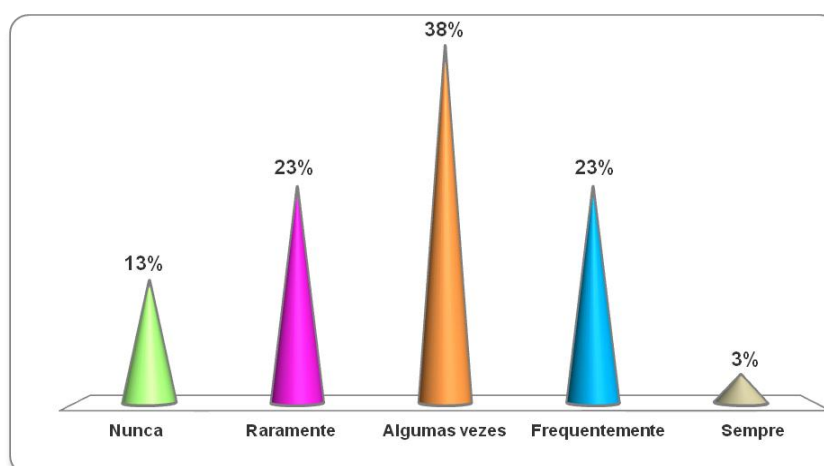
Esse alongamento extraoficial na jornada de trabalho foi explicitado por 87%⁵⁶ dos/das participantes, ou 127 (cento e vinte e sete) assistentes sociais (do universo de 146), extensão de trabalho, utilizado pelo profissionais enquanto forma alternativa para tentar dar conta das demandas de trabalho acumuladas do IFET, fato que, segundo 98 (noventa e oito) dos respondentes, ou 67%, é de conhecimento de suas chefias imediatas. Já 15 (quinze), ou 10% dos assistentes sociais, afirmaram ser de desconhecimento das chefias imediatas o alongamento das jornadas e, 33

⁵⁶ Ver a junção de todas as frequências positivas do Gráfico nº 15.

profissionais, ou 23%, informaram que nunca trabalham fora do horário de expediente.

Essas informações são dignas de inquietações no que diz respeito às condições de trabalho dos profissionais, dado que, se por um lado há a preocupação com o controle formal de início e término do trabalho, por outro, a jornada excedida, além de não ser considerada legalmente, passa de forma despercebida pelas chefias imediatas, que, segundo os profissionais, têm ciência da situação, e não pode compensá-los através de remunerações ou acréscimo de horas a mais de trabalho, dado que isso acontece na “informalidade”, à margem portanto da legalidade do direito trabalhista.

Gráfico n° 15: Frequência com que os/as assistentes sociais costumam trabalhar fora do horário de expediente para cumprir demandas institucionais do seu exercício profissional



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Assim, no sistema de produção capitalista, não fosse a legalidade trabalhista impondo – até certo ponto – determinadas barreiras e limites às jornadas de trabalho, o prolongamento do trabalho não pago, realizado pelos/as assistentes sociais, poderia tornar-se uma exigência prática cotidiana. No entanto, como ainda existe certo usufruto de direitos, outorgados à custa da luta de classe, é preferível apenas ignorar, fazer “vista grossa” em relação às horas a mais de trabalho dos profissionais, embora nela aconteça a usurpação do tempo dos/das assistentes sociais, provocando-lhes cansaço, fadiga e desgastes de todas as ordens.

Explicitando os aspectos negativos do controle, extensão informal da jornada e do mais-trabalho, os/as assistentes sociais entrevistados/das, se manifestaram sobre esses temas da seguinte forma:

[...] a gente **ficava lá no Instituto, oito ou nove horas, e é muito desgastante você ficar oito, nove, às vezes, dez horas do seu dia**, porque mesmo no horário do almoço, a gente almoça lá, tem restaurante pros estudantes e que os servidores também podem almoçar. Então a gente almoça por ali mesmo, volta para nossa sala, às vezes, no horário nosso do almoço. Está fazendo o horário de descanso, tem estudante batendo na porta e, enfim, às vezes, a demanda... que ele entende, e às vezes, a própria instituição entende que tem que ser atendida imediatamente e, às vezes, a gente abre mão até do próprio horário de almoço pra poder tá fazendo... é... pra poder tá fazendo a escuta, o atendimento lá dos estudantes, dos familiares e até dos próprios servidores, que a gente também atende em algumas circunstâncias. E era muito cansativo. Mas, assim, **é tanta demanda de trabalho que, às vezes, nas oito horas que a gente cumpria, a gente ficava a oito horas trabalhando**. Assim, não dá muito tempo pra você... descansar, ou ficar um tempo à toa, ou “Ah, não, agora vou dar uma estudada pra uma coisa qu’eu tenho que fazer.” Era muito enfadonho. **Só que o trabalho/a qualidade do trabalho fica muito comprometida**. A gente é ser humano também! **Nós somos profissionais, mas nós somos seres humanos! A gente fica cansada, a gente tem dor de cabeça, a gente sente fome, a gente tem a fadiga normal do... da nossa força de trabalho, que tá sendo desgastada ali naquele processo de produção, que no nosso caso é mental, num é força de trabalho física, mas é uma força de trabalho mental que a gente emprega ali [...]** (A. S., ENTREVISTA nº 6, grifo nosso).

[...] a gente trabalhava já trinta horas quando eu entrei, no regime de flexibilização do trabalho [...] posteriormente [...] teve toda uma fiscalização do TCU e tivemos que cumprir, em termos de horário de todo setor, horários meio que fixos. Assim, **eu fazia trinta horas, mas na verdade como existia muita demanda de trabalho, eu fazia muito mais do que trinta horas**. Como eu falei, [...] **eu fui contabilizar essa carga horária e que pra mim custou duzentas horas a mais no período de um ano, que se eu fosse contar daria dois meses de férias, fora o mês qu’eu teria de férias realmente**. Então essas demandas de trabalho e isso acabou **desenfreado qu’eu não tivesse equilíbrio entre meu trabalho e minha vida pessoal**. E acabou que, com o tempo, **isso gerou pra mim como se fosse um fardo** [...] foi quando eu comecei a ter resistência a vir trabalhar, a tá muito estressada, a achar péssimo ter que vir trabalhar, não tava conversando... e fazendo atendimentos bem grosseira mesmo, e aí tive que realmente trabalhar e procurar uma profissional pra mim... poder me ... restabelecer nessa minha relação com o trabalho (A. S., ENTREVISTA nº 11, grifo nosso).

Quando eu cheguei aqui na instituição, eu cheguei com muita sede de trabalhar, de fazer alguma coisa, nunca tinha tido assistente social, a assistente social que tinha era contratada, que vinha só pra fazer as análises, mas as reservas de vagas, até a análise dos auxílios, dos benefícios era feita por outros profissionais, não era feita por assistente social. Então no início... que é qu’eu posso dizer, era muito exaustivo pra mim, **eu cheguei fazer quatorze horas em alguns dias de trabalho. Quatorze horas, mais especificamente, em dias de matrículas, porque é requisitado pra o assistente social a análise da reserva de vagas**, que é visto como privativo da assistente social, só a assistente social pode fazer.

E aí, como... eles tinham uma carga horária extensa, que tem que ter uma regulamentação da reitoria, que os *campi* tem que fazer as matrículas nos turnos da manhã, da tarde e da noite, acabava sobrecarregando o assistente social, e **eu chegava a fazer dez, doze e cheguei a fazer até quatorze horas, pra dar conta da demanda do outro dia.** E [...] no início, eu não consegui enxergar que tava errado, eu fazia, estava gostando, e acho que como era início, a gente não conhece muito a realidade e aí a gente vai fazendo. **Até que chegou um momento que eu vi que tava sendo “desgastoso”, tava afetando minha vida particular, qu’eu não tava conseguindo me desligar do trabalho, porque eu saía do trabalho fazia dez, doze, quatorze às vezes e vinha com o trabalho na cabeça, porque tinha muita demanda [...]** (A. S., ENTREVISTA nº 5, grifo nosso).

As situações de controle e alongamento da jornada de trabalho também foram registradas pelos profissionais nos formulários de pesquisa:

Antes do adoecimento, minha carga horária era registrada britanicamente, não correspondendo à realidade. Ou seja, se no dia eu trabalhava 12 horas, ainda assim registrava na folha de ponto 8 horas [...] (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 26).

Nunca registrei as horas excedidas (Assistente Social, FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 86).

Há situações, no entanto, em que as chefias imediatas procuram de alguma forma compensar as horas de trabalho realizadas a mais pelos/as assistentes sociais. Nesse sentido, quando necessário, passam a conceder o tempo excedido nas jornadas nos IFET’s para os profissionais usarem da forma que julgarem necessário. O excerto da entrevista a seguir aponta essa direção:

Não tem banco de horas, a gente não tem essa questão de banco de horas. O que pode acontecer é uma flexibilização em algum... algum dia que você precisa fazer alguma outra atividade externa de atendimento à família, ou a uma questão sua de universidade, de participar de outro evento, você negociar com o coordenador (A. S., ENTREVISTA nº 10, grifo nosso).

Sobre o prolongamento de jornadas de trabalho e a necessidades de pausas para não degradar a força humana para além do seu limite, Marx (2013, p. 329), assim se manifesta:

O prolongamento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural, adentrando a madrugada, funciona apenas como paliativo, pois não faz mais do que abrandar a sede vampírica por sangue vivo do trabalho. Apropriar-se de trabalho 24 horas por dia é, assim, o impulso imanente da produção capitalista. Mas como é fisicamente impossível sugar as mesmas forças de trabalho continuamente dia e noite, ela necessita, a fim de superar esse obstáculo físico, do revezamento entre as forças de trabalho consumidas de dia e de noite, o qual admite métodos distintos, podendo,

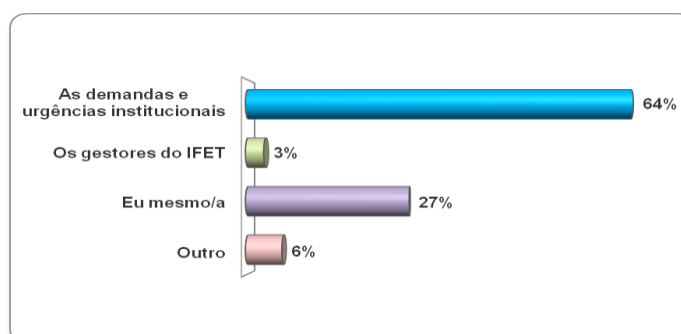
por exemplo, ser organizado de tal modo que uma parte dos operários realize numa semana o trabalho diurno, noutra o trabalho noturno etc.

Isso posto, percebe-se que, em todos os ambientes de trabalho da sociabilidade capitalista, o trabalho não está imune ao prolongamento e à controlabilidade, aspectos que, dadas as transformações no “mundo” do trabalho, capturam também os trabalhadores para assumirem essa função em todas as esferas da empregabilidade, cuja motivação se assenta no fenômeno da concorrência, do desemprego estrutural e conjuntural, das baixas remunerações, na perspectiva de incentivos etc., tornando os próprios trabalhadores “vigilantes plantonistas” das jornadas laborais, a fim de identificar possíveis atrasos, porosidades no trabalho, ausência no alcance das metas estabelecidas, prazos etc.

Como o campo de labor dos/das assistentes sociais não é alheio às transformações que emergem e se aprofundam no “mundo” do trabalho e à crise de acumulação, esses elementos passam a fazer parte de sua rotina e a resvalar em suas condições de trabalho, tanto na esfera pública como privada, gerando nos profissionais a sensação de permanente monitoramento e vigilância, dando a sensação de controlabilidade do exercício profissional, realidade identificada na determinação dos próprios ritmos de trabalho.

Disso, depreende-se a ideia de maior monitoramento do labor, acontecendo em qualquer atividade em que o sujeito é expropriado de seus meios de trabalho por não ser ele mesmo “[...] quem decide autonomamente suas condições de trabalho e estabelece o grau de empenho pessoal com a atividade” desenvolvida. (ROSSO, 2008, p. 24). Tal realidade é expressa no Gráfico nº 16, quando os/as assistentes sociais respondem quem determina seus ritmos de trabalho no IFET:

Gráfico nº 16: Quem determina o ritmo de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Figura no Gráfico nº 16 que são as demandas e urgências institucionais que impelem o ritmo de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's, conforme expressaram 93 (noventa e três), ou 64%, dos profissionais. Isso, dentre outras coisas, significa que, mesmo que os profissionais tenham planejamento, programática ou Plano Anual e/ou Semestral de Trabalho, são as demandas e urgências cotidianas institucionais que comandam o ritmo de trabalho a ser seguido.

Do referido Gráfico, também se extrai a confirmação da relativa autonomia profissional no âmbito institucional, na medida em que os/as assistentes sociais ainda conseguem, até certo ponto, ditar os ritmos de trabalho a ser seguido, considerando que 40 (quarenta) ou 27%, responderam que são eles próprios quem determinam esses ritmos de trabalho, embora seja uma autonomia tensionada por seus empregadores imediatos e suas exigências “[...] quanto aos propósitos, demandas [...], funções, atribuições, política de gestão da força de trabalho e determinações contratuais: salários, jornada, entre outras” (IAMAMOTO, 2007, p. 255).

No que diz respeito a menor influência no ritmo de trabalho, figurou os gestores dos IFET's, uma vez que 5 (cinco), ou 3% dos profissionais, informaram que os gestores têm influência na determinação desse ritmo.

No que tange ao item Outro, 8 profissionais, ou 6%, deram respostas do tipo:

O ritmo do meu trabalho é determinado em alguns momentos por mim, e em outros momentos, pelas demandas e urgências da Instituição (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 90).

Depende da demanda! Algumas demandas de trabalho são cumpridas para atender as solicitações da gestão (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 2).

Esse ritmo é relativamente ditado por mim pelas demandas que surgem também (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 79).

Eu mesma, em conjunto com a gestão (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 115).

Eu mesma: no entanto, meu ritmo é permeado por análises da demanda. Hoje, não permito interferências que não sejam plausíveis (só para atender vontades ao invés de direitos!) (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 25).

Há períodos que sou eu, já em outros momentos, quem determina é a demanda (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 75).

Um conjunto de todas essas alternativas (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 32).

Um pouco das 3 alternativas (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 112).

Em relação à organização dos processos de trabalho, as informações prestadas denotaram ser comum nos IFET's das 5 (cinco) regiões/estados, o trabalho multidisciplinar e/ou em equipe. Isso foi elencado por 72 (setenta e dois), ou 49% dos profissionais. Já, 32 destes, ou 22%, afirmaram serem responsáveis pela própria organização, mas, apresentando antes as ideias para as chefias imediatas. Excisa-se também das respostas que os/as assistentes sociais organizam seus processos de trabalho individualmente, sem interferência externa. Isso foi esboçado por 27 (vinte e sete), ou 18%, dos/das pesquisados/as. Para a alternativa de resposta "Outro", se encaixaram 15 (quinze), ou 10% dos profissionais, os quais apresentaram algumas das respostas a seguir, o que evidencia que seus processos de trabalho são organizados em parceria com os próprios profissionais e/ou equipes multidisciplinares.

Defino individualmente, **partilho com a equipe multidisciplinar** (que contribuem com sugestões) e com a chefia (para terem ciência). Esse fluxo é realizado por minha iniciativa, e não exigido institucionalmente. Posso modificá-lo sempre que necessário (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 48, grifo nosso).

Ele é definido sempre pela conjuntura institucional, passando pela escolha profissional sempre, mas também **mesclado pelos processos interdisciplinares** e sempre apresentado à chefia imediata, quando se trata de casos que não envolvem sigilo profissional (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 3, grifo nosso).

Pela **equipe do setor** (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 116, grifo nosso).

Por mim e em situações que o trabalho **envolve a equipe multidisciplinar**, costumamos a discutir o caso e assim vai direcionado para algum tipo de intervenção necessária (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 38, grifo nosso).

Por mim e pela assistente social que trabalha comigo (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 133, grifo nosso).

Por mim e pela equipe de assistentes sociais (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 91, grifo nosso).

Por mim e pela **equipe interdisciplinar** do meu setor de trabalho, tudo é discutido pela equipe (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 139, grifo nosso).

Por mim e pela outra assistente social do campus, sobretudo (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 66, grifo nosso).

Por mim, apesar das tentativas de interferências (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 32).

Por mim, **em conjunto com o Núcleo de assistentes sociais** do IF [...] (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 87, grifo nosso).

Cabe destacar que o controle do trabalho dos/as assistentes sociais nos IFET's não se realiza apenas em nível de registro de início e término das jornadas de trabalho. A pesquisa apontou também que, pelo fato de os/as assistentes sociais estarem lidando com auxílios financeiros materializados na concessão de bolsas para permanência estudantil e elaboração de planilhas para ordem de pagamento, os profissionais têm se tornado alvo de auditorias⁵⁷ contábeis internas nos IFET's.

As auditorias, quando solicitadas, tentam filtrar eventuais discrepâncias na concessão dos auxílios, trazendo assim – em algumas situações – questionamentos e a imprescindibilidade de explicações e/ou revisões destes e dos instrumentais avaliativos utilizados pelos/as assistentes sociais para filtrar as desigualdades sociais apresentadas pelos estudantes. Esse controle vem se tornando uma prática no interior dos IFET's, expressando as condições de trabalho do exercício profissional conforme explicitado nos trechos dos relatos que narram tal situação:

Como que funciona? Geralmente a auditora [...] ela vai mandar um ofício para o diretor geral e vai solicitar alguns documentos. Eu não vou me lembrar agora, mas eu me lembro que foram vários momentos que ela solicitou documentos. Uma vez, eu me lembro que ela solicitou uma amostragem, me deu o nome de 20 ou 30 alunos e pediu que eu separasse o processo desses alunos. E junto, ela **pediu todos os instrumentais que a gente usava, não só os documentos oficiais, como edital, como nosso instrumento de vulnerabilidade, as planilhas**. Todos os controles. E ela fica analisando em cima disso. E daí, o estresse foi a questão que eu tive que... **ela se deteve muito ao instrumento de vulnerabilidade que a gente usa**, que é um instrumento de pontuação, que **ela questionava por que em alguns momentos eu alterava as pontuações e não seguia aquilo**. Daí eu tive que bater na tecla dizendo que não. Que **esse instrumento de vulnerabilidade ele é um parâmetro, e não é algo fechado**, porque se fosse pra pegar a situação socioeconômica do estudante e colocar no instrumento como ponto fechado, qualquer um pode fazer isso, não precisaria um assistente social. Então, que a **nossa avaliação ela ia muito além daquele instrumento e nós, enquanto assistentes sociais, tínhamos autonomia para mexer e alterar a pontuação conforme a gente entendesse que mesmo a pontuação do menino lá... do estudante, ficasse num grupo inferior...** que... pela condição socioeconômica, que a gente pudesse alterar e colocá-lo em outro grupo superior, com valor superior (A. S., ENTREVISTA nº 3, grifo nosso).

⁵⁷ Uma auditoria é uma revisão das demonstrações financeiras, [do] sistema financeiro, [de] registros, [de] transações e operações de uma entidade ou de um projeto, efetuada por contadores, com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras e outros relatórios da administração. A auditoria também identifica deficiências no sistema de controle interno e no sistema financeiro e apresenta recomendações para melhorá-los (AUDITORIA..., [201-]).

A demanda para os programas aumentou significativamente, a cobrança e a pressão da gestão para mantermos atualizado o sistema de informações dos programas, o qual é alvo constante de auditorias, a exigência de processos burocráticos relacionados ao processo seletivo dos programas. A confecção de planilhas de pagamento mensais dos programas. O aumento da jornada de trabalho por exigência institucional em alguns momentos do ano (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 145).

[...] **as demandas advindas de auditorias internas e externas têm interferido diretamente no nosso fazer profissional**, fazendo com que deixemos de adaptar melhor nossos processos de trabalho às nossas necessidades e **atendamos mais às necessidades dos órgãos de controle** (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 126, grifo nosso).

[...] também existe uma cobrança maior por relatórios, regulamentos, fluxogramas e outros documentos por parte da gestão, bem como da Auditoria, os quais, muitas vezes, consomem bastante nosso tempo de trabalho (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 32).

Devido o cenário político nacional, os conflitos políticos nas instituições federais são cada vez mais constantes e se refletem cada vez mais nas posturas de gestores comprometidos e preocupados muito mais com estratégias para manterem seu poder e em seus cargos que se preocuparem com o atendimento que realizam para a comunidade, gerando desgaste para os servidores que tentam incorporar o movimento por maior democracia. Esses embates têm invadido o cotidiano, gerando diversos desgastes emocionais. Além disso, **os controles externos que geram constantes normas inadequadas para a saúde do trabalhador**, bem como constantes auditorias que aumentam as atividades burocráticas (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 17, grifo nosso).

O pano de fundo das auditorias internas é aumentar o grau de confiança das operações/informações financeiras, avaliar a aplicação entre o planejado e o executado e; propor recomendações à alta instância administrativa dos IFT's, a fim de melhorar a eficácia financeira institucional.

Isso, de uma forma ou de outra, resvala nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais, dado que essa lógica vem acompanhada do aumento de racionalização dos processos de trabalho cujo nexos articulador é a indispensabilidade de acentuar a burocratização, aumentar a focalização na seleção de estudantes para acesso à política de permanência estudantil e, conseqüentemente, tornar o exercício profissional mais pragmático e instrumental, lógica que não advém da chefia imediata, da gestão institucional, mas, das próprias políticas sociais e também, de acordo com lamamoto (2007, p. 249), da ordem de domínio do capital e suas relações.

Nesse interregno, é posto aos/as assistentes sociais muito mais a necessidade do exercício tecnicista pautado em procedimentos técnico-operativos e burocráticos do que ações fundamentadas na direção social do projeto ético-político,

na Lei de Regulamentação profissional e no Código de Ética de 1993, visto, que, conforme Almeida (2017, informação verbal)⁵⁸, ninguém contrata assistentes sociais com o objetivo de que estes coloquem em prática o projeto ético-político da profissão, cujos princípios e diretrizes são alheios e se confrontam com a sociedade comandada pelo capital.

Assim, a ênfase tecnicista se concentra muito mais em procedimentos de intervenção, que por sua vez constitui grande equívoco, dado que, focar as ações apenas na instrumentalidade é fadar à profissão a respostas prático-empírico imediatistas que considera apenas a aparência sensível, não levando em conta a totalidade dos processos sociais e as determinações produzidas pelo movimento da realidade. Guerra (2014, p. 32-33), alerta sobre isso quando expõe:

É preciso transcender, incorporando a consciência formal-abstrata da realidade e alçar a Razão que, como o nível mais alto alcançado por uma determinada reflexão, é ponto de chegada de um longo, demorado, difícil esforço e movimento da consciência que não se conforma como o dado (e por isso o critica, superando-o), com o instituído, com o aparente. Esta, por si só, é histórica e dialética: acompanha o movimento da própria realidade, identifica suas contradições, apanha, atua e modifica as mediações que tecem a realidade, num recorrente processo de totalização, na perspectiva de incorporar alguns elementos antigos, transforma-os, reconfigura-os, supera-os. Não é demais lembrar que a razão instrumental nos faz ter uma determinada apreensão do nosso cotidiano. Nosso campo de percepção do cotidiano, pela via da razão instrumental, é o da mera repetição, da rotina, limitado ao âmbito das experiências imediatas, da empiria, do factual, dos imediatismos, do caos, do acaso, do fortuito.

Isso significa que os/as assistentes sociais nos IFET's ou em qualquer espaço sócio-ocupacional, precisam articular o objeto de intervenção e as demandas institucionais com as determinações contraditórias que se ocultam na dinâmica sócio-histórica.

No caso dos IFET's, cujas maiores necessidades sociais se expressam através da solicitação de apoio para a permanência estudantil, estas precisam ser encarnadas não apenas como necessidades individuais que requerem procedimentos técnicos, mas e, sobretudo, enquanto parte inseparável dos complexos sociais que as originam, dado que, a ausência dessa apreensão ontológico-reflexiva pode tornar o objeto de intervenção e as demandas delas decorrentes apenas dimensões fenomênicas e imediatas da realidade que,

⁵⁸ Extrato da fala do Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida (2017), ministrada para o curso de graduação em Serviço Social na FEF – Fundação Educacional de Fernandópolis/SP, no dia 17 de maio de 2017.

capturadas por lentes meramente *sensíveis*, pode incorrer no perigo da intervenção tecnicista em sobreposição à dimensão teórico-metodológica, ético-política, formativa e investigativa da profissão.

Nesse patamar, é necessário um esforço para articular todas as dimensões da profissão (teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política e formativa), no sentido de compreender que, a assistência estudantil enquanto principal necessidade social geradora de demandas de trabalho para os profissionais nos IFET's, bem como as condições de trabalho dos profissionais, se estruturam sob determinantes econômicos, históricos e sociais que lhe são indissociáveis.

Assim, quando se agrega todas as informações postas até aqui, verifica-se que, tanto as necessidades sociais que imprimem significado social ao Serviço Social nos IFET's, como as condições de trabalho nos quais se inscrevem os/as assistentes sociais, mesmo considerando a possibilidade de se imprimir um planejamento, organização e ritmos para o exercício das atividades, não deixam de sofrer as determinações da ordem do capital; dado que, embora com autonomia relativa – o trabalho profissional está sempre mediado por normas, rotinas, objetivos, princípios e diretrizes institucionais e relacionais que de algum modo exercem influência ou imprimem direção às ações e à condição de realização desse trabalho. Dessa forma, o Serviço Social, ao não deter todos os meios necessários (materiais, humanos, estruturais, financeiros e relacionais), para empreender seu trabalho, torna-se de alguma forma regulado pela estrutura burocrático-administrativa das instituições das quais faz parte em que elas mesmas estão implicadas pela racionalidade e controle que a eficiência capitalista solicita.

5.3 Manifestações da intensificação do trabalho dos/das assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

A eficiência e o mais-trabalho hoje passam a serem os reguladores dos processos e organização do trabalho. Em nome da eficiência e do mais-trabalho, os ritmos das atividades tornam-se mais controlados enquanto parte das transformações tecnológicas e incremento acelerado da robótica, maquinaria e microeletrônica, o que indubitavelmente induz a necessidade de uso mais acentuado da inteligência racionalizadora-controladora dos trabalhadores, inclusive nas atividades fabris/industriais, que após o ascenso do toyotismo, busca ultrapassar a

concepção do operário fabril/industrial – enquanto mero acessório passível e vigilante de máquinas – e exigir potencialidades intelectuais-cooperativas no desenvolvimento de toda cadeia produtiva. Rosso (2008, p. 30), ilustra esse circuito da seguinte forma:

O método toyotista talvez seja aquele que mais recorra à inteligência do trabalhador no trabalho industrial, não enquanto promovendo sua autonomia ou liberdade, mas no sentido de usar a capacidade de controle de defeitos, eliminação das perdas, controle de diversas máquinas por um mesmo trabalhador e uso da criatividade do trabalhador em benefício da empresa, mediante a ativação das dimensões da socialização e do relacionamento cooperativo com os outros por meio do trabalho em equipes e dos círculos de controle de qualidade.

Esse aspecto não é exclusivo dos círculos produtivos. As atividades não tangíveis desenvolvidas no setor terciário, propriamente, na esfera dos serviços que, segundo Rosso (2008, p. 36-37), a partir dos anos 1960, passam a ocupar grande parte da força de trabalho mundial, decorrente da desaceleração do ritmo da empregabilidade fabril/industrial, absorve com muita veemência essa componente organizativa do trabalho e espalha-se para todos os campos do labor, instaurando o requisito da eficiência e do mais-trabalho, inclusive na esfera pública estatal.

De que forma, então, o componente da eficiência e mais-trabalho atinge os/as assistentes sociais dos IFET's?

Enquanto parte do trabalho coletivo, o Serviço Social insere-se no centro do capitalismo monopolista enquanto força de trabalho especializada, contratada pelas classes burguesas para intervir nas desigualdades sociais cujas raízes estão nucleadas nas contradições capital x trabalho. Mediando interesses inconciliáveis, na medida em que é paga por uma classe para *servir* a outra, o Estado legitima os profissionais para trabalharem em diferentes espaços ocupacionais, sobretudo no processo de reprodução das relações sociais, criando assim, dentro de certo limite, condições para a reprodução da força de trabalho via serviços sociais previstos e regulados pela política estatal (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 94).

É dentro dessa lógica que os/as assistentes sociais dos IFET's são "recrutados/as" via concursos públicos para articular, principalmente, via políticas educacionais, as mediações que possibilitem a reprodução educacional, no sentido de permitir – mesmo que dentro de certas limitações – as condições materiais e intangíveis para a permanência estudantil e terminalidade dos cursos.

Nessa relação, os profissionais podem até conduzir seu processo de trabalho com autonomia, mas, no geral, conforme visto na pesquisa, nos 5 (cinco) estados das regiões brasileiras, o trabalho profissional é atravessado por relações sociais onde os empregadores tentam articular como ele deve ser desenvolvido. Isso exerce, conforme as correlações de forças, maior ou menor influência no exercício profissional.

O que se quer afirmar é que, por não pertencer aos profissionais o domínio dos meios e instrumentos de trabalho, dos recursos materiais e humanos para a sua realização, devido a sua condição de assalariamento, no geral, o trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's, assim como toda forma assalariada, enfrenta – embora com particularidades diferenciadas – as mesmas contradições e determinações econômicas, sociais e ideopolíticas que atravessam e vivenciam o conjunto dos trabalhadores. Nesse sentido, toda relação contraditória e determinada estabelecida no cotidiano de trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET's, mesmo considerando sua relativa autonomia, “[...] interfere decisivamente no seu exercício profissional” (IAMAMOTO 2007, p. 215), sobretudo como este deve ser conduzido.

Na pesquisa realizada junto com os profissionais nas 5 (cinco) regiões, percebeu-se – que o trabalho dos/das assistentes sociais nos diferentes IFET's – vem enfrentando – determinações universais que se assemelha ao trabalho na esfera produtiva. Isso foi identificado na medida em que foi solicitado aos profissionais avaliação do seu trabalho, sobretudo no que diz respeito à carga horária de trabalho que cumpriam, à necessidade de realização de trabalho fora do horário de expediente, ao número de atividades requisitadas, ao aumento de demandas, às preocupações relativas ao monitoramento de tempo dedicado aos atendimentos individuais.

Essas determinações universais postas aos profissionais dos IFET's – símiles ao trabalho na esfera produtiva – também foram identificadas em relação à necessidade de prolongar o tempo de trabalho (decorrente da complexificação das demandas), à exigência de ampliar o tempo para realização de atividades técnico-burocráticas, às cobranças de execução de atividades não privativas do Serviço Social, ao cumprimento de prazos com urgência, à redução do tempo dedicado à saúde, ao lazer e às relações afetivas.

As respostas a tais questões apontaram um quadro que demonstra, para grande parte dos profissionais, além do aumento quantitativo no número de atividades laborais requisitadas e atendimentos a serem realizados, necessidade de maior monitoramento no uso do tempo nos atendimentos – mesmo diante da exigência de ampliar a dedicação e empenho dos mesmos –, tendo em vista a complexificação das situações sócio-educacionais postas pelos estudantes.

Além disso, verificou-se, a tendência no aumento da dedicação profissional no que diz respeito à realização de atividades técnico-burocráticas, como elaboração de relatórios, digitação de documentos, preenchimento de planilhas etc., bem como de cobrança para realização de atividades administrativas não relacionadas com as atribuições privativas do Serviço Social, além do aumento nas urgências para o cumprimento de prazos, conforme dados apontados no Quadro nº 11.

Quadro nº 11: Avaliação dos profissionais em relação às condições de trabalho desde o ingresso nos até o momento de realização da pesquisa.

Densidade/frequência	Aumentou		Diminuiu		Manteve-se	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Carga horária de trabalho	58	40%	29 ⁵⁹	20%	59	40%
Necessidade de realizar trabalho fora do horário de expediente	63	43%	18	12%	65	45%
Número de atividades requisitadas pelo IFET	107	74%	5	3%	34	23%
Demanda de estudantes, pais e/ou responsáveis a serem atendidos por você individual ou coletivamente	111	76%	5	3%	30	21%
Preocupação em monitorar mais o tempo usado para atendimento individual	69	47%	13	9%	64	44%
Necessidade de prolongar o tempo de atendimento individual decorrente da complexificação das demandas	78	54%	6	4%	62	42%
Tempo dedicado à realização de atividades técnico-burocráticas como elaboração de relatórios, digitação de documentos, preenchimento de planilhas etc.	116	79%	4	3%	26	18%
Cobranças para realizar atividades administrativas	71	48%	29	20%	46	32%

⁵⁹ A carga horária diminuiu porque vários IFET's adotaram a flexibilização da jornada de trabalho, não por força da Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010 (Lei das 30 horas de trabalho para assistentes sociais), mas devido ao Decreto nº 1590, de 10 de agosto de 1995, que determina, em seu Art. 3, & 2,º respectivamente: "Art. 3 - Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições"; & 2º - "Os dirigentes máximos dos órgãos ou entidades que autorizarem a flexibilização da jornada de trabalho a que se refere o caput deste artigo deverão determinar a afixação, nas suas dependências, em local visível e de grande circulação de usuários dos serviços, de quadro, permanentemente atualizado, com a escala nominal dos servidores que trabalharem neste regime, constando dias e horários dos seus expedientes" (BRASIL, 1995b).

sem relação com as atribuições privativas do Serviço Social						
Urgência para cumprir prazos	94	64%	7	5%	45	31%
Tempo para cuidados com a sua saúde	26	18%	68	46%	52	36%
Tempo dedicado ao lazer	17	12%	68	46%	61	42%
Tempo dedicado às relações afetivas (incluindo o grupo familiar e de amigos)	19	13%	67	46%	60	41%

Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Pelos dados absolutos e percentuais das respostas do Quadro nº 11, percebe-se, quase sempre, um tendencial aumento nas atividades de trabalho, desde o ingresso dos profissionais nos IFET's até o momento, aspecto que não se dissocia também da ampliação das responsabilidades dos/das assistentes sociais frente às demandas cada vez mais complexificadas.

Por outro lado, também, se visualiza diminuição e/ou menor debruço dos/das assistentes sociais no que diz respeito ao tempo dispensado para cuidados com a saúde, atividades de lazer e relações afetivas decorrentes da dedicação ao trabalho, aspecto que em certo grau ratifica o pensamento marxiano, quando analisa a indiferença e desconsideração do capital no que diz respeito à saúde e à vida dos trabalhadores.

O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho [...]. O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração (MARX, 2013, p. 428-433).

Também não se pode desconsiderar enquanto parte desse contexto complexo e dialético que, quando se realiza o cruzamento das respostas quantitativas do formulário de pesquisa com as respostas qualitativas no que diz respeito às condições de trabalho – desde o ingresso no IFET até o momento –, verifica-se, a partir dos extratos dos formulários emitidos pelos profissionais dos diferentes IFET's dos estados/regiões, situações de trabalho que explicitam: aumento de trabalho relacionado à maior participação de assistentes sociais em diversas atividades institucionais; complexificação da questão social no espaço escolar; aumento das atividades burocráticas; refrações da crise econômica brasileira sobre as demandas; abertura de novos cursos nos *campi* sem, por outro lado, ser ampliado o quantitativo de assistentes sociais; mudança no perfil dos estudantes; maior pressão institucional para cumprimento de prazos e atendimento

das demandas, o que conseqüentemente imprime a ampliação de mais atividades e, por sua vez, tendência de precarização das condições de trabalho, como descrevem 125 (cento e vinte e cinco), ou 85,6% do total de 146 (cento e quarenta e seis), dos profissionais entrevistados:

AUMENTOU: devido a vários fatores: 1) comprometimento ético-político; 2) garantia do SS nos espaços decisórios (orçamento, regulamentações etc.); 3) Assessoramento à gestão e ao movimento estudantil; 4) redução dos prazos para entrega de atividades burocráticas: relatórios, pareceres etc.; 5) Preocupação em dar visibilidade e legitimação ao SS na instituição; 6) maior complexificação das refrações da “questão social”; 7) o acirramento das contradições no local de trabalho (entre o projeto ético-político e o conservadorismo, entre democracia e autoritarismo etc.) e das relações de poder AS/gestão, AS/equipe multidisciplinar (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 3).

Aumentou bastante. Tanto as demandas burocráticas, como demandas inerentes à profissão. O aumento do número de alunos no campus, o aumento da procura do setor pelos alunos, a situação socioeconômica do país (desemprego, precarização do trabalho, aumento do preço de transporte e alimentação etc.), são alguns dos motivos que levaram ao crescimento das demandas. No entanto, também existe uma cobrança maior por relatórios, regulamentos, fluxogramas e outros documentos por parte da gestão, bem como da Auditoria, os quais, muitas vezes, consomem bastante nosso tempo de trabalho (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA, nº 32).

Aumentou, considero que devido ao aumento do quantitativo de alunos com a abertura de dois novos cursos superiores, sendo um deles com carga horária integral (diurno), que apresentou novas demandas de atendimentos. Também com a implantação do sistema de reservas de vagas para egressos de escola pública, nos últimos anos e maior publicização, houve uma mudança no perfil dos alunos do campus e cresceram as demandas de atendimento desses e seus familiares em situação de vulnerabilidade e risco social (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 146).

Aumentou. Os estudantes alegam perda de emprego ou dificuldade de encontrar “bicos” (trabalhos informais), bem como os pais de estudantes do ensino integrado repassam esta informação para mim (assistente social). O que faz aumentar significativamente o trabalho é quando a demanda chega para o assistente social (eu) do campus na minha ausência. Os colegas e a direção superdimensionam as necessidades apresentadas, pressionando, inclusive, nas escolhas de instrumentais do meu fazer profissional, como visita domiciliar, por exemplo (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 112).

Aumentou. O campus em que atuo é relativamente novo e está em expansão, portanto, nenhum servidor, mesmo os de nível E com cargo específico, consegue fazer apenas o que está nas atribuições. Por exemplo, estou lotada na Secretaria de Extensão, lá, além da Coordenação (sem FG) e execução da Assistência Estudantil, trabalhamos e realizamos toda Política de Extensão do campus. Quanto ao Serviço Social. Ficam notórios, no dia a dia de trabalho, os reflexos da crise do Capital no contexto das famílias dos estudantes, desemprego, rebaixamentos salariais, a pressão dos pais para que os filhos adentrem no mercado de trabalho, de modo a contribuir no orçamento familiar. Outro ponto importante a destacar é o grande adoecimento dos adolescentes, do ponto de vista emocional e psicológico, como trabalhamos de maneira conjunta, Serviço Social,

Psicologia e Pedagogia, discutimos todos os casos, esse ponto tem nos demandado excessivamente (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 76).

Aumentou. Ingressei no IF... quando o campus [...] ainda era CEFET [...], em 2008. Não existia o PNAES e o Programa de Assistência Estudantil do então CEFET[...] se restringia a 2 tipos de “bolsa” + o Alojamento Estudantil. Desde o processo de transformação dos CEFET's em IF's e a abertura de novos *campi*, bem como o advindo do PNAES, em 2010, e o aumento das modalidades de auxílios, a sobrecarga de trabalho aumentou consideravelmente. A procura pelos auxílios cresceu, tendo em vista o acirramento das questões sociais, movimento próprio de períodos de crise do capitalismo, que vivenciamos desde 2007, aliado ainda ao aumento do número de estudantes, bem como o número de *campi* que compõem o IF [...]. Todavia, o número de auxílios e de As's não acompanhou esse crescimento. A política de Assistência Estudantil é cada vez mais focalista e insuficiente, bem como o número de profissionais para operá-la. O Fundo Público é saqueado pelo Estado, a serviço do Capital Financeiro e Comercial, para retirar bancos e empresas da crise e evitar sua falência, perdendo dívidas e garantindo seus lucros. A consequência disso é que o investimento em Política Social de Educação, Seguridade Social, Moradia, etc., é cada vez menor, impactando em contratação de servidores públicos e oferta de benefícios/auxílios e acesso a serviços e direitos sociais, nas áreas supracitadas. Isso gera uma sobrecarga de trabalho nos AS's do IF [...], precarização de nosso trabalho (uma vez que precisamos trabalhar além do que temos garantido por portaria institucional), bem como um total incômodo com o fato de ter que operar no limite das políticas sociais, que atendem apenas no nível da miséria extrema, isolando do acesso a direitos os filhos e filhas da classe trabalhadora (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 87).

Aumentou. A crise financeira dos últimos três anos fez com que a realidade financeira dos grupos assistidos mudasse drasticamente. Diante disso, as famílias passaram a buscar estratégias junto ao serviço social, para darem conta dessa nova realidade (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 28).

A demanda de trabalho aumentou, pois está diretamente ligada ao número de profissionais para atender os estudantes matriculados no campus (hoje, no Campus [...] temos 9.514 estudantes matriculados, sendo 4.000 presenciais) e que procuram por reserva de vagas para ingressar na Instituição (analisamos as reservas de vagas que avaliam renda, sendo aproximadamente 300 análises a cada processo seletivo), pois sou a única Assistente Social para atender esta demanda, lembrando que tais análises são concomitantes a outras atividades desenvolvidas no campus, como: elaboração de relatórios, atendimentos com discentes e pais, participação de comissões, participação na construção de normas e documentos institucionais, acompanhamento social, tarefas administrativas, dentre outras (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 101).

Muito embora na maioria das respostas qualitativas figure o aumento das atividades de trabalho, 7 (sete) profissionais, ou 4, 8% informaram que isso não ocorreu. Os motivos alegados transitam em torno da autonomia que afirmam ter para não assumir atribuições não privativas; pelo trabalho interdisciplinar que possibilita a equipe dividir determinadas tarefas; por motivos de remoção para outro campus com demandas símeles quantitativamente aos *campi* de origem; pelo trabalho com planejamento de políticas estudantis que, mesmo diante da redução de

recursos, apresentou aumento de atividades no que se refere à exigência de acompanhamento mais sistemático das ações etc. Algumas dessas alegações postas pelos profissionais estão recortadas nas falas apresentadas a seguir:

Se manteve, pois sou eu quem diz o que vou fazer e como vou fazer. Tenho muita autonomia, pois sempre tive como chefias assistentes sociais. **Eu não assumo tarefas além das minhas possibilidades e sei dizer não àquilo que não me pertence.** Há épocas em que a demanda é grande, no caso dos períodos de editais, mas na maior parte do tempo é tranquilo. Trabalho na Reitoria então não sofro com a pressão que muitos colegas sofrem nos câmpus. Atendo estudantes e familiares em câmpus onde não há assistente social, mas não encontrei sobrecarga de trabalho nesse aspecto. É como eu disse, eu não faço nada que não possa cumprir e dito meu ritmo e demanda de trabalho (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 57).

A demanda de trabalho, no último ano, manteve-se. Embora seja um campus muito valorizado no IFRN, a demanda continuou a mesma. Acredito que isso esteja relacionado à **interdisciplinaridade da equipe de assistência estudantil**, completa no momento, bem como à presença de dois assistentes sociais no campus (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 58).

Fui **removida** de campus, então permaneceu (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 64).

Trabalho na Pró-reitoria de Ensino-PROEN, em regra, elaborando atos normativos, analisando editais dos *campi*, planejamento institucional para as ações de assistência estudantil, acompanhamento e avaliação das ações, estabelecimento de políticas e diretrizes educacionais da assistência estudantil, dentre outras ações. Apesar da redução de recursos financeiros, as ações pelo menos mantiveram-se nessa área, com **significativo aumento de trabalho no que se refere ao acompanhamento das ações** (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 88).

No que diz respeito às alegações quanto à diminuição do trabalho, 7 (sete) assistentes sociais, ou 4,8% dos profissionais, informaram que, dentre os motivos da redução, estão o firme posicionamento em não assumir trabalho não privativo, a diminuição no número de estudantes no campus em que trabalha, o distanciamento de atividades de “execução” por motivo de lotação funcional na Reitoria, a redistribuição para campus de menor porte em relação ao campus que originou sua lotação etc.

Diminuiu, pois as Assistentes Sociais têm procurado, junto à gestão do campus, que algumas atividades que em razão de práticas institucionais já implementadas não são atribuição do aludido profissional (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 136).

Diminuiu porque diminuiu o número de estudantes no campus (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 30).

Diminuiu em virtude da lotação na Reitoria, atualmente na Unidade SIASS (atendimento ao servidor) (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 39).

No meu caso em específico, diminuiu, considerando que fui removida de campus. No campus em que trabalho atualmente – por ser campus avançado –, o número de alunos é menor. Mas se eu comparar a demanda entre os anos em que estive em um campus com maior número de alunos, a demanda entre um ano e outro era sempre maior. Primeiro porque o número de alunos era sempre crescente; a complexidade das relações também; a inserção do assistente social em outras frentes de trabalho – sobretudo nas quais não tinham relação; aumento do número de alunos vulneráveis, mas sem aumentar proporcionalmente o volume de recursos (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 84).

No meu caso diminuiu, pois fui redistribuída para um campus menor (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 34).

Do conjunto das 146 (cento e quarenta e seis) respostas, 8 (oito), ou 4,48% expressaram não haver – desde o ingresso no IFET até o presente momento – aumento ou diminuição do trabalho. Essas situações estão expressas nos excertos abaixo, cuja ênfase diz respeito muito mais a sazonalidade das demandas e a sua complexificação do que seu aumento ou diminuição.

Entendo que não aumentou nem diminuiu, mas as características da demanda estão se modificando, necessitando de ações mais elaboradas e específicas envolvendo violência e saúde sofrida pelos estudantes e/ou familiares (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 48).

A demanda para o assistente social que atua junto ao SIASS é sazonal, ou seja – há meses do ano em que a demanda é maior do que em outros [...] (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 109).

No geral, o que se pode observar, diante da maioria das respostas dos/das assistentes sociais, é que, figura, uma tendência à intensificação do trabalho, que, segundo Rosso (2010, p. 23, grifo nosso), “[...] são aquelas condições de trabalho que determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço desenvolvido **para dar conta das tarefas a mais**”, aspecto que é motivado pela conjugação da crise estrutural do capital, reestruturação produtiva, contrarreforma do Estado, ascendência de concepções neoliberais e transformações no “mundo” do trabalho etc.

Essa tendência avança cada vez mais sobre o trabalho intangível, tornando os serviços sociais cada vez mais vulneráveis e passíveis de precarização nas suas condições, o que não isenta o trabalho de qualquer natureza⁶⁰.

Importa frisar que o fenômeno da intensificação do trabalho não é uma discussão recente, ou seja, legatária apenas do atual estágio do capitalismo monopolista, visto que é um tema incrustado no pensamento marxiano no final do século XIX – em meados de 1844 –, quando Marx discute no Livro I d' *O Capital*, a intensificação do trabalho na Inglaterra através do incremento do mais-valor absoluto (obtido via prolongamento da jornada de trabalho) e do mais-valor relativo, realizado através redução da quantidade do tempo de trabalho socialmente necessário⁶¹ para produção de determinado valor de uso (MARX, 2013, p. 390).

Nesse sentido, é inequívoco, afirmar – a partir da dinâmica da realidade de trabalho vivenciada pelos/as assistentes sociais que compuseram o universo da pesquisa –, que, está em *marcha*, no âmbito dos IFET's das 5 (cinco) regiões pesquisadas, uma prática “silenciada e silenciosa”⁶² de mais-trabalho que, vem se materializando no cotidiano da maioria dos profissionais, dado que, paulatinamente, está tendo aumento no fluxo das atividades de trabalho e nos esforços de todas as ordens (intelectuais, emocionais, relacionais etc.), na labuta profissional, a fim de se dar conta das demandas.

Isso acontece, mesmo sendo mantidas constantes as jornadas semanais de 40 horas e/ou 30 horas, a mesma força de trabalho e as condições técnicas de realização das tarefas, o que se configura naquilo que Rosso (2008, p. 42), entende por intensidade do trabalho, que é “[...] a condição pela qual requer-se mais esforço físico, intelectual ou emocional de quem trabalha com o objetivo de produzir mais resultados, consideradas constantes a jornada, a força de trabalho empregada e as condições técnicas”.

⁶⁰ Ibidem, p. 23.

⁶¹ Para Marx, “[...] é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor”. Nesse sentido, “[...] a grandeza de valor de uma mercadoria permanece constante se permanece igualmente constante o tempo de trabalho requerido para sua produção” bem como as forças produtivas, “[...] determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 2013, p. 162-163).

⁶² Consideramos uma prática “silenciada e silenciosa” porque a intensificação do trabalho de assistentes sociais, tanto nos IFET's como na esfera pública em geral, tem abordagens ainda incipientes, sendo necessário neste caso, ampliar tal discussão.

Desta feita, as práticas intensificadoras, extrapolam o trabalho material dos ramos industriais, pois passam a abranger o trabalho material e imaterial, sendo, portanto, segundo Rosso (2008, p. 31), um “[...] erro grosseiro supor que intensificação ocorre apenas em atividades industriais”, dado que “[...] o trabalho é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento do trabalhador. Tais atividades não-materiais estão em estado avançadíssimo de reestruturação econômica e nelas o emprego de trabalho intensificado é prática corriqueira”.

Nessa lógica, a intensificação vem se tornando fenômeno comum para o universo de trabalhadores, incluindo neste rol, os/as assistentes sociais dos IFET’s; intensificação que, vai se afirmando tanto na jornada formal de trabalho dos profissionais, como fora desta, uma vez que estes são cada vez mais cobrados a dar conta de mais-trabalho, ou seja, de mais atividades e tarefas.

Isso foi observado no conjunto das respostas da pesquisa dos/das assistentes sociais dos IFET’s, sobretudo devido a: ampliação dos programas de permanência estudantil e necessidade cada vez maior do trabalho focalista tendo em vista a minimização de recursos institucionais; análises de ações afirmativas; participação profissional nas atividades dos diferentes programas de ensino, pesquisa e extensão institucional; nomeações dos/das assistentes sociais em comissões institucionais por atos das administrações (como são as comissões internas de fiscalização de contratos);, inserção profissional nos Núcleos de Atendimentos às Pessoas com Necessidades Específicas-NAPNE’s; em Comissão de Sindicância etc. que muitas vezes não guardam relação com as atribuições privativas da profissão.

Nesse sentido, quando se indagou aos profissionais na pesquisa de campo sobre a questão da intensificação do trabalho – do ingresso no IFET’s até o momento atual – obteve-se respostas que apontaram aspectos de intensificação do trabalho no âmbito dos IFET’s, mesmo essa esfera pública não configurando lócus essencial e privilegiado de produção direta do mais-valor. Os excertos a seguir reafirmam a “silenciada e silenciosa” intensificação do trabalho que, sutilmente, adentra os meandros do cotidiano profissional no âmbito dos IFET’s:

Já estou aqui arfando. Porque, meu bem, sim. Nesses últimos treze anos, nós **tivemos um aumento gradativo de atividades, de atribuições**. Nós **tivemos uma ampliação muito grande dos nossos programas sociais** que, por um lado, foi bom, excelente, principalmente, para aquele aluno que realmente necessita. A questão é: **ao longo desses treze anos, a equipe não se ampliou de forma, como se diz, equivalente, para, realmente, dar o suporte necessário a todas essas demandas. Quando eu entrei aqui,**

nós tínhamos, praticamente, um programa, que era o programa de iniciação profissional, **com vinte alunos**. Então esses vinte alunos eram os únicos que almoçavam na instituição, no caso, tinham direito a uma refeição. **Hoje nós temos iniciação profissional com sessenta alunos**, nós temos uma **demanda diária de duzentas refeições**, nós temos um **programa de [...] auxílio transporte** que, hoje, nós estamos **com sessenta alunos**, nós temos a **monitoria, que nós fazemos o acompanhamento** mínimo, mas fazemos, e fazemos **com mais trinta alunos**. Então eu estou falando só e somente só dos programas. Ainda temos a EJA, que a EJA é um programa que fica muito mais na responsabilidade da minha colega porque funciona à noite. E aí a **EJA são mais oitenta alunos beneficiados**. **Então perceba que o quantitativo de alunos, só e somente só, beneficiados pelos programas, ele por si só, já é uma demanda muito grande para o serviço social. Mas nós não podemos trabalhar só e somente só com esses alunos. O Instituto, hoje, o campus [...] tem em torno de mil e quatrocentos alunos** regularmente matriculados. E todo e qualquer aluno que está regularmente matriculado tem o direito, sim, de vir a necessitar do serviço social e nós temos a obrigação, sim, de atendê-los (A. S., ENTREVISTA nº 12, grifo nosso).

[...] **uma jornada pesada, uma jornada pesada**. A gente está sempre envolvido com... especialmente, com o edital dos benefícios estudantis. A gente fica praticamente o ano todo com esse edital em aberto [...]. Pelo volume que a gente enfrenta de solicitações, até que a gente efetivamente termine o trabalho, a gente acaba emendando uma fase na outra, é isso que a gente tem percebido. Então é uma jornada bem exaustiva, bem exaustiva [...]. Nos períodos [...] de edital aberto é muito intenso, é muito intenso, porque a gente nunca sabe o volume de solicitações que vão chegar pra nós, né?, de auxílios estudantis. Embora a gente queira olhar assim, já consigo olhar pra dois anos atrás, a realidade muda a cada semestre, então é difícil tu ter um... não tem um padrão, não tem um padrão. Nesses últimos meses a gente percebe que o desemprego se intensificou bastante. Então há mudanças no perfil socioeconômico do estudante, mas nos momentos em que nós estamos com os editais em aberto é muito intenso. A gente fica à mercê de um volume que a gente não sabe qual vai ser, a gente já publicou antecipadamente o edital com prazos, a gente tem que cumprir aqueles prazos, quer dizer, eu, às vezes, coloco cinco dias pra fazer análise e é impossível, é impossível fazer no período que eu estou aqui. Aí são meses em que, são períodos em que eu dobro ou triplico a minha jornada [...], **são momentos em que eu faço os três turnos**. Eu paro para fazer as refeições e venho manhã, tarde e noite para o campus (A. S., ENTREVISTA nº 4, grifo nosso).

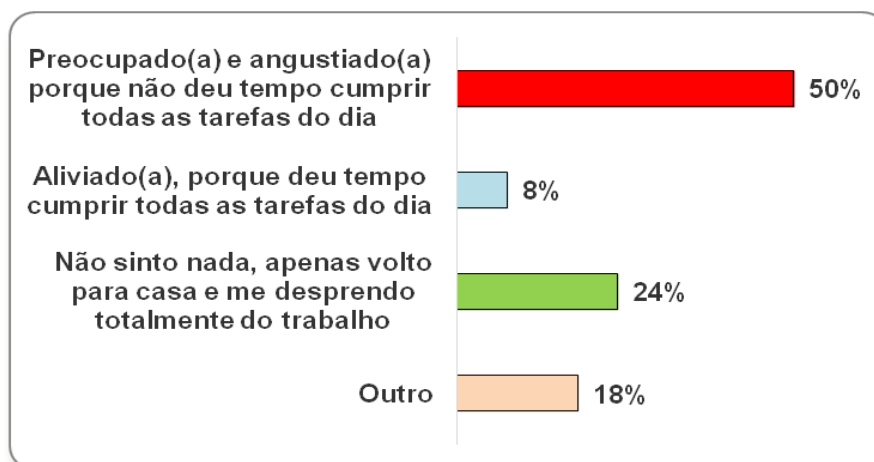
Hoje? **Hoje a minha jornada se constitui da seguinte forma: eu tenho horário para entrar e, muitas vezes, não tenho horário pra sair**. Eu canso de fazer três turnos, dentro dos dias que eu teria que estar aqui. Porque em função que eu tenho a liberação do meu doutorado, eu também entendo que eu... que a equipe se sacrifica, nesses dias que eu não estou, pra dar conta do horário do setor, em função que ele tem que funcionar três períodos e eu acabo ficando os três turnos, porque eu também não quero, mais uma vez, ter que contar com a equipe, muitas vezes, para trocar de horários, eles... em função pra mim, enfim, eu acabo ficando. **Eu me lembro agora, as últimas três semanas, eu fiquei dias direto: manhã, tarde e noite. E a questão do próprio intervalo, eu acabo não fazendo**. O intervalo, como nós temos a cantina, eu vou ali, almoço em quinze minutos e volto. Enfim, é bem complicado (A. S., ENTREVISTA nº 3, grifo nosso).

É intenso porque nós temos uma demanda de trabalho além do que podemos executar. Muito além. Muito além. Nós nunca fechamos um

planejamento, e olha que nós fazemos um planejamento [...]. Entendeu? Então, assim, eu acho, eu considero que a demanda de trabalho, aliada às péssimas condições, falta de infraestrutura..., ela **potencializa que a gente trabalhe dessa forma, assim, desumana**, pode-se dizer, né? (A. S., ENTREVISTA nº 1, grifo nosso).

Importante destacar que o aumento do trabalho, bem como das preocupações profissionais que o cerceiam, não cessa quando se encerra formalmente a jornada de trabalho nos IFET's. Isso se confirmou quando (50%) dos profissionais entrevistados afirmaram que, quando terminam a jornada de trabalho institucional, voltam para casa, mas continuam preocupados/as e angustiados/as com o trabalho pendente, porque não dá tempo cumprir todas as tarefas do dia, conforme expresso no Gráfico nº 17.

Gráfico nº 17: Como os profissionais se sentem ao voltar para casa após a jornada de trabalho formal no IFET



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes

Quando se junta todas as respostas dos profissionais que afirmaram que no final da jornada de trabalho têm a sensação de preocupações e angústias, (50%), com as respostas especificadas qualitativamente no item (Outro), esse índice aumenta para mais de 60%, sobretudo quando se observa a reiteração das seguintes colocações em relação ao quesito preocupação com o trabalho, angústias geradas por este e cansaço:

PREOCUPAÇÕES E ANGÚSTIA { Às vezes aliviada, mas às vezes preocupada com que ficou pendente (A. S., FORMULÁRIO nº 14).
 Às vezes fico preocupada com o planejamento e a execução das ações (A. S., FORMULÁRIO nº 2).

**PREOCUPAÇÕES
E ANGÚSTIA**

Às vezes me sinto angustiada pelas demandas do trabalho (A. S., FORMULÁRIO nº 90).

Às vezes preocupada com os prazos e com a conclusão do trabalho (A. S., FORMULÁRIO nº 118).

Até o início deste ano, sim, sentimento de angústia, frustração, extrema preocupação, devido à grande demanda de trabalho e apenas eu como assistente social e por me sentir extremamente vulnerável no espaço de trabalho, sem outro profissional para compartilhar (A. S., FORMULÁRIO nº 123).

PREOCUPAÇÕES

Atualmente aliviado, mas preocupado com eventuais atuações de avaliações socioeconômicas relacionadas à Assistência Estudantil; (A. S., FORMULÁRIO nº 39).

CANSAÇO

Cansada (A. S., FORMULÁRIO nº 87).

Cansada com a sensação de que nada foi feito porque ainda há muito por fazer (A. S., FORMULÁRIO nº 66).

Cansada e preocupada porque não consigo ter sequência nas atividades que desenvolvo, pois a sobrecarga de demandas é extensa (A. S., FORMULÁRIO nº 50).

Os profissionais também apontaram a existência de sazonalidade desses elementos geradores de tensão. Assim, informaram que se sentiam preocupados, angustiados e cansados, principalmente nos períodos das análises socioeconômicas e das matrículas⁶³ para ingresso nos IFET's através das ações afirmativas a que os estudantes dos IFET's têm direito.

**PREOCUPAÇÕES
ANGÚSTIA
CANSAÇO**

De acordo com o período, há uma variação entre as três alternativas anteriores (A. S., FORMULÁRIO nº 96).

Depende da época. Me enquadro nas três opções anteriores (A. S., FORMULÁRIO nº 104).

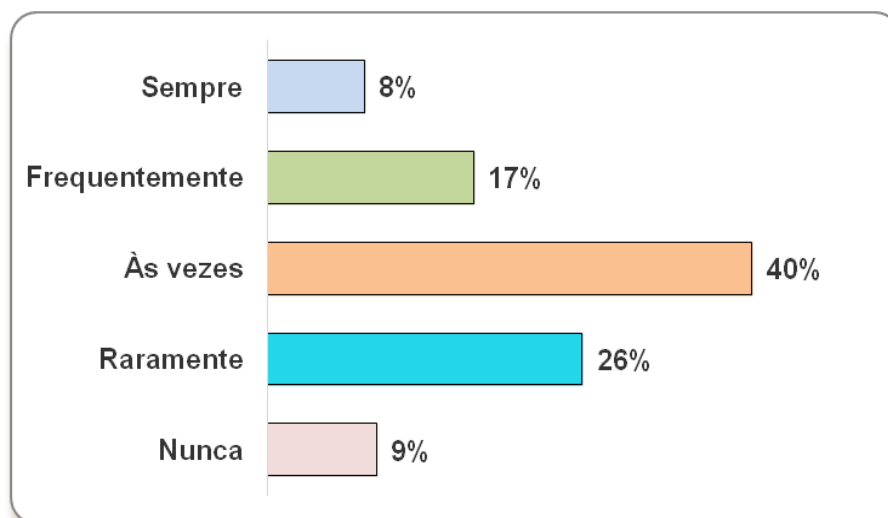
Depende do dia da semana. Da quantidade de demanda (A. S., FORMULÁRIO nº 74).

Quando há a sobrecarga de trabalho (período de análise socioeconômica) preocupada e, inclusive levo trabalho para casa (noite, feriados e finais de semana) (A. S., FORMULÁRIO nº 125).

⁶³ O período de matrícula é uma época de muita tensão entre os/as assistentes sociais, por dois motivos principais. Primeiro, porque os profissionais têm que dar conta, dentro do prazo do calendário escolar/acadêmico, do quantitativo de análise de reserva de vaga a ser realizada e, segundo, porque o parecer final da realização ou não da matrícula nas diferentes modalidades de ensino, pode levar o estudante a ser excluído da vaga, mesmo que este esteja aprovado nos exames para o curso pretendido.

Não é à toa, portanto, que, embora 24% dos profissionais (Gráfico nº 17) tenham afirmado que ao voltar para casa após a jornada de trabalho formal no IFET se desprenderem do trabalho; grande parte, afirmou que é comum ser obrigado mudar a rotina em casa, devido à necessidade de concluir atividades de trabalho que ficaram pendentes, conforme expressa o Gráfico nº 18:

Gráfico nº 18: Obrigatoriedade de mudança de rotina em casa devido à necessidade de concluir trabalho pendente do IFET

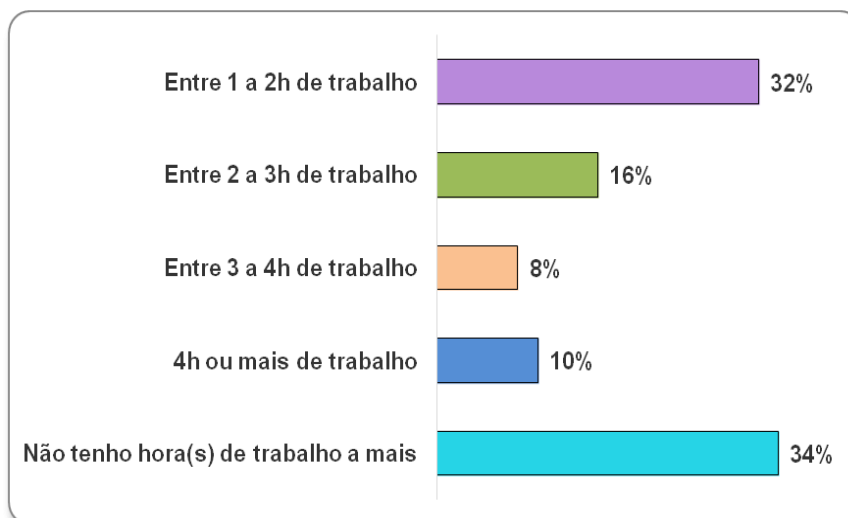


Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

As informações expostas no Gráfico nº 18 demonstram ser comum os/as assistentes sociais mudarem as rotinas da vida privada para tentar concluir alguma atividade de trabalho do IFET que ficou pendente.

Essa evidência é melhor explicitada quando se agrega todas as frequências e percebe-se que, do seu conjunto, 91% dos/das assistentes sociais, ou 133 (cento e trinta e três), denotam de alguma forma que, essa necessidade é premente para os profissionais em suas rotinas cotidianas de trabalho, o que atesta, por outro lado, a existência real do alongamento da jornada de trabalho dos/das assistentes sociais para além do espaço institucional, embora isso não seja previsto em seus contratos formais de trabalho, aspecto preocupante, mas confirmado por 66%, ou 97 (noventa e sete), dos profissionais, quando indagados sobre o quantitativo de horas em média a mais de trabalho que perfazem semanalmente sem ser computadas formalmente na carga horária que cumprem.

Gráfico nº 19: Tempo de trabalho semanal em média dos/das assistentes sociais não computado enquanto carga horária formal de trabalho



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

O alongamento da jornada, além de se constituir como uma forma de sucção de mais-trabalho, também contribui, conforme visto linhas atrás, para acumular mais cansaço físico, psicológico, intelectual etc., e ir fragilizando, em longo prazo, a força de trabalho dos profissionais que trabalham nos IFET's pesquisados, condição teoricamente aproximativa da situação vivenciada pelo conjunto de trabalhadores, sobretudo dos que mais diretamente participam da produção capitalista, conforme explicita Marx (2013, p. 338, grifo nosso):

[...] **a produção** capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, **sucção de mais-trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho**, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. **Ela produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho.** Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida.

O alongamento da jornada de trabalho, embora – não formalmente previsto nas contratações dos profissionais, é motivado por uma série de elementos que conjuntamente têm raízes e se articulam nas próprias relações sociais da dinâmica capitalista. Nesse sentido, como evoca lamamoto (2007, p. 424, grifo nosso):

Para além dos acordos previstos no contrato de trabalho [...] **o que determina o cotidiano das ações profissionais são as condições e relações sociais que circunscrevem esse trabalho.** Elas interferem no seu direcionamento, nas atribuições delegadas, nos recursos autorizados,

entre outras dimensões, cuja força decorre das relações de poder econômico e político que repercutem no próprio conteúdo e a qualidade do trabalho realizado. **Soma-se a isso a interferência dos requisitos de produtividade, eficiência, as pressões dos prazos e das rotinas a serem observadas**, embora os agentes profissionais possam nelas interferir em razão de sua competência e da força política que disponham.

Essa apropriação indébita, embora não se vincule ao trabalho produtivo, entendido como aquele que gera mais-valor direto, é extremamente favorável à esfera da reprodução, dado que traz vantagens, ao ciclo geral da acumulação do capital, na medida em que contribui para gerar certa “economia” estatal nas contratações da força de trabalho, embora às custas de sobrecarga de trabalho para os profissionais.

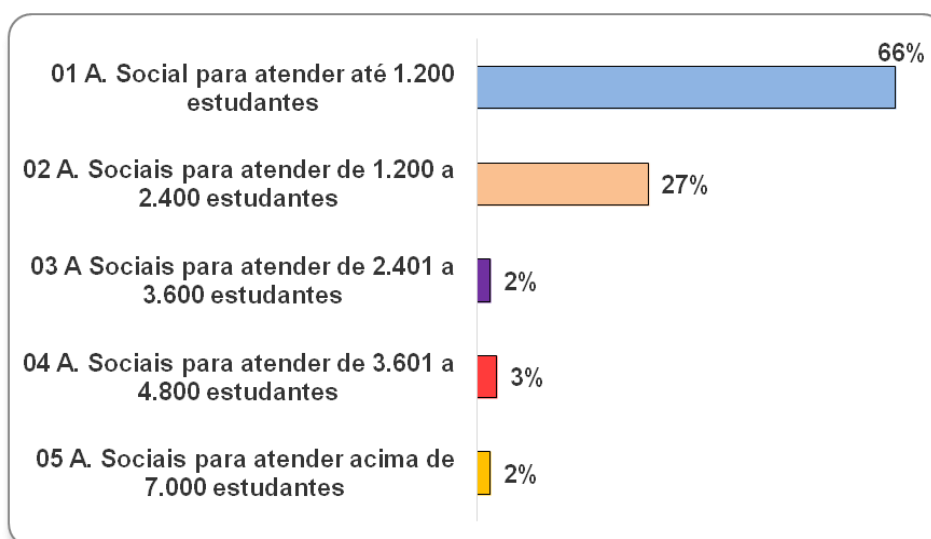
Aqui, se traz à tona, a concepção de que, embora não participem diretamente da criação do mais-valor direto, na medida em que os/as assistentes sociais labutam na esfera pública estatal, a criação desse valor pode acontecer de forma indireta.

Como isso pode se expressar?

Na “economia” de novas contratações, no tempo de trabalho assalariado subtraído, mas não pago, sobretudo quando há extensão do tempo dedicado ao trabalho. Outra forma é, quando os profissionais são escalonados e exigidos a manter o controle/regulação social dos estudantes na educação profissional e tecnológica, que a médio ou em longo prazo se tornarão – mediado pela política educacional –, força de trabalho produtora de mais-valor, assim que “recrutados”/absorvidos pelo mercado para o exercício do trabalho simples em detrimento do trabalho complexo. Este processo hoje, tem se tornado inarredável do curso da acumulação, aspecto que conseqüentemente incide nas condições objetivas de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET’s.

Mirando nos dados da pesquisa, essa realidade vem à tona, sobretudo quando revela que o número de contratações de profissionais para dar conta de um quantitativo de potenciais usuários dos serviços sociais educacionais dos IFET’s e suas demandas complexificadas – sobretudo pelas atuais condições de desigualdades econômico-sociais –, são sempre inferiores em relação ao número de estudantes que podem figurar a qualquer tempo com alguma necessidade social, e, portanto, demanda de atendimento a ser mediada pelos profissionais do Serviço Social.

Gráfico nº 20: Correspondência entre o quantitativo de assistentes sociais em cada IFET em relação à potencial demanda a ser atendida



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

O Gráfico nº 20 põe em evidência que a grande maioria dos IFET's contrata apenas 1 (um) profissional para dar conta das demandas, sendo, dessa forma, uma prática geral adotada nos 5 (cinco) estados e regiões pesquisadas para a contratação de assistentes sociais via concurso público, apesar de haver os que tentam priorizar a contratação de 2 (dois) profissionais por unidade, como é o caso da maioria dos *campi* do IFRN e de poucas unidades dos *campi* do IFPA; do IFMG; IF Sul, Sudeste e Norte de MG; do IF Sul/RS; e do IFG.

Nas situações que apresentaram percentual acima de 3 (três) assistentes sociais em cada IFET, são as que os profissionais trabalham nas Reitorias ou no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal – SIASS, criado em 29 de abril de 2009 pelo Decreto nº 6.833, que, de acordo com seu Art. 3º, inciso de I a III, objetiva prestar assistência à saúde dos servidores públicos federais, periciar oficialmente os servidores para o exercício ou não das atividades laborais, além de promover, prevenir e acompanhar a saúde destes enquanto forma de intervir tanto nos processos de adoecimento individual “[...] quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho” (BRASIL, 2009).

A não correspondência de ampliação das demandas e do número de usuários para os serviços sociais nos IFET's é ilustrada por uma das falas que reforça que, tanto a quantidade de estudantes quanto a de trabalho ampliou-se, sem por outro lado em nada alterar o quadro de profissionais:

Quintuplicou o número de estudantes, mas o número de assistentes sociais não. Não acompanhou essa lógica. E aí sobrecarrega. Eu falei no iníciozinho que a gente tem que fazer as análises dos *campi* que não têm assistente social. Antes era eu e o meu CEFET⁶⁴ só. Então eu só atendia ali o meu CEFET, hoje não, eu tenho que atender o meu CEFET e os outros cam... agora é campus [...] e os outros *campi* que não têm o assistente social também. Então, política [...] pobre para pobre, **com condições de trabalho pobre também empobrecidas, pros trabalhadores, incluindo os assistentes sociais, aí eu me incluo completamente** afetada (A. S., ENTREVISTA nº 6, grifo nosso).

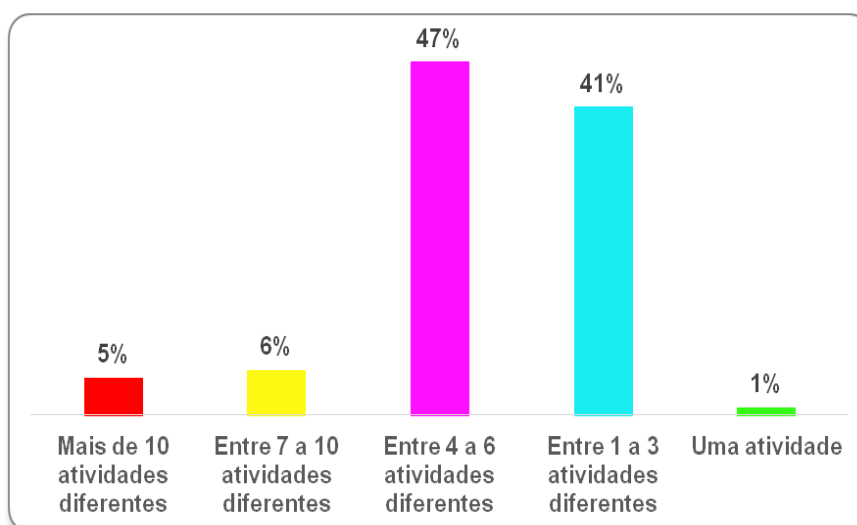
[...] **a gente não viu o quadro da equipe, o quadro de profissionais da equipe aumentar**, a gente esbarrou numa história de uma... eh... de um limite de técnicos administrativos e de docentes. Então, o próprio diretor já tentou conseguir mais códigos de vagas pro serviço social, mas esbarra no limite aí de profissionais, de acordo com o tamanho de cada campus. Então, [...] o campus mais antigo, assim... em termos de estrutura física, as melhorias foram pontuais no processo de dois mil e seis pra cá. Você tem um outro prédio que foi agregado, mas você **teve o ingresso de um contingente maior de estudantes das classes populares e a equipe de serviço social ela não acompanhou.** Não acompanhou, de todos os *campi*, nós fomos o que, na verdade, não ampliamos nosso quadro. De todos os *campi*, a gente foi o único campus que não ampliou o nosso quadro (A. S., ENTREVISTA nº 9, grifo nosso).

[...] é uma **expansão com oferta de mercado, mas com precarização, com uma quantidade por campus, insuficiente diante das demandas.** Porque, assim, a gente... se for prestar assistência qualitativa pra esse aluno, que requer uma articulação com a rede de serviços, que requer algumas informações pertinentes, atualizadas, que requer com esses encaminhamentos, que requer [...] para além desses programas institucionais, deveria de ter, no mínimo [...] por exemplo, setecentos alunos [...] nós temos nesse campus, **duas é insuficiente, seria três, e para mil e poucos alunos, seria umas quatro assistentes sociais.** Então, assim, **não dá pra gente dar conta desse universo com essas demandas que chegam** (A. S., ENTREVISTA nº 10, grifo nosso).

Não é, portanto, por livre e espontânea vontade que os profissionais passam a se envolver, em um único dia de trabalho, em várias atividades simultâneas. O Gráfico nº 21 evidencia essa situação, quando aponta na mesma jornada de trabalho ser comum aos/às assistentes sociais realizarem de 1 (uma) até 10 (dez) atividades diferentes, estando dentre elas inclusas: atendimentos individuais, participação em reuniões pedagógicas, visitas sociais, planejamento e/ou execução de atividades coletivas de caráter pedagógico, análises socioeconômicas etc.

⁶⁴ A entrevistada utiliza essa expressão porque a unidade de trabalho à qual está vinculada tinha essa nomenclatura antes de se transformar em IFET.

Gráfico nº 21: Número em média de atividades desenvolvidas em um único dia de trabalho no IFET



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

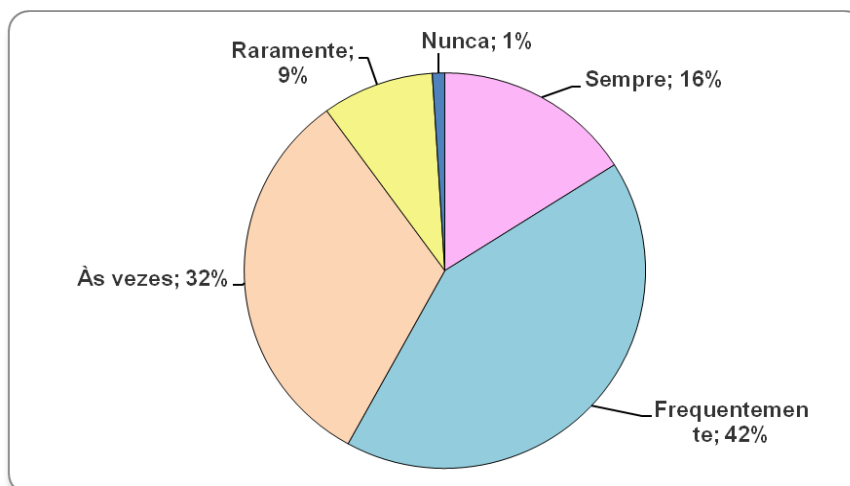
Como há permanente rotatividade na procura dos estudantes pelo Serviço Social, não há uma rotina fixa estabelecida para as atividades desenvolvidas.

Assim, quando se considera a mínima quantidade de profissionais em cada IFET – em relação às potenciais demandas –, bem como o envolvimento dos profissionais em mais de uma atividade e em diferentes processos de trabalho; logo, isso vem contribuir para que as atividades que estão sendo elaboradas e/ou executadas sejam continuamente interrompidas na perspectiva de se tentar dar conta de outras atividades consideradas mais urgentes, o que pressupõe certa necessidade de polivalência dos profissionais para atendimento de várias atividades ao mesmo tempo, polivalência que no dizer de Rosso (2008, p. 123):

[...] não significa apenas aquilo que na aparência insinua como capacidade de realizar diversos trabalhos. Acima disso, polivalência é a capacidade de realizar diversos serviços ao mesmo tempo, o que significa essencialmente realizar mais trabalho dentro da mesma duração da jornada.

Nesse sentido, é que, quando os profissionais foram indagados sobre a frequência de interrupção nas atividades que estão realizando na perspectiva de tentar dar conta de outras mais urgentes, apresentaram as seguintes respostas em relação a tal rotina:

Gráfico nº 22: Com que frequência os/as assistentes sociais interrompem a realização de uma atividade para dar conta de outra mais urgente



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

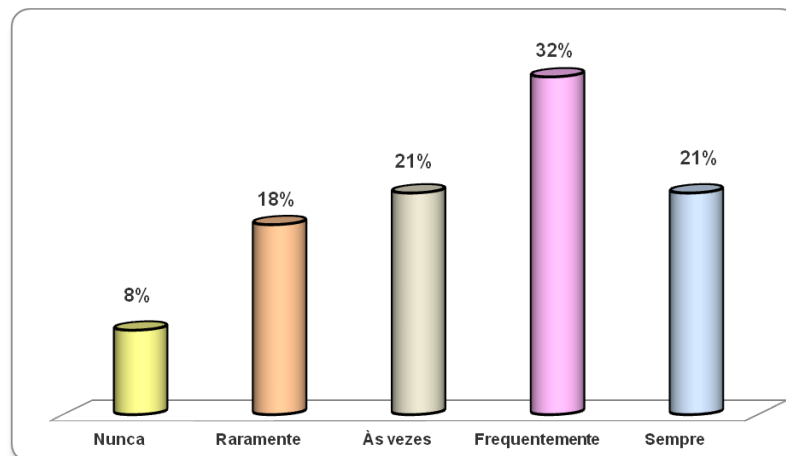
Quando se agregam todos os percentuais, do Gráfico nº 22, que indicam a frequência de interrupções nas atividades pelos/as assistentes sociais, logo se vislumbra ser comum, os profissionais pausarem o trabalho que realizam no cotidiano dos IFET's a fim de dar conta de outras tarefas mais emergenciais, o que pode configurar um "solo" perigoso para o exercício profissional imediatista e pragmático.

Outro aspecto identificado que chama atenção na pesquisa e se torna alvo de preocupações é a tendência dos/das assistentes sociais, além de assumirem as atribuições do trabalho profissional, serem solicitados a realizar atividades administrativas de caráter de nível médio, portanto não privativas da categoria. Isso é ilustrado no seguinte excerto de uma das entrevistas:

Eu me sinto pressionada pra assumir funções que não são minhas, assim, num é uma pressão direta, é uma pressão velada, e eu percebo que eles fazem isso de uma forma muito desrespeitosa, não comigo, sabe, mas com outros servidores. Há essa coisa velada e a pessoa se nega e é esse servidor que amanhã vai sofrer assédio, é ele que é tachado como: "Ah, só faz o que ele quer fazer". Eu vejo muito dessa forma, assim, que existe uma pressão pra gente assumir questões que não são da nossa atribuição, que não são da nossa/digo assim, nem nossas atribuições privativas e competências não, algo pra além assim. "Ai, preciso de uma pessoa para... – sei lá – trabalhar no dia do vestibular". Então, assim, se você se nega, isso tem um preço (A. S., ENTREVISTA nº 8, grifo nosso).

Essa situação é também reforçada pelos profissionais em resposta ao formulário de pesquisa, conforme anunciado no Gráfico nº 23:

Gráfico n° 23: Frequência com que os/as assistentes sociais são solicitados/as a realizar atividades administrativas não privativas da profissão nos IFET's que são de atribuições de técnicos administrativos de nível médio



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Tal realidade, é tributária do atual contexto capitalista de crise que prevê, além do enxugamento nos quadros de trabalhadores em todas as esferas da empregabilidade, a necessidade de multifuncionalidade e flexibilidade da força de trabalho para assumir várias tarefas. O objetivo principal é ativar o enxugamento nas contratações, aspecto que pode provocar, por um lado, o acúmulo de tarefas para a classe trabalhadora e, por outro, a exploração desta.

Essa suposta “economia” (de não criação de novas vagas de trabalho), vem sendo posta em prática desde os anos 1990 por FHC via contrarreforma gerencial e desmonte do setor público, cujas consequências, dentre outras, implicaram:

[...] a não reposição de quadros quando de processos de aposentadorias e o não aumento de contratações quando da expansão de serviços. Tal movimento de controle da expansão dos quadros do Estado impôs na sobrecarga de trabalho sobre os ombros daqueles servidores públicos que permaneceram em seus postos. Em outras palavras, gerou um processo de intensificação (ROSSO, 2008, p. 122).

Diante disso, percebe-se que, de fato, assim como os demais trabalhadores, que a labuta dos/das assistentes sociais dos IFET's pesquisados, está, conforme lamamoto (2007, p. 424), sujeitada a um conjunto de determinações, que, incrustadas nas relações e dinâmica capitalista, fogem ao seu controle, mesmo que se considere sua relativa autonomia. Isso se dá porque de fato existe:

[...] uma *tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho*. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (IAMAMATO, 2007, p. 424, grifo do autor).

A partir desses elementos, torna-se difícil os/as assistentes sociais dos IFET's não serem capturados/as pelo conjunto de contradições que recaem sobre suas condições de trabalho, particularmente, no que tange às condições estruturais, do controle, da burocratização etc., que, diga-se de passagem, mesmo considerando os elementos que fragilizam tais condições, estas certamente podem ser melhores, se comparadas às condições mais precarizadas, como aquelas que, se realizam mediante exposição ao calor, ruídos excessivos, impactos, agentes químicos, biológicos, sem proteção trabalhista, insalubridade, periculosidade, como são exemplo o trabalho clandestino, realizado por outros trabalhadores em olarias, mineradoras, em espaços de manipulação de agentes explosivos e/ou inflamáveis etc.

Por outro lado, o trabalho profissional pode ser considerado mais precarizado do ponto de vista das condições estruturais, materiais, éticas e técnicas de trabalho, disposição de recursos etc, se comparado às condições daqueles que detêm os meios de produção e o domínio da dinâmica capitalista, como são exemplo os acionistas majoritários das corporações financeiras bancárias, das empresas oligopólicas etc. De qualquer forma, está apontado até aqui, indicativos de que as condições de trabalho dos profissionais dos IFET's, que vendem sua força de trabalho em troca do assalariamento, não são ideais, consequência, dentre outras situações, da sua imersão na dinâmica na contraditória e complexa relação capital x trabalho assalariado.

Importa, diante disso, saber a compreensão desses/as trabalhadores/as sobre tais condições. É o que será apresentado a seguir.

5.4 Entendimento dos/das assistentes sociais sobre suas condições de trabalho e a realização do mais-trabalho “ocultado” pelo processo de virtualização

Aproximar-se do entendimento que os profissionais têm de suas próprias condições de trabalho, em qualquer área de conhecimento, é transitar por um “solo arenoso”, que exige certos cuidados. Isso se dá, principalmente, pelo campo da compreensão se constituir enquanto área do saber, não raro, atravessado por concepções endógenas, com ranços subjetivistas, aspectos que, passam a exigir esforços metodológicos cautelosos para o distanciamento das respostas autofavorecedoras dos sujeitos que emitem a compreensão.

No entanto, conforme Rosso (2008, p. 104), há de se considerar, que sendo “[...] os trabalhadores sujeitos diretos do trabalho e como tal as pessoas em posição mais avantajada para avaliar a variação de suas condições [...]” de trabalho, não há dúvida de que, são estes diretamente que devem emitir a compreensão das suas expressões cotidianas da situação que vivenciam nos ambientes de trabalho e, até fora dele.

Nessa perspectiva, visando distanciar-se do viés de respostas autofavorecedoras, buscou-se durante todo o processo de pesquisa, que envolveu 146 (cento e quarenta e seis) assistentes sociais das 99 (noventa e nove) unidades dos IFET’s localizados em municípios diferentes –, formular perguntas que pudessem contemplar respostas sobre as condições de trabalho fossem essas favoráveis ou não.

Esse cuidado metodológico, também foi seguido nas perguntas do roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice C), na medida em que as mesmas foram acompanhadas de outras indagações que visaram aprofundamento nas respostas.

Resultaram dessa cautela, informações que puderam expressar a compreensão de avaliações favoráveis (embora em menor grau) e desfavoráveis sobre as condições de trabalho vivenciadas pelos profissionais, dado que foi solicitado a estes, avaliarem as condições de trabalho, do momento de ingresso nos IFET’s à atualidade, considerando aspectos éticos, técnicos, de exigências institucionais, de demandas estudantis, das tensões, pressões e intensificação do trabalho. As compreensões positivas em relação a isso estão expressas nos seguintes extratos do Quadro nº 12, a seguir:

Quadro nº 12: Compreensão dos profissionais em relação às condições favoráveis de trabalho nos IFET's

Categorias	Compreensão dos profissionais
<p>Condições humanas, físico-estruturais, materiais e financeiras de trabalho</p>	<p>Ao longo dos três anos de trabalho no campus [...] do IF [...] as condições de trabalho avançaram paulatinamente ao ponto de o Serviço Social contar com Sala de Atendimento Individual (dividida com a Psicologia); mesa e computador individual; impressora; Caracterização Socioeconômica dos Estudantes no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, o que facilita sobremaneira a execução do trabalho diário, tendo em vista o quantitativo de estudantes a serem acompanhados; Ampliação do acesso aos veículos da instituição para a realização de visitas domiciliares e participação em eventos relativos às minhas atribuições profissionais; Implantação do sistema eletrônico de gerenciamento das bolsas auxílios através do SUAP, o que facilita o trabalho e nos auxilia na identificação de faltas do estudante/bolsista à aula, ao Programa de Alimentação etc., o que maximiza o tempo de trabalho diário e reduz a burocracia diária a ser cumprida. Em suma, avalio que desde quando entrei no IF [...] as condições de trabalho melhoraram significativamente, principalmente com a informatização das informações de nossos alunos, haja vista não ser necessário correr atrás de uma pilha de papéis para termos informações preliminares de um aluno a ser atendido. Basta procurá-lo no SUAP por nome ou matrícula que temos acesso a informações socioeconômicas, boletim, faltas, se já participou ou participa de alguma bolsa etc. Enfim, a informatização faz com que o trabalho do Serviço Social seja mais otimizado, ao passo que facilita a busca de informações do aluno e familiares, assim como desburocratiza um pouco a atuação do Serviço Social no dia a dia. Mas o maior avanço que considero nesses três anos de trabalho diz respeito ao conhecimento da realidade socioeconômica dos estudantes do campus [...], e, principalmente, a proximidade e confiança dos estudantes que não veem o Serviço Social como profissão que apenas concede bolsas, mas como uma profissão do diálogo, da escuta e da intermediação familiar, educacional e comunitária. As dificuldades existiram e existem para se conseguir melhores condições de trabalho, não obstante, conseguimos enquanto profissão, através do diálogo e da cobrança, um mínimo de condições de trabalho (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 15, grifo nosso).</p> <p>Do momento que ingressei aos dias de hoje, houve uma melhora no sentido de termos ampliado o quadro de profissionais, hoje divido o espaço profissional com outra assistente social, auxiliando principalmente nas contribuições diante das tomadas de decisões. Os recursos da Assistência Estudantil tiveram um acréscimo nos últimos anos, o que auxiliou também na melhoria no desenvolvimento de nossas atividades, já que tivemos mais condições de ampliar a política de assistência ao estudante (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 29, grifo nosso).</p> <p>Avalio com uma sutil melhora, sobretudo, ligada às condições materiais de trabalho, pois somente no ano de 2016 conseguimos uma sala para atendimento exclusivo do Serviço Social (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 59, grifo nosso).</p> <p>Avalio que as minhas condições de trabalho melhoraram, uma vez que foram sendo instalados os equipamentos, organizadas as estruturas e sendo cumpridas as minhas atividades, correspondentes a minha função/cargo (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 102, grifo nosso).</p>
<p>Condições de trabalho frente à autonomia e ao reconhecimento profissional</p>	<p>Em termos de estrutura e condições de trabalho, ao responder este questionário, refleti que me encontro, talvez, em um espaço privilegiado. No momento, as angústias do meu trabalho se mesclam entre a grande burocracia a ser cumprida e a exclusão "invisível" institucional, dificultando os fluxos de trabalho (conceito de educação; evasão; alto nível de retenção; entre outros (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 70, grifo nosso).</p> <p>As condições de infraestrutura e equipamentos são boas, mas falta profissionais na equipe de assistência estudantil o que demanda o acúmulo de trabalho e exigência de prazos, principalmente para os assistentes sociais envolvidos com editais de avaliação e acompanhamento dos estudantes (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 89, grifo nosso).</p>

<p>Condições de trabalho frente à autonomia e ao reconhecimento profissional</p>	<p>Os processos mais complexos e desgastantes foram aqueles que envolveram o reconhecimento da inserção do Serviço Social em uma Instituição de Ensino e consequentemente, como profissional da Educação. Era nítido o desconhecimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica, especialmente quanto as minhas atribuições e necessidades para o desenvolvimento do trabalho. Percebo que o fortalecimento gradual se deu não apenas pelo esforço individual, mas, sobretudo, através do fortalecimento coletivo da categoria na Instituição, por meio da participação em instâncias como Câmara de Assistência Estudantil, reuniões de categoria, grupo de e-mails. A inserção nesses espaços possibilitou termos voz ativa na construção da Política de Assistência Estudantil (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 67, grifo nosso).</p> <p>Considero minhas condições de trabalho ótimas, pois tenho boa estrutura física, material e liberdade de atuação [...] (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 61, grifo nosso).</p>
<p>Condições de trabalho diante do lugar ocupado no espaço sócio-ocupacional</p>	<p>Minhas condições de trabalho no campus só têm ampliado desde o meu ingresso, como: estrutura física e materiais; a Instituição/campus tem investido em programas de qualidade de vida para o servidor; há respeito ao profissional do Serviço Social por parte da gestão do Campus em sua especificidade técnica [...]; há autonomia do Assistente Social para o exercício profissional sem interferência externa, e as tensões postas são resolvidas mediante diálogo [...]. (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 136, grifo nosso).</p> <p>Desde que cheguei no IF [...] minhas condições de trabalho, até hoje, sempre foram muito boas, sempre tive em mãos tudo o que solicitei. Quanto aos aspectos éticos sempre tive o que requeri. Quanto aos aspectos técnicos, participei de muitos cursos e capacitações no Brasil [...] e no mundo (apresentei trabalho em Estocolmo com tudo financiado pelo IF), tive muito apoio no mestrado (carga horária de 25 horas semanais no trabalho e ressarcimento dos valores das mensalidades pagas) e estou tendo no doutorado (inclusive com afastamento para doutorado e com e ressarcimento dos valores das mensalidades pagas). Na minha instituição, servidor tem todo apoio para capacitação e temos políticas claras para isso. Procuro pensar e estudar diante das exigências institucionais e/ou demandas dos estudantes, das tensões, pressões. Por enquanto, o trabalho não interferiu na minha vida privada de forma negativa, nem na minha saúde [...]. (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 57 – Atuação na Reitoria, grifo nosso).</p> <p>As condições de trabalho melhoraram bastante, tendo uma estrutura física e tecnológica ótima. Há um respeito maior às atividades desenvolvidas, porém passando por algumas pequenas pressões, por ser uma atuação nova na área da educação a distância, o que gera alguns conflitos quanto à necessidade ou não da assistência estudantil para essa modalidade de ensino (A. Social, formulário n° 127 – Atuação no EAD do IFET, grifo nosso).</p> <p>Iniciei no Câmpus. Era uma loucura. Tudo pra ontem, considerando o déficit de profissionais. Na Reitoria, falta de autonomia profissional e “Caixa Preta” para os recursos. No SIASS a coisa pública mudou. Aqui há transparência, autonomia, e as condições favoráveis para se pensar e realizar o trabalho enquanto Assistente Social. Afinal, trabalhamos diretamente com a saúde do Servidor. Se não dermos exemplo a coisa fica feia (A. Social, formulário n° 62 – no SIASS, grifo nosso).</p>

Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Percebe-se, a partir dos extratos apresentados pelos profissionais, que sua compreensão sobre condições de trabalho favoráveis está relacionada à disponibilidade de assistentes sociais e/ou recursos humanos para o desenvolvimento das demandas apresentadas ao Serviço Social, às condições físico-estruturais, à disposição de recursos materiais e equipamentos, à boa estrutura tecnológica, sobretudo de sistema eletrônico informatizado para otimização das rotinas de trabalho, às condições ético-técnicas e de aumento de recursos financeiros para o desenvolvimento da Política de Permanência Estudantil, que, por

sua vez, não pode deixar de ser dito, é diretamente proporcional à expansão no número de matrículas para os diferentes níveis e modalidades de ensino.

Associada a tais condições, também se destaca a possibilidade de o IFET conceder o direito de realização, – conforme informado pelos profissionais –, da formação continuada em Serviço Social. Outro aspecto destacado na compreensão dos profissionais que expressa condições favoráveis de trabalho diz respeito à possibilidade de autonomia mais alargada no exercício da profissão no âmbito do IFET, assim como reconhecimento institucional e dos usuários no que diz respeito à própria profissão.

Essa compreensão se concentra de forma mais destacada, principalmente no entendimento dos/das assistentes sociais que têm lotação funcional mais vinculada às Reitorias ou ao SIASS.

Assim, diferentemente dos *campi*, que centram o trabalho muito mais na área executiva da política de permanência estudantil, o trabalho dos/das assistentes sociais nas Reitorias dos IFET's volta-se muito mais para a realização de atividades no campo do planejamento dessa política, “acompanhamento e avaliação das ações, estabelecimento de políticas e diretrizes educacionais da assistência estudantil, dentre outras ações”, conforme informado por um dos profissionais desse espaço sócio-ocupacional pertencente a uma das unidades dos IFET's (A. Social, formulário nº 88).

Já no caso do SIASS, as atividades são desenvolvidas mais na área da prevenção, promoção e acompanhamento da saúde de servidores, situações que de certa forma permitem alargar a autonomia – em ambos os espaços –, tendo em vista a particularidade de cada trabalho, das relações estabelecidas entre as forças de trabalho, público atendido e viabilidade de controle da organização e planejamento dos processos de trabalho.

Embora a compreensão de condições de trabalho favoráveis nos IFET's não tenha se destacado em grande monta no conjunto geral da pesquisa, importa destacar que tais compreensões estiveram presentes nas falas dos profissionais. Isso expressa parte da dinâmica social, complexa e contraditória na qual está imersa as condições de trabalho dos profissionais nos IFET's que se vincula e é reflexo da expansão institucional desordenada – sobretudo a partir de 2008 – e da ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais na educação profissional e tecnológica, a partir de uma estrutura física, material, informacional, financeira, tecnológica, territorial e com recursos humanos, diversamente desigual entre os IFET's.

Essa dinamicidade encampa, condições de trabalho muito diferentes, inclusive no interior das Reitorias, conforme expressa uma das falas que representa a compreensão desfavorável em relação às condições de realização do trabalho profissional nesses campos de atuação, aspecto que contrasta com as avaliações dos excertos apresentados anteriormente:

Piorou. A escassez de recursos tem afetado diretamente as condições de trabalho do servidor, tanto no aspecto das condições de trabalho (temos que comprar nossa água, café, açúcar etc.), **falta material de expediente, concessão de diárias para visita aos campi, falta recursos para capacitação dos servidores, enfim... por outro lado, a fiscalização no horário de trabalho, da assiduidade, da produtividade, somente tem aumentado, demonstrando que o servidor hoje se encontra em estado permanente de vigilância** (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 88, grifo nosso).

No câmpus a minha rotina profissional era mais tranquila, apesar que com o passar dos anos o trabalho aumentou significativamente (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 26, grifo nosso).

A estrutura física é comprometida, pois divido a sala com outro colega que é engenheiro do trabalho, neste sentido falta espaço e privacidade, ou ele se retira da sala, ou realizo os atendimentos em salas de reuniões (tenho armários restritos ao serviço social). Os recursos de trabalho como computador, internet e impressora mantiveram-se acessíveis. A demanda espontânea aumentou, devido à visibilidade dos trabalhos da coordenação, **mas os recursos financeiros e humanos não acompanharam este aumento**, atualmente somos dois profissionais lotados na coordenação de atenção à saúde e qualidade de vida do servidor: assistente social e engenheiro do trabalho. É necessário um investimento em uma equipe multidisciplinar, porém **encontramos muitas resistências para nomeação ou redistribuição de especialistas (inclusive para o assistente social). Outro foco de tensão é relacionado a recursos financeiros para execução de projetos pertinentes à coordenação, existe a cobrança, mas não há contrapartida financeira ou de recursos humanos [...]** (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 42, grifo nosso).

Ainda que tenham sido mencionadas condições de trabalho favoráveis à realização da labuta profissional, o que de fato prevaleceu foram respostas em sentido contrário, ou seja, a grande maioria dos profissionais, tanto nos formulários de pesquisa como nas entrevistas semiestruturadas, frisou que as condições de trabalho pioraram em todos os sentidos desde do ingresso no IFET até o momento de realização da pesquisa, conforme relatado no Quadro nº 13, a partir dos extratos retirados dos formulários de pesquisa.

Quadro nº 13: Avaliações desfavoráveis em relação às condições de trabalho nos IFET's

Variáveis	Avaliações desfavoráveis em relação às condições de trabalho
<p>Prazos exíguos, cumprimento de metas, urgência nas respostas, burocracia, fiscalização e gestão gerencial do trabalho</p>	<p>[...] Perdemos muito tempo explicando nosso fazer, elaborando relatórios, fluxogramas, planilhas, para que nossas ações sejam enfim aceitas, apesar de ainda questionadas. Muitas pressões, muitos prazos e muitas tensões desnecessárias, aumentando a demanda burocrática. Muitos conflitos com a gestão do campus, são muitas dificuldades no nosso cotidiano profissional (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº32)</p> <p>No que tange ao processo de trabalho em si, por lidar com recursos, o assistente social no âmbito do IF [...] é constantemente convocado a executar trabalhos administrativos e burocráticos que, tendo em vista inclusive as discussões empreendidas nos cursos de serviço social (que tratam do assistente social como mero executor terminal de políticas sociais), engessam o fazer profissional, produzindo descontentamentos e/ou estresses no trabalho, e a situação se agrava ao ter que se realizar essas atividades para se cumprir uma meta urgente, em concomitância com demandas de atendimentos urgentes junto a usuários em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal/social. Em decorrência de situações como essa, passei a notar problemas relacionados à dicção (colocar palavras desconexas em uma frase), a falta de paciência e ainda um bruxismo que começou de forma silenciosa e agora é nítido, bem como, nos dias em que necessito ficar no instituto por mais tempo, chego em casa indisposta para qualquer atividade, inclusive para a atividade sexual (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº31).</p> <p>A demanda de trabalho tem crescido consideravelmente. As condições físicas não são das piores, mas, não temos, ainda, um espaço privativo para atendimento. Estamos cada vez mais envolvidas em atividade diversas, com projetos de extensão e ensino. Não temos uma equipe interdisciplinar na Coordenação de Assistência Estudantil, nem um assistente em administração, o que nos leva a perder muito tempo com atividades burocrático-administrativas, como confecção de planilhas para pagamento de auxílios estudantis. O aumento da demanda e o tempo perdido com atividades não próprias do Serviço Social faz com que tenhamos que utilizar outros recursos, como, por exemplo, o whatsapp, para resoluções de problemas, quando não estamos no ambiente de trabalho, gerando mais cansaço e estresse (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº98).</p>
<p>Componentes de perseguições</p>	<p>O nível de tensão na instituição aumentou muito nos últimos quatro anos. Principalmente, após as tensas interlocuções com a reitoria sobre o processo de trabalho de 6 e 8h. Temos vivido um período de muitas perseguições, mudanças de rotinas de forma brusca, muita cobrança de auditorias, processos administrativos, e tudo isso tem gerado um clima tenso nos <i>campi</i>. Aspectos que não eram vividos por mim nos primeiros anos de IF [...] estou caminhando para quase dez anos de instituição [...] de efetivo exercício na instituição e posso dizer que muita coisa mudou, e não foi para melhor (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº16).</p> <p>O medo constante de não estar prestando um serviço de qualidade; dificuldades de enfrentar perseguições políticas por parte de diretores. No momento, as condições de trabalho melhoraram (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 47).</p>
<p>Imposição para realização de atividades não privativas</p>	<p>As condições de trabalho (físicas e estruturais) melhoraram, as demandas de trabalho aumentaram (tem que ser realizado o trabalho do técnico e do assistente em administrativo ao mesmo tempo, pela falta desse último, e por você estar só como profissional no setor). A quantidade de alunos do campus aumentou, conseqüentemente, aumentou a demanda (A. S., FORMULÁRIO</p>

<p>Cont.</p> <p>Imposição para realização de atividades não privativas</p>	<p>DE PESQUISA nº19).</p> <p>[...] atuo em um campus pequeno, e as demandas burocráticas, administrativas tomam muito tempo, deixando uma angústia às vezes, de que o que eu deveria realmente estar fazendo, não consigo, como, por exemplo, um acompanhamento mais efetivo dos estudantes atendidos pelo programa, não resumindo a assistência estudantil ao um mero repasse financeiro, como vejo que muitas vezes é o que ocorre [...]. A Reitoria sempre exige muitos relatórios, planilhas, informações com prazos curtos, o que nos faz parar o que estamos fazendo para atender, gerando angústias e apreensões que interferem diretamente na nossa vida privada (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº76).</p> <p>[...] as demandas institucionais têm crescido, uma vez que o assistente social é chamado para atuar em diversas áreas, não necessariamente privativas da profissão. Se por um lado é importante, visto a visibilidade da atuação e capacidade técnica do profissional, por outro é desgastante, pois sobrecarrega o profissional e o impede de exercer atividades que são privativas da profissão (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 50).</p> <p>[...] Em relação às exigências institucionais, considero que algumas perpassam o âmbito do Serviço Social, ou seja, poderiam ser realizadas por outros colegas, e que mesmo assim são cobradas do Assistente Social. Considero que, principalmente em épocas de editais de auxílios estudantis, a demanda é grande para apenas um profissional e os prazos curtos. Isso acarreta pressões, dificuldade de “se distanciar” do trabalho, insônia, ansiedade (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 103).</p> <p>As solicitações por auxílios aumentam a cada semestre, ainda faço as avaliações de outro câmpus. As atividades que não são atribuições do AS também aumentaram devido à falta de técnicos administrativos e o não conhecimento da profissão. O que acarretou sintomas de ansiedade e depressão (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 45).</p>
<p>Intensificação do trabalho, aumento na jornada, sobrecarga de trabalho</p>	<p>[...] A sobrecarga, no meu caso, continua, mesmo com a chegada de outro profissional, pois a demanda continua aumentando e isso tem afetado de certa maneira a nossa saúde e vida privada (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº126).</p> <p>[...] o aumento da demanda e das exigências, o processo de intensificação do trabalho, a burocratização, as cobranças e exigências institucionais, a dificuldade de lidar com a relação demanda x disponibilidade orçamentária etc., tem se acentuado e piorado em muito as condições de trabalho, pois tem causado um nível elevado de cansaço e estresse. O desgaste físico, emocional e psicológico, se aprofunda, ao passo que a jornada de trabalho, já exaustiva, estende-se e impede disponibilizar tempo para o lazer, para se relacionar com amigos e família, para os estudos, para cuidar da própria saúde (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 143).</p> <p>Demandas crescentes, exigência no cumprimento de prazos, intensificação do trabalho, em virtude do número crescente de matrículas. Todos os fatores, ocasionam desgaste físico e emocional, comprometendo, assim, o fazer profissional (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 33).</p> <p>Há épocas, como durante a seleção de estudantes para a Assistência Estudantil, que tudo fica mais complicado, visto a cobrança dos alunos, cobrança da direção e cobrança própria. Há estudantes que não encontram outra forma de permanência senão através dos recursos da Assistência Estudantil. Em face disso, me vejo pressionada e apressada em dar conta do serviço para que este estudante não desista do curso, não desista de estudar no IF por falta de recursos. Durante as entrevistas do processo da Assistência Estudantil, realizo em média 600 (seiscentas) entrevistas, em média 60 por</p>

<p>Cont.</p> <p>Intensificação do trabalho, aumento na jornada, sobrecarga de trabalho</p>	<p>dia. Não por imposição da chefia. O cronograma é feito por mim (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 104).</p> <p>[...] Noto que se eu seguir o ritmo imposto pela instituição, adoeceria com certeza, luto para que isso não aconteça todos os dias, por isso busquei recursos alternativos e holísticos para cuidar da minha saúde, pois temia e temo adoecer mentalmente, em especial pela pressão institucional e pela forma como se dão as relações (opressoras, sem afeto, pouco humanizadas), e também, ainda que em menor proporção, devido à complexidade das situações [...] (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 54).</p>
<p>Fragilidade nos vínculos familiares e interferência na vida privada</p>	<p>Desenvolvo ações mais ligadas à gestão, pois trabalho na reitoria, onde a ação profissional acaba sendo mais burocrática. Todavia, já passei por situação de assédio moral na instituição, o que me causou muito sofrimento, tensão, afetando inclusive minha vida privada [...] (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 11).</p> <p>Os prazos são curtos, o que leva a uma carga de trabalho exaustiva no período do processo de seleção socioeconômica. Interfere na vida, principalmente na vida privada com a família, pois para cumprir prazos, abro mão do tempo cotidiano com a minha filha, como buscar na escola, auxiliar nos deveres de casa, conversas noturnas, ler uma história etc. Durante o trabalho exaustivo, me encontro irritada e ansiosa (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 110).</p> <p>Hoje trabalho 40 horas semanais, não tenho tempo para resolver problemas pessoais e quando preciso resolver, falta um período do trabalho. Minha equipe não é completa e sendo assim, realizo trabalho de servidor de ensino médio constantemente. A escola não dispõe de psicólogo e acabo ouvindo desabafo de problemas pessoais/psicológicos de alunos e pais nos meus atendimentos individuais. O recurso cada vez mais escasso faz com que tenhamos que selecionar minuciosamente os alunos beneficiários dos programas da assistência estudantil. O cansaço no decorrer da semana é muito mais mental que físico (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 108).</p>
<p>Tensões, pressões, sofrimentos, depressão, ansiedade, exaustão, angústia, desgastes emocionais</p>	<p>Minhas condições de trabalho são precárias, não tenho uma sala privativa do serviço social. Trabalho com poucos recursos financeiros, [...] pressões sofridas pelo aumento das demandas do trabalho, ocasionando com isso, cansaço físico e mental, desgaste emocional e muita ansiedade (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 12).</p> <p>As condições de trabalho eram piores que hoje: de início dividia a sala com outros profissionais, a sala não tinha telefone, para fazer ligações tinha que ser do gabinete da Direção, muitas vezes com várias pessoas conversando, internet era ruim. Quando fui removida para [...], aumentou a quantidade de estudantes, surgiram outras dificuldades (como realizar visita domiciliar), e novas demandas como “análise socioeconômica” dos ingressantes cotistas, pressão de outros servidores que cobram algumas ações imediatas com soluções milagrosas, mais questionamentos, auditoria, ouvidoria. Mas a sala já tinha mais recursos. Essas pressões e conflitos na instituição contribuíram para um quadro de depressão e ansiedade que estou tratando. É comum, quando eu tenho um prazo a cumprir que sei que não conseguiria apenas nas 6h diárias de trabalho em virtude de outras atividades diárias, eu levar trabalho para casa (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 91).</p>

<p>Cont.</p> <p>Tensões, pressões, sofrimentos, depressão, ansiedade, exaustão, angústia, desgastes emocionais</p>	<p>O IF [...] já me proporcionou momentos bastante estressantes que atrapalharam na minha vida pessoal e na minha relação com as pessoas. O principal motivo para a qualidade de vida ruim é a grande carga de trabalho posta para as assistentes sociais, grande cobrança por parte da comunidade acadêmica e a realização de atividades que não são competência do Serviço Social. Já procurei atendimento psicológico em momentos de ansiedade severa e irritabilidade (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 95).</p> <p>No geral, não houve muitas mudanças. Meu Câmpus funciona em um espaço provisório, o que dificulta o trabalho em todas as dimensões. As demandas dos estudantes só aumentam, pois a cada ano o número de discentes aumenta; as exigências para realizar determinadas demandas têm prazo curto. Assim, o nível de tensão e pressão influencia na saúde, como: dor de cabeça, dor muscular, insônia, dentre outras. Nesse sentido, a vida privada tem consequência, pois, dependendo do nível de tensão, é impossível deixar tudo no trabalho (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 35).</p>
---	---

Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Pode-se notar que os componentes desfavoráveis às condições de trabalho apontados pelos profissionais, em muitos aspectos se interseccionam, criando-se muitas vezes certa dificuldade para categorizá-los em uma única dimensão. Isso significa que as variáveis apontadas enquanto componentes das condições de trabalho se autoimplicam em fluxos intermitentes, tornando-se dessa forma imbricadas, dependentes e decorrentes uma da outra, dado a ligação direta que estabelecem, como demonstrado de forma sintética no Infográfico nº 1:

Infográfico nº 1: Variáveis autoimplicadas das condições de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Outro aspecto identificado na pesquisa sobre as condições de trabalho profissional diz respeito à realização das atividades mediadas e conciliadas com o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

Qual o significado da TIC para as condições de trabalho desses profissionais no âmbito dos IFET's?

Ora, importa num primeiro momento destacar que a TIC é um fenômeno contemporâneo, inseparável da atual sociabilidade e forma capitalista de reprodução e exploração. Mediada pela tecnologia moderna, avanço microeletrônico e computacional, otimiza e elimina as barreiras físicas para além dos locus de trabalho, favorecendo cada vez mais a dinamização e flexibilização das tarefas, na medida em que consegue acessar e aproveitar a qualquer hora do dia ou da noite a força de trabalho.

O alcance dos trabalhadores pela virtualidade promovida por hardwares e softwares, representados por aparelhos telemóveis (celulares, notebooks, tabletsetc.), redes sociais, *apps* de mensagens, plataformas interativas, permite conexões permanentes, imprimindo a possibilidade de corrosão do tempo-espaço.

Dito de outra forma, pensar no trabalho mediado por TIC, remete às mudanças nas condições e relações de tempo-espaço do trabalho, dado que o tempo cronológico e o espaço geográfico dão lugar a um tempo-espaço constante, ininterrupto, desterritorializado, automático, flexível, movente e, a serviço 24 horas por dia, para produção, reprodução e circulação do capital, que se emancipa de um tempo-lugar fixo, rompe as barreiras espaciais, dado que torna uma “mão alongada e invisível”, estendida para captura de mais-trabalho e da acumulação.

Nesse sentido, a virtualidade, além de tornar possível a continuação do trabalho fora dos espaços tradicionais, consegue reafirmar o controle remoto (objetivo e subjetivo do trabalho), emancipando-se assim dos tradicionais espaços e horas pré-fixadas.

Estão, portanto, em cena, formas virtualizadas da realização do trabalho e suas condições que avançam sobre o trabalho e os trabalhadores, contribuindo para o aumento das tarefas, tendo em vista à desmaterialização do tempo-espaço onde o trabalho se realizava.

A virtualidade, portanto, nas formas contemporâneas de realização do trabalho mediado por TIC, tem uma duplicidade, uma vez que passa a significar a captura virtualizada, mas real dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, de mais

trabalho, na medida em que consegue avançar para além dos espaços tradicionais de sua realização. Vianna (2014, p. 121), frisa essa realidade quando afirma:

A flexibilidade e as possibilidades oferecidas pelas TIC parecem ter alargado o caminho do trabalho que não acaba nunca. Não é pouco comum ouvir solicitações ou declarações de trabalhadores ajustando prazos de entrega de determinados projetos, relatórios ou outro trabalho qualquer dizendo “eu mando lá da minha casa!”. Uma constatação mostra-se evidente: perdeu-se a jornada do trabalho porque o tempo se dilui no doméstico e, em todo tempo, o ambiente carrega a face do trabalho, ou seja, o tempo do trabalho se torna ao tempo da vida; o tempo da vida se volta para o trabalho.

Isso significa dizer que se vivencia uma fase de possessão total do capital sobre a força de trabalho e as atividades laborais, domínio que avança para todos os campos, invadindo diferentes dimensões da vida social dos trabalhadores, indo do locus laboral até sua casa, hoje mais do que nunca, hipoteticamente considerada, enquanto lugar “sagrado” e privado, voltado para a fruição, relaxamento, descanso cuidados pessoais, atividades de lazer etc.

Conforme enfatiza Marx (2015, p. 308-309), nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844*, estar fora do trabalho, deveria ampliar a possibilidade d’os trabalhadores sentirem em “em-si”, já que se sentem “fora de si” quando nele estão, principalmente, dado ser este ato e fato obrigatório, reservado estritamente ao atendimento das necessidades humanas que lhes são exteriores:

[...] o trabalhador se sente, antes, em-si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas coagido (*gezwungen*), trabalho forçado (*Zwangsarbeit*). Ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele (MARX, 2015, p. 308-309 – *Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844*, grifo do autor).

Forjando-se na concepção de “liberdade”, o trabalho remoto mediado pela TIC ganha independência, se autonomiza e invade as casas dos trabalhadores. Assim, conforme Vianna (2014, p. 106), o trabalho, mediado pela TIC:

[...] sai das paredes de um prédio e passa a existir onde o trabalhador estiver; não importando se o local tem essa finalidade ou não, ele passa a configurar-se como local de trabalho. Grosso modo, poder-se-ia dizer que não existe mais lugar em que não seja do trabalho, desde que a tecnologia crie meios e, especialmente, acesso à informação e comunicação de que o trabalhador necessite.

Desta feita, torna-se possível dar continuidade ao trabalho em casa pós-saída da unidade fixa/fomal, assegurando com isso que o espaço privado da vida e do tempo de recuperação dos desgastes provocados pelo próprio trabalho, seja também canalizado para atividades de realização de tarefas extras. De outra forma, isso também reitera a ideia da invariabilidade da jornada de trabalho anunciada por Marx (2013, p. 306):

A jornada de trabalho não é, portanto, uma grandeza constante, mas variável. Uma de suas partes é, de fato, determinada pelo tempo de trabalho requerido para a reprodução contínua do próprio trabalhador, mas sua grandeza total varia com a extensão ou duração do mais-trabalho. A jornada de trabalho é, pois, determinável, mas é, em verdade, indeterminada.

Para os contratos de trabalho, a indeterminação da jornada permanece incólume, ou seja, a virtualidade do trabalho mediada por sistemas multimídias integrados (VIANNA, 2014, p. 100), permite a extensão do trabalho à revelia dos contratos formais.

Na pesquisa realizada com os profissionais dos IFET's essa "mão alongada" mediada pela TIC, alcançou os profissionais, principalmente através de mensagens em seus telefones pessoais – via WhatsApp –, e-mails, e mensagens públicas ou privadas via facebook, conforme explicita o excerto de uma das entrevistas, quando se pergunta sobre a necessidade e a forma de dar continuidade (ou resposta) a atividades de trabalho após término do expediente:

[...] **logo quando eu entrei eu trabalhava muito em casa nos e-mails.** Aí eu comecei a me disciplinar no sentido de... “– Não, não vou abrir e-mail institucional [...]. **Somente em casa os excepcionais**”. Mas hoje tem a cultura do WhatsApp. Então **a gente passa o dia conversando pelo WhatsApp sobre trabalho. Você chega em casa, daqui a pouco [...] uma outra conversa sobre trabalho, por conta do WhatsApp. [...] Agora, a gente foi bombardeada pelos estudantes nas redes sociais,** eles bombardearam, mas ao mesmo tempo... foi muito desgastante porque é horrível, é horrível, e, principalmente, quando você se esforça, você é comprometida, você sabe do que você... o que o projeto ético-político do serviço social aponta, você se desdobra pra estar afinada, sintonizada, defendendo as políticas sócias, e você, de repente... **o tempo inteiro é questionada,** mas ao mesmo tempo, a gente sabia que a gente tava lidando com uma questão extremamente delicada que era a questão da alimentação (A. S., ENTREVISTA nº 6, grifo nosso).

Dos excertos das entrevistas realizadas durante a pesquisa, pode-se perquirir que a TIC atravessa a rotina profissional de trabalho dos/das assistentes sociais dos

IFET's, independentemente dos profissionais estarem no lócus de realização do trabalho. Além disso, percebe-se que as conexões virtuais que se estabelecem com/no trabalho, implicam cobranças individuais para emissão de respostas e/ou encaminhamentos imediatos, dado ao fato de o monitoramento do *modus* "on-line"/off-line" passar a exercer sobre os profissionais formas de pressão que os instiga a emitir de alguma forma respostas ao que é posto através das interações instantâneas mediadas pela TIC.

Então eu abro meu e-mail institucional de segunda a sexta no meu horário de trabalho [...]. O **WhatsApp aí sim, WhatsApp é outra questão, que é uma ferramenta que contribui, mas ao mesmo tempo também complica.** Por quê? Porque vez por outra você recebe, é um colega de trabalho, é um aluno, e assim, **com relação a WhatsApp, eu vou ser muito sincera com você, eu respondo. Porque eu acho tão deselegante, tão desrespeitoso uma pessoa mandar um WhatsApp e não dar pelo menos uma orientação. Quando a pessoa me manda eu digo “– Olhe, estou em casa, você pode procurar o setor”,** enfim, ou, às vezes, até uma dúvida eu já faço um encaminhamento mínimo, mas assim é algo que eu procuro, também, não responder. [...] Mas faz parte dessa nossa realidade. Os colegas de trabalho... os colegas de trabalho mandam, nem tanto, porque como nós temos os grupos, então quer queira, quer não, a gente socializa algumas questões ali no grupo. **Mas o aluno, um ou outro aluno, sim, principalmente, em situações pontuais como pedido de renovação de cadastro “– Ah, [...], tava na dúvida... esse documento... e agora esse documento num deu certo”. Mas, enfim, eu também procuro não responder. Mas é bem mais difícil do que o e-mail institucional, porque o e-mail é só não abrir. Eu não abrindo, eu não sei (A. S., ENTREVISTA nº 12, grifo nosso).**

Ou seja, as diferentes conexões estabelecidas através das diferenciadas mídias virtuais – *WhatsApp, facebook, instagram, twitter, telegram, e-mails, Skype* etc. –, cada vez mais utilizadas de forma combinada, são geradoras de cobranças e/ou formuladoras de expectativas de trabalho, mesmo quando os profissionais estão fora de seus lócus institucionais tradicionais.

Isso legitima uma espécie de fiscalização eletrônica, gerenciamento ou autogerenciamento permanente, que induz constrangimentos nas relações sociais de trabalho, dado que quem recebe e envia as mensagens, seja por qualquer meio, espera uma resposta imediata ou a curtíssimo prazo, realidade que se torna cada vez mais normótica diante da necessidade de se “[...] imprimir um ritmo cada vez mais frenético ao trabalho, de apresentar respostas quase que instantaneamente, diante de uma demanda cada vez maior [...] de trabalho” (VIANNA, 2014, p. 240). Uma das entrevistadas ilustra isso quando expressa:

[...] tem algumas questões que, fora essa questão de trabalho mesmo burocrático que prende a gente, os vínculos que a gente tem, ou enfim... que o serviço social representa na instituição, acaba chamando algumas demandas, puxando algumas demandas. Por exemplo, **eu já tive situações de final de semana, eu tinha uma aluna que eu estava fazendo acompanhamento que ela tinha sido estuprada, e aí essa aluna descobriu o meu WhatsApp!** [...] através de uma professora que forneceu o meu número! **Então essa aluna começou a conversar comigo através do WhatsApp!** [...] **Existem algumas situações nesse sentido que a gente acaba sendo adicionada num horário que não é de trabalho nosso.** E situações muitas vezes até bobas, assim, tipo... justamente pelas redes sociais: “– Ai, eu não vou poder comer amanhã”. Ou então: “– Eu preciso do almoço amanhã!”. **Assim, de noite, de repente, o aluno por um grupo que a gente está ou através de alguém, ele consegue nosso contato e vai atrás de uma demanda que é pra ser resolvida, enfim, dentro da instituição [...].** (A. S., ENTREVISTA n° 11, grifo nosso).

O que se pode perceber a partir das informações reportadas pelos/pelas assistentes sociais é que, há evidências concretas de que, se está em curso um processo de virtualização do trabalho fora do espaço sócio-ocupacional dos IFET's.

Isso significa em outras palavras dizer que, uma parte do trabalho profissional – diante da dinâmica acumulada/complexificada das demandas, quadros reduzidos de assistentes sociais, paulatino desinvestimento em quadros técnico-administrativos pelo executivo federal etc. – vem se processando de forma externa aos espaços fixos e físicos dos IFET's.

Parte desse suporte é encontrado na TIC, ou melhor, dizendo, na ambiência do trabalho informacional/virtual, que espalha, através do ciberespaço, “sustentáculos” para alcançar e capturar a força de trabalho dos/das assistentes sociais numa busca desenfreada de “drenagem” de mais trabalho, mesmo que isso se realize nas madrugadas, em horários opostos ao trabalho formal, no gozo de direito a licenças etc.

[...] Os e-mails, eles mandam o tempo inteiro. Já recebi e-mail de madrugada [...] porque eu tenho e-mail no celular, o meu celular já abre no e-mail institucional. Chega e-mail no celular, eu já abro. Agora, eu fico tentando... ficava, porque agora eu estou afastada⁶⁵, mas ainda afastada, eu fico tentando não ficar abrindo muito aquele e-mail. Agora eu não me vejo mais na obrigação de responder. Mas antes, eu me via. E, **às vezes, eu recebia e-mail de madrugada,** eu já ficava: “– Ah, eu tenho que dar resposta a isso aqui agora. Não cara, não vou responder isso agora, de noite”. Eu já sou tão... meu trabalho já é tão precarizado, a gente já é tão desgastada, eu não vou me ver... obrigada, **não vou me sentir cobrada, obrigada de responder isso aqui agora, essa hora da noite, até porque eu não estou mais no meu horário de trabalho [...]** (A. S., ENTREVISTA n° 9, grifo nosso).

⁶⁵ Afastamento institucional para cursar mestrado.

Ah, os alunos, eles procuram, os pais procuram. Muitas vezes, a gente não sabe quem... vamos supor, tem um pai que ele... o aluno entrou agora, dois mil e dezessete [...] então assim, **não tem nem chance de a pessoa ter meu telefone, de repente, o pai vai me manda uma mensagem no meu celular pessoal, no WhatsApp. Das mais variadas questões. De assim, “[...] deu indeferido por falta de documento, por favor, eu preciso muito”. Aí escreve a história toda da família.** Então, assim, alguém dá. Então... Eu sempre falo: “Gente, não pode! [...]”. Tento reforçar isso. Mas existe essa procura, **então aluno, ele aciona por redes sociais, então você abre o Facebook, tem aquela parte de mensagem, cheio de aluno perguntando: “[...] o meu pagamento não caiu?”.** Se você for dar conta de responder isso tudo, vira uma loucura sua vida. **Você trabalha vinte e quatro horas por dia, porque adolescente acessa computador de madrugada [...]. Durante a minha licença⁶⁶ mesmo, respondi várias questões de pagamento, de atraso [...] até a própria questão das redes sociais [...] muitas vezes a diretora me chama no WhatsApp para fazer uma solicitação; supervisora do ensino técnico; fora do meu horário de trabalho, responder e-mail fora da minha jornada, isso é comum, corriqueiro.** Eu até fico nesse dilema assim: **eu vou e apago o e-mail institucional do celular, mas daí a pouco, eu vou coloco de novo. Vou, apago de novo e coloco [...]** (A. S., ENTREVISTA n° 8, grifo nosso).

Ou seja, apreende-se, a partir da realidade de trabalho, que os/as assistentes sociais dos IFET’s passam a se deparar com investimentos para usurpação do “tempo-livre” e da vida privada dos profissionais, sobretudo quando estes estão fora das jornadas oficiais de trabalho, processo que se realiza totalmente à revelia dos contratos de trabalho e muitas vezes do conhecimento das próprias chefias imediatas.

Quando se associa a virtualização do labor com expressões objetivas das condições de trabalho nos IFET’s frente às estruturas físicas não concluídas ou em funcionamento precarizado, situações de recursos insuficientes para cobertura das ações de permanência estudantil conforme prevê o PNAES, unidades sem condições éticas e técnicas de atendimento, se percebe em curso, condições de trabalho desfavoráveis para os profissionais, agudizada quando associadas ao aumento dos níveis de tensões, cansaço, fadigas, stress ocupacional etc., provocado pela realização de atividades não programáticas, que se antecipam via uso da TIC.

Essas situações conseguem ocultar-se no interior da totalidade concreta, sobretudo devido ao grau de dificuldade de objetificações que o trabalho mediado pela TIC acarreta, dificuldade, relativa não apenas ao labor dos/das assistentes sociais dos IFET’s, mas extensivo ao trabalho da esfera intelectual ou do trabalho complexo, cuja essência, é marcada pela intangencialidade e/ou imaterialidade

⁶⁶ Licença-maternidade.

imediate, embora não se afastem dos efeitos úteis e auxiliares que exercem sobre o sistema de reprodução social.

O fato é que, mediados pela TIC, os/as assistentes sociais, embora tenham um limite de horas a ser cumprido dentro de uma jornada contratual de trabalho, vêm tendo seu trabalho, paulatinamente, capturado pela virtualização, que os induz a tomar para si, cada vez mais, a necessidade e – até – a obrigatoriedade de ter que responder a esse processo de virtualização, mesmo quando afastados do espaço e tempo de trabalho institucional:

[...] eu fico de internet ligada porque minha família é de longe, eu moro só há três anos aqui, minha família é [...]. Então **eu fico com a internet ligada o tempo inteiro**, então minha avó muito doente lá, os meus pais já têm uma certa idade e tal. **Eu não desligo nunca. Nisso entram as coisas daqui, e aí eu não sei não responder, eu não sei não atender**, aí também eu acho **que é um equívoco de personalidade minha**. Eu acho que há quem saiba fazer: “– Não, não vou responder e-mail de trabalho, vou responder amanhã de manhã”. **Acho que talvez eu seja um pouco mais aflita do que deveria** (A. S., ENTREVISTA n° 4, grifo nosso).

Essa dinâmica cada vez mais imprime sentido à concepção de Huws (2009, p. 48), segundo a qual “[...] tornou-se impossível resistir inteiramente ao impacto das tecnologias da informação e da comunicação”, visto que quase todo espaço de trabalho é invadido pelo componente informacional, enquanto uma das formas contemporâneas de otimização do tempo e organização do trabalho. Diante desse contexto, a autora explicita que:

Do pessoal de televentas aos compositores tipográficos, dos indexadores de livros aos subscritores de seguros, dos livreiros aos responsáveis pelos livros contábeis, dos inspetores de planejamento aos cortadores de modelo, uma ampla e crescente proporção do tempo de trabalho diário é gasta de forma idêntica: sentar com uma mão pousada sobre o teclado e outra dançando de um lado para o outro das teclas para o mouse (HUWS, 2009, p. 48).

A transferibilidade das informações e dados para viabilizar trabalho passa, diante disso, a se materializar num completo paradoxo, dado que se realiza num plano de tempo real, mas que é tornado irreal, tendo em vista que se insere num campo que não pode ser nem reconhecido nem contabilizado enquanto tempo de trabalho gasto efetivamente.

Ou seja, o tempo de fato utilizado pelos profissionais dos IFET’s, como por demais trabalhadores na esfera da virtualidade, para dar vazão a atividades de

trabalho, não gera no campo do direito trabalhista nenhum tipo de vantagem para quem o realiza, uma vez que funciona completamente à revelia dos contratos formais de trabalho. Vianna (2014, p. 89), contribui com essa concepção quando afirma que:

[...] as atividades de trabalho mediadas por TIC, em geral, não aparecem nos contratos de trabalho, nem definem de maneira clara e específica como e quando se dará a realização de trabalhos dentro, fora da empresa ([em] locais diversos) ou mesmo no domicílio do trabalhador. Tais atividades ocorrem, portanto, de maneira paralela à atividade ou jornada prevista dentro da empresa, numa mistura de ambientes de trabalho. Por melhores e mais avançados que sejam as tecnologias desenvolvidas, ainda não foram definidos limites ou controles do seu uso, com a finalidade de proteção ao trabalhador. Telefones celulares corporativos, notebook com acesso a redes internas e outros instrumentos são utilizados além do limite da jornada de trabalho, por exemplo.

Isso vem criando, tanto para os/as assistentes sociais dos IFET's, como para os demais trabalhadores, uma situação que oculta parte das reais condições de trabalho, uma vez que é tornado silente, ou sem repercussões substanciais, a verdadeira realidade das condições do labor profissional que hoje, mais do que nunca, pode ser escamoteada no espaço das fibras ópticas, das conexões em redes e na virtualização que, sorrateira, mas objetivamente, atravessa o exercício profissional fora do espaço ocupacional dos IFET's.

O que se aspira frente a essa realidade enquanto componente das novas condições de trabalho, engendrada pelas metamorfoses do "mundo" do trabalho, pela dinâmica de crise capitalista, pelo processo de redução dos gastos públicos representado particularmente no Brasil por meio da contrarreforma estatal e administrativa de cunho gerencial presidida pelos governos Collor, FHC e sequenciado por Lula, Dilma e Temer; é a continuidade das atividades laborais em qualquer espaço da vida social, bem como a concentração de tanto mais trabalho possível, não importando que isso se dê no âmbito da esfera pública, privada ou nos segmentos do terceiro setor.

Frente a esse contexto desfavorável às condições de trabalho, é preciso atentar que o funcionamento à revelia e aquém das diretrizes dos contratos oficiais de trabalho nos IFET's, particularmente quando o trabalho se realiza fora do ambiente institucional, reitera uma prática que contribui para reforçar mais ainda a não necessidade de contratação de forças adicionais de trabalho para absolver a expansão das demandas crescentes de permanência estudantil, identificada na

pesquisa como a necessidade social que mais mobiliza o trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's.

Outro aspecto a considerar é que, esse tipo de prática elimina qualquer custo com o sobretrabalho, na medida em que passa a eximir da atribuição estatal tanto a responsabilidade como a possibilidade de empreender novas contratações através de certames públicos, redistribuições e/ou permutas, uma vez que gera a falsa ideia/impressão de que o quadro de profissionais e/ou de pessoal em cada IFET está completo e suficientemente adequado para o atendimento das demandas sociais cotidianas que se apresentam.

Desvela-se desse contexto, também, a necessidade de atentar para o fato de que a virtualização do trabalho mediado pela TIC “legaliza” ocultamente a posse indébita pela esfera estatal do trabalho dos/das assistentes sociais.

Mesmo que os/as assistentes sociais não estejam inseridos diretamente na esfera da valorização imediata do capital, não se pode esquecer que o domínio do tempo de não trabalho por tempo de trabalho é a essência da valorização do capital e que, mesmo que isso não se dê diretamente no Serviço Social dos IFET's, não impede, de forma alguma, que suas condições de trabalho, enquanto força assalariada, esteja subsumida às lógicas similares de extração da mais-valia e da produção de mercadorias que circundam a sociabilidade capitalista, posto que, no Serviço Social dos IFET's, vem se destacando, sobretudo estratégias que dizem respeito à sucção de mais-trabalho mediado pela TIC.

É o caso da necessidade de flexibilização das jornadas aquém dos contratos formais, que busca formas de “drenar” trabalho a mais, como acontece com grande parte dos/das assistentes sociais dos IFET's pesquisados. Rosso, (2017, p. 15), ao falar sobre essas horas “filadas” a mais do tempo de não trabalho pelo tempo de trabalho, incisivamente evoca:

Ao introduzir jornadas flexíveis no processo de trabalho, o capital está movendo um mecanismo que converte tempos de não trabalho em tempos de trabalho, trazendo para a esfera de controle do capital horas laborais que estavam sistematicamente fora de sua dominação, ativando o processo de subsunção real.

Não se pode tangenciar, dentro dessa mesma lógica, o perigo da naturalização alienante do exercício do trabalho, conforme é identificado por um dos assistentes sociais ao reconhecer que, vida e trabalho se entranham mutuamente, a

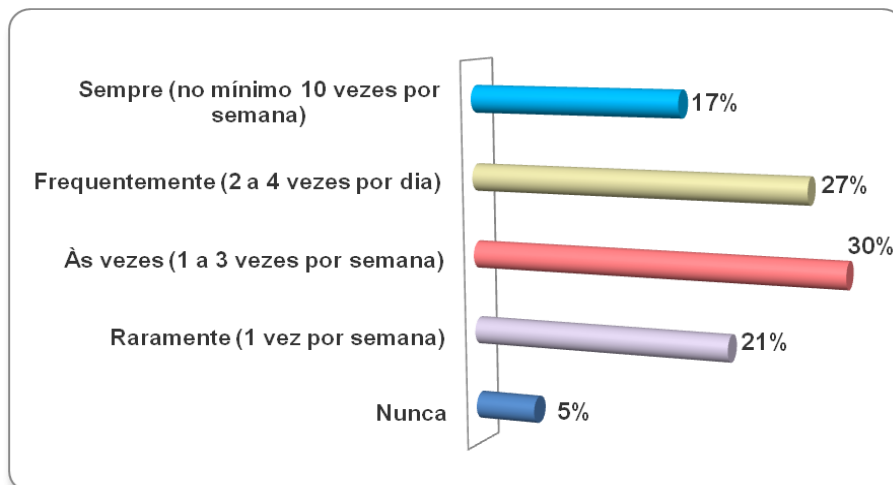
ponto de conseguir camuflar a percepção de que, mesmo em seu espaço privado, no seu suposto “tempo-livre” para usufruto do descanso pós-jornada laboral, é capturada pelo trabalho mediado pela TIC, na medida em que continua atendendo as demandas do IFET.

Tal aspecto se enreda na dialética marxiana, em que se pode abstrair a ideia de que a jornada de trabalho não tem grandeza fixa, “mas fluida”, e que pode variar dentro de certos limites mínimos, mas “indeterminável” (MARX, 2013. p. 306), significando dizer não haver limites para restringir o sobretrabalho mediado pela TIC que tem possibilidade de se realizar de forma externa aos espaços sócio-ocupacionais dos/das assistentes sociais, de suas jornadas e contratos formais de trabalho. É o que e pode constatar na fala a seguir:

Eu te disse que eu não levaria trabalho pra casa, mas na verdade eu levo [...]. Eu costumo resolver isso em casa também [...]. **Estudantes que mandam mensagem para mim, os gestores que mandam mensagens, então eu respondo. Então, na verdade, eu costumo levar o trabalho para casa, e eu costumo resolver os trabalhos em casa,** e eu só fui me atentar agora para essa pergunta, olha só! **Então eu costumo trabalhar muito mais realmente, né? Então aquela [...] relação estabelecida entre vida fora do trabalho e vida dentro do trabalho, pra mim ela é muito confusa, né?** Então realmente depois que eu me atentei para essa pergunta aqui, **que eu fui descobrir que eu [...] trabalho, que eu levo trabalho pra casa e faço trabalho em casa aqui, que é da instituição [...].** Eu achei essa pergunta importantíssima pra mim. Olha, agora que eu fui me atentar pra isso, muito obrigada realmente por eu estar respondendo esse questionário também, realmente está me colocando [...] no real [...] do que seria meu trabalho, né? (A. S., ENTREVISTA nº 2, grifo nosso).

Esse conjunto de elementos indica, a partir da realidade pesquisa, a invasão do tempo de não trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET's por tempo de trabalho, traços que são reforçados a partir das indicações do Gráfico nº 24, que denota a frequência quantitativa do envolvimento dos profissionais com assuntos relacionados à demanda de trabalho nos IFET's, via uso de TIC, mesmo após a saída do espaço sócio-ocupacional.

Gráfico nº 24: Frequência com que os/as assistentes sociais dos IFET´s costumam resolver e/ou encaminhar assuntos de trabalho usando a TIC como e-mail, WhatsApp, Messenger, Skype etc. após deixar seu ambiente de trabalho



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Observando-se os dados individualmente, à primeira vista, se extrai como pouco frequente a utilização da TIC como mediadora do labor profissional dos/das assistentes sociais fora do ambiente formal de trabalho. A priori se percebe que esse uso pelos profissionais não é muito significativo. No entanto, ao considerar separadamente as variáveis afirmativas dessa utilização como “Sempre” (que agregou 17% dos profissionais, ou 25 deles/delas); “Frequentemente” (que concentrou 27%, ou 40 profissionais); “Às vezes” (que aglutinou 30%, ou 44 assistentes sociais); “Raramente” (com 21%, ou 30 profissionais); constata-se que, depois de deixar o ambiente de trabalho, 95%, ou 139 (cento e trinta e nove) assistentes sociais, de um universo de 146 (cento e quarenta e seis), são acionados de alguma forma para resolver ou encaminhar, via mídias virtualizadas, assuntos de trabalho, realidade que vai ao encontro da reflexão de Rosso (2008, p. 35), quando afirma que:

O trabalho apoiado por computadores fixos e portáteis, por sistemas de comunicação por meio de telefones celulares e mil aparelhos que se sucedem freneticamente uns aos outros no mercado tende a romper com o padrão dos tempos de trabalho separado nitidamente dos tempos de não-trabalho. As fronteiras passam a ficar mais difusas e o tempo de trabalho invade os tempos de não-trabalho, afetando a vida individual e coletiva.

Pode-se dizer que está presente aqui, utilizando-se os princípios harveyanos, a “manipulação social do tempo e da temporalidade” a favor do capital, dado que “[...] o

tempo não é simplesmente dado; ele é socialmente construído e está continuamente sujeito a reconstruções” (HARVEY, 2013b, p. 140).

São impostas, diante disso, renovadas e modernas formas da dominação sobre o trabalho, que, embora mais abstratas, têm objetivações que se expressam pela volatilidade da virtualização que, em si, carrega a capacidade de “drenar” mais tempo e trabalho dos profissionais, trazendo consigo aspectos subjetivos que fazem com que os trabalhadores cedam e respondam de imediato aos apelos das demandas de trabalho, na medida em que se sentem cada vez mais pressionados a dar respostas aos e-mails ou mensagens visualizadas que chegam de forma móvel a cada momento em seus aparelhos eletrônicos/móveis ou não, “acorrentando-os” cada vez mais com vigor ao trabalho, independentemente do lugar onde se está.

[...] a primeira coisa que eu chego de dia, que eu olho no meu trabalho, é o meu computador, a caixa de e-mail tem que estar vazia, entendeu? Às vezes, eu não consigo. Mas a minha prioridade, se eu não tenho nada agendado, enfim, é rotina, é olhar a caixa de e-mail, eu vou olhando, vou resolvendo e vou eliminando. Porque só de ver aquela caixa de e-mail cheia e não resolver, já me deixa nos nervos, porque eu sei que é coisa que eu preciso resolver e está ali. [...] eu, por ser acelerado e por ser nesse ritmo,[...] eu tenho que... eu estou na frente do computador, vai chegando e-mail, eu já vou respondendo [...]. Eu, particularmente, sou muito acelerado [...]. Então, assim, na realidade eu tento, eu pareço [...] paciente, mas não sou assim [...] eu fico muito incomodado assim nessa dinâmica que tu tens muitas coisas para dar conta, que tu está em qualquer lugar e que tu... eu me lembro que no semestre passado, que eu estava em sala de aula, e o diretor de ensino estava me chamando no Whats. E daí tu vai ver, ele vai ver que tu viu e não vai responder? Complicado, né? Aconteceu algumas vezes. Embora ele sabia que eu estava fora⁶⁷(A. S., ENTREVISTA n° 3, grifo nosso).

Instaura-se, assim, além das diferentes formas de monitoramento que já se realizam no trabalho, a vigilância eletrônica intangível, dado que as comunicações em rede e os sistemas tecnológicos passam a permitir informações em tempo real facilitada pelas conexões dos sujeitos via aparelhos de comunicação – celulares, redes sociais, computadores etc. (VIANNA, 2014, p. 138).

Nesse sentido, está “visível” no campo virtual, sobretudo, significa também um domínio sofisticado sobre o trabalho, que pode ser gerador de controle, vigilância, culpa, medo, competitividade, imposição e disciplinamento, reforçando

⁶⁷ Até o momento de realização da entrevista, o referido profissional encontrava-se cursando disciplina em Programa de doutoramento em Serviço Social, mas, sob a condição de reposição da carga horária do afastamento ao IFET. Informou que o pedido oficial para afastamento integral só seria solicitado no momento da elaboração/tessitura da tese.

também um sistema de dominação psicológica real, cujo sustentáculo se reconfigura no campo virtual incitado pelas amarras do modo de ser do trabalho.

Mesmo considerando a relativa autonomia profissional, o que se percebe a partir da empiria e da nova dinâmica imposta pelas transformações do “mundo” do trabalho, é que, cada vez mais foge do domínio dos profissionais, o controle sobre os processos de trabalho.

Embora o trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's não se localize na esfera que persegue diretamente os eixos que dão sustentação à acumulação do capital (como aumento de produtividade, busca de mais-valor, recomposição das taxas de lucratividade etc.), não foge também da esfera do Estado, alicerçada, sobretudo na reforma gerencial administrativa dos anos 1990 e da atual crise estrutural e conjuntural brasileira, a necessidade de cada vez mais controlar a força de trabalho, minimizar custos com as políticas educacionais, intensificar o trabalho, ampliar a jornada dos servidores, incentivar Programas de Demissões Voluntárias (PDV's) e/ou licenças sem remuneração⁶⁸, usurpar e precarizar o trabalho e seus diretos etc.

Ou seja, não foge dos horizontes das franjas burguesas e do Estado, enquanto empregadores e pagadores indiretos da força assalariada dos/das assistentes sociais, “blindar”/proteger o capital de qualquer custo.

Assim, o que interessa de fato é que seja realizada pelo Estado, o máximo de “economia” com gasto em folha de pessoal, mesmo que isso signifique além da eliminação/redução nas contratações de assistentes sociais, intensificação em seus processos de trabalho, extensão nas jornadas, precarização nas condições de trabalho e exercício profissional.

Como os serviços públicos se realizam mediados por agentes públicos, dentre estes os/as assistentes sociais, as consequências de toda essa dinâmica recaem sobre as condições de trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET's, como aponta um dos profissionais pesquisados:

⁶⁸ Através da Medida Provisória nº 792, de 26 de julho de 2017, o governo Temer instituiu: “[...] no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, cujo objetivo de diminuir gastos com a folha de pessoal. Essa Medida teve vigência até o dia 28 de novembro de 2017, mas expressa de forma contundente o desincentivo e a busca de desmonte do aparato administrativo, cujo alicerce é seu sucateamento para em longo prazo investir na desestatização e “entrega” dos setores públicos para a esfera privada, situação que já vem ocorrendo com a saúde e a educação nas últimas décadas (BRASIL, 2017).

As condições de trabalho no IF [...] desde que ingressei em 2007, foram intensificadas por um ritmo acelerado de trabalho, isso tem relação direta com a quantidade de profissionais disponíveis para o atendimento e volta-se principalmente para execução da assistência estudantil. A escola ampliou aspectos de democratização do acesso (aumento do número de vagas, existência das cotas...) e o número de profissionais do serviço social não tem sido correspondente ao aumento das demandas. Além disso, a gestão gerencial da assistência estudantil, cuja centralidade é o monitoramento do uso dos recursos financeiros em detrimento da qualidade do atendimento prestado (na lógica neoliberal de atender mais com menos), impõe aos/às assistentes sociais uma dinâmica de trabalho exaustiva de prestação de contas. Do mesmo modo, os recursos financeiros destinados não são suficientes para a universalização da assistência estudantil e isso imprime ao exercício profissional uma seletividade que envolve uma burocracia infindável. Eu por diversas vezes me sinto exausta e angustiada no exercício da nossa profissão no IF [...], pois sinto-me limitada para desenvolver atividades que no meu entendimento fazem parte da nossa competência ético-política (aspectos da gestão democrática, discussão com a comunidade escolar sobre cidadania...) (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA n° 131).

Se põe aqui em marcha a mesma lógica aplicada pelo mercado de trabalho em geral no que tange a eficiência, alcance de metas e bons resultados.

Mesmo isso tendo sua importância para utilização qualificada dos recursos, traz inflexões para as condições de trabalho dos profissionais dos diferentes IFET's, que em determinadas situações têm o trabalho sob alvo de componentes gerenciais das chefias, aspecto que cada vez mais dá sentido e significado à afirmativa marxiana de que “[...] o capital [...] como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (MARX, 2013, p. 307), sucção que está em curso na esfera estatal, e que, mesmo atravessando de forma silente e oculta às condições de realização do trabalho cotidiano dos profissionais, não passou despercebida pelos sujeitos da pesquisa:

Em relação às **condições de trabalho desde que ingressei**, até o início deste ano, **considero insatisfatórias, desumanas. Demanda de trabalho extensa, apenas um profissional para atender as mesmas**, dificuldade de diálogo com gestores, indiferença da Instituição quanto às necessidades do setor, que reflete diretamente no atendimento do aluno, ausência de apoio, de escuta, falta de empenho, interesse nas questões importantes quando colocadas [...]. Sempre gerou muita angústia a ausência de mais profissionais para atender nas demandas dos estudantes, como, por exemplo, agilidade no processo de análise socioeconômica, ocorrendo demora na realização do processo, recurso insuficiente para atender todos os alunos que estão dentro do perfil, não conseguir realizar outras ações dentro do campus, pois a demanda tem sido praticamente voltada a para análise socioeconômica. Muita pressão em relação ao processo de seleção, da demora que ocorre, do aluno e família, quando não são atendidos, seja por falta de orçamento ou por não entrega de documentação, o que recai sobre o profissional, como se fosse única e exclusivamente sua responsabilidade. Tudo gera uma pressão muito grande que afeta

diretamente o profissional, principalmente quando há falta de apoio e empenho maior por parte da Instituição (chefias, gestores...). Infelizmente, acaba interferindo na saúde e na vida privada, pois acaba entrando num processo de adoecimento, como, por exemplo, sintomas muito persistentes que já tive, e foi motivo de grande preocupação, como os já mencionados no item 52, e além desses citados, acrescento mais: apatia, sentimento de repulsa por pessoas, intolerância, frustração, sentimento de não pertencimento aos lugares, ao mundo, cansaço persistente, crônico, falta de concentração [...] (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 123, grifo nosso).

Esses componentes imprimem cada vez mais a necessidade de redobrar esforços de todas as ordens (intelectuais, relacionais, emocionais) para dar conta das tarefas de trabalho, dado que os processos das jornadas se imbricam em dinâmicas que cada vez mais provocam pressões e tensões ocupacionais.

A legislação brasileira, através da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, classifica as doenças conforme Art. 20, incisos e I e II, em doença profissional e do trabalho.

As doenças reconhecidas como profissionais são aquelas “[...] produzida(s) ou desencadeada(s) pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social” (BRASIL, 1991b). Ou seja, a doença profissional é aquela adquirida em consequência ao exercício do trabalho. Um caso particular, são os casos das Lesões por Esforços Repetitivos (LER’s) nos digitadores, consequência da repetição-esforço, exigido pela ocupação, uma vez que não há como realizá-la sem isso, por mais que se use equipamento de proteção/prevenção.

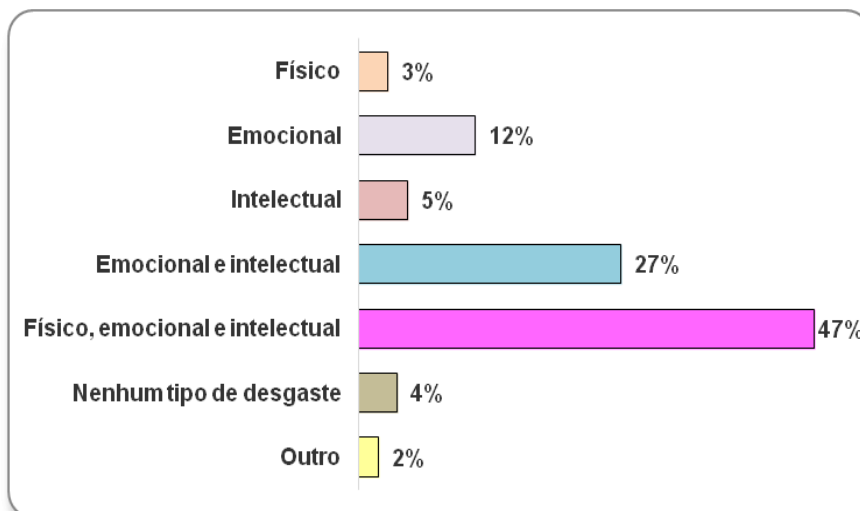
Por sua vez, as doenças advindas do trabalho, são “[...] adquirida(s) ou desencadeada (s) em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente” (BRASIL, 1991b). Decorrem da exposição às condições especiais em que o trabalho é realizado, como é o caso das doenças auditivas desenvolvidas, por exemplo, por orientadores de aeronaves com uso, ou uso negligente/inadequado de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Isso significa dizer que os processos de adoecimento também têm nexos laborais, mas que por vezes podem se esconder em nuances da aparência sensível, como o são as doenças psicossomáticas como estresse, depressão, ansiedades, insônia etc., muitas vezes não identificadas, dada a sua intangibilidade e/ou imaterialidade.

Na pesquisa realizada com os/as assistentes sociais dos IFET’s quando os profissionais foram indagados sobre o que provocava maior desgaste em relação às

suas condições de trabalho, expressaram esse componente da corrosão ocupacional conforme disposto no gráfico nº 25:

Gráfico nº 25: Tipos de desgaste ocupacional dos/das assistentes sociais decorrente do trabalho nos IFET's



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Dessas informações, se extrai a constatação de que, o desgaste ocupacional circunscreve a rotina do trabalho profissional, principalmente no campo emocional e intelectual, dado que 27%, ou 39 (trinta e nove) assistentes sociais apontaram esse campo como o segundo que mais provoca desgaste laboral nos IFET's.

Porém, cabe observar que, de fato, a maior incidência recaiu sobre o campo triplo do desgaste: físico, emocional e intelectual, tendo em vista que essa variável ter agregou 47% ou 69 (sessenta e nove) das respostas profissionais.

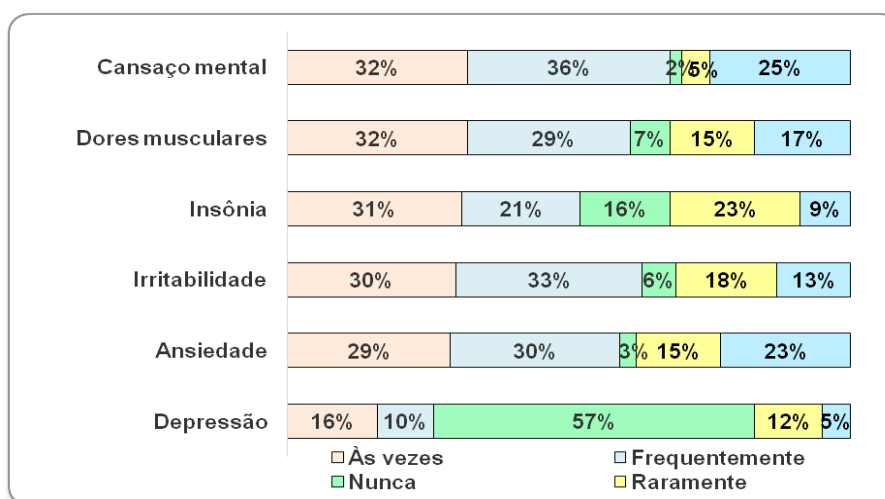
Um importante aspecto que não pode passar despercebido na distribuição das respostas, é o que apontou o não desgaste provocado pelo trabalho nos IFET's. Assim, dentre as 96 (noventa e seis) unidades e do universo total de 146 (cento e quarenta e seis) assistentes sociais, apenas 4%, ou 6 (seis) profissionais), apontaram não ter nenhum tipo de desgaste provocado pelo trabalho.

Assim, quando se considera a frequência com que os/as assistentes sociais costumam trabalhar fora do horário de expediente (Gráfico nº 15); a correspondência entre o número de assistentes sociais com a potencial demanda a ser atendida (Gráfico nº 20); o número médio de atividades desenvolvidas em um único dia de trabalho nos IFET's (Gráfico nº 21); a frequência média de interrupções de

atividades para dar conta de outras mais urgentes (Gráfico nº 22); a frequência com que são solicitados/as a realizar atividades não privativas que são atribuições dos técnicos administrativos de nível médio (Gráfico nº 23); frequência com que resolvem e/ou encaminham atividade de trabalho mediado pela TIC (Gráfico nº 24); não se poderia ter outro indicador, a não ser desgastes ocupacionais provocados pelo labor, enquanto reflexo de suas condições.

Esses elementos contribuem para manifestar problemas no campo da saúde dos profissionais. Assim, na perspectiva de desvelar a forma mais aproximada possível de tais indicativos, indagou-se ao universo de assistentes sociais pesquisados/das se estes apresentam ou já apresentaram, desde o ingresso no trabalho no IFET, sintomas que indicaram problemas de saúde que foi/foram gerado(s) pelo trabalho no IFET.

Gráfico nº 26: Problemas decorrentes do trabalho no IFET



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

As respostas concentradas no Gráfico nº 26, *espelha* um quadro que requer cuidado, tendo em vista que conduzem a um campo propício para o desenvolvimento de doenças profissionais situadas, sobretudo, no campo da saúde mental, uma vez que foi justamente o cansaço mental, a irritabilidade e a ansiedade que figuraram dentre as respostas mais presentes (de 30% ou mais), em relação às demais frequências.

Esse conjunto de sintomatologias não é uma característica exclusiva das condições de trabalho dos/das assistentes sociais dos IFET's no século XXI, mas são expressões que se enraízam no ciclo do capitalismo que preside a dinâmica do

“mundo” do trabalho assalariado, impondo também para o ambiente estatal, novos mecanismos de organização e gestão gerenciais do labor que incidem sobre as condições de trabalho via pressões psicológicas, intensificação-controle do trabalho, alongamento das jornadas, tensões, dificuldades relacionais etc.

Com isso, pode-se afirmar que os processos de adoecimento ou mal-estar no trabalho, têm nexos inseparáveis com a labuta cotidiana, seja esta realizada na esfera da produção ou reprodução social.

Os elos entre os processos de adoecimento e trabalho não são tributários do século XXI. Entre os anos de 1930-1950, Engels analisava e descrevia, com base nas suas pesquisas empíricas e documentais, suas impressões sobre as exposições e imposições do trabalho insalubre, precário e perigoso, acidentes e doenças ocupacionais que o sistema industrial e fabril impunha a mulheres, jovens, adultos, e a centenas de crianças cuja inacessibilidade escolar era o menor dano, quando comparado à perda precoce da vida que atingia a todos operários pobres, indistintamente (ENGELS, 2010, p. 148-154).

Embora as condições de trabalho da análise engeliana enfatizem as condições manuais do trabalho assalariado dado seu caráter “escravocrata”, à ampla letalidade e obtusas condições típicas do século XIX, embora não permaneçam de forma universal no mesmo lastro, ainda guardam relações com condições precarizadas e indeléveis, típicas do trabalho produtivo descritas por Engels (ENGELS, 2010, p. 148-154).

São marcas não apagadas – em sua totalidade – do século XXI, visto que se metamorfoseiam e estendem seus sustentáculos através de novas estratégias de captura do trabalho, que atingem tanto o trabalho produtor de mais-valor direto como também o trabalho intelectual ou intangível, mesmo considerando os avanços no campo dos direitos humanos, trabalhistas e sociais.

Essa afirmação – no que tange ao trabalho produtivo – se elucida quando se compara a publicação engeliana do século XIX⁶⁹ com a de Costa⁷⁰ de 2010. Em ambas fica evidenciado – mesmo com mais de um século de distância uma da outra – remunerações injustas, alojamentos inadequados, péssimas condições de

⁶⁹ Para maior aprofundamento, consultar: Engels (2010), sobretudo quando expõe a análise sobre o trabalho realizado nas fábricas de vidro por crianças e o trabalho dos mineiros com carvão, ferro, cobre, chumbo, estanho etc.

⁷⁰ Para maior aprofundamento, consultar Costa (2010). Aqui, a autora apresenta exaustiva demonstração do trabalho escravo brasileiro, sobretudo nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, sobretudo nas atividades ligadas à agricultura e pecuária.

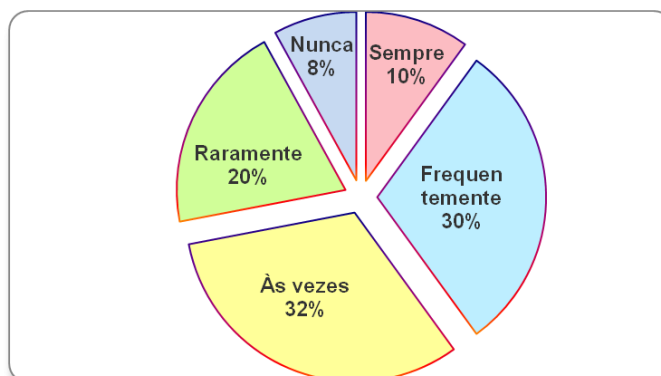
saneamento, inacessibilidade para tratamento médico, alimentação precária, doenças ocupacionais, maus-tratos no trabalho e exacerbada pobreza que se vincula a necessidade – mesmo sob esses flagelos – de venda da força de trabalho como único meio de garantia da existência.

Isso significa que, mesmo diante de todos os avanços no campo dos direitos humanos, dos direitos trabalhistas, da esfera ética, da seguridade social etc., permanecem inalterados o domínio da exploração do trabalho e a usurpação do mais-valor, que, enquanto “oxigênio” de sustentação capitalista, invade também o campo do trabalho imaterial, avançando seus domínios para “captura” das subjetividades, “[...] que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho [...]”, mas fora dele, tendendo “[...] a dilacerar (e estressar) não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual, que se manifesta por sintomas psicossomáticos” (ALVES, 2010, p. 1-13).

Na pesquisa junto aos/às assistentes sociais dos IFET's, além dos incômodos decorrentes durante a semana em seus processos de trabalho, como cansaço mental, dores musculares, insônia, irritabilidade etc. (conforme apresentado no Gráfico nº 26), foi demonstrado também pelos profissionais que nos fins de semana e/ou feriados não cessa por completo a interconexão que estes mantêm com o trabalho, embora que no plano subjetivo.

Essa informação ficou mais clara quando apenas 8%, ou 12 assistentes sociais do universo de 146 (cento e quarenta e seis), informaram nunca pensar no trabalho em fins de semana e/ou feriados; o que demonstra, quando se agrega todas as frequências que considera esse indicador, que de certa forma, os/as assistentes sociais pesquisados/as estão com o pensamento conectado ao trabalho, mesmo quando fora de seus locais formais de labor, fenômeno que vem se tornando um comportamento normótico não apenas para os profissionais, mas para o conjunto dos trabalhadores:

Gráfico nº 27: Frequência com que os/as assistentes sociais dos IFET's pensam no trabalho em fins de semana e/ou feriados



Fonte: Formulário de pesquisa. Elaborado por Lígia da Nóbrega Fernandes.

Não se pode esquecer que, além da “captura” intangível dos pensamentos direcionados para atividades de trabalho, no intervalo entre fins de semanas e/ou feriados, os processos de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's estão permanentemente circunscritos por componentes emocionais, dado que frequentemente os/as trabalhadores(as) são requisitados/as a intervir em “delicadas” situações que em muito ultrapassam o campo das necessidades sociomateriais.

Nesse sentido, os/as assistentes sociais ficam expostos/as a fatores emocionais que circunscrevem as mediações que realizam, tendo dessa forma a dimensão emocional como componente inseparável das suas condições de trabalho, na medida em que, permanentemente, precisam realizar escutas atentas e intervir nas diferentes expressões da “questão social” que circundam o espaço educacional, expressões inarredáveis das condições de vida, trabalho e trajetórias formativas dos estudantes enquanto sujeitos que dão sentido e significado ao exercício profissional no âmbito dos IFET's.

Por isso, não é à toa que o significado e o reconhecimento profissional dos/as assistentes sociais no âmbito dos IFET's estão amplamente vinculados aos estudos e análises socioeconômicas que, em seu fim último, terminam “filtrando”, a partir de condicionalidades predeterminadas, a desigualdade socioeducacional *ifetiana* com recursos e programas não universais, cujo “formato” consegue no máximo focalizar as ações nos estudantes mais pobres, amenizando somente em parte, barreiras socioeconômicas que obstam a permanência e a terminalidade dos cursos.

Os estudos socioeconômicos “[...] para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades [...]”, são parte intrínseca do exercício profissional (Lei nº 8.662/93). É uma mediação social que, a partir da interlocução com a matriz marxista, evoca as dimensões de totalidade, dialeticidade e contradição que visa suplantar os fundamentos positivista-funcionalistas de base imediatista, fragmentária, moralizante, individualizada, pragmática e naturalizadora das questões e processos sociais (MIOTO, 2009, p. 482-483).

Nesse sentido, o estudo socioeconômico de base crítico-dialética, muito mais do que o mero conhecimento superficial da realidade, torna-se um caminho para a apropriação das particularidades das condições de vida e trabalho dos indivíduos, que são inarredáveis da dinâmica estrutural e conjuntural do ciclo capitalista.

A lógica reducionista das políticas públicas de orientação neoliberal e os litígios que cerceiam as “questões sociais” tornam, portanto, os estudos socioeconômicos insuprimíveis do saber-fazer profissional, visando neste campo a emissão de opiniões, pareceres e laudos para acesso a benefícios, serviços ou concessões de direitos sociais. Nessa perspectiva,

Os estudos sociais são realizados nos mais diversos campos de intervenção profissional e estão vinculados ao acesso a determinados benefícios sociais de ordem material e financeira, em que se inclui a aquisição de bens e serviços. Ou ainda, são realizados para servir como subsídio para o arbítrio de situações conflituosas como é típico do campo sociojurídico. Assim acontece em inúmeros espaços sócio-ocupacionais presente na organização dos mais variados serviços e programas vinculados às políticas públicas [...] (MIOTO, 2009, p. 486).

Não é à toa, portanto, que os estudos socioeconômicos para inserção dos estudantes nos programas de permanência estudantil⁷¹ tornam-se as demandas mais requisitadas institucionalmente, consumindo a maior parte do tempo de trabalho dos profissionais nos IFET’s, conforme apontaram 78%, ou 114 (cento e quatorze) dos/das assistentes sociais pesquisados/as.

As demais requisições concentraram-se no atendimento individual (que agregou 6%, ou 9 respostas); na elaboração de relatórios e pareceres sociais (que

⁷¹ Os programas de permanência estudantil na instância federal são regidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No PNAES estão expressos objetivos, linhas de ação e condicionalidades que devem reger os Programas que visam apoiar a permanência e apoio estudantil para os/as alunos/as em toda Rede Federal.

reuniu 5%, ou 7 respostas); atividades educativas grupais e/ou coletivas (abrangendo 2%, ou 7 respondentes). Já a variável “Outros”, que incluiu: acompanhamento de projetos de extensão e programas sociais, atendimentos a servidores, elaboração de normativas institucionais, planejamento e execução de projetos sociais etc., aglutinou 9%, ou 13 das respostas emitidas pelos/as assistentes sociais.

Assim, mesmo frente às aspirações profissionais para desenvolver atividades que ultrapassem os estudos socioeconômicos, enquanto respostas institucionais do Estado, a focalização na assistência estudantil enquanto prática - majoritariamente focada na pobreza - se impõe, o que dificulta materializar eixos do projeto ético-político do Serviço Social, dado que está imerso nesse processo aspectos da individualização de resultados, controle da pauperização estudantil, seu disciplinamento e assistencialização enquanto formas estratégicas para administrar os efeitos da “questão social” no ambiente escolar/acadêmico dos IFET’s.

Por isso, não é coincidência, a expansão tão vertiginosa dos quadros humanos de assistentes sociais nos diferentes IFET’s do Brasil a partir de 2008, expansão, considerada precária, se for considerado o montante de trabalho e demandas potenciais a serem atendidas na maioria das unidades pesquisadas, que no geral comportam apenas 1 (um/uma) profissional de Serviço Social, como demonstrou o campo empírico nos 5 (cinco) estados e regiões pesquisadas.

No que tange à realização das seleções e análises socioeconômicas, foram identificadas tensões e incômodos dos profissionais em relação a esse processo, devido ao fato de essa dimensão acarretar inflexões não apenas nas condições objetivas de trabalho, mas também no campo emocional. Assim, foi comum na pesquisa falas que expressaram situações de tensões e “desconfortos” relacionados a essas seleções e análises:

Está cada vez menor o número de auxílios, tá decrescente, é uma conta que não bate, o número de auxílios decresce, enquanto a demanda aumenta [...]. Então, quando você vê ali o estudante demandando auxílio e ele tem perfil e você tem que negar pra ele ou então [...] deixar [...] naquela lista de espera, de excedentes [...]. Os estudantes, eles criam uma contratransferência com você num nível tão grande, porque o assistente social é a figura da negação, ele fala: “– Mas eu preciso!”. “Mas não tem!”. “Mas quem te negou?” “– O assistente social que negou”. “– O assistente social não sabe de nada, ele não sabe fazer auxílio, ele acha que eu menti. E isso chega pra gente, assim de estudante ir lá e xingar, gritar e atacar o nosso fazer profissional. **Por exemplo, já teve estudante de ir lá falar que eu não servia nem...** Olha, pra você ver [...] falou assim: “– **Sua análise é**

ruim, você num serve nem pra limpar a merda que eu cago” Assim, [...] com essas palavras, então **você escutar aquilo sabendo que ele estava** com uma raiva porque de fato ele precisa daquilo ali, mas sabendo que você não tinha mesmo o auxílio para dar para ele porque ele é pobre, **mas tinha um mais miserável do que ele que tinha prioridade na lógica da distribuição das políticas, tinha mais prioridade do que ele. Você ter que ouvir isso, assim, acaba com você. Então, suas condições, as nossas condições emocionais [...]** de estar ali e quando a gente está trabalhando, a gente está dispensando força física, mental e espiritual também, no sentido da gente enquanto ser social [...] Então isso machuca. **Acho que a falta de condições, a falta de investimento em política, afeta o nosso trabalho como um todo e nos afeta enquanto pessoas** (A. S., ENTREVISTA nº 3, grifo nosso).

A redução dos recursos, somada à pauperização e tendência focalista das políticas públicas, reafirma o lastro teórico de que a atual crise de acumulação, a contrarreforma gerencial do Estado, impactam no serviço público e nas políticas sociais, e aqui, particularmente na política educacional, disseminando cada vez mais inflexões nas condições de trabalho dos/as assistentes sociais, como expressa de forma crítica a mesma assistentes social em resposta ao formulário de pesquisa:

A procura pelos auxílios cresceu, tendo em vista o acirramento das questões sociais, movimento próprio de períodos de crise do capitalismo, que vivenciamos desde 2007, aliado ainda ao aumento do número de estudantes, bem como o número de *campi* que compõem o IF [...]. Todavia, o número de auxílios e de As's⁷² não acompanhou esse crescimento. **A política de Assistência Estudantil é cada vez mais focalista e insuficiente, bem como o número de profissionais para operá-la.** O Fundo Público é saqueado pelo Estado, a serviço do capital financeiro e comercial, para retirar bancos e empresas da crise e evitar sua falência, perdendo dívidas e garantindo seus lucros. A consequência disso é que o investimento em Política Social de Educação, Seguridade Social, Moradia etc., é cada vez menor, impactando em contratação de servidores públicos e oferta de benefícios/auxílios e acesso a serviços e direitos sociais, nas áreas supracitadas. Isso gera uma sobrecarga de trabalho nos AS's do IFMG, precarização de nosso trabalho (uma vez que precisamos trabalhar além do que temos garantido por portaria institucional), bem como um total incômodo com o fato de ter que operar no limite das políticas sociais, que atendem apenas no nível da miséria extrema, isolando do acesso a direitos os filhos e filhas da classe trabalhadora (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 87, grifo nosso).

Além disso, foram destacadas pelos profissionais, frente aos limites e tensões que as seleções e análises socioeconômicas impõem, críticas de diversas ordens que, de forma geral, são indissociáveis das determinações postas pela dinâmica da crise de acumulação, da atual contrarreforma do Estado, da dimensão gerencialista

⁷² Assistentes Sociais

e controlista do labor, cujas inflexões recaem nas condições de trabalho, devido, principalmente:

- a) às concepções instrumentais, pragmáticas e focalistas que regem as seleções das Políticas Estudantis e Afirmativas, enquanto expressão da própria política educacional que não disponibiliza recursos suficientes para empreender programas de permanência estudantil de forma universal;
- b) ao avanço quantitativo no número de inscritos para os programas a cada ano/semestre sem haver, por outro lado, contrapartida no aumento de recursos ou de profissionais para ampliação dos programas, serviços e atendimentos;
- c) à falta de condições objetivas para realizar atividades que transcendem as seleções socioeconômicas, tendo em vista a “captura” do tempo dos profissionais pelas seleções e análises socioeconômicas a fim de ingresso dos estudantes nos programas de permanência estudantil e ações afirmativas;
- d) ao “aprisionamento” excessivo no trabalho burocrático decorrente da elaboração e cumprimento dos editais institucionais para os programas de apoio estudantil;
- e) à necessidade de cumprimento de normas e orientações do PNAES, que prevê condicionalidades para ingresso nos programas de permanência estudantil sem considerar as particularidades da vida, trabalho e trajetória educacional dos alunos, fazendo muitas vezes com que seu cumprimento integral surta efeitos contrários aos objetivos da permanência estudantil;
- f) às auditorias internas⁷³, que passam a questionar, identificar e controlar as concessões de auxílios e benefícios e informações fornecidas pelos estudantes durante os processos de seleção para esse fim;
- g) à burocratização excessiva: antes, durante e após as seleções e análises socioeconômicas, tendo em vista que muitos profissionais passam também a investir tempo de trabalho na confecção e acompanhamento de planilhas de pagamento dos programas da permanência estudantil;

⁷³ Para maior aproximação do processo de auditoria interna, sugerimos consultar o Relatório de Auditoria Interna realizado na Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e Afirmativas na UNILAB (2016/2017).

h) ao trabalho sem apoio informacional, mesmo no interior de uma estrutura de educação tecnológica, impondo aos profissionais o trabalho manual para cadastramento, análise e resultados com montantes de demandas que ultrapassam 800 inscritos para selecionar 150 estudantes, por exemplo.

Diante dessa realidade, os profissionais têm o campo emocional no “alvo” da fragilização, uma vez que, permanentemente, são solicitados a escutar e intervir nas diferentes dimensões da desigualdade e necessidades sociais educacionais que infletem em suas condições de trabalho, como são exemplos as dificuldades enfrentadas pelos estudantes relativas ao(s)/a(s):

- ✓ problemas que interferem na frequência, permanência e desempenho escolar e/ou acadêmico dos estudantes, como as situações de carências materiais geradas pelo desemprego e subemprego;
- ✓ violência doméstica e os conflitos familiares que reverberam sobre os rendimentos educacionais;
- ✓ consumo e/ou tráfico de substâncias psicoativas ou psicotrópicas;
- ✓ envolvimento com furtos fora e dentro do IFET;
- ✓ abandono e/ou negligência familiar;
- ✓ gravidez e/ou paternidade precoce sem nenhum tipo de apoio familiar;
- ✓ doenças crônicas e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e medicamentos para tratamento;
- ✓ habitações provisórias e inadequadas;
- ✓ incesto familiar;
- ✓ dificuldades para deslocamento casa- e para aquisição de material, uniforme escolar/acadêmico, e realização de viagens de campo;
- ✓ problemas nutricionais e de acesso básico à alimentação;
- ✓ situações de racismo, homofobia, transfobia, lesfobia e misoginia, dentro e fora do IFET; baixo desempenho, evasão, abandono e desinteresse escolar/acadêmico;
- ✓ *bullyng* e o *ciberbullyng* com suas diferentes formas de ofensas e constrangimentos;
- ✓ perseguições, exclusões e discriminações seja por condições de classe, deficiência motora, cognitiva, impetradas por docentes, discentes e/ou servidores.

- ✓ problemas econômicos relativos a endividamento dos benefícios que recebem do IFET para manutenção da permanência estudantil.

Esses traços da “questão social”, radicalizada pela crise hegemônica do capital, manifestos nos espaços dos IFET’s, são os rastilhos dos desgastes intelectuais, emocionais, irritabilidade, cansaço mental etc., dado que o enfrentamento dos quadros de hipossuficiência ou privações de todas as ordens dos estudantes, típicas das contradições do contexto educacional e familiar dos mesmos, impõe efeitos para a saúde dos profissionais enquanto componente do processo de trabalho e da sociabilidade capitalista, sendo também elemento constituinte da precarização do trabalho e de suas condições de realização, conforme ressalta Alves (2013, p. 126):

Uma das principais manifestações da precarização do trabalho no capitalismo global é adoecimento da subjetividade do trabalho vivo sob as condições da ordem salarial. Muitas vezes quando se trata do tema da precarização do trabalho se faz referência ao salário e emprego ou ainda às condições de trabalho etc. Entretanto, considero que a manifestação candente da precarização do trabalho em nossos dias ocorre através das ocorrências de adoecimentos e doenças do trabalho, expressão candente do esmagamento da subjetividade humana pelo capital, a negação do sujeito humano-genérico pelos constrangimentos da ordem burguesa.

Soma-se a isso, as tensões e preocupações que também ladeiam o processo de trabalho. No campo empírico da pesquisa, 45% ou 66 profissionais informaram que essas tensões são mais incidentes diante da necessidade do cumprimento dos prazos e da burocracia institucional; 41%, ou 60 assistentes sociais, informaram que são decorrentes dos escassos recursos financeiros, humanos e materiais para atender às necessidades sociais dos estudantes; 11%, ou 16 profissionais atribuíram as tensões e preocupações a elementos como complexificação das demandas, necessidade de agilização dos processos, relações interpessoais com a chefia etc. Apenas 3% do universo pesquisado, abrangendo 4 (quatro) profissionais, apontaram que não se sentem tensionados/as ou preocupado/as com nada em relação às suas condições de trabalho no IFET.

Raichelis (2013, p. 630, grifo da autora), ao discutir os impactos da exposição dos/das assistentes sociais às diferentes e complexas expressões da “questão social” diante da ausência de meios e recurso, expõe:

Os impactos do trabalho na saúde do trabalhador têm sido estudados em vários campos do conhecimento, inclusive pelo Serviço Social, mas ainda muito pouco se conhece sobre o adoecimento de assistentes sociais diante da exposição continuada às mais dramáticas expressões da *questão social*, lidando com a dura realidade enfrentada por homens e mulheres das classes subalternas na sociedade brasileira; e também diante da impotência, em muitos casos, frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social.

Os efeitos sobre a saúde não se desconectam do maior gasto enérgico, intelectual, cognitivo, relacional e comunicacional que as complexificadas expressões da “questão social” passam a exigir.

Como trabalho e vida não se descolam, tais componentes da labuta profissional acabam subsumindo o contexto relacional familiar. Desta feita, os/as assistentes sociais ao serem indagados sobre como o alongamento da jornada de trabalho mais se expressava em suas vidas privadas, apresentaram a seguinte realidade: 28% ou 41 assistentes sociais responderam que essa expressão se dava na forma de esgarçamento/distanciamento das relações de amizades; 24% ou 35 profissionais responderam que isso se materializava através da fragilidade na educação do/(s)/da(s) filho(s)/filha(s); 24%, ou 35 profissionais apontaram para a categoria de resposta “Outro”, onde se incluiu cansaço e impaciência com os familiares, comprometimento com os vínculos afetivos e familiares, distanciamento dos pais e irmãos, redução do convívio familiar, fragilidade nas relações familiares etc.

Em 3% ou em 5 (cinco) das respostas, foi expresso a baixa motivação para a vida sexual. Já 21% dos respondentes, ou 30 assistentes sociais, informaram que não havia comprometimento na vida privada, uma vez que não havia alongamento nas suas jornadas de trabalho.

A constatação geral de que o trabalho e suas condições infletem sobre o campo da vida privada e familiar também é reportada pelos profissionais. Em um dos excertos das entrevistas isso é exposto claramente:

As minhas condições de trabalho pioraram ao longo de quase três anos no IF. As minhas condições de trabalho se confundem com minha vida privada e fragilizam meus vínculos familiares. Me sufocam (seja por minha escolha e preocupação com a luta dos trabalhadores, seja por pressões institucionais). A tendência é continuar piorando, pois percebo que as contradições capitalistas (refrações da “questão social”), obstadas em ramificações ideológicas ou materiais, saltam cada vez mais aos meus olhos (A. S., FORMULÁRIO DE PESQUISA nº 3).

Todos esses indicativos nada mais são do que as expressões das condições de trabalho dos profissionais encontradas no campo empírico da pesquisa enquanto parte da totalidade social que se articula aos fundamentos da lógica de crise de reprodução do capital, da minimização do Estado para as políticas educacionais, das novas formas de organização e gestão do trabalho.

São dimensões que se incorporam à profissão não apenas nos IFET's, mas no conjunto das organizações públicas estatais, privadas, empresariais etc., imprimindo-lhe requisições e imposições que recaem diretamente em suas condições de trabalho como o disciplinamento/controle do trabalho, a intensificação, exigências gestionárias, flexibilização via atividades remotas etc., elementos que em muito estavam localizados no campo do trabalho produtivo, mas que, com o novo ciclo expansionista do capital passaram a se indexar com veemência no trabalho complexo e/ou intelectual dos/das assistentes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, o “mundo” do trabalho tem presenciado significativas mudanças que, engendradas pelos países e agências multilaterais (como o FMI, BM, OMC), que comandam e direcionam a hegemonia financeira global, têm alterado, via articulação econômica, política e educacional, formas de pensar, gerir, organizar e realizar o trabalho. Nesse sentido, as empreitadas globais que se articulam, passam a investir na perda da centralidade do trabalho vivo, não sendo dessa forma poupado nenhum tipo de esforço para que o ciclo da acumulação, valorização e reprodução do capital se realize por fora da esfera do trabalho vivo, e por dentro da esfera das finanças que ampliam sua possibilidade de “drenagem” de lucros que podem ser aglutinados nos mercados de ações, através de títulos negociáveis, seguros de diversos tipos, juros etc.

O que se pretende com isso? Nada mais do que dotar o ciclo da acumulação da mais alta “dose” de liberdade e autonomia, a fim de emancipá-lo de quaisquer amarras que obstem ou tornem-se empecilho para seu ciclo expansionista, elemento que em certa medida está ausente da relação de compra e venda do trabalho vivo, que – mesmo diante de um cenário global regressivo para os direitos –, ainda consegue ser relativamente regulado por leis trabalhistas, sociais e por direitos humanos.

Importa destacar aqui, a contradição imanente a essa concepção.

Ora, a primeira indagação que se deve fazer é: de onde provém ou originam-se os lucros que se injetam nas finanças?

É no ato de trabalho onde está contido o segredo da riqueza que origina, move e reproduz a acumulação do capital, posteriormente, “drenada” pelo ciclo das finanças

Essas mediações não se realizam sem o apoio e intervenções políticas, econômicas, sociais e educacionais dos Estados nacionais. São eles, enquanto agentes representantes das classes financeiro-rentistas, hegemônicas e controlistas da sociabilidade burguesa, que empreendem todos os esforços para manter o capital livre das amarras que possam gerar “constrangimentos” ao seu processo de acumulação.

Por isso, o Estado é uma das forças motrizes do modo de produção e organização capitalista que funciona como ente e suporte para o impulso e

ascensão dos processos de realização do valor do capital, em fases ou não de crise acumulativa.

No novo estágio de desenvolvimento do capital, cuja marca – mesmo diante de sua transnacionalização – é a queda exponencial nas taxas de lucro, o Estado torna-se um dos pilares fundamentais para “equalizar” e tentar (re)converter seus índices de crescimento, sobretudo em cenários de “[...] crise *cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma crise *estrutural* cada vez mais profunda e acentuada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 697, grifo do autor).

É um contexto que, inevitavelmente, impacta no “mundo” do trabalho enquanto fonte de geração e extração de mais-valor, passando a determinar e universalizar as formas de pensar, realizar, controlar e gerir os processos de trabalho, contribuindo também para agravar e ampliar a “(re)produção da *questão social*” (IAMAMOTO, 2007, p. 114, grifo da autora) contemporânea, uma vez que é um processo que tanto torna os trabalhadores como os inimpregáveis mais vulneráveis.

Qual a relação desse cenário com as condições de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET’s e como isso se expressa objetivamente nas condições de trabalho no cotidiano dos profissionais inseridos nos IFET’s dos 5 (cinco) estados/regiões brasileiras em 99 (noventa e nove) unidades pesquisadas?

Importante destacar primeiro que, os 146 (cento e quarenta e seis) profissionais participantes da pesquisa estavam inseridos em localidades geográficas e regionais com cenários de trabalho bem diversificados e com contratações de assistentes sociais, quantitativamente não homogêneas para cada unidade de trabalho pesquisada. Tal diferenciação imprime especificidades locais à realidade de trabalho das 99 (noventa e nove) unidades onde se realizava o labor profissional.

Reconhecendo esse cenário, fugiu ao escopo e alcance da pesquisa particularizar as características de trabalho de cada localidade, sendo dessa forma agregadas ao estudo, as informações mais comuns relativas às condições de trabalho dos/das assistentes sociais a partir das entrevistas, formulários de pesquisa e observação⁷⁴ da dinâmica/localidade de trabalho quando foi possível.

⁷⁴ A observação foi feita no momento da realização das entrevistas semiestruturadas. Do total de 12 (doze) entrevistas, 9 (nove) se realizaram nos locais de trabalho dos profissionais.

Frente a isso, uma das características que se destacou na pesquisa, que incide sobre a condição de trabalho diz respeito as próprias condições físico-estruturais das unidades, que, sendo projetadas e/ou reaproveitadas não segue em sua expansão, um modelo estrutural padronizado, sendo, portanto diferenciada nos diversos IFET's.

Neste sentido, foram encontradas três tipos principais de unidades: unidades novas, construídas a partir dos investimentos dos recursos da expansão da educação profissional e tecnológica; unidades (re)adaptadas das estruturas preexistentes dos antigos CEFET's; e unidades (re)adaptadas/alocadas em estruturas de prédios, escolas municipais e estaduais cedidas pela prefeitura ou governo local.

Tais caracterizações certamente imprimem condições muito diferenciadas de trabalho para os/as assistentes sociais, dado que, foram encontradas situações(até mesmo nas unidades novas), em que não se previu instalações e/ou espaço privativo de trabalho para os profissionais, trazendo assim formas de implicações diversas; desde, torná-los vulneráveis a constrangimentos profissionais/pessoais e relacionais em seus lócus de trabalho, até possibilidades de sanções éticas, dado que são condições de trabalho que põem em xeque o direito de sigilo profissional a que os usuários dos serviços sociais e assistentes sociais têm direito, uma vez que contraria sobremaneira, a legalidade da Resolução nº 493/2006 do CFESS, do próprio Código e Ética da Profissão.

Pressume-se disso que, as expansões desiguais das unidades dos IFET's, realizadas de forma aligeiradas ou até mal planejadas, não apenas do ponto de vista estrutural, mas também de provisão material e de recursos humanos que acarretam, condições de trabalho além de desiguais, fragilizadas, aspectos que não podem ser desvinculados da necessidade de processos educacionais aligeirados que a política de formação profissional e tecnológica dos países periféricos, de economia tardia, representa para o capital e seu aparato de apoio ideológico como, o são, os direcionamentos do Banco Mundial, do FMI e da OMC.

Assim, foi demonstrado que a expansão das unidades da educação profissional e tecnológica, da forma como se estruturou, terminou sendo muito importante do ponto de vista do acesso gratuito ao ensino público e para a expansão do mercado de trabalho de assistentes sociais na educação profissional e tecnológica brasileira, mas também não se pode desconsiderar que isso ao mesmo

tempo representou incidências negativas para as condições de trabalho no que diz respeito aos aspectos éticos e técnicos do exercício profissional, tanto que, do montante de profissionais pesquisados, em média 29% consideraram as condições de trabalho como ruim ou péssimas, conforme expressou as entrevistas e os formulários de pesquisa.

Outro elemento que foi identificado é que, nesse processo, o capital se beneficia triplamente da expansão, principalmente:

- 1- quando passa a dar projeções e visibilidade aos grupos hegemônicos partidários, na medida que estes injetam verbas parlamentares necessárias para a expansão e/ou (re)adaptação das estruturas;
- 2- quando a educação profissional e tecnológica possibilita a formação de uma força de trabalho a ser imediatamente utilizada para o exercício do trabalho simples e em proporção menor do trabalho complexo, dado a “vocação” dos IFET’s em investir mais na educação técnica do que tecnológica;
- 3- quando absorve uma capacidade de força de trabalho como a de assistentes sociais cujo significado para a estrutura *ifetiana* se restringe a reconhecê-la por sua capacidade de controle e mediação de políticas educacionais que garantam a reprodução de uma força de trabalho a ser posta em movimento posteriormente para ser explorada pelo trabalho simples e complexo.

Foi revelado também pela pesquisa que, a implantação dos IFET’s em diferentes localidades geográficas de pequenos municípios e em unidades rurais, distante dos perímetros dos grandes centros, desterritorializou a força de trabalho tradicionalmente urbana dos/das assistentes sociais.

A necessidade de se trabalhar nessas cidades gera a obrigação diária de deslocamentos⁷⁵ – por diversos meios para as unidades de trabalho –, o que incorpora para além do cansaço cognitivo/intelectual, emocional etc., já presente nas jornadas de trabalho – como apresentado no Gráfico nº 26 – maior cansaço físico decorrente da imprescindibilidade de se sair de casa com horários antecipados para evitar atrasos no início das jornadas de trabalho; aspecto que não exclui os/as

⁷⁵Importante frisar que os deslocamentos urbanos também ocasionam desgastes físicos e emocionais para os trabalhadores/as, dado a malha urbana das cidades, principalmente, de grande porte comportar um trânsito caótico que torna imprescindível saídas antecipadas de casa para o trabalho a fim de se evitar atrasos.

trabalhadores/as dos grandes centros que precisam conviver diariamente com desgastes físicos e emocionais decorrentes da dinâmica urbana.

Essas são condições de trabalho que na aparência sensível conseguem se invisibilizar, mas que o campo empírico - mediado pelo lastro teórico da perspectiva dialética - junto aos/às assistentes sociais dos IFET's, foram sinalizadas como um dos componentes que incidem sobre as condições de trabalho que, embora não generalizado nas respostas emitidas, não pode ser negligenciado, dado que traz implicações diretas para os profissionais, uma vez que, além de representarem horas não computadas na carga horária geral de trabalho, ainda funcionam como germinadores de tensões físicas, relacionais e emocionais.

Outra expressão das condições de trabalho dos/das assistentes sociais manifesta na pesquisa diz respeito ao controle do labor profissional. Em média, 88% dos profissionais dos/das 5 (cinco) estados e regiões pesquisadas, informaram trabalhar sob o controle de ponto eletrônico biométrico e/ou uso de frequência para registrar os horários de chegada e saída no trabalho.

No entanto, chamou atenção em relação a isso, o fato de não se poder formalmente registrar ou computar as antecipações e ou prorrogações das jornadas, quando realizadas; situação que, vem se tornado comum nos IFET's, conforme expressou os/as assistentes sociais pesquisados/das.

É uma situação que se vincula às condições de trabalho e que é ocultada, dado que, objetivamente, se faz sentir pelos profissionais, quando, por exemplo, convertem - horas que seriam dedicadas ao almoço, feriados, fins de semanas etc., - em tempo de trabalho, no geral usada, mas não computada enquanto parte da labuta incorporada ao labor profissional e que termina sendo *desprezadas* pelas chefias imediatas, por estarem à margem da jornada formal dos profissionais.

Uma dimensão também presente e por nós identificada enquanto expressão das condições de trabalho diz respeito às auditorias que paulatinamente se indexam como elemento de controlabilidade do trabalho profissional. A pesquisa demonstrou que cada vez mais os/as assistentes sociais dos IFET's estão sujeitos/as a auditorias internas que passam a questionar e/ou pedir explicações sobre uso/aplicação dos recursos dos programas sociais e benefícios.

O elemento problemático disso de acordo com parte dos dados coletados é que, em alguns casos, as auditorias internas em vez de serem instrumentos orientadores dos trâmites financeiros que envolvem o manejo dos recursos da

assistência estudantil, tornam-se elementos meramente fiscalizatórios/questionadores de estudos e análises socioeconômicas, se convertendo em uma preocupação a mais que atravessa o processo de trabalho dos profissionais.

Outrossim, essa é uma tarefa provocadora de tensionamentos, tendo em vista que coloca em xeque as competências profissionais, como também deixa os/as assistentes sociais mais vulneráveis, em caso de acusações de prováveis erros, a responder – via sindicâncias ou processos administrativos disciplinares –, possíveis negligências no uso de recursos públicos, podendo no limite, os profissionais se tornarem alvo de sanções administrativas mais graves.

Mesmo as auditorias representando posição de zelo no que tange à utilização dos recursos, se configura também como aspecto da racionalização estatal que hoje cada vez mais se impinge na esfera pública. Tornam-se, em outras palavras, elemento avaliativo cujo pano de fundo esconde a *intencionalidade* neoliberal e da contrarreforma do Estado de refrear, controlar e minimizar os gastos sociais públicos em nome muito mais da eficiência, do que de fato, de acompanhamento entre o planejado e o executado.

Foi também vislumbrado na pesquisa a informação de que os profissionais mensalmente estão implicados na elaboração e organização de planilha de pagamento dos programas sociais expressos na forma de auxílio alimentação, transportes etc. A “confecção” dessas planilhas acaba também, tornando os profissionais vulneráveis, dado que, mesmo sendo parte das competências previstas no Art. 4º da Lei nº 8.662/93, em seu inciso IV, isso vem se impondo enquanto atribuição privativa para os profissionais por parte dos IFET’s, dado não disporem de técnicos administrativos de nível médio para assumirem uma tarefa meramente burocrática.

Essa atribuição, paulatinamente, vem se legitimando para a grande maioria dos/das assistentes sociais pesquisados/as, enquanto parte das exigências institucionais postas, que deveriam no mínimo ser exercida, por contadores institucionais e/ ou técnicos de nível médio. Percebeu-se, também, a partir das informações apresentadas pelos profissionais que, a demanda do labor *ifetiano* tem se tornado crescente. Esse é um dado/resultado importante identificado durante a pesquisa que reflete nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET’s analisados nessa tese.

Solicitados/as a avaliar as condições de trabalho do momento do ingresso até a realização da pesquisa, foi informado – conforme demonstrado no Quadro nº 11 – que a densidade do trabalho não declinou; ao contrário, aumentou ou no mínimo foi mantida no que diz respeito: à carga horária de trabalho; à necessidade de realização de trabalho fora do horário de expediente; ao número de atividades requisitadas; à demanda de estudantes, pais e/ou responsáveis a serem atendidos individual ou coletivamente; à preocupação em monitorar mais o tempo usado para atendimento individual; à necessidade de prolongar o tempo de abordagem individual decorrente da complexificação das demandas; ao tempo dedicado à realização de atividades técnico-burocráticas como elaboração de relatórios, digitação de documentos, preenchimento de planilhas etc.; às cobranças para realizar atividades administrativas sem relação com as atribuições privativas do Serviço Social; e às urgências para cumprimento de prazos.

Por outro lado, foi demonstrada a diminuição do tempo dos/das assistentes sociais para cuidados com a saúde e de tempo dedicado ao lazer e às relações afetivas junto ao grupo familiar e de amigos. Esse é um processo que também pode ser identificado como sendo aquilo que Silva (2017, p. 118), caracterizou, em sua tese de doutorado, como um processo de *usurpação do tempo livre*.

Foi também apontado pela grande maioria de profissionais que o aumento considerável das atividades de trabalho é legatário, principalmente: da mudança no perfil socioeconômico dos estudantes que passaram a ingressar nos IFET's.

Essa mudança, decorrente das formas de acesso e crise econômica que se abate sobre os estudantes e suas famílias de diversas formas, trouxe implicações também para as condições de trabalho.

Não se trata aqui de culpabilizar os estudantes por isso, uma vez que acessam um direito educacional legítimo, mas de reconhecer que suas inserções nos IFET's, em condições socioeconômicas desfavoráveis – enraizada na histórica desigualdade social, –, passa a dificultar a permanência estudantil e a terminalidade dos cursos, o que por sua vez exige cada vez mais intervenções profissionais e mediações via políticas educacionais institucionais.

Ocorre que, como as políticas educacionais para a permanência estudantil *ifetiana* são cada vez mais contingenciadas, os profissionais são obrigados a realizar em maior medida estudos e análises socioeconômicas, o que exige tornar tais processos mais focalizados nos “bolsões” da pobreza estudantil *ifetiana* que, além

disso, é vitimizada por processos sociais complexos, como são as situações de violência familiar, ausência de habitações adequadas etc., situações que em seu fim último comportam no aumento das atividades de trabalho e dessa forma maior gasto energético, cognitivo, emocional, relacional etc., para que tais situações sejam melhor “administradas” diante da impossibilidade de serem eliminadas, posto que são expressões da “questão social” manifestas no âmbito dos IFET’s, que no atual cenário da crise capitalista se aprofundam. Tais elementos, apontados na nossa pesquisa pelos profissionais, expressam indicativos daquilo que Marx (2013, p. 337-338), denomina de mais-trabalho.

Diante do cenário de aumento das necessidades sociais e complexificação das “questões sociais” educacionais no âmbito dos IFET’s, o trabalho dos/das assistentes sociais se torna intensificado como apontou a maioria dos profissionais pesquisados.

O conceito de intensificação do trabalho em Marx (2013, p. 591), não se baseia na constância do tempo de realização de uma dada jornada de trabalho, mas de ampliação de esforços da potência humana de trabalho posta em movimento.

No caso dos/das assistentes sociais pesquisados/as, esse fenômeno veio à “luz” quando os profissionais informaram que o tempo de trabalho, ao contrário, tornou-se insuficiente para dar conta das atividades, aspecto que, paulatinamente vem exigindo mais esforços de todas as ordens dos profissionais como resultado de demandas complexificadas, mas, por outro lado, com quadro profissional que se torna reduzido.

Como resultado desse processo, verificou-se que a jornada de trabalho dos/das assistentes sociais vem “saltando” dos IFET’s para os fins de semana, feriados, horários de almoço e, sobretudo, para o espaço privado, havendo dessa forma a usurpação do tempo na medida em que esse período que seria de não trabalho é preenchido na prática por tempo de trabalho.

Isso foi verificado quando 91% dos profissionais denotaram a necessidade de mudar as rotinas em casa enquanto requisito para concluir trabalhos pendentes, o que, em outros termos significa que, a jornada de trabalho dos/das assistentes sociais não cessa quando finda o horário normal de trabalho, havendo nesse sentido, expressões de alongamento do trabalho de trabalho para fora de seu ambiente tradicional.

Importa chamar atenção que isso não acontece apenas nos ambientes de trabalho que comporta apenas um único profissional, como o são a maioria dos IFET's das 5 (cinco) regiões e dos estados contemplados nessa pesquisa. Em determinados *campi*, mesmo após novas inserções de assistentes sociais, o fluxo de trabalho não diminuiu de forma significativa, o que leva a entender que o incremento de novos profissionais já se deu de forma tardia frente à quantidade de trabalho a ser realizado.

A pesquisa demonstrou que esse processo é facilitado pela virtualização das mensagens mediadas pela Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC, como: WhatsApp, e-mail etc., ou seja, por ferramentas informacionais e comunicacionais que, além de permitirem o alcance dos profissionais 24 horas por dia, quando seus “*status*” estão no modo “*online*”, ainda geram expectativas/possibilidades de encaminhamentos e/ou resolução de assuntos relativos ao trabalho institucional pela via remota e da intangibilidade do trabalho mediado pela TIC.

Essa constatação foi demonstrada na pesquisa, quando 95% dos/das assistentes sociais denotaram ser acionados/das por meio da TIC para resolver e/ou encaminhar assuntos relativos a trabalho fora do expediente “formal” de trabalho, conforme foi demonstrado no Gráfico nº 24.

Tais indicativos também apontam que, o alongamento do tempo de trabalho virtual, somado aos esforços que são realizados nas jornadas formais dos IFET's, tem provocado um conjunto de tensões e desgastes sócio-ocupacionais, cujas expressões tomam a forma de cansaço mental, dores musculares, insônias, irritabilidade, ansiedade etc., como foi apresentado no Gráfico nº 26.

Agrega-se a esses componentes a frequência com que os assistentes sociais passam a pensar no trabalho em fins de semanas e/ou feriados, aspecto que elucida que o trabalho consegue se expandir do *lócus* onde se desenvolve para a “esfera mental dos/das assistentes sociais, conforme identificado no Gráfico nº 27.

Esses elementos se constituem enquanto expressões das condições de trabalho vivenciadas pelos profissionais pesquisados/as que se imbricam um conjunto de determinações concretas e que não se explicam apenas com a dinâmica interna e institucional dos IFET's.

São componentes que, acima de tudo, tornam-se inarredáveis da atual (re)configuração do capital, da contrarreforma do Estado, da perspectiva gerencialista da esfera pública do trabalho e das transformações implicadas no

“mundo” do trabalho que, direta ou indiretamente, ditam e articulam as formas de pensar, organizar, gerir e se comportar no espaço sócio-ocupacional e fora dele; determinações gerais que se indexam e impõem particularidades às condições de trabalho dos/das assistentes sociais no âmbito das 99 (noventa e nove) unidades onde os/as assistentes sociais realizam o labor profissional.

Esse processo tem um caráter contraditório e está integrado à criação de condições indispensáveis à funcionalidade dos IFET's já que, mediando políticas educacionais para atender estudantes com diferentes expressões e níveis de necessidades/desigualdades, os/as assistentes sociais, de um lado, contribuem para manter a permanência estudantil nos IFET's, o que exige – em certa medida – apropriação/conhecimento de controle político, ideológico e social que são articulados por meio de instrumentais teóricos, metodológicos, éticos, políticos, operativos e formativos de que se valem.

Por outro lado, esses mesmos profissionais contribuem para a reprodução social dos estudantes, seja daqueles que já estão inseridos no “mundo” do trabalho ou dos potencialmente desempregados ou semi-empregados..

De uma forma ou de outra, mesmo considerando as diferenças institucionais e regionais nas quais estão inseridos/as os profissionais, não há como negar que as condições de trabalho dos/das assistentes sociais pesquisados/as, além de símiles, significam processos de precarização do trabalho específicos vivenciados de várias formas, em que se destacaram, por exemplo:

- expressões de assédios morais conjugados a relações de poder/autoritarismos;
- estruturas física indesejáveis - em algumas unidades - impondo condições estruturais, éticas e técnicas inadequadas para garantia de um trabalho sigiloso e de resguardo dos usuários/estudantes, conforme preconizado nos arcabouços jurídicos legais da profissão;
- flexibilização da Lei das 30 horas, deixando os profissionais à mercê das “negociações” e conveniências institucionais;
- aumento das auditorias internas no IFET's com caráter fiscalizatório, sobrepondo-se às orientações formativas para o domínio dos trâmites financeiros nos quais estão implicados os orçamentos e recursos voltados para o pagamento da permanência estudantil;

– trabalho focalizado em estudos/análises socioeconômicas dado que os/as assistentes sociais, em muitos IFET's, não conseguem ultrapassar esse limite dado ao aumento/acúmulo de trabalho;

– aumento/acúmulo de tarefas, sobretudo nos momentos atípicos de afastamentos de assistentes sociais de um mesmo ou outros *campi*, por motivo de formação profissional permanente/continuada, férias, licenças, atestados médicos etc.;

– aumento nas ansiedades, tensões e estresses ocupacionais derivadas das relações de trabalho e/ou atendimentos cada vez mais complexificados que se enraíza nas trajetórias socioeducacionais desiguais dos/das estudantes *ifetianos/nas*;

– insuficiente informatização do trabalho, sobretudo no que diz respeito às planilhas de pagamentos, seleções e análises socioeconômicas, já alguns IFET's não se interessam em desenvolver *softwares* para agilizar as atividades do trabalho dos profissionais;

– orçamento reduzido, contingenciamento e gerenciamento de recursos, acúmulo dos serviços burocráticos que dificultam a realização do trabalho profissional;

– concessão de férias dos/das assistentes sociais muitas vezes vinculadas aos períodos de recessos escolares, dado ao fato de não se ter como substituir os profissionais no período escolar/acadêmico normal;

– forcejamento de atividades não privativas por parte das chefias/hierarquias institucionais dada a ausência de corpo técnico administrativo de nível médio para encaminhar as demandas burocráticas do setore de trabalho em que inserem-se os profissionais;

Esses aspectos são expressões imersas nas condições universais e particulares do trabalho profissional que cada vez mais ganham visibilidade e foram trazidas à tona pelo nosso campo empírico através dos dados coletados e depoimentos dos/das assistentes sociais inseridos/das nos 99 (noventa e nove) municípios do Brasil.

Embora reconheçamos que tais condições de trabalho não estão completamente vulneráveis e precarizadas, sobretudo quando comparadas a inserções mais fragilizadas do ponto de vista das relações e contratações, a exemplo dos/das trabalhadores/as contratados/as via *pregões eletrônicos*,

certamente também não são condições de trabalho *ideais*, se for realizada analogia com as condições de trabalho daqueles que comandam o mundo da produção e da reprodução capitalista.

No entanto, mesmo diante disso, percebeu-se de fato, pelo que foi identificado, verificado e demonstrado, que as condições de trabalho dos/das assistentes sociais, objetos/sujeitos dessa pesquisa, não são condições de labor *ideais* e suficientemente adequadas ao exercício cotidiano da profissão, principalmente se for observada às condições necessárias para a realização do trabalho conforme exigências do arcabouço jurídico-legal que respalda a profissão.

Nesse sentido, foram explicitadas aqui, expressões concretas de condições de trabalho cuja análise essa tese não esgota ou limita, ao contrário, tornam-se pontos de partidas para novos investimentos, percursos, descobertas, reflexões críticas e fonte de dados para a organização coletiva da categoria na tentativa de refreio desse processo.

Frente a isso, deixamos o resultado dessa pesquisa à disposição, principalmente, dos/das assistentes sociais brasileiros/ras, na perspectiva de que o presente estudo torne possível elucidar e/ou instigar caminhos, estratégias e formas de resistências diante da processualidade da precarização das condições de trabalho que hoje se impõe aos/às assistentes sociais que labutam nos diferentes IFET's do país.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

ACESSO de estudantes pobres à universidade pública cresce 400% entre 2004 e 2013, diz IBGE. Brasília, DF, 17 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/12/aceso-de-estudantes-pobres-a-universidade-publica-cresce-400-entre-2004-e-2013-diz-ibge>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O serviço social na educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

_____.; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2005.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Bauru: Canal 6, 2007. (Projeto Editorial Práxis).

_____. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha**. [Marília], 2010. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf>. Acesso em 2 fev. 2018.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.

_____.; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2014. (Projeto Editorial Práxis).

AMORIM, Henrique. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 31-45, jan./abr. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Mundo do trabalho).

AUDITORIA: conceitos: objetivos. São Paulo, [201-]. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/auditoria.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Relatório específico de auditoria cidadã da dívida nº 1/2017**: principais variáveis que influenciaram a evolução da dívida pública federal interna: sugestões da Auditoria Cidadã da Dívida ao TCU, face aos questionamentos formulados pelo Senador Álvaro Dias e aprovados pelo plenário do Senado Federal. Brasília, DF, 11 set. 2017. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Relato%CC%81rio-ACD-1.2017-Sugesto%CC%83es-ao-TCU-11.09.2017.pdf>>. Acesso em: 24 de nov. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 41-52, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71/69>>. Acesso em: 1 set. 2015.

BRAGA, Ruy. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. Tradução de Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 26 set. 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 de set. 2016.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Consulta em: 6 out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 9 fev. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 mar. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 2 dez. 2017.

_____. Lei nº 8.112, de 12 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 abr. 1991a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 2 nov. 2015.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm>. Acesso em: 26 out. 2016.

_____. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, nov. 1995a. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/Mare/Planodiretor/Planodiretor.Pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

_____. Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995. Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 ago. 1995b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1590.htm>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em: 14 nov. 2017.

_____. Lei nº 9.468, de 10 de julho de 1997. Institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 1997a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9468.htm>. Acesso em: 26 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jan. 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 3 maio 2017.

_____. Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005. Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nºs 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005b. Acesso em: 3 maio 2017.

_____. Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jun. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5824.htm>. Acesso em: 3 maio de 2017.

_____. Decreto nº 5.825 de 29 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jun. 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5825.htm>. Acesso em: 3 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

_____. Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades

Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nºs 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas; altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, a Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007; institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos da Lei nº 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei nº 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências. **Diário Oficial de União**, Brasília, DF, 23 set. 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11784.htm>. Acesso em: 3 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 abr. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm>. Acesso em: 9 jan. 2018.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 2 nov. 2016.

_____. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm>. Acesso em: 3 maio 2017.

_____. Medida Provisória nº 756, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 maio 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Medida Provisória nº 792, de 26 de julho de 2017. Institui no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jul. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Mpv/mpv792impresao.htm>. Acesso em: 29 jan. 2018

_____. Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRUM, Argemiro Jacob. **O Brasil no FMI**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1984.

CARTA DE CONJUNTURA. Brasília, DF: IPEA, mar. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc02_completa.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

CARTA DE CONJUNTURA. Brasília, DF: IPEA, mar. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc06_completa.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 29 de nov. 2017.

_____. Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 ago. 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2018.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social: Lei de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. Brasília, DF, 2012.

_____. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF, 2013. (Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).

CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CNS. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

CONCEFET. Manifestação do Concefet sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, DF, n. 1, p. 146-157, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.

CONIF. **Nota de repúdio**. João Pessoa, 23 nov. 2017a. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/images/23_11__Nota_de_rep%C3%BAudio.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. **Rede Federal**: modalidades ofertadas. Brasília, DF, [2017b]. Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/br/rede-federal/modalidades-ofertadas-do-conif>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CORAZZA, Gentil. O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. **Estudos Econômico**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 35-50, 1996.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo**: o exemplo do Brasil. Brasília, DF, OIT Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/combatedotecontemporaneo_307.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018

COTRIM, Vera. **Trabalho produtivo em Karl Marx**: velhas e novas questões. São Paulo: Alameda, 2012.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. (Educação contemporânea).

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo**. São Paulo: Xamã, 2003. (Seminário marxista: questões contemporâneas).

_____.; _____. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução de Nélio Schneider, São Paulo: Boitempo, 2015.

ESCÂNDALO da privatização da Vale do Rio Doce. São Paulo, [200-]. Disponível em: <http://www.muco.com.br/index.php?option=com_content&id=245:escandalo-da-privatizacao-da-vale-do-rio-doce&Itemid=53>. Acesso em: 20 jun. 2016.

FERNANDES, Lígia da Nóbrega. Serviço Social e dimensão educativa: nexos inseparáveis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais....** Olinda: CFESS, 2016.

FRANZONI ADVOGADOS. **Contratar freelancers**: aprenda e conheça detalhes. Florianópolis, 22 mar. 2016. Disponível em: <<http://franzoni.adv.br/contratar-freelancers-dicas/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

FRIGOTTO, Galdêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, esp., p. 1087-1113, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Helder. **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Americanismo e fordismo**. Tradução de Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto no Brasil: síntese. Brasília, DF, nov. 2017. v. 1. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

_____. **A instrumentalidade do serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **Para entender o capital**: livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____. **Para entender o capital**: livros II e III. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014a.

_____. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014b.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014c.

HERRERA, Rémy. **Prefácio: o capital fictício no centro da crise.** In: GOMES, Helder. (Org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. **Tempo Social: Revista de Sociologia,** São Paulo, v. 13, n. 2, p. 1-20, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a01.pdf>>. Acesso em 5 de jun. de 2017.

HUWS, Ursula. Construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF, 2009.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970.** 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1977.

IBGE: desemprego no Brasil em 2017 atinge nível recorde. [S.l.], 28 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/ibge-desemprego-no-brasil-em-2017-atinge-nivel-recorde.html>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

JACOBY, Russell. Sobre algumas omissões de Thomas Piketty: indo mais além com Marx. In: BAVA, Silvio Caccia. (Org.). **Thomas Piketty e o segredo dos ricos.** Tradução de Equipe Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Veneta : Le Monde Diplomatique Brasil, 2014.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF, 2009.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto.** Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Rumos da cultura moderna, v. 26).

KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões da nossa época, v. 63).

_____.; CALDAS, Andréa. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Org.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papyrus, 2009.

LARA, Ricardo. A pesquisa no serviço social e a tradição materialista-dialética. In: SILVA, José Fernando Siqueira; SANT'ANA, Raquel Santos; LOURENÇO, Edvânia Angela de Souza. (Org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo (ensaio popular)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

_____. **O mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

MACHADO, Fernanda Meneghini. Financiamento da assistência estudantil nas Universidades Federais. **Temporális**, Brasília, DF, ano 17, n. 33, p. 231-253, jan./jun. 2017.

MANDEL, Ernest. **Teoria marxista do Estado**. Tradução de M. Reis. Lisboa: Antídoto, 1977.

_____. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARX, Karl. **O capital: crise da economia política: o processo global de produção capitalista**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985. v. 5.

_____. O valor de troca emergindo da circulação, pressupondo-se à circulação, conservando-se e multiplicando-se nela pela mediação do trabalho. In: _____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

_____. **Cadernos de Paris & manuscritos econômicos filosóficos de 1844**. Trad. José Paulo Netto e Maria Antonia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **O capital:** crítica da economia política: o processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. L. 3.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil:** origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MEC. Portaria MEC nº 09. de 29 de junho de 2006. Define os cursos de capacitação que guardam relação direta com a área de atuação do servidor. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/portarias/pt09_2006.pdf>. Acesso em: 3 maio 2017.

_____. **Institutos Federais:** uma conquista de todos os brasileiros. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/folheto_setec.pdf>. Acesso em: 29 out. 2016.

_____. **Expansão da educação superior e profissional e tecnológica:** mais formação e oportunidades para os brasileiros. Brasília, DF, [2011]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCAO_SUPERIOR14.pdf>. Acesso: 22 nov. 2015.

_____. Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2013, o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 out. 2012. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_23866622_PORTARIA_NORMATIVA_N_18_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 10 nov. 2012.

_____. País ganha cinco novas universidades federais e 41 campi da rede de educação profissional. Brasília, DF, 9 maio 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/36031-pais-ganha-cinco-novas-universidades-federais-e-41-campi-da-rede-de-educacao-profissional>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____.; INEP. **Censo da educação superior 2016:** divulgação. Brasília, 31 ago. 2017a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2016/apresentacao_censo_educacao_superior.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____.; INEP. **Censo escolar da educação básica:** notas estatísticas. Brasília, DF, fev. 2017b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível: <<http://minhateca.com.br/action/SearchFiles>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOTO, Regina Célia. Estudos socioeconômicos. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Servidores civis e militares do executivo federal**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/downloads/servidores.asp>>. Acesso em: maio 2015.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Concepção de educação como motor de desenvolvimento econômico e social: ideologias do capital humano e do capital social. In: _____.; PEREIRA, Larissa Dahmer. (Org.). **Educação e Serviço Social**: subsídios para uma análise crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 135-170, 2007b.

_____. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012 (Questões da nossa época, v. 44).

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, v.1).

PRADO, Luiz Carlos Delorme. A economia política da grande depressão da década de 1930 nos EUA: visões da crise e política econômica. In: LIMONCIC, Flávio;

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (Org.). **A grande depressão: política e economia na década de 1930 - Europa, Américas, África e Ásia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense : Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PRAUN, Lucieneida Dováo. **Não sois máquina!** reestruturação produtiva e adoecimento na General Motors do Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281245/1/Praun_LucieneidaDovao_D.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Tradução de Argelina Cheibub Figueiredo e Pedro Paulo Zahluth Bastos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

RAMOS, Marise. A educação tecnológica como política de Estado. In: RAMON, de Oliveira. (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate**. Campinas: Papirus, 2012. (Papirus educação).

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Instituições da rede**. Brasília, DF, 2015. Disponível m: <http://redefederal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=1001:unidades-da-rede>. Acesso em 10 maio 2015.

_____. **Expansão da rede federal**. Brasília, DF, 2 mar. 2016. atual. 27 maio 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 30 out. 2016.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ : Contraponto, 2001.

ROSSO, Dal Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo, 2017.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. Tradução de José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Polis, 1987.

SABADINI, Maurício de S. O capital fictício e suas formas: lucros de fundador, diferencial e fictício. In: GOMES, Helder. (Org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de A. (Org.). **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana**. São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2013.

_____. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2015.

SANTOS, Vera Núbia. **Síntese dos trabalhos apresentados no 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS. Centro de Convenções de Pernambuco**. Apresentação de trabalhos Política Social e Serviço Social. Sub-eixo educação. Tema: O trabalho do Assistente Social na Política de Educação. Olinda, 2016. (Mimeo).

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos. In: CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

SHULGIN, Viktor Nikolaevich. **Rumo ao politecnismo (artigos e conferências)**. Trad. revista por Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. De PLANFOR a PNQ: permanecem os dilemas da política de qualificação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 166-167, jan./mar. 2009.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Teoria marxista das crises**. São Paulo: Global, 1992.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2013.

_____. **Educação contra o capital**. 3. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

UNILAB. **Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Redenção, 2016/2017. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2017/12/RA-06-2017-PNAES-PROPAAE.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

VERDÉS-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador social**: prática, hábitos, *ethos*, formas de intervenção. Trad. de Rene de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1986.

VIANNA, Jaqueline Abreu. **As mudanças no mundo do trabalho**: um estudo sobre o trabalho mediado por tecnologias de informação e comunicação e os efeitos sobre o trabalhador. Curitiba: Appris, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

ESCLARECIMENTOS

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira”**, que tem como objetivo explicitar as expressões das condições de trabalho de assistentes sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua relação com a atual crise de reprodução do capital, as transformações no “mundo” do trabalho e o Estado.

A pesquisa será conduzida pela doutoranda **Lígia da Nóbrega Fernandes**, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientada pela Profa. Dra. Cirlene A. H. S Oliveira, pertencente ao quadro docente efetivo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP – Campus de Franca/SP. Você foi escolhido(a) a participar porque compõe o universo de assistentes sociais pertencente ao estado/região do Brasil – até jan/2015 – com maior número de profissionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia–IFET.

A participação nesta pesquisa é voluntária, ficando a você resguardado o direito de aderir ou não a esta, tendo a liberdade de a qualquer tempo desistir sem necessidade de expressar nenhum tipo de justificativa ou sofrer sanção pessoal ou profissional por este ato.

Se você decidir participar da pesquisa, irá preencher um formulário com o objetivo de elucidar suas condições de trabalho no IFET, cujas questões consideram o/a: perfil profissional da força de trabalho; condições de trabalho; jornada de trabalho; intensificação do trabalho; gestão do trabalho; tempo de trabalho; processo de trabalho; relação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho; carga e desgaste de trabalho. A resposta ao formulário dura aproximadamente 25 minutos. A você é garantido o sigilo em relação às informações coletadas e à sua identidade.

Na divulgação dos resultados da pesquisa – que se dará via tessitura da tese doutoral – será utilizado somente o uso de siglas ou nomes fictícios na exposição das informações, a fim de resguardar sigilo e privacidade pessoal e profissional da sua participação, adotando-se o mesmo procedimento no caso de possível publicação científica ou atividade didática pedagógica decorrente do estudo.

O risco para você nesta pesquisa é mínimo e diz respeito à entrevista semiestruturada –, somente no caso da sua participação –, tendo em vista que entrevistas podem ocasionar timidez ou até desconforto, fato que pode não se aplicar no preenchimento do formulário. Frente a isso, no caso de sentir desconforto em alguma dessas situações lhe é concedida ampla liberdade para desistir sem qualquer tipo de prejuízo para você ou retirar

seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, ou ainda solicitar maior esclarecimento através do contato com a pesquisadora.

Por se tratar de adesão eminentemente voluntária, não será concedido nenhum tipo de incentivo ou recompensa de qualquer espécie pela sua participação nesta pesquisa, da mesma forma que você não arcará com nenhum tipo de custo para participar da mesma.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Após ter sido esclarecido(a) e lido as informações sobre o objetivo da pesquisa, do motivo pelo qual fui convidado(a), dos procedimentos que serão utilizados, da garantia do anonimato, dos riscos, isenção de despesas, de que os dados poderão ser utilizados para fins de publicação científica e/ou didático-pedagógicos, e, de que posso solicitar a qualquer tempo mais esclarecimentos, além de ampla possibilidade de poder interromper a minha participação no momento que achar necessário, através de contato com a pesquisadora, via seu endereço de e-mail: **ligiadanobrega@gmail.com** ou dos seus números de telefones pessoais: **(16) 98240-1475** ou **(95) 98121-3176**, firmo o presente, confirmando que estou recebendo uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que está assinado por mim.

Cidade: _____ . Data: ____/____/____

Assinatura do/a Participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Lígia da Nóbrega Fernandes

Endereço: Rua Antônio Alves Taveira, 2035, Apart. 209 - Vila Totoli, CEP: 14.409-123, Franca/SP

Tel: (16) 98240-1475

E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

APÊNDICE B: FORMULÁRIO DE PESQUISA

I - PERFIL PROFISSIONAL DA FORÇA DE TRABALHO

1. Identidade de gênero: (ATENÇÃO: Se responder “Outro” na questão abaixo, por favor, especificar)

1. () Feminino
2. () Masculino
3. () Outro: _____

2. Qual a sua idade?

1. () 20 a 26 anos
2. () 27 a 34 anos
3. () 35 a 42 anos
4. () 43 a 50 anos
5. () 51 anos ou mais

3. Antes de ingressar no Serviço Social do IFET, que TRABALHO EXERCIA? (Escolha APENAS a opção que MELHOR expressa sua realidade. Se responder “Outro”, por favor, especificar)

1. () Nenhum
2. () Somente estudava para concurso
3. () Estudava para concurso e trabalhava em atividade sem relação com o S. Social
3. () Exercia a docência em S. Social em Instituição de Ens. Superior com contrato temporário
4. () Trabalhava com contrato temporário enquanto A. Social
5. () Trabalhava como servidor(a) concursado(a) enquanto A. Social
6. () Outro. Qual? _____

4. Concluí graduação em S. Social em: (Atenção: Se responder “Outro”, por favor especificar)

1. () Instituição Federal, ensino presencial
2. () Instituição Federal, ensino a distância
3. () Instituição Estadual, ensino presencial
4. () Instituição Estadual, ensino a distância
5. () Instituição Privada, ensino presencial
6. () Instituição Privada, ensino a distância
7. () Instituição Privada, ensino semipresencial
8. () Outro: _____

5. Conclui a Pós-graduação? (Atenção: Considere APENAS a última Pós-graduação concluída).

1. () Concluí especialização em instituição pública
2. () Concluí especialização em instituição privada
3. () Concluí Conclui mestrado acadêmico em instituição pública
4. () Concluí Conclui mestrado acadêmico em instituição privada
5. () Concluí Conclui mestrado profissional em instituição pública
6. () Concluí Conclui mestrado profissional em instituição privada
7. () Concluí Conclui doutorado em instituição pública
8. () Concluí Conclui doutorado em instituição privada
9. () Estou cursando
10. () Nunca cursei

6. Concluiu Pós-graduação ANTES ou DEPOIS de ingressar no IFET?

1. () Antes de ingressar no IFET
2. () Depois que ingressei no IFET
3. () Nunca cursei
4. () Estou cursando
5. () Outra situação. Qual?: _____

II - CONDIÇÕES DE TRABALHO

7. Localização da unidade do IFET que você trabalha em relação à sua residência:

1. () Muito distante
2. () Pouco distante
3. () Relativamente distante

4. () Perto da minha residência, mas porque aluguei e/ou comprei casa e/ou apart. para morar próximo ao local de trabalho

8. A médio ou a longo prazo, pretende ser removido(a) ou redistribuído(a) para outra unidade de trabalho do IFET ?

1. () Sim, pretendo ser removido(a) ou redistribuído(a)
2. () Nem removido(a), nem redistribuído(a)

9. Quando você precisa de equipamentos e/ou espaço para realizar o trabalho individual ou coletivo, com que frequência o IFET disponibiliza?: (OBS: Marque com um "X" cada uma das questões do quadro abaixo):

Equipamentos/Disponibilidade	a) Sempre disponível	b) Frequentemente disponível	c) Algumas vezes disponível	d) Raramente disponível
1. Telefone				
2. Computador				
3. Acesso à internet				
4. <i>Scanner</i> para digitalizar documentos				
5. Impressora com tinta ou <i>toner</i>				
6. Aparelho de TV				
7. Aparelho de som				
8. Microfone				
9. Projetor multimídia				
10. Auditório				
11. Transporte institucional				

10. Quanto às condições éticas e técnicas de seu exercício profissional no IFET: (OBS: Marque com um "X" cada uma das questões do quadro abaixo):

Condições éticas e técnicas	a) Sim	b) Não	c) Às vezes
1. Tem sala própria para o S.Social no IFET que você trabalha?			
2. Tem como realizar atendimentos com portas fechadas?			
3. Precisa convidar outros profissionais a se retirarem da sala que você trabalha objetivando preservar o sigilo nos atendimentos que realiza?			
4. Tem armário/arquivo para guardar com segurança o material técnico sigiloso produzido pelo S. Social?			
5. Tem sala ventilada e/ou climatizada para garantir ambiente de trabalho adequado?			
6. Tem iluminação adequada onde você permanece por mais tempo trabalhando?			
7. Tem espaço sempre disponível para realização de trabalho coletivo ou com grupo?			

11. Como avalia as condições éticas e técnicas de seu exercício profissional no IFET: (OBS: Marque com um "X" cada uma das questões do quadro abaixo):

Equipamentos/mobília	a) Péssimo	b) Ruim	c) Bom	d) Ótimo	e) Excelente
1. Condições estruturais e ético-técnicas da sala onde realiza atendimentos individuais?					
2. Privacidade nos atendimentos que realiza?					
3. Armário/arquivo para guardar o material técnico sigiloso produzido pelo S. Social?					
4. Espaço para abordagens coletivas?					

12. Como avalia os equipamentos/mobília utilizados para viabilizar o seu trabalho no IFET?
(OBS: Marque com um "X" cada uma das questões que MELHOR expressa sua realidade de trabalho):

Equipamentos/mobília	a) Péssimo	b) Ruim	c) Bom	d) Ótimo	e) Excelente
1. Mesa que utiliza frequentemente para realizar seu trabalho?					
2. Cadeira que senta frequentemente para realizar seu trabalho?					
3. Computador que utiliza frequentemente para realizar seu trabalho?					
4. Acesso a Internet para realizar seu trabalho?					
5. Impressora que utiliza frequentemente para viabilizar seu trabalho?					

13. Qual a disponibilidade de equipamentos informáticos e de material de consumo para viabilizar a realização do seu trabalho no IFET?

(Entender equipamento informático como software para otimizar critérios de elegibilidade dos estudantes em seleções socioeconômicas, computador, *scanner*, impressora com tinta ou *toner*, internet, telefone disponível para realizar ligações quando necessárias, equipamento de projeção multimídia, papel etc.).

1. () 0% a 29% disponíveis
2. () 30% a 49% disponíveis
3. () 50% a 69% disponíveis
4. () 70% a 89% disponíveis
5. () 90% a 100% disponíveis

14. Qual INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO utiliza PRINCIPALMENTE para realizar as SELEÇÕES SOCIOECONÔMICAS para concessão de BOLSAS e AUXÍLIOS? (Escolher APENAS a alternativa que MELHOR expressa sua realidade de trabalho e, se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () Uso sistema INFORMATIZADO, análise documental, entrevista socioeconômica individual e visita social quando necessária
2. () Uso formulário e/ou questionário MANUAL, análise documental, entrevista socioeconômica individual e visita social domiciliar quando necessária
3. () Uso sistema informatizado e análise documental, tendo em vista a dificuldade de realizar outros procedimentos
4. () Outro: _____

15. Do momento que ingressou no IFET até hoje, os RECURSOS destinados à POLÍTICA para a PERMANÊNCIA ESTUDANTIL?

1. () Aumentou
2. () Diminuiu
3. () Manteve-se

16. No último ano, os RECURSOS necessários para você desenvolver no IFET: programas, serviços e benefícios, etc. ficaram MAIS EXPOSTOS a: (Escolher APENAS a alternativa que MELHOR expressa sua realidade de trabalho e, se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () Ampliação dos recursos com tendência à UNIVERSALIZAÇÃO da assistência estudantil no IFET
2. () Diminuição dos recursos com tendência à FOCALIZAR a assistência estudantil via "bolsificação"
3. () Permaneceu a MESMA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA, não havendo corte ou redução nos programas de assistência estudantil
4. () Outro: _____

17. Se houve redução de RECURSOS para o desenvolvimento de programas, serviços e benefícios etc., qual a PRINCIPAL IMPLICAÇÃO para seu trabalho? (Escolher APENAS a alternativa que MELHOR expressa sua realidade de trabalho e, se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () Tendência à ampliação de atividades NÃO RELACIONADAS às competências e atribuições de A. Sociais
2. () Ampliação de CONFLITOS INSTITUCIONAIS pela defesa da universalização de direitos educacionais dos estudantes
3. () SOBRECARGA DE TRABALHO, decorrente da necessidade de levantamentos socioeconômicos diante da ampliação de estudantes solicitando inclusão na assistência estudantil
4. () Outro: _____

18. Qual a correspondência em média do QUANTITATIVO de assistentes sociais na sua unidade de trabalho trabalha em relação ao NÚMERO DE ESTUDANTES?

1. () 01 A. Social para atender até 1.200 estudantes
2. () 02 A. Sociais para atender de 1.200 a 2.400 estudantes
3. () 03 A Sociais para atender de 2.401 a 3.600 estudantes
4. () 04 A. Sociais para atender de 3.601 a 4.800 estudantes
5. () 05 A. Sociais para atender acima de 7.000 estudantes

III- JORNADA DE TRABALHO

19. Jornada de trabalho semanal no IFET? (ATENÇÃO: Se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () 40 horas semanais
2. () 30 horas semanais **sem redução salarial** por concessão da Reitoria
3. () 30 horas semanais, **com redução salarial**, pois o IFET não reconhece a Lei nº 12.317, de 26.08.2010, que PREVÊ 30 h de JORNADA de TRABALHO para A. Sociais sem redução salarial
4. () 20h semanais com salário proporcional a essa jornada
5. () Outro: _____

20. Além de sua carga horária semanal de trabalho, quantas horas de TRABALHO em média, semanalmente, realiza que NÃO são COMPUTADAS pelo IFET: (Entender hora de trabalho não computada aquela que se realiza em fins de semanas, e/ou feriados, hora destinada ao almoço etc.)

1. () Entre 1h a 2h de trabalho
2. () Entre 2h a 3h de trabalho
3. () Entre 3h a 4h de trabalho
4. () Entre 4h ou mais de trabalho
5. () Não tenho hora(s) de trabalho a mais

21. Depois de deixar seu ambiente de trabalho no IFET, costuma resolver e/ou encaminhar assuntos de trabalho usando as tecnologias de informação como e-mail, whatsapp, 39Messenger, etc?

1. () Sempre (no mínimo 10 vezes por semana)
2. () Frequentemente (2 a 4 vezes por dia)
3. () Às vezes (1 a 3 vezes por semana)
4. () Raramente (1 vez por semana)
5. () Nunca

22. Quantas horas você EFETIVAMENTE trabalha no IFER por dia?

1. () 5 horas ou mais, mesmo com carga horária diária de 4 horas
2. () 7 horas ou mais, mesmo com carga horária diária de 6 horas
3. () 9 horas ou mais, mesmo com carga horária diária de 8 horas
4. () Trabalho exatamente como está estabelecido na minha carga horária diária

23. Com que frequência costuma trabalhar fora do horário do expediente (fins de semanas, e/ou feriados, hora destinada ao almoço etc), para cumprir demandas institucionais do exercício profissional no IFET?

1. () Sempre
2. () Frequentemente
3. () Algumas vezes

4. () Raramente
5. () Nunca

IV- INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

24. Qual o número em média de atividades que desenvolve em um único dia de trabalho no IFET incluindo: atendimento individual, participação em reuniões pedagógicas, visita social domiciliar, planejamento e/ou execução de atividades coletivas de caráter sociopedagógico, atendimento a pais de estudantes e/ou docentes, encaminhamentos, elaboração de relatório social, parecer, entrevista social etc.

1. () Uma atividade
2. () Entre 1 a 3 atividades diferentes
3. () Entre 4 a 6 atividades diferentes
4. () Entre 7 a 10 atividades diferentes
5. () Mais de 10 atividades diferentes

25. Do momento que ingressou no IFET até hoje, como você avalia? (OBS: Marque com um "X" cada uma das questões que MAIS expresse sua realidade):

Densidade/frequência	a) Aumentou	b) Diminuiu	c) Manteve-se
1. Sua carga horária de trabalho?			
2. Necessidade de realizar trabalho fora do horário de expediente?			
3. Número de atividades requisitadas a você no IFET?			
4. Demanda de estudantes, pais e/ou responsáveis a serem atendidos por você individual ou coletivamente?			
5. Preocupação em monitorar mais o tempo usado para atendimento individual?			
6. Necessidade de prolongar o tempo de atendimento individual decorrente da complexificação das demandas?			
7. Tempo dedicado à realização de atividades técnico-burocráticas como elaboração de relatórios, digitação de documentos, preenchimento de planilhas etc.?			
8. Cobranças para realizar atividades administrativas sem relação com as atribuições privativas do Serviço Social?			
9. Urgência para cumprir prazos?			
10. Tempo para cuidados com a sua saúde?			
11. Tempo dedicado ao lazer?			
12. Tempo dedicado às relações afetivas? (incluindo o grupo familiar e de amigos)			

26. Com que frequência é pressionado/a para cumprir prazos no IFET?

1. () Sempre
2. () Frequentemente
3. () Algumas vezes
4. () Raramente
5. () Nunca

27. Do seu ingresso no IFET até o momento, já foi requisitado/a apoiar trabalho ou atender demandas de trabalho em outra unidade do IFET pela AUSÊNCIA E/OU INSUFICIÊNCIA de assistente social?

1. () Sempre
2. () Frequentemente
3. () Algumas vezes
4. () Raramente
5. () Nunca

28. Além dos estudantes, com que frequência atende seus pais e/ou responsáveis, servidores do IFET e pessoas da comunidade?

1. () Sempre
2. () Frequentemente
3. () Algumas vezes
4. () Raramente
5. () Nunca

6. () Atendo apenas servidores

29. No último ano, AUMENTOU ou DIMINUIU a DEMANDA de TRABALHO para o SERVIÇO SOCIAL no campus em que você trabalha? (Por favor, dizer se: AUMENTOU ou DIMINUIU e explicar o motivo. Caso precise de mais espaço, por favor, usar o verso do formulário)

V- GESTÃO DO TRABALHO

30. Sua chefia imediata tem conhecimento de que você trabalha a MAIS em fins de semanas e/ou feriados ou no horário do almoço, para tentar atender todas as demandas de trabalho no IFET?

1. () Sim
2. () Não
3. () Nunca trabalho fora do meu horário de expediente

31. Como é registrada sua carga horária diária de trabalho no IFET?

1. () Através de registro em ponto eletrônico
2. () Através de registro em folha de frequência manual
3. () Outra: _____

32. Na sua compreensão, COMO os GESTORES do IFET, ENTENDEM o trabalho do/a A. Social? (Escolha APENAS a opção que MELHOR expressa sua realidade. Se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () Como trabalho especializado em SELECIONAR apenas a "POBREZA" de estudantes
2. () Como trabalho de AJUDA e ACONSELHAMENTO
3. () Como trabalho que REQUER amplo conhecimento TEÓRICO-METODOLÓGICO, TÉCNICO-OPERATIVO e ÉTICO-POLÍTICO
4. () Outro: _____

33. Você CONSIDERA que os GESTORES do CAMPUS que você trabalha EXPRESSAM PREOCUPAÇÃO com a NECESSIDADE de realizar concurso público a fim de AMPLIAR o N° de A. Sociais para sanar as demandas que chegam ao Serviço Social? (Atenção – Se responder "Outro", por favor, especificar)

Não

1. () É indiferente
2. () Expressam essa necessidade, mas NÃO EMPREENDEM esforços para viabilizar
3. () Expressam essa necessidade e EMPREENDEM esforços para realizar
4. () Outro: _____

VI- TEMPO DE TRABALHO

34. Qual atividade CONSOME MAIOR TEMPO do seu TRABALHO no IFET? (Escolha APENAS a opção que MELHOR expressa sua realidade. Se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () Seleção socioeconômica para inclusão de alunos na assistência estudantil
2. () Atendimento individual
3. () Atividades educativas grupais e/ou coletivas
4. () Elaboração de relatórios e pareceres sociais.
5. () Outro: _____

35. Com que frequência INTERROMPE a REALIZAÇÃO de uma ATIVIDADE para DAR CONTA de OUTRA mais URGENTE?

1. () Sempre
2. () Frequentemente
3. () Às vezes
4. () Raramente

5. () Nunca

36. Quem determina o seu RITMO de trabalho no IFET? (Escolha APENAS a opção que MELHOR expressa sua realidade. Se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () As demandas e urgências institucionais

2. () Os gestores do IFET

3. () Eu mesmo/a

4. () Outro: _____

VII- PROCESSO DE TRABALHO

37. A ORGANIZAÇÃO de seu PROCESSO de TRABALHO é definida: (Escolha APENAS a opção que MELHOR expressa sua realidade. Se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () Por mim, individualmente sem interferência externa

2. () Por mim, mas antes apresentando às ideias à minha chefia imediata

3. () Por mim e pela equipe multidisciplinar do meu setor de trabalho

4. () Outro: _____

38. Indique a PRINCIPAL REQUISIZÃO posta ao SERVIÇO SOCIAL no campus que você trabalha: (Escolha APENAS a opção que MELHOR expressa sua realidade. Se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () SELEÇÕES SOCIOECONÔMICAS que incluem tabulação de dados manuais e/ou digitais, entrevistas individuais, visita social domiciliar, registro e análise documental de cada situação para conceder o acesso à assistência estudantil

2. () Elaboração, planejamento, formulação, execução, avaliação de estudos e PROGRAMAS SOCIAIS

3. () ACOMPANHAMENTO da EVASÃO e FREQUÊNCIA ESCOLAR/ACADÊMICA

4. () Outro: _____

39. A avaliação socioeconômica para inserção de estudantes na assistência estudantil do IFET acontece: (ATENÇÃO: Se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () A cada 03 meses

2. () A cada 06 meses

3. () É anual

4. () É em fluxo contínuo, ou seja a qualquer tempo de acordo com a necessidade dos estudantes

5. () Outro: _____

40. Além das suas atribuições privativas, com que frequência é SOLICITADA/O a realizar ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS que no IFET são de ATRIBUIÇÃO de técnicos administrativos de NÍVEL MÉDIO?

1. () Sempre

2. () Frequentemente

3. () Às vezes

4. () Raramente

5. () Nunca

41. Além do trabalho que realiza no IFET, exerce supervisão de estágio em Serviço Social?

1. () Sim

2. () Não

VIII- RELAÇÃO ENTRE TEMPO DE TRABALHO E TEMPO DE NÃO TRABALHO

42. É OBRIGADA/O MUDAR sua ROTINA em CASA devido à necessidade de concluir TRABALHO que ficou PENDENTE do IFET?

1. () Sempre

2. () Frequentemente

3. () Às vezes

4. () Raramente

5. () Nunca

43. Você costuma CONTINUAR ou CONCLUIR durante a SEMANA, no espaço da sua casa, o TRABALHO do IFET?

1. () Sempre

2. () Frequentemente
3. () Às vezes
4. () Raramente
5. () Nunca

44. Quando TERMINA sua jornada de trabalho no IFET e você volta para casa, FREQUENTEMENTE se SENTE: (ATENÇÃO: Se responder "Outro" na questão abaixo, por favor especificar)

1. () PREOCUPADA/O e ANGUSTIADA/O porque NÃO DEU TEMPO cumprir todas as TAREFAS do dia
2. () Aliviada/o, porque DEU TEMPO CUMPRIR todas as TAREFAS do dia
3. () NÃO SINTO NADA, apenas volto para casa e me DESPREENDO TOTALMENTE do trabalho
4. () Outro: _____

45. Você PENSA no TRABALHO do IFET em FINS de SEMANAS e/ou FERIADOS?

1. () Sempre
2. () Frequentemente
3. () Às vezes
4. () Raramente
5. () Nunca

46. Nas FÉRIAS, já foi REQUISITADA/O a responder via telefone, e-mail, whatsapp, facebook etc, assuntos referentes ao TRABALHO no IFET?

1. () Sim, comumente
2. () Sim, mas raramente
3. () Nunca

47. Os PRAZOS para REALIZAÇÃO do seu TRABALHO no IFET são: (ATENÇÃO: Se responder "Outro" na questão abaixo, por favor, especificar)

1. () Na maioria das vezes curtos e urgentes
2. () Raramente curtos e urgentes
3. () Nunca são curtos e urgentes
4. () Outro: _____

48. Caso haja ALONGAMENTO na sua JORNADA de TRABALHO, de que forma isso MAIS se expressa na sua VIDA PRIVADA? (Escolher APENAS a alternativa que MELHOR expressa sua realidade de trabalho e, se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () Fragilidade no acompanhamento na educação do/(s)/da(s) filho(s)/filha(s)
2. () Baixa motivação para a vida sexual
3. () Falta de motivação para atividade de cuidado com a saúde, lazer e esporte
4. () Esgaçamento/distanciamento das relações de amizade
5. () Nenhum comprometimento, pois não há alongamento
6. () Outro: _____

IX- CARGA E DESGASTE DO TRABALHO

49. Considera que sua CONDIÇÃO de TRABALHO PROVOCA MAIOR TIPO de DESGASTE (ATENÇÃO? Se responder "Outro" na questão abaixo, por favor, especificar)

1. () Físico
2. () Emocional
3. () Intelectual
4. () Emocional e intelectual
5. () Físico, emocional e intelectual
6. () Nenhum tipo de desgaste
7. () Outro: _____

50. O que lhe causa mais TENSÃO/PREOCUPAÇÃO frente à sua CONDIÇÃO de trabalho hoje? (Escolher APENAS a alternativa que MELHOR expressa sua realidade de trabalho e, se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () As PRESSÕES pela necessidade de cumprir PRAZOS e a burocracia institucional
2. () Os ESCASSOS RECURSOS FINANCEIROS, HUMANOS e MATERIAIS, para atender às necessidades sociais dos estudantes
3. () Não me SINTO TENSIONADA/O ou PREOCUPADO/A com nada na minha condição de trabalho no IFET
4. () Outro: _____

51. Quanto tempo já ficou afastado/a no último ano do IFET devido a problemas de saúde decorrente do trabalho que realiza?

1. () Até 7 dias
2. () De 8 a 15 dias
3. () De 16 dias a 30 dias
4. () Mais de 30 dias
5. () Nenhuma vez
6. () Outra. Qual? _____

52. Apresenta ou já apresentou desde que ingressou no IFET sintomas que indicam problemas de saúde que foi/foram gerado(s) pelo seu trabalho na instituição? (OBS: Marque com um "X" cada uma das questões do quadro abaixo):

Sintomas/Frequência	a) Sempre	b) Frequentemente	c) Às vezes	d) Raramente	e) Nunca
1. Cansaço mental					
2. Dores musculares					
3. Insônia					
4. Irritabilidade					
5. Ansiedade					
6. Depressão					

53. A qual tipo de movimento e/ou postura fatigante fica mais exposto/a no trabalho realizado no IFET? (Escolher APENAS a alternativa que MELHOR expressa sua realidade de trabalho e, se responder "Outro", por favor, especificar)

1. () Tarefa repetida e monótona das mãos e braços
2. () Muito tempo em uma postura só
4. () Nenhum
5. () Outros esforços. _____

54. Como você AVALIA suas condições de trabalho no IFET do momento que você ingressou no IFET até o momento:

1. () Melhorou
2. () Piorou
3. () Permaneceu da mesma forma

55. Explícite como você avalia suas condições de trabalho no IFET, do momento que você ingressou até hoje, considerando: os aspectos éticos, técnicos, de exigências institucionais e demandas dos estudantes, das tensões, pressões e intensificação do trabalho e da interferência ou não desses elementos na sua saúde e vida privada.

--

Obrigada pela sua valiosa colaboração!

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Como você avalia a sua jornada de trabalho no IFET? Percebe mudanças desde seu ingresso no IFET até hoje? Se sim, desde quando isso acontece? Justifique/Exemplifique.
2. No seu entendimento, há em seu processo de trabalho intensificação? Se sim, desde quando você observa e a que atribui?. Explique/Exemplifique.
3. Observa que tem sido frequente levar trabalho do IFET para concluir em casa, na semana ou fim de semana? Se sim, desde quando isso acontece? Por quê? Justifique essa necessidade.
4. Considera que seu trabalho no IFET tem se tornado precarizado? Se sim, por que e a que atribui? Explique/Exemplifique.
5. Você se sente de alguma forma pressionado/a pelo trabalho do IFET?. Se sim, por que e desde quando isso acontece e como isso se expressa? Exemplifique.
6. Frequentemente, o trabalho do IFET lhe causa tensões/preocupações? Se sim, por que, desde quando isso acontece e como se expressam? Exemplifique.
7. Como você avalia suas condições de trabalho do momento que ingressou no IFET até hoje? Explique/Exemplifique.
8. Como você avalia suas condições de trabalho diante da expansão da educação profissional e tecnológica?

APÊNDICE D: INFORME AOS REITORES DOS IFET'S SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Magnífico (a) Reitor (a),

Franca/SP, 11 de maio de 2017

Ao cumprimentá-lo (a) respeitosamente, informo que no período de _____, os/as Assistentes Sociais que compõem o quadro funcional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do _____, estarão sendo convidados(as) a participar da pesquisa intitulada: “**As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira**”, que tem como objetivo explicitar as expressões das condições de trabalho de assistentes sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua relação com a atual crise de reprodução do capital, as transformações no “mundo” do trabalho e o Estado.

A pesquisa faz parte do meu processo de doutoramento junto ao Programa de Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca/SP, sob orientação da prof Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, docente efetiva da referida universidade.

Aproveito a oportunidade para informar a Vossa Magnificência que a participação dos profissionais será por adesão meramente voluntária e, que a mesma será constituída por duas fases 1. Preenchimento de formulário de forma presencial ou via correio eletrônico de acordo a disponibilidade de cada profissional; 2. Realização de entrevista semiestruturada através da disponibilidade do(a) profissional convidado(a).

Diante disso, solicito dar ciência ao referido documento, agradecendo antecipadamente sua atenção, colocando-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos em torno da proposta de pesquisa através dos contatos telefônicos e correios eletrônicos abaixo da pesquisadora e de sua orientadora.

Cordiais cumprimentos,

Pesquisadora:
Lígia da Nóbrega Fernandes
Tel. (16) 98240-1475
ligiadanobrega@gmail.com

Orientadora:
Prof Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Tel. (16) 99965-1170
cirleneoliveira@terra.com.br

ANEXO

ANEXO A: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UNESP/FRANCA

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As condições de trabalho de Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira.

Pesquisador: LIGIA DA NOBREGA FERNANDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68527817.9.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.096.807

Apresentação do Projeto:

A apresentação do Projeto de Pesquisa atende às normas do Sistema CE/CONEP. Assim como, está cumprindo todas as observações da Resolução 510/2016.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos da pesquisa estão concomitantes aos princípios éticos do Sistema CEP/CONEP.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Há apresentação dos riscos e benefícios do desenvolvimento da pesquisa com os sujeitos participantes da referida pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os itens foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 2.096.607

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado aprova o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_919612.pdf	18/05/2017 16:12:32		Aceito
Folha de Rosto	folhaLigia.pdf	18/05/2017 16:09:58	LIGIA DA NOBREGA FERNANDES	Aceito
Outros	Roteirodeentrevistasemiestruturado.doc	12/05/2017 14:59:33	LIGIA DA NOBREGA FERNANDES	Aceito
Outros	Questionario.doc	12/05/2017 14:53:23	LIGIA DA NOBREGA FERNANDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoLigia.doc	12/05/2017 14:51:16	LIGIA DA NOBREGA FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_LIGIA.pdf	12/05/2017 14:45:37	LIGIA DA NOBREGA FERNANDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 02 de Junho de 2017

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP: 14.409-160
UF: SP Município: FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 Fax: (16)3706-8724 E-mail: comiteetica@franca.unesp.br